Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

SUE ANGÉLICA SERRA IAMAMOTO

**O nacionalismo boliviano em tempos de
plurinacionalidade:**
Revoltas antineoliberais e constituinte (2000-2009)

São Paulo
2011

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

SUE ANGÉLICA SERRA IAMAMOTO

**O nacionalismo boliviano em tempos de
plurinacionalidade:**
Revoltas antineoliberais e constituinte (2000-2009)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Ricupero

São Paulo
2011

Agradecimentos

Paralelo ao desenvolvimento deste trabalho, tive que percorrer uma difícil travessia do jornalismo para a ciência política. Só consegui atravessá-la graças a muitas ajudas que fui recebendo durante estes últimos dois anos e meio.

Em primeiro lugar, agradeço ao CNPq pelo fundamental apoio financeiro a esta pesquisa.

Sou imensamente grata a meu orientador, Bernardo Ricupero. Leitor cuidadoso, ele me guiou nos meandros da nova área, ajudando-me a superar e a desenvolver minhas “intuições” sobre a vida política boliviana. Se este trabalho é algo mais do que uma narração jornalística, grande parte do mérito é dele.

Também agradeço a Cicero de Araújo e Luiz Bernardo Pericás, que participaram da banca de qualificação e deram valiosas contribuições para o desenvolvimento da pesquisa.

Sou grata ao Departamento de Ciência Política e seu corpo docente que me ajudaram a compreender alguns dos meandros da área, tanto por meio dos seminários semanais quanto por meio das disciplinas teóricas e metodológicas que cursei. Em especial, gostaria de reconhecer o importante auxílio dos funcionários da pós-graduação do departamento: Rai e Vasne.

Na Bolívia, o apoio de Juan Carlos Pinto foi essencial para ter acesso aos documentos da constituinte. Agradeço imensamente a sua ajuda. Além de Juan Carlos, também sou grata a todos que generosamente cederam seu tempo para as longas entrevistas e conversas que este trabalho envolveu: Adolfo Mendoza, Alejandro Almaraz, David Choquetilla, Felix Cárdenas, Eduardo Córdova, Eugenio Rojas, Gabino Apata, Gamal Serhan, Jorge Lazarte, Luis Tapia, Macario Tola, Marco Llorenti, Patricia Costas, Pedro Nuny, Ramiro Molina e Raúl Prada.

Muitos colegas de departamento também me ajudaram a passar por esta travessia. Reconheço que minhas idas e vindas do Brasil à Bolívia não me permitiram aproveitar melhor sua companhia, mas sei que são amigos que carrego para além deste curto período de mestrado.

Agradeço a Salvador, Carol, Heloísa e Jay, com os quais compartilho a paixão por estudar a Bolívia e que me ajudaram com contatos, indicações de texto e, principalmente, longas conversas. Com eles aprendi que a vida acadêmica pode e deve ser generosa.

Sou muito grata a Andrés, Dado, Patrick e Vinícius, que fizeram a minha estadia nos Andes mais alegre e companheira.

Muito do meu interesse na Bolívia se deve a preocupações que surgiram durante a minha militância política nos últimos nove anos. Agradeço aos companheiros que dividiram esta militância comigo, tanto no movimento estudantil quanto na organização política.

Agradeço a Abraham, meu companheiro, que me ensinou que o C. D. Tenerife é o clube de futebol mais importante da Espanha (e outras *tonterías* equivalentes que alegam minha vida todos os dias).

Por fim, agradeço aos meus pais e aos meus irmãos, minhas escoras no mundo.

IAMAMOTO, S. A. S. *O nacionalismo boliviano em tempos de plurinacionalidade: Revoltas antineoliberais e constituinte (2000-2009)*. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo analisar o nacionalismo na vida política da Bolívia contemporânea, em especial no interior do bloco histórico (em sentido gramsciano) popular que se forma a partir de 2000 e que passa a ocupar os principais postos do Estado com a eleição de Evo Morales em 2005. Seu recorte temporal cobre as chamadas “guerras” antineoliberais (Guerra da Água em 2000, Guerra do Gás em 2003 etc.) e o processo constituinte, que vai da Assembleia Constituinte (2006-2007) até a aprovação da nova carta constitucional em um referendo nacional (2009).

A nova constituição inaugura um “Estado plurinacional”, refletindo uma demanda histórica pelo reconhecimento da pluralidade cultural e institucional do país. A partir de autores que concebem o nacionalismo como expressão de determinado conflito político (Tom Nairn, Ernest Gellner) ou como expressão de experiências históricas populares (Anthony D. Smith), foi possível entender o nacionalismo de maneira ampla. Assim, foi possível estabelecer relações entre o nacionalismo e o indigenismo, analisando este último com algumas categorias pensadas originalmente para o exame do primeiro. Por outro lado, para entender a formação de identidades coletivas nacionais bolivianas, foi necessário recorrer à ideia de “tempos sociais” que se cruzam em épocas de crise do Estado ou em situações revolucionárias, evitando a categorização étnica. Do ponto de vista empírico, analisou-se os documentos sobre “Visão de País” formulados pelas 16 agrupações políticas que participaram da constituinte.

A análise do período nos levou a três principais considerações finais. Primeiro, há neste bloco histórico uma tensão, que pode levar à sua fragmentação, entre a demanda por maior estatalidade e a demanda por maior autonomia dos setores populares. Segundo, é possível pensar a vigência de certo nacionalismo no país, mesmo em tempos de plurinacionalidade; mas este nacionalismo precisa ser entendido como expressão de uma síntese cunhada em diversidades, não como uma monoculturalidade, que surge a partir de experiências políticas compartilhadas pela sociedade. Terceiro, as teorias de nacionalismo abordadas são desafiadas com o indigenismo boliviano, que nos traz um exemplo de “olhar para o passado” no qual o elemento irracional não está no apelo ao passado, mas sim no presente.

Palavras-chave: nacionalismo, plurinacionalidade, Bolívia, Assembleia Constituinte, revoltas antineoliberais.

IAMAMOTO, S. A. S. *Bolivian nationalism in time of plurinationality: anti-neoliberal uprisings and Constituent Assembly (2000-2009)*. Master dissertation. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Abstract

This dissertation aims to analyze nationalism in Bolivian contemporary political life, in particular within the popular historic bloc (as conceptualized by Gramsci) that emerges from 2000 and, with the election of Evo Morales in 2005, begins to occupy the key positions of the state. Its time frame covers the so-called anti-neoliberal "wars" (Water War in 2000, the Gas War in 2003 etc.) and the constitutional process, which runs from the Constituent Assembly (2006-2007) until the approval of new constitution in a national referendum (2009).

The new constitution inaugurates a "plurinational state", reflecting a historical demand for the recognition of cultural and institutional diversity of the country. From authors who conceive nationalism as an expression of a particular political conflict (Tom Nairn, Ernest Gellner) or as an expression of popular historical experiences (Anthony D. Smith), it was possible to understand nationalism broadly. Thus, it was possible to establish relationships between nationalism and indigenism, analyzing the latter with some categories originally designed to examine the former. On the other hand, to understand the formation of collective national identities, it was necessary to resort to the idea of "social temporalities" that intersect in state crisis or revolutionary situations, avoiding ethnic categorization. From the empirical perspective, we analyzed documents on the "View of the Country" made by the 16 political groups which participated in the Constituent Assembly.

The analysis has led us to three main remarks. First, there is a tension inside this historical block which may lead to its fragmentation: the tension between the demand for greater statality and the demand for greater autonomy of the popular sectors. Second, it is possible to consider valid certain nationalism in Bolivia, even in times of plurinationality; but this nationalism must be understood as an expression of a synthesis of diversity, not as a monoculturality, that emerges from shared political experiences. Third, the discussed theories of nationalism are challenged with the Bolivian indigenism, which brings us an example of "looking back" in which the irrational element is not in the appeal to the past, but in the present.

Key-words: nationalism, plurinationality, Bolivia, Constituent Assembly, anti-neoliberal uprisings.

IAMAMOTO, S. A. S. *El nacionalismo boliviano en tiempos de la plurinacionalidad: revueltas anti-neoliberales y constituyente (2000-2009)*. Trabajo final de maestría. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar el nacionalismo en la vida política de Bolivia contemporánea, en especial en el bloque histórico (en el sentido gramsciano) popular que surge a partir del año 2000 y que termina accediendo a los principales cargos del Estado con la elección de Evo Morales en 2005. Su marco temporal cubre las llamadas “guerras” antineoliberales (Guerra del Agua en el 2000, Guerra del Gas en 2003, etc.) y el proceso constituyente que va de la Asamblea Constituyente (2006-2007) hasta la aprobación de la nueva carta constitucional en un referéndum nacional (2009).

La nueva constitución inaugura el “Estado plurinacional”, lo que refleja una demanda histórica por el reconocimiento de la pluralidad cultural e institucional del país. A partir del estudio de autores que conciben el nacionalismo como la expresión de determinado conflicto político (Tom Nairn, Ernest Gellner) o como la expresión de experiencias históricas populares (Anthony D. Smith), fue posible entender el nacionalismo de manera amplia. Todo esto hizo posible establecer relaciones entre el nacionalismo y el indigenismo, analizando este último con algunas categorías pensadas originalmente para el examen del primero. Por otro lado, para entender la formación de identidades colectivas nacionales bolivianas fue necesario recurrir a la idea de “tiempos sociales” que se cruzan en época de crisis del Estado o en situaciones revolucionarias, evitando la categorización étnica. Desde el punto de vista empírico, analiza documentos sobre “Visión de país” formulados por las 16 agrupaciones políticas que participaron en la constituyente.

El estudio del periodo nos llevó a tres consideraciones finales principales. Primera, en este bloque histórico se registra una tensión que se podría dividir entre la demanda de mayor estatalidad y la de mayor autonomía de los sectores populares. Segunda, es posible pensar en la vigencia de cierto nacionalismo en el país, incluso en tiempos de plurinacionalidad, pero este nacionalismo debe ser entendido como la expresión de una síntesis acuñada en diversidades, no en una monoculturalidad, que surge de experiencias políticas compartidas en la sociedad. Tercera, las teorías del nacionalismo abordadas son desafiadas por el indigenismo boliviano, que aparece como ejemplo de “mirar al pasado” en el que el elemento irracional no está en el apelo al pasado sino en el presente.

Palabras clave: nacionalismo, plurinacionalidad, Bolivia, Asamblea Constituyente, revueltas antineoliberales.

Lista de siglas

Agrupações e frentes políticas

AAI - Alianza Andrés Ibáñez
ADN - Acción Democrática Nacionalista
APB - Autonomía para Bolivia
AS - Alianza Social
ASP - Alianza Social Patriótica
Ayra - Movimiento Ayra
CN-PI - Concertación Nacional (Patria Insurgente)
MAS-IPSP - Movimiento al Socialismo – Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos
MBL - Movimiento Bolivia Libre
MCSFA - Movimiento Ciudadano San Felipe de Austria
MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionaria
MNR - Movimiento Nacionalista Revolucionario
MNR-A3 - Movimiento Nacionalista Revolucionario – A3 (Santa Cruz)
MNR-FRI - Movimiento Nacionalista Revolucionario – Frente Revolucionario de Izquierda
MOP - Movimiento Originario Popular
PCB – Partido Comunista Boliviano
Podemos - Poder Democrático y Social
UDP - Unión Democrática y Popular
UN - Unidad Nacional

Organizações sociais

Cidob - Confederação Indígena do Oriente Boliviano (na fundação) / Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (hoje)
COB - Central Operária Boliviana
Conamaq - Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qullasuyo
CSCIB - Confederação Sindical de Comunidades Interculturais da Bolívia (ex-CSCB, Confederação Sindical de Colonos da Bolívia).
CSUTCB - Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia
FNMCB-BS - Federação Nacional de Mulheres Camponesas da Bolívia - Bartolina Sisa
FSUTC-AT-SC - Federação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses Apiaguaiqui Tumba de Santa Cruz

Outros

CNE - Corte Nacional Eleitoral
DEA - Drug Enforcement Agency (agência norte-americana de combate às drogas)
Inra – Instituto Nacional de Reforma Agrária
LD – Lei de Descentralização
LPP - Lei de Participação Popular
NCPE – Nova Constituição Política do Estado

SNRA - Serviço Nacional de Reforma Agrária

TCO - Terra Comunitária de Origem (após a aprovação do novo marco constitucional em 2009, tornou-se Território Comunitário de Origem)

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Nacionalismo e conflito.....	6
A busca pelo desenvolvimento: periferia x centro	8
A luta entre culturas pelo poder	15
Origens étnicas e mitos históricos	23
Capítulo 2 – Tempos sociais	31
Memórias revolucionárias e contradições diacrônicas	33
O tempo do operariado mineiro	36
O tempo do campesinato.....	41
O tempo indígena	48
O tempo urbano-popular	55
Capítulo 3 – Nação versus Estado	62
Hegemonia, bloco histórico e crise	63
A crise como fenômeno unificador	67
Projetos em disputa.....	70
Capítulo 4 – A formação do Estado Plurinacional	85
Panorama geral da Assembleia Constituinte.....	86
Ressalvas e esclarecimentos sobre a análise	88
Oposição	91
Situação.....	109
Considerações sobre “visões de país”.....	136
O fim do processo constituinte.....	139
Conclusões	144
Referências.....	155
Apêndices	163

Introdução

Foi em uma entrevista com a jovem socióloga boliviana Marxa Chávez que escutei pela primeira vez a ideia de que, na Bolívia, os “tempos políticos” se cruzam em épocas revolucionárias¹. Mais tarde, encontraria esta ideia nos escritos de René Zavaleta Mercado, que fala de “tempos sociais” como expressão dos diversos modos de produção da formação econômico-social boliviana (2009); de Silvia Rivera, que propõe a existência de uma memória longa e uma curta (2003); de Forrest Hylton e Sinclair Thomson, que chamam estas temporalidades de “horizontes revolucionários” (2007).

A “época revolucionária” em questão eram as chamadas “guerras” antineoliberais – a Guerra da Água (2000), a Guerra da Coca (2002), a Guerra do Gás (2003) – que chacoalharam o país nos primeiros anos deste século. Chamava-me a atenção o fato de que, apesar da ideia de multiplicidade estar presente na formulação destes “tempos sociais”, era bastante difusa a interpretação destas revoltas como somente uma expressão da “longa memória” indígena. Algumas ações dos setores mobilizados, contudo, faziam com que esta constatação parecesse um pouco incômoda: a reiterada reclamação dos setores mobilizados contra uma suposta “elite antipátria” boliviana; o rechaço profundo que provocou a tentativa de se vender o gás natural via um porto do Chile, antagonista histórico da Bolívia pela questão do litoral pacífico; a constante denúncia do intervencionismo da Embaixada norte-americana nas políticas locais. Assim, a característica que se mostrava mais interessante nas revoltas antineoliberais não era a forma como elas rerepresentaram o tempo indígena, mas sim a maneira com que elas rearticularam estas temporalidades.

Talvez a decisão de estudar estes momentos da história boliviana por meio do nacionalismo tenha sido uma insistência teimosa, exagerada, contra esta visão da temporalidade indígena que, ao ser superdimensionada, também perdia sutilezas e contradições fornecidas pela experiência histórica. Mas a proposta que realmente está por trás da utilização do nacionalismo para pensar a política contemporânea boliviana é a de investigar linhas de continuidade entre estes movimentos que irromperam no início do século XXI e os movimentos que alimentaram a tradição revolucionária do país no passado. Entendo por esta “tradição revolucionária” movimentos que surgiram do interior da sociedade boliviana (ou da sociedade colonial que a antecedeu) que tiveram como objetivo mudar completamente a estrutura estatal pela via da contestação direta do Estado vigente (que pode

¹ Marxa Chávez León, entrevista realizada em 14 de dezembro de 2007, às vésperas da cerimônia de entrega da Nova Constituição Política do Estado.

ocorrer por rebeliões armadas ou pela formação de estruturas paralelas que não mais reconhecem a autoridade do Estado). Tal tradição se formou em diversas vertentes, que perpassam pelas lutas indígenas anticoloniais e contra o regime de exploração da época republicana, pela Revolução de 1952 e pela Assembleia Popular de 1972².

Em cada momento de luta, combatia-se por um ideal de coletividade, que não foi sempre um ideal de “nação boliviana”, como no caso das lutas anticoloniais, mas que se tornou fonte de inspiração para os ideais de nação que iriam surgir em outros momentos revolucionários. Estas projeções nunca eram completamente abstratas, elas se referiam a formações sociais concretas, com determinadas instituições, práticas sociais e políticas. De certa maneira, ao aproximar “nação” às tradições revolucionárias, concordo com Régis Debray quando este afirma que a experiência histórica demonstra que “o proletariado contra a nação é como madeira contra aço” (Debray, 1977, p. 33). Ou seja, para existirem, revoluções políticas populares (socialistas ou não) precisam reivindicar forças profundas, instintivas, que não se traduzem em ideais muito abstratos, mas sim em experiências materiais concretas e específicas dos atores políticos envolvidos no processo.

Neste sentido, podem ser identificados encontros entre o indigenismo e o nacionalismo. Este trabalho sugere que parte da tradição indigenista boliviana pode ser analisada pelas lentes do nacionalismo. Aqui não me refiro ao nacionalismo revolucionário boliviano expressado historicamente pelo *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR), que surgiu na primeira metade do século XX e foi a principal expressão eleitoral das forças sociais que eclodiram na Revolução Nacional de 1952³, mas sim ao nacionalismo como expressão geral de um sujeito de soberania nativo, que luta frente a um adversário cujos interesses são percebidos como prejudiciais a ele. O nacionalismo como um motivo enraizado e profundo para a ação política de coletividades.

² A memória revolucionária também está intrinsecamente ligada a momentos de guerra internacional, como a Guerra do Pacífico (1879-1883) e a Guerra do Chaco (1933-1936). Tais guerras, por terem sido derrotas e por terem representado vivências dramáticas por parte significativa da população (durante ou depois do conflito), permitiram uma reavaliação da sociedade boliviana e da agenda que se impunha a esta. Contudo, não terei condições de abordar a experiência das guerras neste trabalho.

³ A Revolução Nacional eclodiu em 9 abril de 1952. Tratava-se inicialmente de um golpe de Estado orquestrado pelo MNR em conjunto com parte das Forças Armadas bolivianas em resposta à anulação dos resultados eleitorais de 1951, em que o candidato do MNR Victor Paz Estenssoro havia alcançado a maioria dos votos. Mas a revolução rapidamente ganhou as ruas e centros mineiros, com os setores populares participando ativamente do processo político. Com a retirada da facção das Forças Armadas que apoiava o movimento, a revolução se efetivou com ampla participação dos setores populares, que ocuparam os quarteis. Após a revolução, formou-se um governo com participação operária, mas dirigido politicamente pelo MNR. Dentre as principais medidas políticas decorrentes da Revolução de 1952 estão: nacionalização das minas de estanho, reforma agrária e sufrágio universal. Sobre a Revolução de 1952, ver James Dunkerley (2003) e Everaldo de Oliveira Andrade (2007). No capítulo 2, serão abordados os efeitos deste momento político na formação dos “tempos” operário e camponês bolivianos.

Nesta pesquisa, contudo, um dos principais desafios encontrados foi trabalhar com o conceito de nacionalismo para que este pudesse iluminar a conjuntura política boliviana. Uma primeira dificuldade é que os teóricos do nacionalismo que tiveram a região latino-americana como referência para criar os seus modelos não viam nessa região qualquer rasgo de nacionalismo “nativista” ou “étnico” e, quando viam, esta característica era minoritária e indesejável. Benedict Anderson, por exemplo, identifica um nacionalismo em San Martín que estava baseado na extinção da categoria “indígenas” por meio da cidadania. O nacionalismo americano seria universalista e promoveria a ideia de uma comunidade nacional que somente se definiria graças ao capitalismo de imprensa e por oposição à opressão da metrópole (Anderson, 2008, p. 84-106). Também Eric Hobsbawm ressalta que o nacionalismo da América Latina é marcado pelas suas características mais “universalistas”: anti-imperialista, inclinado à esquerda, preocupado com as condições das massas populares (Hobsbawm, 2009, p. 336). Por outro lado, a região andina é, para Hobsbawm, uma fonte de preocupação, já que “ressentimento indígena contra os crioulos ou *cholos*” poderia fracionar o “*melting pot* latino-americano” em “comunidades mutuamente hostis com base na raça, na língua ou qualquer outra coisa”⁴ (ibidem, p. 342). A redução do indigenismo a um “ressentimento indígena” histórico não me parecia uma abordagem adequada para analisar o caso boliviano. A solução encontrada foi abordar teóricos do nacionalismo que elaboravam seus modelos com base em um panorama de conflito político. O nacionalismo, nestas teorias, aparecia como uma expressão de determinada polarização social ou política. Assim, faço no **primeiro capítulo** a apresentação destas teorias e da forma como elas podem iluminar o caso boliviano.

Do ponto de vista teórico, portanto, foi possível estabelecer relações de continuidade entre o nacionalismo e o indigenismo ao analisar este último por meio de lentes teóricas pensadas originalmente para o primeiro. Assim como o nacionalismo, o indigenismo evoca sentimentos ancestrais de identidade de uma população para propor um projeto político. Em comparação com o nacionalismo, contudo, é possível que os projetos indigenistas não tenham um foco no futuro tão marcante e entendam os seus sujeitos sociais de maneira mais restrita. Contudo, pelo menos em um país como Bolívia em que há uma grande maioria da população que se autoidentifica como indígena⁵, há indigenismos que se desenvolvem como projetos nacionais. Estes são os mais interessantes para este trabalho, porque são os que justamente

⁴ Hobsbawm vê como evidência deste processo os 45% dos votos que obteve Fujimori em cima de Vargas Llosa no Peru, “alguns dos quais obteve sem dúvida porque ‘o Chinesinho’ obviamente não é branco” (ibidem, p. 342).

⁵ Segundo o censo de 2001, quase 62% da população se identifica com grupos étnicos indígenas: 31% quéchua, 25% aimará, 6% outros grupos indígenas (*mojeño*, guarani, *chiquetano* etc.). (Albó, 2008, p. 13).

permitem conceber de forma mais global a relação entre plurinacionalidade e nacionalismo. No **segundo capítulo**, desenvolvo a ideia dos “tempos sociais” que se cruzam em um determinado momento histórico. Alguns referenciais teóricos são apresentados para entender melhor como estes tempos são formulados, tanto as contribuições dos autores focados na análise da Bolívia (Zavaleta, Rivera, Hylton e Thomson) quanto de autores que trabalharam a possibilidade de se pensar estas categorias no campo da teoria da história (Ernst Bloch e Fernand Braudel). Em seguida, apresento rapidamente o que poderiam ser consideradas quatro tempos sociais bolivianos: o “tempo do operariado mineiro”, o “tempo do campesinato”, o “tempo indígena” e o “tempo urbano-popular”. Como explicarei mais adiante, estas categorias têm relação mediada com a experiência empírica, mas elas ajudam a entender de forma mais satisfatória a realidade política boliviana do que as categorias tradicionais de identificação étnica, social ou política.

O **terceiro capítulo** é voltado exclusivamente para perscrutar as formas de unificação destes tempos sociais. São utilizadas, para isso, as categorias gramscianas de hegemonia, bloco histórico e crise de Estado e a formulação zavaletiana de crise como fenômeno unificador. Por fim, analiso como os setores mobilizados disputaram ideologicamente a sociedade em contraposição à elite política que ocupava o governo no momento das revoltas antineoliberais.

Após a eleição de Evo Morales como presidente, estes setores sociais irão se defrontar com a efetiva tarefa de materializar um projeto comum já no contexto da Assembleia Constituinte. O processo constituinte será, portanto, o tema do **quarto capítulo**. Durante este período, a maioria social começa a se enxergar como maioria política e passa a decantar as suas palavras de ordem de forma mais “universalista” e menos setorializada do que no período anterior, ainda que as linhas gerais das propostas que emergiram no período anterior sejam mantidas. Aqui se concentra o que pode ser chamado de análise empírica deste trabalho. Analiso de maneira mais sistemática os documentos sobre “visão de país” apresentados pelas forças políticas que participaram da constituinte. Identifico neles cinco pontos centrais: suas formas de reconstruir o passado, seus sujeitos de soberania, seus projetos de Estado, sua visão de autonomias indígenas e sua perspectiva de política econômica.

Identifiquei em todos estes momentos históricos uma tensão entre duas forças centrais: 1) a demanda por maior presença estatal, por progresso e desenvolvimento, que se traduz no cumprimento por parte do Estado de determinadas tarefas econômicas e de bem-estar e 2) a demanda por maior poder autônomo popular, que se traduz nas autonomias

indígenas, nos pedidos por maior representação destas populações no Estado e na reivindicação de determinação local de políticas coletivas. Estas demandas estão, na Bolívia, historicamente entrelaçadas em uma dinâmica bastante específica: elas compartilham adversários comuns em determinados momentos (quando os “tempos sociais” bolivianos se cruzam), mas esta experiência conjunta não é suficiente para eliminar a profunda contradição existente entre ambas, o que pode levar a um futuro fracionamento.

Uma ressalva antes de seguir com a análise. Apesar de abordar nos últimos dois capítulos os projetos do que seria a “elite neoliberal” boliviana, ela não é o foco da minha análise. Suas perspectivas políticas não são um objeto de estudo em si e foram utilizadas como referência necessária para identificar as estratégias de luta e as concepções políticas que o novo bloco popular boliviano elabora. Este setor da população boliviana não se caracterizava a si mesmo como “elite” e muito menos como “neoliberal”, mas ele não ganhou neste trabalho uma definição clara e precisa. Será chamado como primeiramente “elite neoliberal”, porque era assim que seus adversários o denominavam, e depois de “oposição ao governo de Evo Morales”, porque esta era a maneira mais direta de delimitá-lo durante a constituinte.

Capítulo 1 – Nacionalismo e conflito

Se houve uma palavra que marcou os últimos anos de vida política na Bolívia, essa palavra foi “conflito”. Era necessário, portanto, incorporar tal dimensão no referencial teórico utilizado para refletir sobre esta experiência; o nacionalismo não poderia ser tratado como mera identificação cultural, mas precisava refletir uma forma de identidade recuperada e recriada para o conflito político. O indigenismo, dentro desta perspectiva, aparece por vezes como um fenômeno relacionado ao nacionalismo, que se utiliza de memórias comuns partilhadas e que se arma para um momento de enfrentamento político, reformulando noções de soberania e de legitimidade.

Para analisar estas formas de identificação coletivas que disputam a lealdade dos setores populares bolivianos, duas questões são essenciais: 1) contra quem estas identificações são construídas, qual seria o seu “adversário unificador” e 2) como estas identificações são construídas e que experiências elas evocam.

Assim, por um lado, utilizo neste trabalho formulações teóricas do nacionalismo que o apresentam como uma identificação definida perante um adversário comum, que pode tanto ser externo (nações inimigas, imperialismo, poder econômico estrangeiro, empresas multinacionais, etc.) quanto um antagonista interno (elites políticas, elites culturais, minorias étnicas, etc.). Tom Nairn, em *The Break-Up of Britain* (2003), publicado em 1977, formula que o nacionalismo é um fenômeno relacionado ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Ele expressaria uma reação das sociedades periféricas ao domínio das sociedades centrais, uma força externa a elas. Já Ernest Gellner, em *Nations and Nationalism* (1983), identifica que o nacionalismo como força radical e dramática - que pode modificar consideravelmente o equilíbrio político de um Estado - se desenvolve por motivos internos a uma sociedade: a existência de elites políticas culturalmente diferenciadas do resto da população.

Estes modelos informam esquematicamente duas formas diferentes de desenvolvimento do sentimento nacionalista, mas compartilham a ideia de que ele se constrói em um momento de luta política e com base em um adversário comum. Evito, portanto, trabalhar com autores que definem o nacionalismo como forma de identificação cultural mais “passiva” como Benedict Anderson (2008), por mais instigante que seja sua análise. Anderson, ainda que ressalte como uma das características centrais do nacionalismo o seu espírito de “sacrifício”, radica este fenômeno em uma “profunda camaradagem horizontal”, que explicaria porque tantas pessoas se dispuseram “não tanto a matar, mas sobretudo a

morrer” por estas “criações imaginárias” tão recentes, chamadas de nações (Anderson, 2008, p. 34).

Como aponta Gopal Balakrishnan, ao focar os laços de solidariedade, que levam a uma “concepção generosa de nação”, Anderson acaba por secundarizar a importância do conflito. Crítico a esta visão, ele acredita que “a pureza e a fatalidade da imaginação nacional não brotam espontaneamente da organização social da língua vernácula, mas dos riscos decorrentes de pertencer a uma ‘comunidade de vida ou morte’” (Balakrishnan, 2000, p. 221). A imagem de um adversário comum unificador é, portanto, essencial para entender o conteúdo deste nacionalismo, seus projetos políticos, seus sujeitos nacionais.

Por outro lado, para responder à segunda questão colocada acima, sobre como o nacionalismo é evocado, é necessário recorrer a outros teóricos que trabalharam com identidade nacional. Anthony D. Smith, em *The Ethnic Origins of the Nations* (1986), compreende o nacionalismo por meio de uma perspectiva “simbólica”, na qual o fenômeno sempre dependeria de núcleos étnicos. Nesta formulação, é importante a noção de “mitos de históricos”, que podem ser resgatados do passado, mas que precisam ser “convincentes” (Smith, 1986, p. 212) para que o nacionalismo se diferencie de um puro “*étatisme*” (ibidem, p. 214).

Neste capítulo, irei apresentar estas perspectivas teóricas e relacioná-las com tradições do pensamento político boliviano. Busquei, portanto, alguns autores que tivessem uma formulação da identidade nacional que permitisse aproximações com cada uma das teorias em questão. Todos os autores bolivianos que serão apresentados neste capítulo (em ordem cronológica: o historiador social-evolucionista Alcides Arguedas, o socialista indigenista Tristán Marof, o nacionalista revolucionário Carlos Montenegro e o indianista radical Fausto Reinaga) partem da referência a uma essência nacional boliviana para propor seus respectivos projetos políticos. Eles serão tomados como representativos das formas de identidade nacional que foram propostas no conjunto da sociedade boliviana durante o último século. Outros autores bolivianos, como Silvia Rivera e René Zavaleta Mercado, serão incorporados em um sentido mais analítico, porque apresentam análises da sociedade boliviana que ajudam a compreender o surgimento de determinadas formas de identificação nacional.

É importante notar que não farei uma análise aprofundada do pensamento político boliviano, já que ele não é objeto da minha análise. A discussão destas tradições ocorre no sentido de iluminar posições sobre o nacionalismo e a plurinacionalidade que surgem no contexto atual. A ideia é, neste primeiro momento, resgatar o pensamento político boliviano como uma forma de ter acesso a projetos de coletividade que pautaram o último século. Este

é um movimento relevante porque, ainda que se considere que a sociedade boliviana seja marcada centralmente pelas suas “temporalidades sociais” (como analisarei no próximo capítulo), estes projetos tentam se focar em sínteses de nacionalidade. Como veremos nos capítulos 4 e 5, muitos deles marcarão o movimento contemporâneo de busca por identidades coletivas presente na Assembleia Constituinte.

A busca pelo desenvolvimento: periferia x centro

Para o teórico marxista Tom Nairn, o principal elemento que marca a filosofia moderna é “o conjunto de questões em torno do desenvolvimento econômico” (Nairn, 2003, p. 345), que implica na expansão do capitalismo para todo o globo. Mas este desenvolvimento não ocorreu de forma estável e equilibrada, como previa o pensamento ocidental iluminista. O capitalismo se espalhou pelo mundo de maneira desigual, causando formas de exploração intensas e imperialismo. Nairn, incorporando teóricos como Samir Amin e Arghiri Emmanuel⁶, que desenvolveram teses sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo, acredita que o nacionalismo só pode ser explicado dentro deste amplo panorama da história mundial.

Assim, no momento em que o capitalismo se espalha pelo mundo e o “progresso” ocidental se apresenta como uma dura realidade de dominação, os países periféricos passam a desenvolver uma reação específica: o nacionalismo. Por um lado, tal reação busca um “atalho” para o desenvolvimento (luta contra o atraso imposto pelos países centrais) e, por outro, recorre às suas características mais específicas, suas histórias e mitos locais, buscando “forças” para enfrentar o desafio da transição para a modernidade:

Esta ambiguidade simplesmente expressa a *raison d'être* histórica geral do fenômeno, que é o fato de que o nacionalismo é a forma com a qual sociedades tentam buscar certos objetivos (industrialização, prosperidade, igualdade com relação às outras pessoas etc.) *por certa forma de regressão* – olhando para dentro, contando mais profundamente com seus recursos internos, ressuscitando heróis passados populares e mitos sobre eles mesmos e assim por diante. Estas fontes românticas e idealistas aderem a qualquer forma de nacionalismo (ibidem, p. 336. Destaques no original).

O nacionalismo seria uma expressão dolorosa de ausência, uma reação desesperada. Ele não teria surgido nos países centrais, como Inglaterra, França e Estados Unidos, porque estes países não precisavam originalmente dele, possuíam todos os elementos pelo qual o

⁶ Tom Nairn cita especificamente as seguintes obras: *Unequal Exchange* (Emmanuel, 1971) e *Le développement inégal* (Amin, 1973) (Nairn, 2003, p. 344).

nacionalismo lutava (ibidem, p. 331-332). Contudo, após o surgimento do nacionalismo, os países centrais teriam conseguido desenvolver tal sentimento de forma até mais eficiente que os seus competidores da periferia, pois contariam com instituições mais aptas para fomentar a sua expansão. Portanto, trata-se de um movimento dialético (Nairn, 2003, p. 332).

Ainda assim, os pioneiros seriam os países da periferia. Eles sentiam a ausência de determinada realidade material: “as instituições econômicas e sociais da modernidade”, “estes braços do desenvolvimento” que possuíam os países centrais (ibidem, 331). Trata-se, sobretudo, de um sentimento sobre o que não se tem, construído perante a imagem do outro, do adversário.

Contudo, o nacionalismo emerge de forma “explosiva” quando as “instituições socioeconômicas modernas” já conseguem operar efetivamente em determinada periferia (que vive “uma experiência dolorosa e o medo do ‘subdesenvolvimento’”) e permitem a mobilização e o doutrinação das massas (ibidem, p. 333). Este era o caso dos *late developers*, países que se desenvolveram tardiamente: Alemanha, Itália e Japão. Esta retórica teria sido apropriada por nacionalismos no mundo afora, em especial aqueles que surgem das lutas de emancipação nacional que ocorreram durante todo o século XX:

O *locus classicus* era na Alemanha e na Itália, durante a era em que estes eram territórios limítrofes buscando um reordenamento interno para encarar a ameaça do Ocidente. E a retórica e a doutrina do nacionalismo tem sido constantemente reformulada e reabastecida por porta-vozes da periferia desde então, até os tempos de Amílcar Cabral e Che Guevara (ibidem, p. 331).

A consequência lógica deste sentimento construído em meio ao encontro violento promovido pelo desenvolvimento do capitalismo é a guerra. Segundo Nairn, “desenvolvimento desigual” é um nome mais “educado” e “acadêmico” para guerra (ibidem, p. 333). As guerras mundiais do século XX e as matanças nacionalistas e imperialistas são demonstrações deste movimento violento de expansão capitalista (ibidem, p. 333). A dimensão do conflito está, portanto, na gênese do nacionalismo.

O outro lado do nacionalismo faz referência a certo caráter “populista”⁷. O teórico cria um modelo de nacionalismo no qual “elites intelectuais locais”, recém-despertadas, precisam mobilizar suas sociedades para empreender o “atalho” para o desenvolvimento. Mas “isso significa a formação consciente de uma comunidade interclasse militante fortemente (se não miticamente) consciente de sua identidade separada frente às forças externas de

⁷ O “populismo” aqui tem certa proximidade ao “populismo” russo, que pretende alcançar o socialismo por meio da *obschinka*..

dominação” (ibidem, p. 327). Tais elites não contavam com nenhuma das instituições modernas para fazer este chamado, somente com os recursos locais de identidade coletiva:

Tudo o que havia era o povo e as peculiaridades da região: seus *ethnos*, língua, folclore, cor de pele herdadas etc. Nacionalismo trabalha por meio de diferenciações como estas porque ele precisa fazê-lo. Ele não é necessariamente democrático em sua aparência, mas é invariavelmente populista. (...) ele precisa funcionar por meio de formas altamente retóricas, de uma cultura sentimental suficientemente acessível para os estratos mais baixos que agora estão sendo chamados para a batalha. Isto explica porque uma cultura romântica razoavelmente distante do racionalismo iluminista sempre esteve de mãos dadas com a expansão do nacionalismo. A nova intelligentsia da classe média do nacionalismo precisava convidar as massas a fazer parte da história; e o convite precisava estar escrito em uma língua que elas entendessem (ibidem, p. 328. Destaques no original).

O “mobilizar o passado” do nacionalismo é necessariamente uma característica regressiva para Nairn, uma “irracionalidade”. São forças inconscientes que são evocadas para enfrentar o doloroso processo de transição para a modernidade. O teórico usa a metáfora de um homem que precisa passar por um grande desafio e que evoca todas as suas forças herdadas e inconscientes, esperando que, uma vez que este desafio foi vencido, estas “energias latentes” cedam novamente a um “padrão aceitável e estável” de existência pessoal. Mas isso às vezes não ocorre e tais forças irracionais podem prevalecer. Esta é a explicação para fenômenos como o nazismo (ibidem, p. 337).

Assim, Nairn caracteriza o nacionalismo como uma “cabeça de Jano”, em referência ao deus romano dos portais, que possuía duas faces, uma olhando para o futuro e outra para o passado. Outra metáfora, igualmente forte, é o “anjo da história” de Walter Benjamin, recuperado para explicar o significado do “desenvolvimento”:

Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso (Benjamin, 1994, p. 226).

Essa seria, para Nairn, a essência do nacionalismo, o olhar desesperado para o passado para enfrentar um desafio imposto por forças externas (Nairn, 2003, p. 336), uma tempestade incontrolável denominada desenvolvimento capitalista.

O teórico faz um balanço duro do marxismo, criticando os prognósticos socialistas de 1840 de que a luta de classes marcaria os futuros conflitos da humanidade. De fato, para ele, “ao invés de conflito civil, houve matança imperialista e nacionalista” e as revoluções sociais

que ocorreram foram “sub-produtos destas guerras” entrelaçadas tão intensamente com os motivos nacionalistas que possuíam um sentido muito diferente do que previa o “universalismo marxista” (ibidem, p. 333). Para Nairn, o nacionalismo prevaleceu sobre a consciência de classe porque oferecia às massas “uma cultura que, ainda que deplorável, era mais ampla, mais acessível e mais relevante (...) que o racionalismo da nossa herança iluminista”, da qual padeceria o marxismo intelectualista (ibidem, p. 342).

O modelo de Nairn, utilizado como lente para entender o nacionalismo boliviano, ilumina questões importantes, como a busca pelo desenvolvimento, mas também apresenta algumas debilidades, como a dificuldade para compreender a sua face indigenista e étnica.

A partir do modelo de Nairn, para interpretar o caso boliviano, recorreremos a um importante pensador socialista boliviano, Tristán Marof, pseudônimo de Gustavo Navarro. Sua obra se concentra na primeira metade do século XX e conjuga o socialismo com a necessidade de se fomentar o desenvolvimento econômico boliviano e o resgate de princípios de justiça indígenas. Pensando no modelo de Nairn, Marof faria tanto um movimento de olhar para o futuro com as tarefas modernizantes nacionais e socialistas e um movimento de olhar para o passado, buscando forças na tradição indígena para sustentar estas tarefas.

Em *La Justicia del Inca* (1926), Marof articula estes três elementos e propõe o que será o duplo slogan do nacionalismo boliviano durante todo o século XX: “minas ao Estado, terras ao povo”. Tal consigna, que sintetiza as demandas por nacionalização dos recursos naturais e reforma agrária, foi efetivada pela Revolução Nacional de 1952, mas ainda se apresenta como vigente quase oitenta anos depois, durante as “guerras” antineoliberais (como veremos nos capítulos 2 e 3).

Portanto, Marof tem importância central por ser o primeiro a afirmar com contundência a agenda das “tarefas progressivas e modernizantes” do nacionalismo boliviano.

Ele rejeita a “demagogia” e as saídas políticas “milagrosas”, como uma nova constituição ou um “manifesto de concertação nacional” (Marof, 1926, p. 27). Para ele, a solução dos problemas bolivianos passa, sobretudo, pela esfera econômica. O Estado precisaria se apropriar do excedente econômico do país e impedir a transferência de recursos para o exterior, o que estaria ocorrendo com o controle privado das minas de estanho:

Em primeiro lugar, é necessário que as exportações pertençam ao Estado, sem permitir que as dilapitem [cidadãos] nacionais ou estrangeiros. Falando em justiça, qual é o proveito que obtêm dos lucros de Patiño seus dez mil trabalhadores? Qual é o proveito que obtém o

Estado? Onde foram parar os 98 milhões da diferença da exportação em 1918? (...) Simplesmente, todas estas diferenças engrossaram o bolso de Patiño e beneficiaram a economia e o bem-estar de outros países, o que é ilógico e injusto (ibidem, p. 31)⁸.

Assim, a política de nacionalização das minas visaria libertar o país da “tirania” das “companhias e magnatas” (ibidem, p. 55), que só representariam os interesses estrangeiros (europeus e “ianques”) no país. Com os recursos da nacionalização, Marof previa um programa imediato de tarefas estatais: revitalizar a malha ferroviária, reformar a educação (voltada às necessidades práticas do cidadão, com o fomento do ensino técnico), fomentar o desenvolvimento agrário e a distribuição populacional do país (ibidem, p. 59).

O socialista, contudo, faz todas estas projeções de desenvolvimento para o país articulando uma força moral do passado: a herança indígena. Ele reitera três “mandamentos” do incário: *ama sua*, *ama lulla* e *ama keclla*⁹, que significam respectivamente “não roube”, “não minta” e “não seja preguiçoso” (ibidem, p. 7). Com estas três regras sociais “simples”, os incas teriam conseguido erguer um forte império, com administração centralizada e no qual a coletividade cuidava para que cada indivíduo tivesse comida e trabalho (ibidem, p. 8).

Portanto, há certo “olhar para o passado” em Marof que sustenta as tarefas econômicas e estatais da nação no presente, mas este olhar é bastante particular se comparado com os referenciais empíricos de Nairn para pensar as “forças regressivas” que marcam o nacionalismo. Para Nairn, estas apontavam para uma irracionalidade – não à toa, ele faz referência a um inconsciente coletivo que precisa ser despertado. A força “nativista” e “populista” do nacionalismo seria necessariamente negativa e, se conseguisse prevalecer frente às forças progressistas, poderia levar a catástrofes como o nazismo.

Mas o indigenismo de Marof, ainda que possa ser considerado “populista” (no sentido de apelar para características nativas da maioria da população do país), se diferencia desta irracionalidade representada pelo passado. Ao contrário, ao enxergar um comunismo na sociedade inca, Marof defende certa racionalidade passada ausente no presente boliviano e que deve ser resgatada para construir o futuro socialista da Bolívia. Apesar de reconhecer que o “comunismo na forma incaica” seria um “amargo sonho no presente” – “os tempos mudaram, a civilização ocidental com seus inventos, suas máquinas, sua avareza e sua sordidez, ainda que nos recusemos a acreditar, vive também entre nós” (ibidem, p. 13) – e de

⁸ Simón Patiño foi o principal “barão do estanho” da primeira metade do século XX na Bolívia, pois controlava quase metade da produção nacional de estanho. Sua empresa se desenvolveu até se tornar uma poderosa transnacional do setor, com sede nos Estados Unidos e promotora de quartéis internacionais de controle do preço do estanho (Dunkerley, 2003, p. 31). Ver nota 23 sobre a “Rosca mineira”.

⁹ Grafias utilizadas por Marof. Encontra-se com maior frequência, porém, as grafias *ama sua*, *ama llulla* e *ama qhella*.

efetivamente defender uma espécie de “atalho” para a modernidade, Marof nega o desenvolvimento capitalista:

O espírito batalhador e formidável do novo continente não pode cruzar os braços esperando tranquilamente a evolução material. O espírito e a convivência devem precipitar a era nacionalista sem ter ilusões de que um desenvolvimento do capitalismo seria antes necessário. (...) O desenvolvimento do capitalismo nos novos Estados somente os conduzirá a se entregar de mãos e pés atados aos ianques. (...) Por isso sustento que a revolução americana não deve esperar o florescimento capitalista, mas sim segurar o capital nacional em cada ponto e procurar harmonicamente o desenvolvimento próprio ao mesmo tempo em que a sua potência (ibidem, p. 15).

Aqui se poderia argumentar que a proposta de Marof se distingue do modelo de Nairn porque ela simplesmente seria socialista e não nacionalista. O argumento tem validade. Contudo, a agenda específica de desenvolvimento com a qual Marof entendia as tarefas da “revolução socialista” na Bolívia não se diferenciou, historicamente, do que buscou o nacionalismo revolucionário que emerge nas décadas de 1940 e 1950. Em 1926, Marof parece, sobretudo, se rebelar contra a ideia de que o “progresso” se daria automaticamente, contra a ideia de um desenvolvimento equilibrado e estável do capitalismo. Era necessário buscar um “atalho” e este possuiria necessariamente tintas nativas. Neste sentido, Marof não se distancia tanto do nacionalismo teorizado por Nairn.

Curiosamente, o próprio nacionalismo do MNR não se apoiaria muito nestas tintas. Carlos Montenegro, considerado um dos principais ideólogos do MNR (pelo menos do período que vai da sua fundação até a Revolução de 1952), identifica como o centro da nacionalidade não o índio, mas o mestiço urbano. Em *Nacionalismo y Coloniaje* - publicado em 1944 e que se tornaria uma importante referência para o nacionalismo revolucionário boliviano¹⁰ - ele afirma que “expulsão do poder” de Pedro Domingo Murillo, liderança independentista de 1809 em La Paz, teria deixado o governo “livre de mestiços”, extirpando assim “o último vestígio de influência política da camada social dominada” (Montenegro, 2008, p. 49).

O teórico nacionalista identifica um conflito central, que perpassou a história da Bolívia desde a sua fundação, entre: 1) uma tendência “nativa autonomista”, que se identificou com a “massa indo-mestiça” popular e urbana, mas que era representada, sobretudo, por um grupo civil e militar de “raiz nacional e tradição revolucionária” e 2) uma tendência “externa de domínio”, que estava ligada aos interesses de casta de uma elite crioula

¹⁰ Como veremos no capítulo 4, há inclusive semelhanças entre a forma do documento do MNR para a Assembleia Constituinte de 2006-2007 e *Nacionalismo y Coloniaje*.

de “origem espanhola e tradição colonial” possuidora das riquezas (ibidem, p. 69-73). Montenegro faz poucas referências à tradição indígena pré-colonial e sua crítica à colônia não faz referência à opressão dos índios, mas sim à lógica de um governo que é estabelecido para beneficiar sociedades externas. Assim, ele acredita que o conflito entre “espírito colonial” e “espírito nacional emancipador” se estende durante o século XX, mas seu entendimento de “colonial” é muito diferente de teóricos que enfatizam a manutenção do antagonismo central entre “colonizadores” e “índios”, como Silvia Rivera (2003), cuja obra será abordada mais adiante.

Apesar de rejeitar fórmulas políticas “externas” e advogar por uma solução “nativa” para os problemas bolivianos, o recurso à natividade em Montenegro não se refere a línguas, culturas populares, credos ou sistemas morais e jurídicos da maioria da população boliviana (como em Marof). Sua “fórmula nativa” aponta, sobretudo, para o futuro. Escrito oito anos antes da Revolução de 1952, seu livro conclui que o tormento vivido na Guerra do Chaco (1932-1935) despertou uma “alma popular contemporânea” inconformada com o presente, que “anseia imperar no futuro”, “um sentido vitalista que pugna para se autenticar” (ibidem, p. 241).

Este nacionalismo que não se apresenta com matizes passados, étnicos, não seria único da Bolívia. Segundo Eric Hobsbawm, o nacionalismo latino-americano no século XX se identificou prioritariamente com pautas “desenvolvimentistas”, “anti-imperialistas” e de esquerda (Hobsbawm, 2009, p. 336). Estiveram ausentes, segundo o historiador, elementos que caracterizam a fase mundial do nacionalismo então vigente (de meados da década de 1990): ânsias separatistas, justificações étnico-linguísticas, historicismos e combate a inimigos “internos”. Assim, a América Latina teria uma “anomalia”, pois até o momento teria se mostrado imune ao nacionalismo étnico-cultural do resto do mundo (ibidem, p. 340). A região, portanto, não possuiria a “força regressiva”, que olha para o passado, do nacionalismo de Nairn.

Mas a imagem de um nacionalismo puramente “anti-imperialista” e desenvolvimentista não corresponde inteiramente à experiência boliviana, mesmo considerando somente o nacionalismo revolucionário de meados do século passado. Seu “adversário unificador” não era conformado unicamente pelas potências estrangeiras que dominavam economicamente o país. Mais do que atacar a estes países, Montenegro ataca a um setor da sociedade boliviana, uma “casta” remanescente da colônia, que tornou os interesses estrangeiros os seus próprios interesses durante a fase republicana. Tratava-se de uma “antipátria”, uma oligarquia que se sentia “inteiramente estranha ao país”, “infectando-

se com o alheio ao extremo de anular inclusive os instintos elementares da existência”. Tal oligarquia teria vivido “da Bolívia, mas não na Bolívia e para a Bolívia”. Seu caráter “externo” era profundamente ligado à dinâmica interna da sociedade boliviana, surgida da sociedade colonial da América Espanhola. A sociedade colonial estaria de certa maneira prenhe de um sujeito que lhe é antagonista, pois seu governo era voltado para o benefício alheio. O adversário externo é, acima de tudo, interno. A “antipátria” seria um elemento ativo no interior da sociedade republicana que ainda carrega um “espírito colonial” e o conflito que o nacionalismo trava seria contra esta oligarquia e não contra exércitos ou empresas estrangeiras. O passado colonial seria, portanto, uma chave que articularia tanto a rejeição contemporânea ao domínio econômico estrangeiro quanto a rejeição histórica a uma casta que abomina culturalmente o restante da população nacional.

Deste modo, o modelo de Nairn é insuficiente para abordar dois aspectos do nacionalismo boliviano. O primeiro, identificado acima, é o indigenismo, pois Nairn percebe no apelo ao passado uma “irracionalidade”, sendo que o indigenismo socialista de Marof, por exemplo, se coloca como proposta de progresso. O segundo é a figura do adversário, que Nairn identifica nas forças econômicas estrangeiras, que impõem uma realidade de atraso para os países periféricos. O palco privilegiado do conflito nacionalista é a guerra entre dois Estados. Contudo, para a Bolívia, ainda que as guerras tenham tido simbolicamente um papel importante, os autores nacionalistas identificam como o grande adversário da nação um setor da própria sociedade nacional: a “oligarquia antipátria”. O conflito que este nacionalismo aponta não é internacional, mas sim interno e se traduz em momentos de guerra civil, revolução nacionalista, rebeliões contra elites políticas, etc.

Nesse sentido, faz-se necessário abordar outro teórico do nacionalismo, Ernest Gellner, que se preocupa especialmente com os fenômenos nacionalistas surgidos dentro de uma sociedade etnicamente fragmentada.

A luta entre culturas pelo poder

Em *Nations and Nationalism* (1983), escrito seis anos após *The Break-Up of Britain*, Ernest Gellner desenvolve uma influente teoria sobre o surgimento das nações e do nacionalismo. A principal tese defendida na obra é a de que o nacionalismo – sentimento que antecederia às nações – é uma necessidade das sociedades industriais (principalmente no período inicial, quando acabaram de superar sua fase agrária), que precisam recobrir com uma mesma cultura um território politicamente delimitado por um Estado. A nova lógica

industrial exige o desenvolvimento de uma população culturalmente homogênea, com a mesma formação educacional, pois a sociedade moderna vive uma constante “dança das cadeiras” (Gellner, 1983, p. 25), com intensa flexibilidade na relação dos indivíduos com o mundo do trabalho. A escola e outras instituições estatais teriam, portanto, o papel de fomentar esta homogeneização cultural. A sociedade industrial se caracterizaria por uma grande desigualdade, mas também por uma intensa mobilidade vertical dos seus membros.

Segundo Gellner, na transição entre as sociedades agrárias e industriais haveria a definição de qual das antigas culturas seria a base para o desenvolvimento desta nova sociedade moderna espalhada uniformemente pelo território de um Estado. Assim, o nacionalismo seria um sentimento que prega a defesa da confluência entre as fronteiras estatais e as fronteiras culturais e étnicas para uma determinada sociedade. Nos primeiros países que se conformaram como sociedades industrializadas (como EUA, França, Inglaterra) esta passagem ocorreu sem muitos percalços, e o sentimento nacionalista foi logo substituído por um sentimento estável de pertencimento a uma nação, realimentado pelas instituições estatais. A nação que surge deste processo é, portanto, tanto um grupo que possui uma cultura em comum quanto um que se unifica pela vontade (definições clássicas de nação citadas por Gellner), mas que só adota esta forma graças às necessidades da sociedade industrial (ibidem, p. 53-55).

O teórico acredita que o nacionalismo é uma espécie de patriotismo¹¹, mas que se torna “dominante somente sob certas condições sociais que na realidade prevalecem no mundo moderno e em nenhum outro lugar” (ibidem, p. 138). Trata-se de um patriotismo com distintas características:

As unidades que este tipo de patriotismo, mais especificamente o nacionalismo, favorece com a sua lealdade são culturalmente homogêneas, baseadas em uma competição cultural por tornar-se uma alta cultura escrita; elas são grandes o suficiente para sustentar a esperança de amparar um sistema educacional que possa manter a cultura escrita avançando; elas são parcamente dotadas de subgrupos internos rígidos; suas populações são anônimas, fluidas e móveis, e elas não são mediadas; o indivíduo pertence a elas diretamente, em virtude do seu estilo cultural, e não em virtude da associação de subgrupos aninhados. Homogeneidade, escrita, anonimato são os traços-chave (ibidem, p. 138).

Neste trecho ficam mais claros os elementos centrais da obra de Gellner. O primeiro é o diagnóstico de que o sentimento nacionalista rechaça as coletividades que não coincidem

¹¹ Patriotismo genericamente entendido como “a lealdade dos homens para com os seus grupos”, que não necessita de distintos fatores econômicos para existir (ibidem, p. 138) e que, por isso, pode se repetir em distintos momentos da história da humanidade.

com a nação, devendo os indivíduos se relacionar diretamente com esta, sem muitas mediações. Por isso a necessidade de anonimato. O segundo é que uma cultura razoavelmente desenvolvida seria adotada por toda a população, sendo o Estado provedor desta; daí a escrita como traço-chave. O terceiro é que, para que estes elementos anteriores existam, os cidadãos precisariam ser entendidos como uma massa homogênea, que não pode ser diferenciada pelo Estado por traços culturais ou étnicos.

Mas o nacionalismo radical e dramático, capaz de modificar a ordem política vigente e os marcos territoriais do Estado em questão (unificações ou separatismos), seria típico de processos mais conturbados de transição para a industrialização. Nestes casos, o processo de homogeneização cultural não ocorreria e a sociedade de um determinado Estado continuaria se diferenciando em subgrupos étnicos e culturais (causando impedimentos para a entropia social). Citando como exemplos a Itália, a Alemanha e, sobretudo, os países do leste europeu, Gellner acredita que tal nacionalismo se desenvolve em sociedades em que os detentores de poder possuem uma cultura diferente do resto da população, tanto em situações em que somente a elite recebe educação (*early industrialism*) quanto em situações em que todos a recebem (*late industrialism*).

O teórico reconstrói uma história de nacionalismo típica: a dos ruritânios, uma população camponesa hipotética – com clara referência à Europa do leste – que fazia parte do “Império da Megalomania”. Somente os ruritânios falavam sua língua, sendo que as elites dirigentes do império possuíam língua e cultura distintas. Com a industrialização, estes camponeses passaram a migrar da sua região original para as cidades. No contexto urbano, sua cultura “nativa” era vista com preconceito, e “logo eles viram a diferença entre lidar com um ‘co-nacional’, uma pessoa que entendia e simpatizava com a sua cultura, e alguém que era hostil a ela”. Esta experiência os deixaria conscientes de sua cultura e evidenciaria dificuldades de ascensão social impostas por outros grupos. Por fim, em uma situação internacional favorável e motivados por uma renascida cultura ruritana, os ruritânios conseguiram a independência da Megalomania (ibidem, p. 61).

Este é o aspecto da teoria de Gellner sobre o nacionalismo ao qual eu pretendo me ater. Trata-se de uma tese secundária de sua obra, mas que tem especial relevância para este trabalho porque relaciona os nacionalismos mais dramáticos com questões internas às sociedades que precisam realizar uma transição à modernidade. Em comum com Nairn, Gellner identifica nas forças do “progresso” as razões para o desenvolvimento do nacionalismo (ainda que rejeite o “capitalismo” como uma categoria central, substituindo-a por “industrialização”). O nacionalismo seria uma expressão das dores de parto da transição.

Em contraposição a Nairn, porém, Gellner percebe o nacionalismo como um fenômeno que reage a um conflito interno à determinada sociedade política, que mistura o conflito cultural com o social.

Na realidade, Gellner propõe um modelo alternativo ao marxismo sobre a polarização social em sociedades industriais. O diagnóstico marxista foca na luta de classes e tem como fator explicativo central a desigualdade econômica e a posse dos meios de produção. O diagnóstico de Gellner caracteriza a sociedade moderna pela mobilidade social, sendo que as polarizações (conflito social ou luta de classes) seriam explicadas por outros fatores que não a desigualdade econômica: acesso ao poder, acesso à educação e identidade de culturas entre elite política e resto da população. Assim, a situação de polarização social dramática ocorreria quando uma classe (não detentora do poder) vê suas possibilidades de ascensão social barradas pelas diferenças culturais:

Na realidade, etnicidade entra na esfera política como ‘nacionalismo’ quando a homogeneidade ou continuidade cultural (não a ausência de classe) é requerida pela base econômica da vida social, e quando as diferenças de classe culturais se tornam nocivas; enquanto não demarcadas etnicamente, diferenças graduais de classe permanecem toleráveis (ibidem, p. 94).

Portanto, Gellner vê o nacionalismo e as reivindicações étnicas como grandes motivadores de unificação política para a polarização social. As diferenças de classe, diz ele, seriam graduais. Somente quando um grupo percebe que, por suas diferenças culturais, está condenado a ocupar sempre uma posição social, é que ele se torna um catalisador político (ou seja, há situações revolucionárias):

Nações, grupos étnicos, não eram nacionalistas quando os Estados foram formados em sistemas agrários razoavelmente estáveis. Classes, ainda que oprimidas e exploradas, não mudam o sistema político quando elas não conseguem se definir ‘eticamente’. Somente quando uma nação se torna classe, uma categoria visível e desigualmente distribuída em um sistema móvel, é que ela se torna politicamente consciente e ativista. Somente quando a uma classe lhe ocorre ser (mais ou menos) uma ‘nação’, é que ela se transforma de classe-em-si em classe-para-si, ou nação-para-si. Nem nações nem classes parecem ser catalisadoras políticas: somente classes-nação ou nações-classe o são (ibidem, p. 121).

Neste sentido, a crítica de Gellner ao marxismo se assemelha a de Nairn, ainda que não seja interna ao debate socialista. Mas Gellner, diferentemente de Nairn, questiona a ideia de polarização social via luta de classes em si, preconizando um modelo que só prevê este tipo de situação dramática se definida em termos culturais e étnicos. Já Nairn foca sua crítica na falha do marxismo em prever que a consciência de classe (imputada às massas de maneira

“iluminista”) pudesse ser suplantada pelo nacionalismo na realidade histórica (porque este oferecia às massas uma cultura mais “acessível e relevante”). Para ele, isso não necessariamente significa que conflito de classes careceria de centralidade para exigir uma mudança na estrutura social moderna, como parece implicar Gellner.

Para investigar a forma como o modelo de nacionalismo radical de Gellner pode se aplicar à Bolívia, é necessário compreender o papel que nele cumpre a homogeneidade. O nacionalismo, ao buscar a coincidência das fronteiras étnicas e políticas, também buscava uma homogeneidade cultural que é funcional à sociedade industrial. Caso este ideal se concretize de maneira satisfatória, o terreno para o desenvolvimento do nacionalismo perderia espaço considerável e a nação se tornaria uma identidade cultural estável. A ausência desta homogeneidade, contudo, seria vivida de maneira dramática e causaria a polarização social da classe-nação, o nacionalismo radical que implicaria em mudanças políticas.

Há aqui um paralelo com o drama representado pela ausência de desenvolvimento do modelo de Nairn. O nacionalismo se desenvolveria especialmente nos países que vivem a transição para a modernidade de maneira inesperada e desigual. É importante lembrar, contudo, que Gellner não aborda diretamente as tensões decorrentes do desenvolvimento desigual do capitalismo, ou da industrialização, para usar seu próprio vocabulário. Mas sua análise do nacionalismo radical implica nestas tensões, já que aponta para momentos em que os elementos funcionais à sociedade industrial não existiriam ou atuavam de maneira falha e haveria impedimentos culturais e étnicos para a mobilidade social (nos seus termos, impedimentos para a entropia social). Por isso o nacionalismo radical seria típico das fases iniciais da industrialização e tenderia a se atenuar conforme esta avançasse.

Ainda que Gellner tivesse como referência empírica a periferia europeia, a América Latina se encaixa nesta transição tortuosa para a modernidade. O ideal de sociedade industrializada e homogênea estava muito longe do continente e o capitalismo se estabeleceu reproduzindo escravidão, trabalho servil, profundas clivagens étnicas e modos de produção não capitalistas.

Não por acaso, a noção de formação econômico-social é especialmente interessante para entender como esta transição à modernidade ocorre na América Latina. O sociólogo René Zavaleta Mercado desenvolve esta problemática no caso boliviano. Ele usa a concepção de formação econômico-social de Emilio Sereni, entendida como “formulação sintético-totalizante”, cuja “totalidade” remete à unidade das esferas econômica, social, política e

cultural da vida da sociedade. Além disso, tal totalidade aparece por meio do desenvolvimento histórico, seja ele contínuo ou descontínuo (Zavaleta Mercado, 2008, p. 83).

Zavaleta considerava a Bolívia dotada de uma formação *abigarrada* (imbricação de vários elementos heterogêneos), porque épocas econômicas se sobrepõem de maneira “não muito combinada”. Apesar a dispersão da sociedade *abigarrada*, o sentimento nacional subsistiria não como necessidade de homogeneização cultural, mas sim como resultante das convulsões políticas coletivas que de tempos em tempos tomariam tal sociedade. No capítulo 3, veremos com mais atenção como Zavaleta desenvolve uma interessante perspectiva da crise política como elemento nacionalizador.

Mas a ausência de uma sociedade nacional homogênea culturalmente não significa que tal homogeneidade não pudesse figurar como um ideal político poderoso no país. Efetivamente, o projeto “mestiço” do nacionalismo revolucionário de meados do século XX pode ser considerado a expressão histórica desta força homogeneizadora modernizante. Tal nacionalismo incorporou o índio na política nacional sob o nome de “camponês”, organizado em seu respectivo “sindicato agrário” e não em suas comunidades originárias. Mas a falência deste projeto implicou uma reação poderosa, que levou ao desenvolvimento de um indigenismo renascido nas décadas de 1960 e 1970.

A Revolução de 1952 dotou os indígenas camponeses de direitos políticos efetivos ao acabar com o trabalho servil no campo e tornar o voto universal inclusive para analfabetos. Além disso, a reforma agrária insere estes indígenas na vida econômica do país. Mas a promessa homogeneizadora modernizante do nacionalismo não se cumpriu e dois fatores podem ser levantados para explicar este fenômeno. O primeiro era que estes grupos continuavam a sofrer preconceito, ainda que este não fosse mais institucionalizado pelo Estado como era antes. Indígenas continuavam tendo dificuldades no acesso a posições de destaque e a cidadania era subordinada às formas clientelistas do Estado de 1952, na qual os indígenas eram cidadãos desde que submetidos à estrutura sindical camponesa, que por sua vez tinha sua cúpula subordinada ao MNR e aos interesses do governo (Rivera, 1990, p. 105). O acesso às “benesses” do Estado (titulação das terras da reforma agrária, cupons de alimentação, etc.) ocorria por meio das estruturas informais do clientelismo político, e não por meio das estruturas institucionais formais (Rivera, 2003).

O segundo fator é que a identidade indígena destas populações se mantinha latente e era perceptível que sua identidade camponesa não lhes garantia o direito à reprodução dos modos de gestão territorial, política e cultural das comunidades indígenas. Aimará e quéchua,

línguas faladas pela grande maioria da população indígena camponesa, não foram reconhecidas pelo Estado e pelo sistema educacional até a reforma constitucional de 1994.

A antropóloga Silvia Rivera, cuja obra foi marcada pela ascensão do movimento katarista na década de 1970 e 1980, identifica como principais “opressões” perpetradas pelo Estado de 1952 a obrigação do parcelamento das terras comunitárias em pequenas propriedades individuais, o ensino forçado de espanhol e imposição do desaparecimento de “todos os vestígios de identidade étnica”. Desta forma, o clientelismo seria uma “estrutura intermediária” que, por um lado, permitiria uma aparência moderna ao sistema político e, por outro, reproduziria “padrões estruturais herdados do passado colonial”. Para ela, a “cidadania” teria a mesma lógica da “cristianização” forçada imposta pelos colonizadores, “para serem reconhecidos como seres racionais merecedores da condição humana, os índios tinham que negar sua própria identidade e adotar o estilo de vida da minoria dominante” (Rivera, 1990, p. 116).

Mas Rivera reconhece que os movimentos indígenas não só reivindicaram historicamente suas “identidades étnicas”, mas também tinham suas próprias demandas de cidadania liberal. Ela cita as reivindicações por “escola e castelhanização” do movimento indígena de 1910 a 1930 como formas de “aceder à cidadania e aos direitos que as leis republicanas reconheciam no papel, mas que as práticas do Estado e da sociedade oligárquica negavam cotidianamente” (Rivera, 1993, p. 49). Frente a uma legislação que encobre a violência, os indígenas oscilariam para duas saídas “táticas”: o reconhecimento de que há uma “lei” específica para os índios ou a efetivação da legislação liberal igualitária (que implicaria no reconhecimento da “igualdade de direitos para os cidadãos, sem discriminações étnicas, religiosas ou raciais”) (ibidem, p. 49-50).

Apesar das conquistas modernizantes de 1952 (sufrágio universal, reforma agrária, etc.), o clientelismo e a ideologia homogeneizadora do nacionalismo revolucionário mantiveram esta dupla problemática indígena – a ausência do reconhecimento da sua identidade cultural e a falta de cidadania efetiva. Assim, a perspectiva normativa do nacionalismo revolucionário mantinha uma distância gritante com a realidade, na qual camponeses e pobres eram indígenas que destoavam do “padrão nacional” pela sua língua, pela sua cor de pele, pelas suas roupas e pelos seus costumes. Tratava-se de um nacionalismo discursivamente inclusivo (a partir da ideia da mestiçagem), mas com uma prática que reproduzia segregações culturais e étnicas como sociais e políticas. Na experiência concreta, a cidadania era vivida de forma diferente pelos índios. É difícil precisar em que medida a percepção de uma cidadania incompleta é causa ou consequência da percepção de identidade

cultural diferenciada que precisa ser afirmada, mas ambas compuseram um contexto que impôs o fracasso do projeto homogeneizador de 1952.

A resposta a esta situação foi um resgate à tradição indigenista do início do século, o que no modelo de Gellner equivale à polarização social por meio de uma classe-nação. A partir da década de 1970, movimentos étnicos vinculados ao campesinato ou à intelectualidade indígena urbana passaram a se organizar (no próximo capítulo, desenvolverei melhor o ressurgimento destes movimentos, principalmente do chamado movimento katarista). Se, por um lado, eles reivindicavam fortemente seu caráter “pré-existente” e civilizatório, por outro estavam na raiz das suas mobilizações impedimentos socioeconômicos de mobilidade social e a grande miséria da população rural andina.

O caso boliviano evidencia que o “*melting pot* latino-americano”, tão apreciado por Hobsbawm, implicou em formas de segregação étnica e cultural encobertas, pelo menos em alguns contextos nacionais. A reação a esta segregação é uma espécie de nacionalismo voltado contra adversários internos, agora não mais vistos como “antipátria” de trejeitos estrangeiros, mas sim como elite crioula opressora dos índios, os legítimos “donos” do território boliviano. Trata-se de outra visão do passado colonial, que opõe os interesses ocidentais “europeizantes” aos interesses indígenas.

Na versão mais radical destes movimentos indigenistas, a verdadeira nação que se reivindicará será a pátria índia, a reconstituição da vida pré-colombiana. A principal expressão desta vertente radical é Fausto Reinaga, intelectual indianista que será influente tanto nos movimentos kataristas da década de 1970 e 1980 quanto nos movimentos radicais do altiplano *paceño* do início deste século. Segundo ele, o “problema nacional” do índio boliviano se resume a:

Meio milhão de *cholos* oprimem a quatro milhões de índios. Um “punhadinho de brancos mestiços” fez “seu” Estado-Nação para governar uma *comunidade histórica autóctone*, diferentemente de sua história, raça, território, vida econômica, psicologia e cultura. Em outras palavras, o índio é uma nação oprimida. O *cholo*, uma nação opressora. (Reinaga, 1970, p. 168. Destaques no original)¹².

Reinaga se afasta de um pluralismo cultural presente no katarismo tradicional e afirma o conflito entre duas “nações” sobrepostas que só pode ser resolvido por meio de uma “revolução índia” que “libera sua nação e a do opressor antagonico” (ibidem, p. 169). A visão de Reinaga traz grandes proximidades com a emergência de uma “classe-nação”, como teorizada por Gellner.

¹² O termo *cholo* é utilizado para fazer referência ao índio ou mestiço aculturado, morador da cidade.

O modelo de Gellner, portanto, nos ajuda a pensar algumas lacunas deixadas por Nairn, especialmente no que diz respeito à construção de nacionalismos com base em adversários internos (sejam eles a “antipátria”, a “elite crioula” ou ambas). Contudo, a incógnita deixada pelo indigenismo dotado de “racionalidade” proposto por Marof permanece. Nairn, assim como Hobsbawm, acredita que o caráter “étnico” e historicista do nacionalismo é necessariamente regressivo e irracional, mas esta fórmula parece incômoda dentro do que foi a realidade das sociedades latino-americanas que emergiram do regime colonial espanhol. Neste sentido, faz-se necessária a análise de como estas identidades nacionais surgem e o papel específico da etnicidade e da historicidade dentro destas. Anthony D. Smith possui uma teoria do nacionalismo que aborda estas questões de maneira diferente da de Nairn ou Hobsbawm.

Origens étnicas e mitos históricos

Com uma visão mais atenta à variedade dos nacionalismos que se desenvolveram historicamente, em *The Ethnic Origins of the Nations* (1986), Anthony D. Smith identifica na etnicidade uma variável independente para a conformação do sentimento nacional. Smith define o que entende por etnia: “populações humanas com nome, histórias, culturas e mitos de ancestralidade compartilhados, associadas a um território específico e a um senso de solidariedade” (Smith, 1986, p. 32). Nome, história, cultura, mito, território e solidariedade são os seis elementos que, portanto, compõem a etnia.

Para ele, as teorias que relacionam o nacionalismo somente à modernidade (industrialização, capitalismo, imprensa etc.) possuem dificuldade em trabalhar com diferentes processos de construção de nações; elas conseguem responder “por que” e “quando”, mas não “quais”, “onde” e “sob quais bases” (Smith, 1998, p. 46).

O teórico não discorda da tese de que as nações são fenômenos tipicamente modernos, mas acredita que somente esta caracterização não é suficiente para entender a dinâmica de desenvolvimento dos nacionalismos. Ele traça um panorama de três revoluções que ocorreram na transição para a modernidade no ocidente e que “fizeram a formação das nações algo tão desejável”: 1) uma revolução na divisão do trabalho (econômica); 2) uma burocrática, que aumentou as formas de controle administrativo e militar; e 3) uma cultural, na qual o Estado assume o papel de padronizar uma cultura cívica e patriótica, substituindo a tradição eclesiástica (Smith, 1986, p. 131-133).

Contudo, como estas revoluções não ocorreram da mesma forma ou de maneira simultânea no mundo, Smith identifica dois tipos padrão de formação nacional, uma “territorial” e outra “étnica”.¹³

O modelo de formação nacional “territorial” tem como base limites geográficos bem estabelecidos: “o senso de ligação (*boundness*), de inclusão e de exclusão, é vital para a definição da comunidade de cidadãos” (ibidem, p. 135). Outro fator muito importante é o aspecto legal, pois seus cidadãos – a princípio sem exceções de raça ou religião – são guiados pelo mesmo código legal, com direitos e deveres estabelecidos. Tal formação parte do Estado, de uma estrutura política administrativa já existente, para formar uma nação (*state-to-nation*), sendo a noção de cidadania um aspecto fundamental. A cultura cívica também se torna um aspecto importante, pois solidariedade entre os cidadãos necessita uma “‘religião civil’ ordinária, formada por mitos, memórias e símbolos comuns, e comunicada em uma linguagem padrão por meio de instituições educacionais” (ibidem, p. 136). Portanto, a educação em massa homogeneizadora é um elemento central para este modelo.

Os equivalentes históricos a tal modelo teórico seriam as formações nacionais como a França, a Espanha e a Inglaterra, nas quais “Estados étnicos” foram gradualmente transformados em Estados nacionais, com a incorporação burocrática de populações que não compunham o Estado étnico anterior. Resultam deste processo algumas minorias étnicas, incorporadas contra a sua vontade (Catalunha, Escócia, Languedoc etc.). Contudo, neste processo de expansão da etnia central (que ocorre entre os séculos XIII e XVI), surge um novo conceito de comunidade: “o de uma população ligada por laços territoriais politicamente delimitados, laços de fidelidade a soberanos idênticos e de associação a uma cultura política comum”. Com o advento das três revoluções (econômica, administrativa e cultural), tais comunidades políticas étnicas se transformaram em nações territoriais por meio de operações políticas estatais. “Neste sentido, elas se transformaram em ‘Estados nacionais’, mas nunca ‘Estados-nação’” (ibidem, p. 139). Não se trata, portanto, de uma transformação da etnia anterior em uma nação. Ainda que parta de um Estado étnico, o novo Estado cria padrões culturais mais gerais, “cívicos”. Diferentemente de Gellner, Smith diferencia com mais cuidado os conceitos de cultura e da etnia.

Os estados formados a partir da independência das colônias nos Estados Unidos ou na América Latina também se encaixam neste modelo de nações territoriais, pois os núcleos étnicos (colônias inglesas e os impérios português e espanhol) também se complementaram e

¹³ Os termos são colocados entre aspas porque, como veremos, para o teórico nenhuma formação é completamente territorial ou complemente étnica.

foram marcados por laços políticos e pela residência territorial. A elite crioula latino-americana possuía identificação étnica com a metrópole e, vista de dentro, era uma “etnia aristocrática” dentro de um vasto império multiétnico com uma ampla cultura religiosa. Com a independência e a formação de vários Estados a partir das fronteiras administrativas da colônia, foram formadas “nações de classe média alta” que usaram o aparato estatal para estender a comunidade política da nação para as outras classes (ibidem, p. 140). A América Latina, contudo, não é um foco da análise de Smith.

Em contraposição à formação territorial, o modelo étnico é marcado pela transformação de laços étnicos anteriores em sentimentos nacionais, feita por meio de mobilização, territorialização e politização. “No geral, isso produziu uma concepção diferente de nação, uma que enfatizava elementos como genealogia, populismo, costumes e dialetos, e nativismo” (ibidem, p. 137). Assim, a nação precede o Estado, e a homogeneização cultural se dá com base em sentimentos de descendência, mitos de origem, costumes, tradições – “uma espécie de nativismo missionário, uma crença na qualidade redentora e essência única da nação étnica” (ibidem, p. 138). Ainda que as nações étnicas contenham instituições e códigos legais (que conformam a cultura cívica das nações territoriais), estes não são elementos centrais para criar laços de solidariedade entre seus cidadãos. Em teoria, tal formação étnica – em oposição à territorial – é mais “demótica e plebéia”¹⁴, por isso tem como característica o “populismo” que Nairn identifica. Muitos dos Estados-nação que se formaram neste modelo o fizeram por meio da “mobilização popular”. Neste sentido, a base étnica demográfica é tomada como a base da unidade política em questão.

Os correspondentes históricos a este modelo são, mais uma vez, as formações nacionais do centro e do leste europeu. Ali, a tripla revolução da modernidade se desenvolveu muito mais tarde – e de forma desigual – que nos estados europeus ocidentais e as etnias dominantes, que governavam impérios poliétnicos (austro-húngaro, russo, otomano), apostavam majoritariamente em sentimentos de lealdade dinásticos (ou seja, não traduziram a sua expansão em uma “cultura cívica”). No caso alemão, a referência à comunidade política anterior era bastante vaga e remetia à antiguidade romana, mas neste caso o critério étnico linguístico foi bastante importante. Já nos casos polonês e húngaro, a referência à comunidade política era muito mais real. Como vimos, a Polônia havia sido um reino cujo território foi dividido no final do século XVIII e a Hungria também havia sido um reino antes de ter sido

¹⁴ Na prática, Smith aponta que foram os estratos educados – “pequena nobreza, baixo clero, comerciantes e empresários, oficiais menores e professores, escritores e artistas, jornalistas, advogados médicos e assim por diante” – que compuseram o elemento popular pelo menos até o início do século XX na Europa e mais tarde em outros lugares (ibidem, p. 137).

incorporada ao Império dos Habsburgo. Em ambos casos, a pequena nobreza e a intelectualidade de classe média destas regiões foram essenciais para “convocar as massas à história” e para transformar a cultura de uma “aristocracia étnica” em “nações politicamente participantes” por meio de educação massiva (ibidem, p. 142).

Contudo, Smith destaca que a etnicidade possui um papel importante tanto no modelo territorial quanto no modelo étnico. É como se a nação possuísse um código duplo que faz referência à etnia e ao Estado. “Nenhum aspirante-à-nação pode sobreviver sem uma terra natal ou um mito de descendência e origens comuns. Igualmente, nenhuma etnia-aspirante-à-nação pode alcançar seus objetivos sem efetivar uma divisão do trabalho geral e uma mobilidade territorial, ou uma igualdade legal de direitos e deveres gerais para cada membro, ou seja, cidadania” (ibidem, 149). Assim, as primeiras nações territoriais europeias se desenvolveram a partir de núcleos étnicos fortes, cujos “estados foram capazes de incorporar, até de aculturar, etnias vizinhas”. Ao passo que as nações étnicas que surgiram posteriormente foram “desenhadas expressamente para caber nestes núcleos étnicos” (ibidem, p. 212).

Smith identifica a necessidade de levar a sério as raízes étnicas do nacionalismo moderno na poderosa influência que o mito e a história exercem na conformação deste fenômeno. Para o teórico, se não há um modelo de etnicidade anterior ou de etnia pré-existente, não haverá nacionalismo nem nações, somente um “*étatisme* imposto desde cima”, fenômeno muito diferente do nacionalismo (ibidem, p. 214). As nações, portanto, para poderem existir, necessitam de “mitos e passados” que não podem ser construídos do nada ou meramente fabricados:

“Mesmos os mitos revolucionários pressupõem um passado, muito do qual deve estar perdido, mas normalmente um núcleo, uma idade dourada de igualdade e simplicidade, é salvo e arrebatado. Estes passados e mitos são inevitavelmente étnicos: eles pertencem a esta ou aquela população ligada culturalmente e historicamente definida” (ibidem, p. 214).

Para Smith, portanto, tais mitos e histórias não devem ser manipulados livremente, como dá a entender a maioria das visões instrumentalistas e modernistas do nacionalismo. Ainda assim, o teórico reconhece que, se tal etnicidade – entendida como a referência a mitos e passados de uma determinada população – não existe, ela precisa ser “reinventada”. Tal “reinvenção” significa “descobrir um passado adequado e convincente que pode ser reconstruído e representado a membros e não-membros (*outsiders*)” (ibidem, p. 212). Há, portanto, uma diferença na concepção de “reinvenção” (colocada entre aspas pelo próprio

autor) e de estatismo imposto, já que a primeira recorre a algo da história de uma determinada população.

Ainda que haja paralelos na análise de Smith com a Nairn - ambos identificam como intrínseco ao nacionalismo esta referência à história da população nativa e aos mitos do passado - Smith não vê nestas “origens étnicas” uma característica necessariamente negativa. Ao sentenciar que sem estas, o nacionalismo não se efetiva (é somente um “estatismo” imposto), o teórico parece reiterar a importância de conceitualizar o nacionalismo como um fenômeno popular, ligado efetivamente às crenças e tradições da sua população nativa. Desta forma, ele rejeita a ideia da “manipulação livre” do passado para que se crie um nacionalismo, o uso da história precisa fazer sentido para a população nativa.

Atentemos ao adjetivo “convvincente” usado por Smith. Ele é o que separa o estatismo puro, que não consegue “reinventar” um passado adequado, crível, de um nacionalismo. Mas o que permite que este passado seja convincente? Que tipo de núcleos e modelos étnicos um Estado pode mobilizar para fazer com seus cidadãos criem laços de solidariedade? A pergunta é particularmente importante no caso da América Latina, já que seus Estados conformam, segundo a tipologia do autor, nações de tipo territorial, que surgiram a partir de Estados étnicos. Mas eles se diferenciam dos seus irmãos europeus, porque aqui a relação com o núcleo étnico inicial é muito mais tensa, marcada pela experiência colonial. Colocado isso, podemos reformular a pergunta anterior: que mitos e passados podem ser recuperados que façam com que estes Estados desenvolvam seus nacionalismos territoriais e não simplesmente “estatismos puros”?

Um caso citado pelo próprio Smith são os Estados Unidos. Aqui, a partir do núcleo étnico inglês colonial, os norte-americanos foram capazes de estabelecer um nacionalismo cívico territorial. Para além de temas mais universais como a residência, o território, direitos civis e códigos legais, essenciais para unificar regiões com grandes diferenças sócio-econômicas (principalmente norte e sul), destes elementos “étnicos” de união citados, era necessário se apoiar em um mito fundacional, uma religião comum e em certo messianismo, como a doutrina do destino manifesto.

Acredito que poderíamos estender este argumento a alguns casos latino-americanos, em especial àqueles países que tiveram na mestiçagem um elemento central para a criação de uma identidade nacional. O mito brasileiro da mestiçagem, cuja grande referência foi Gilberto Freyre, via na mistura entre índio, negro e branco – este último em posição superior – a singularidade de uma verdadeira “civilização brasileira”. Formulado durante a primeira

metade do século XX¹⁵, numa época repleta de grandes obras político-sociais brasileiras, tal mito demorou a aparecer se comparado ao caso norte-americano, que já estava consolidado no século XIX. O autor pernambucano resgatava na experiência colonial dos latifúndios açucareiros uma história íntima repleta de patriarcalismo, hierarquia, violência, sabores e sexualidade. Ao viajar pelo Brasil profundo, Gilberto Freyre criou a ideia de uma sociedade “equilibrada em antagonismos”, sendo o principal deles a dicotomia entre senhor e escravo, fincada na terra, com uma moralidade flexível e um catolicismo dócil (Freyre, 2006). Nela, o brasileiro pôde se ver de forma convincente, diferente do que ocorreu durante todo o século XIX.

José Vasconcelos criou, uma década antes, uma imagem similar para o México com a obra *La raza cósmica*, de 1925. Sua raça cósmica também era chamada de civilização e tinha na mestiçagem amalgamadora uma característica central. Vasconcelos enfatiza a diferença dos saxões para com os latinos, sendo característica dos primeiros o extermínio de outras raças, e dos segundos a incorporação. Assim, a América Latina teria sido berço de uma mistura única e a raça ibero-americana dela decorrente teria a missão histórica de fundir culturas e etnias de todo o mundo, potencializando o “gênio” de diferentes povos em uma visão “realmente universal”. O mestiço aculturado é a grande figura desta nova raça, e o índio só é aceito como componente inicial da mistura, não como produto final (Vasconcelos, 1948). Contudo, é possível supor que a raça cósmica tenha cumprido o papel de um mito de identidade comum convincente, apontando como referência de ancestralidade a miscigenação ocorrida a partir da Conquista espanhola, mas também contando com uma espécie de destino manifesto civilizatório. Obviamente, aqui também são os brancos, no caso os latinos, os que exercem um papel preponderante.

Se evocamos, contudo, o romancista, historiador e ensaísta boliviano, Alcides Arguedas, temos uma imagem radicalmente oposta. A mistura de raças aparece em sua obra *Pueblo Enfermo*, de 1909, como uma condenação, que reúne as piores características do branco e do índio. Arguedas justifica com ela as diversas derrotas militares que a Bolívia em menos de um século de história já havia acumulado, faz o retrato de uma nação impossível (Arguedas, 2008). Ao repassarmos, inclusive, a história do pensamento político boliviano no século XX, não encontramos nenhum mito que tenha uma força equivalente ao da democracia racial ou ao da raça cósmica.

¹⁵ *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, foi editada pela primeira vez em 1933.

É fato que Arguedas escreve em uma conjuntura histórica muito diferente da de Vasconcelos e de Freyre, que publicaram suas obras logo após ou durante momentos-chave e transformadores das suas respectivas histórias nacionais: a Revolução Mexicana de 1910 e a década de 1930 no Brasil. No caso boliviano, é possível identificar paralelos entre figura do mestiço boliviano como cerne da nacionalidade em Carlos Montenegro e as imagens nacionais construídas por Freyre e Vasconcelos. Contudo, mesmo após a Revolução de 1952, esta imagem do mestiço não dilui de maneira hegemônica os sentimentos de pertencimentos étnico, regional ou de classe.

É possível especular como causas disso a curta duração do período nacionalista (1952-64), rapidamente abortado pelas ditaduras militares, ou a falência na efetivação de políticas universais de cidadania do regime nacionalista de 1952 (que, apesar dos seus avanços, manteve um modelo de intenso clientelismo especialmente com as populações indígenas rurais), que pode estar atrelada a um descompasso da revolução com os momentos mais típicos da consolidação do Estado moderno em outras partes do continente.

Em síntese, apresento neste capítulo algumas perspectivas teóricas sobre o nacionalismo que me ajudam a investigar as complexas relações entre etnicidade e nacionalismo e entre história e conflito que emergem na Bolívia contemporânea.

Por um lado, estas teorias me auxiliam na compreensão do nacionalismo como fenômeno que surge no contexto do conflito, e que, portanto, depende da figura de um adversário para identificar seu conteúdo específico. Tal adversário aparece na Bolívia marcado por uma ambiguidade: ele é ao mesmo tempo externo (representa as forças estrangeiras que querem condenar o país ao atraso) e, para importantes setores da sociedade, interno (representa as forças nacionais que depreciam as massas populares indígenas, condenando-as à miséria socioeconômica e política). Uma “elite crioula antipátria” seria a fórmula que sintetizaria este adversário e que teria suas raízes nas diversas contradições da antiga sociedade colonial.

Por outro lado, também foi analisado um teórico que – apesar de não trabalhar o nacionalismo especialmente dentro do terreno do conflito – contribui para entender como ele é construído. Smith enxerga o caráter étnico do nacionalismo como necessário, mas, ao definir a etnia de maneira mais cuidadosa que os outros autores analisados (como Nairn e Gellner) consegue separá-la das palavras negativas às quais está normalmente associada,

como o racismo, a xenofobia e demais formas irracionais de diferenciação entre grupos humanos. Para Smith, a história e a memória coletiva são pedras de toque da etnicidade (do nacionalismo, portanto) e tais elementos não são necessariamente racionais ou irracionais. O teórico enfatiza, assim, a reivindicação de experiências passadas e mitos históricos populares como uma característica necessária do nacionalismo. Sua ausência representa – em termos que já não são de Smith – dificuldades no estabelecimento de hegemonias políticas. Este aspecto, contudo, será mais bem abordado no capítulo 3.

Entretanto, um incômodo que foi levantado em alguns momentos neste capítulo não foi completamente solucionado na análise das formulações teóricas de Smith. Ainda que a íntima conexão entre etnicidade e historicidade ajude a entender o resgate ao passado como forma não necessariamente negativa, tem-se a impressão de que as experiências passadas que o indigenismo de Marof evoca dizem respeito a uma esfera que ultrapassa a etnicidade e esfera de uma população nativa específica. O projeto do incario é resgatado para comunicar ideias universais (e não específicas) de justiça e de racionalidade que se perderam no presente. Neste sentido, é preciso ir além da identidade étnica para entender o conflito político em torno do indigenismo, que no contexto atual se dá em torno das reivindicações que emergem no período das “guerras” antineoliberais, que envolve a reivindicação por representatividade política indígena, mas também envolve outras demandas igualmente contundentes. Assim, a relação entre historicidade e conflito na Bolívia contemporânea parece remeter mais a memórias de momentos-chave da vida política da sua população do que a identidades de grupo estanques, mutuamente excludentes. O próximo capítulo é dedicado, portanto, à análise destas memórias revolucionárias, que são aqui também denominadas de “tempos sociais”.

Capítulo 2 – Tempos sociais

A Bolívia viveu no início deste século um dos períodos mais intensos de mobilização popular da história da América Latina. Motivada pela privatização dos sistemas de abastecimento de água em Cochabamba, a Guerra da Água ocorreu entre janeiro e abril de 2000 e foi chamada de primeira revolta antineoliberal do milênio. Ela foi seguida pela Guerra da Coca, de 2002, que trazia mais uma vez à tona a luta contra a erradicação forçada e violenta da folha de coca, impulsionada pela política externa norte-americana. Contudo, a mais conhecida destas “guerras” aconteceu em 2003: a Guerra do Gás. Tratava-se inicialmente de uma resposta à impopular medida do governo de Gonzalo Sánchez de Lozada de vender o gás natural boliviano para os EUA por meio de portos chilenos. Mas a mobilização popular levou à elaboração da agenda de outubro – uma ambiciosa petição de nacionalização dos recursos naturais e industrialização do país – e à renúncia do presidente. Em 2005, houve um último momento de grande mobilização, que pediu a efetivação da nacionalização dos hidrocarbonetos, derrubou o governo de Carlos Mesa e abriu caminho para as eleições presidenciais que iriam levar o líder cocaleiro Evo Morales à cabeça do Estado boliviano.

Será feita neste capítulo uma apresentação esquemática do que denomino “tempos sociais”, projetos acumulados no interior da sociedade boliviana por meio de memórias de eventos e de experiências compartilhadas. Estes “tempos” se cruzariam de maneira única neste período intenso de mobilização antineoliberal e foram classificados em quatro: operário mineiro, indígena, camponês e urbano-popular.

A relação destes “tempos” com a realidade empírica não é direta. Como afirmei no final do capítulo anterior, eles foram pensados para responder a uma dificuldade em se compreender teoricamente as reivindicações do indigenismo com base em categorias de identificação étnica. A relação da etnicidade com a história é uma ponte para entender como identidades étnicas e nacionais são construídas, mas ainda assim a forma excessivamente “estanque” destas identidades, que são mutuamente excludentes, nos impede de enxergar outras dimensões – cujos projetos têm potencial mais universalizante – que estão contidas no que normalmente se denomina de etnicidade na Bolívia.

Um exemplo que pode deixar este argumento mais claro é a forma – a meu ver, bastante limitada – em que a figura da “mestiçagem” vem sendo trabalhada por alguns autores. Carlos Toranzo, ao criticar o excesso de “dualismo” no debate político boliviano – que contrapõe brancos e índios, pátria e antipátria – advoga pela adoção da categoria

“mestiço” nas pesquisas sobre identidades étnicas¹⁶, já que este dualismo não permitiria os matizes da mistura étnica, a expressão das pessoas de “cor café” (Toranzo, 2008, p. 40-41). A mestiçagem é entendida de forma ambígua por Toranzo, algumas vezes por meio de características fenotípicas (“cor café”, “matizes tonais”) e outras vezes como experiências históricas, como o indígena que vai ao McDonalds, adota o sincretismo religioso ou compra “euros e dólares” em miniatura nas *Alasitas*¹⁷, reconhecendo a lógica de mercado (ibidem, p. 50). Acredito que o erro de Toranzo é a tentativa de encaixar esta última experiência, de sincretismo cultural típico dos espaços urbanos, na identificação fenotípica mestiça.

O debate é complexo e certamente envolve questões antropológicas que fogem do alcance deste trabalho. Aqui, o que se quer reiterar é o equívoco da tradução de experiências históricas complexas em simples identidades étnicas. Se etnicidade, como vimos em Smith, está intimamente ligada à historicidade, esta última está longe de se resumir à primeira. Neste sentido, podemos entender o indigenismo de Marof, pois ele explora uma experiência histórica específica como exemplo geral para o futuro (o comunismo) e não como reiteração da especificidade da população indígena.

Assim, para abordar a diversidade de projetos e trajetórias que se encontra na população boliviana, optou-se neste trabalho pela análise de “tempos sociais”. Não se trata de nenhuma inovação. Como veremos adiante, diversos intérpretes da Bolívia trabalham com categorias parecidas - memória longa e memória curta (Silvia Rivera), horizontes revolucionários (Sinclair Thomson e Forrest Hylton), tempos que representam as formas econômicas distintas presentes na formação econômico-social boliviana (Zavaleta Mercado) – e refletem um debate que também se dá na historiografia mundial, com Ernst Bloch, Fernand Braudel ou Emilio Sereni.

Feita esta introdução, pretendo neste capítulo abordar a construção teórica destas temporalidades para o caso boliviano e uma forma de aplicação destas para entender o período de “guerras” antineoliberais de 2000 a 2005. Reitero que a relação destes “tempos” com o mundo empírico é mediada. É possível, e extremamente provável, que se encontre

¹⁶ O artigo foi escrito no contexto dos debates em torno do censo boliviano de 2001, no qual 62% da população se auto identificou como pertencente a um grupo étnico indígena (31% quéchua, 25% aimará e os restantes 6% divididos em outros grupos, como chiquetanos, guaranis e mojeños) (Albó, 2008, p. 13). A impossibilidade de se identificar como “mestiço” no censo foi criticada por autores como Toranzo, que enxergam nesta categoria a forma de identificação étnica majoritária da população boliviana. Três artigos que sistematizam posições diferentes sobre o assunto – de Xavier Albó, de Carlos Toranzo e de Diego Zavaleta Reyles – foram publicados na coletânea *Unresolved tensions: Bolivia past and present* (2008), editada por John Crabtree e Laurance Whitehead.

¹⁷ Realizada em janeiro, a feira *Alasitas* vende miniaturas que representam todo tipo de desejos para o próximo ano. Os pedidos são direcionados ao deus *Ekeko*, que representa a abundância.

inúmeros indivíduos que vivenciaram todas estas experiências e se encaixam nas quatro temporalidades propostas para entender o “setor mobilizado” do período.

O fato que se quer enfatizar aqui é que estas temporalidades respondem a demandas históricas distintas. Na análise de cada uma delas voltarei, assim, ao debate inicial do primeiro capítulo sobre como as identidades coletivas são entendidas no contexto da luta política contra o governo neoliberal e que tipo de tarefas estas temporalidades vislumbram para o próximo período.

Memórias revolucionárias e contradições diacrônicas

Uma das características mais notáveis das mobilizações de 2000 a 2005 é a forma como estas sensibilizaram setores da sociedade boliviana bastante distintos, seja por questões de classe, geográficas (cidade e campo, altiplano andino e terras baixas) ou culturais e étnicas. Cidades centrais, como Cochabamba, La Paz, Oruro, pararam inteiramente. El Alto, a irmã pobre de La Paz, teve suas ruas tomadas por barricadas e todo o seu território controlado pelas juntas vicinais. Os centros mineiros se mobilizaram, enviando trabalhadores em marcha para os centros urbanos convulsionados. Os camponeses também pararam, promovendo bloqueios que travavam o comércio do país e isolavam as cidades. Por fim, memórias coloniais da resistência indígena marcaram fortemente as mobilizações, com o cerco da cidade de La Paz feito aos moldes do realizado por Tupac Katari mais de duzentos anos antes.

Hylton e Thomson identificaram nas mobilizações de 2000 a 2005 uma combinação de elementos da luta indígena – simbolizada pela “memória longa” da rebelião indígena de Tupac Katari no final do século XVIII – com a luta nacional-popular – simbolizada pela “memória curta” da Revolução de 1952. Segundo eles, estas memórias revolucionárias geralmente seguiram caminhos separados e a desconfiança pautava a relação entre suas lideranças. Contudo, “os momentos de convergência infrequentes entre estas duas lutas criaram poderosos movimentos radicais e deixaram efeitos duradouros” (Hylton / Thomson, 2005, p. 43). As manifestações do início do século XXI na Bolívia são novos exemplos de combinação destes elementos em “formas novas”.

Ao comentar a reorganização sindical camponesa em torno do katarismo na década de 1970, Silvia Rivera também faz referência a uma memória longa das lutas anticoloniais e a uma memória curta das lutas sindicais no contexto da Revolução de 1952 (Rivera Cusicanqui, 2003, p. 179). Para ela, o projeto de incorporação dos índios ao Estado por meio da categoria

de campesinato ocorreu de forma muito limitada, foi somente uma “ruptura parcial com o passado” (ibidem, p. 180). A contradição central da sociedade boliviana, que se estendeu até o presente, estaria já colocada no antagonismo colonial entre “invasores e invadidos”, definidos na sua oposição (Rivera Cusicanqui, 1993, p. 57). Assim, para Rivera, o liberalismo do século XIX e o populismo de 1952 seriam reedições deste antagonismo. Estes períodos igualmente cumpriram funções de “exclusão e disciplinamento cultural”, emanadas de uma “minoría crioula de origem ocidental” que monopoliza “há séculos o poder do Estado e a capacidade ordenadora sobre o conjunto da sociedade” (ibidem, p. 34-35).

A ideia da manutenção de tais contradições do passado na sociedade atual desemboca em uma “teoria do colonialismo interno” na Bolívia¹⁸. Para Rivera, um conceito-chave para esta teoria seria o de *contradição diacrônica* de Ernst Bloch (1974), apresentado para entender a sociedade alemã durante a ascensão do nazismo. O teórico marxista define como contradições diacrônicas “tendências e sobrevivências de épocas e superestruturas pré-capitalistas; por conseguinte, uma não-coetaneidade genuína, que a consciência de uma classe em decadência considera de fato ou pode considerar como algo moderno” (Bloch, 1974, p. 109-110). Tais classes em decadência seriam os camponeses, setores pequeno-burgueses (classe média) e parte da classe dominante, que conformavam as bases para o fortalecimento do nazismo. Bloch argumenta, contudo, que os socialistas, ao não diferenciarem a “contradição do desenvolvimento desigual” da “mentira fascista”, acabaram por fortalecer o nazismo. A tarefa, portanto, seria “desprender os elementos viáveis da contradição do desenvolvimento desigual, apropriando-se destes e controlando-os, a fim de induzir nestes uma mudança de função no momento em que forem levados a outro contexto; estes elementos viáveis são os que se opõem ao capitalismo e que não podem prosperar neste” (ibidem, p. 115).

É curioso notar que a argumentação de Bloch parece apontar para uma direção oposta à defendida por Rivera. Para ele, as contradições modernas coetâneas (em especial a contradição entre trabalho e capital) devem “dirigir” as contradições diacrônicas, estabelecendo como marco a oposição ao capitalismo. O movimento que o indigenismo de Tristan Marof faz ao recuperar o comunismo incaico para pensar o comunismo futuro estaria próximo das recomendações de Bloch. O senso de justiça do inca seria um elemento que se

¹⁸ Com relação a esta teoria, Rivera também identifica como influências Frantz Fanon e os autores latino-americanos González Casanova, Flores Galindo, Manrique e Andrés Guerrero, que “assignam à situação colonial um valor explicativo aplicável ao período republicano, para além de uma imagem de uma ‘herança’ ou ‘ressábio’ do passado que teria conseguido se filtrar nos sucessivos esforços de reforma ou modernização” (ibidem, p. 30).

oporaria ao capitalismo, por exemplo. Para Rivera, contudo, são as contradições diacrônicas que exercem papel preponderante. Elas não representam o passado, elas são a chave para entender o presente, mais do que qualquer outra contradição vivida pela sociedade boliviana.

O cruzamento de tempos durante as convulsões políticas também pode ser abordado por meio de categorias pensadas por Fernand Braudel. Ele identifica três tipos de temporalidade sob as quais o historiador se debruça: 1) o tempo de curta duração, que se caracteriza pela sua atenção “ao tempo breve, ao indivíduo e ao acontecimento”, que conformaria uma história dos acontecimentos; 2) o tempo de média duração, que seria uma história conjuntural, econômica e social, que “coloca no primeiro plano da sua investigação a oscilação cíclica e aposta na sua duração”; e 3) o tempo de longa duração, que representaria uma “história de fôlego ainda mais contido e, neste caso, de amplitude secular”, que seria a temporalidade mais interessante para Braudel (1976, p. 12). A longa duração de Braudel tem muita proximidade com a geografia¹⁹, mas também as formulações sociológicas relativas ao conceito de *estrutura*²⁰ e a cultura²¹ também aparecem como espaços férteis para pensar o conceito.

Dentro desta perspectiva, é possível identificar certa proximidade com o conceito braudeliano na “longa duração” proposta pelas análises de Rivera. De certa maneira, quando Rivera defende que a contradição central da sociedade boliviana é aquela entre colonizadores e colonizados, e que ela explica os outros momentos posteriores da história do país, a socióloga opta por fazer uma história do encontro de duas civilizações que ainda não está concluída. Tal história se diferencia das demais temporalidades de Braudel porque não se subordina ao econômico nem aos fatos e acontecimentos; ainda que fatos e personagens, como Tupac Katari, sejam muito importantes na composição desta memória coletiva de longa duração.

Colocadas estas considerações sobre temporalidades cruzadas, farei uma breve análise dos que julguei os principais “tempos sociais” atuantes nas “guerras” antineoliberais: o tempo sindical mineiro, o tempo camponês, o tempo indígena e o urbano-popular. Para acompanhar

¹⁹ “Considere-se o lugar ocupado pela transumância da vida de montanha, a permanência em certos sectores da vida marítima, arraigados em pontos privilegiados das articulações litorais; repare-se na duradoura implantação das cidades, na persistência das rotas e dos tráficos, na surpreendente fixidez do marco geográfico das civilizações” (Braudel, 1976, p. 22)

²⁰ *Estrutura* entendida como “relações suficientemente fixas entre realidades e massas sociais”, mas que os historiadores devem entender como “uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar” (Braudel, 1976, p. 21).

²¹ Como o estudo das permanências de temas, comparações e lugares comuns na literatura, ou de representações pictóricas.

os eventos do ponto de vista cronológico, pode ser útil ao leitor consultar a Tabela 1 (*ver anexo*).

O tempo do operariado mineiro

No dia 2 de outubro de 2003, a assembleia da *Central Obrera Boliviana* (COB) em La Paz reviveu seus dias de glória: uma multidão demandava a saída do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada. Milhares de mineiros se colocaram em marcha de Huanuni, importante centro mineiro da atualidade, até a sede do governo. No dia 9, em um enfrentamento em Ventilla, na periferia de El Alto, morreram os seus primeiros mártires na Guerra do Gás. No dia 15 de outubro, ao serem emboscados por soldados em Patacamaya, cidade ao sul de La Paz, mais três foram mortos. A liderança dos mineiros cooperativistas ameaçou: toda a sua base, 50 mil mineiros, deveria estar preparada para marchar até La Paz. Dois dias depois, com marchas desembocando massivamente na sede do governo e enfrentamentos convulsivos no seu interior, Sánchez de Lozada renunciou (Hylton/Thomson: 2005, p. 54-56).

Enfraquecidos se comparados ao seu passado glorioso, os mineiros do século XXI possuem uma força simbólica profunda. Durante quase todo o século XX, este setor foi o principal movimento social que polarizou e pautou o Estado. Muitas das formas de atuação e dos conteúdos de reivindicação presentes nas “guerras” antineoliberais podem ser traçadas até as formas e os conteúdos da ação do operariado mineiro.

Os mineiros são portadores históricos de um conteúdo que ultrapassa em larga medida suas reivindicações mais específicas econômicas e sindicais. Tal conteúdo é marcado por uma agenda popular e anti-imperialista da Revolução de 1952 que reivindica a soberania econômica e que se sintetiza na demanda pela nacionalização dos recursos naturais. Ainda que a consigna de Marof, “minas ao Estado, terras ao povo”, tenha sido cunhada já em 1926, a década de 1940 coloca o debate sobre a mineração em um patamar qualitativamente diferente, graças à 2ª Guerra Mundial. Neste período, os ganhos da elite mineira com a exportação do estanho para os Aliados são grandes²². Em contrapartida, os altos rendimentos com estanho levavam aos donos de minas a explorarem ainda mais os trabalhadores mineiros, intensificando as jornadas e impondo uma disciplina rigorosa, em uma situação de já péssimas condições de trabalho. Em 1942, o exército reprimiu com um massacre o protesto de mineiros em Catavi e isso contribui para a caracterização do governo de Peñaranda como

²² Whitehead cita contratos exclusivos e a preços fixos e relativamente favoráveis da Bolívia com os Estados Unidos (Whitehead, 1991, p. 528).

entreguista com relação às pressões estrangeiras e insensível para as demandas sociais internas do país (Whitehead, 1991, p. 528).

A demanda por nacionalização das minas é, portanto, fundante da classe operária boliviana. Ainda que este seja um conteúdo típico que não ultrapassa os limites de uma revolução burguesa, a sua materialização coube na Bolívia, assim como em diversos outros países, à classe operária e não à burguesia ou às classes médias. Mais do que qualquer liderança partidária nacionalista, foi este setor da sociedade boliviana que carregou o conteúdo popular da Revolução de 1952 pelas décadas seguintes. Oposta à nacionalização dos recursos naturais, que tem como fundamento de legitimidade a soberania econômica nacional, se colocaria uma elite econômica “antipátria”, uma “antinacional” burguesia nacional. Na primeira metade do século XX, este adversário era a chamada Rosca mineira, representada pelos donos de minas de estanho, que concentravam grande poder político e econômico²³.

Paralelamente, é na conjuntura pós-revolucionária de 1952 a 1964 que o operariado mineiro experimentou as suas principais formas de atuação política. A COB, que foi fundada neste momento²⁴, cumpriu um papel central na consolidação da revolução. Na categorização de Zavaleta, a COB atuou nos primeiros momentos pós-revolução estabelecendo um poder dual e posteriormente por meio de um cogoverno. Citando Lênin, o sociólogo caracteriza o poder dual pela existência de dois Estados paralelos, e afirma que este fenômeno só ocorreu de forma parcial na Bolívia. O poder dual existiu durante os meses imediatamente posteriores à revolução, período no qual a hegemonia da classe operária era evidente. Efetivamente, eram os operários que, por meio das suas milícias, controlavam todo aparato repressivo do Estado, já que o exército havia sido completamente desbaratado. A COB surgiu, portanto, como a expressão desta hegemonia, como um “órgão estatal, um soviét” (Zavaleta Mercado: 1979, p. 85). Os sindicatos se dotaram de capacidades administrativas, legislativas e jurídicas, “a assembleia sindical se converteu na suprema lei e na suprema ordem” (Lora apud Zavaleta, 1979, p. 85). O outro Estado era representado pelas forças pequeno-burguesas do MNR, que ocupavam a cadeira presidencial. Zavaleta chama este período de “fase da hegemonia das massas” (Zavaleta, 1988, p. 28).

²³ A Rosca mineira era conformada por três principais “barões do estanho”: Simón Patiño, Carlos Aramayo e Mauricio Hochschild. Suas empresas concentravam 80% das exportações nacionais. Apesar de não ocuparem diretamente cargos no governo, eles possuíam grande poder político, com muita influência nos assuntos fiscais do Estado. Eles indicavam assessores para gabinetes ministeriais, ocupavam embaixadas e possuíam os principais jornais do país (Dunkerley, 2003, p. 28-30). O auge da Rosca cobriu a primeira metade do século XX, período que foi chamado de “Super Estado mineiro”.

²⁴ A COB foi fundada apenas sete dias depois da irrupção da revolução de 9 de abril de 1952.

Mas esta situação logo se transformou em um cogoverno, no qual “o poder material da classe foi substituído pela metade dos ministérios, (...) pela participação em um Estado que já não era o da classe operária” (Zavaleta, 1979, p. 92). Tal processo é explicado por uma linha adotada pela direção operária²⁵ que apontava a necessidade da “expansão para o aprofundamento” da revolução, e isso se consolidava em um cogoverno entre o MNR e a COB, em um regime unitário. Tal é o processo que justifica a incorporação das lideranças operárias no governo e no MNR, sendo sua principal figura, Juan Lechín, vice-presidente do segundo mandato de Paz Estenssoro, 1960 a 1964. A esta fase Zavaleta denomina “fase semi-bonapartista do poder”, que se aproximaria mais do modelo de Estado pensado como ideal pelo MNR, próximo ao modelo mexicano do Partido Revolucionário Institucional (PRI). É nela que se inauguram as figuras de mediação, em especial a de Lechín, ou a da “burocracia lechinista”, e a de Ovando, “agente de reorganização do exército e consequentemente o chefe titular da burocracia estatal militar” (Zavaleta Mercado, 1988, p. 29). As disputas de poder passam então ao interior do MNR, partido que um setor bastante considerável do operariado mineiro incorporou, mas que era liderado pelo setor nacionalista pequeno-burguês.

As duas formas de atuação marcam a ação política do operariado mineiro. Ao mesmo tempo em que se incorporou aos partidos e frentes de governo (como ao MNR entre 1952 e 1964 e à *Unión Democrática y Popular*²⁶ no início dos anos 1980), com uma relação de composição do Estado mais clara e com a mediação de partidos políticos ou de suas lideranças, como Lechín, o operariado também demonstrou historicamente um ímpeto de ação direta forte. Tal ímpeto, muitas vezes marcado pela espontaneidade, pode ser visto na experiência de poder dual de 1952 e na tentativa de estabelecer uma Assembleia Popular (1970 a 1971) que substituísse o parlamento²⁷.

A COB será durante as três décadas posteriores à revolução a principal voz da sociedade boliviana. Para Zavaleta Mercado, uma das características principais do Estado criado pela Revolução de 1952 foram as estruturas de mediação com a sociedade (2008, p. 11). Tais mediações não eram institucionalizadas, mas sim marcadas por vínculos informais, clientelistas ou pessoais²⁸. Mesmo nos períodos de ditadura militar, em que estas mediações

²⁵ Zavaleta cita diretamente Ernesto Ayala Mercado, do grupo trotskista que entrou no MNR.

²⁶ A UDP governou o país durante o segundo mandato de Siles Zuazo (1982-85). Ela era uma coligação que reunia o Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (MNRI), o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR) e o Partido Comunista Boliviano (PCB).

²⁷ A Assembléia Popular ocorreu no governo do general Juan José Torres. Impulsionada pela COB, reuniu 218 delegados, dentre estes 123 mineiros e 23 camponeses, e todos os partidos de esquerda. A experiência terminou com o golpe de Banzer de agosto de 1971 (García Linera *et al.*, 2008, p. 59).

²⁸ Para Zavaleta Mercado, Juan Lechín, liderança da COB, foi um “mediador clássico”, assim como, em certo sentido, foi o militar Alfredo Ovando com relação ao Exército.

são quebradas, a representação da sociedade civil se fez por meio da COB e sua resistência. Como colocam Garcia Linera *et al*:

Houve um tempo em que a política tinha como cenários os quartéis e as grandes assembleias operárias. Era o tempo em que as elites se coligavam em torno dos oficiais do exército com mando de tropa e em que a sociedade exercia os seus direitos de cidadania por meio dos sindicatos e organizações em escala nacional (COB). Ditadura militar e cidadania sindical eram os pólos ordenadores do campo político de 1964 até 1982 (Garcia Linera *et al*, 2008, p. 11).

Contudo, o operariado mineiro recebe um golpe duro durante a década de 1980, no período do reestabelecimento da democracia institucional no país. O decreto 21060, promulgado em 1985 pelo presidente recém-eleito, Victor Paz Estenssoro, antiga liderança nacionalista, previa um corte radical nos gastos do Estado e causou a demissão de 23 mil mineiros (80% do total). O decreto marcou o início do período neoliberal de reformas estruturais no país.

A COB organizou uma grande marcha, a Marcha pela Vida, que foi respondida pelo governo com um estado de sítio. Os mineiros se viram cercados pelo exército e, para evitar o provável enfrentamento sangrento, retrocederam sem impedir as demissões e sem lutar, fato raro na sua trajetória política²⁹.

A situação de fragilidade do operariado mineiro era fruto de certo apoio popular que o Decreto 21060 angariou. Durante a década de 1980, a economia do estanho estava em franco declínio e representava somente 24% do total das exportações bolivianas - durante a década de 1930 esse número chegou a 70% (Morales; Espejo, 1994, p. 14). Somado a isso, o governo de Siles Zuazo, anterior ao de Paz Estenssoro e conformado por uma frente popular, enfrentou um cenário latino-americano de crise de dívida externa. O resultado foi um total descontrole econômico, com uma inflação galopante, cuja média anual cresceu de 123%, em 1982, para 8.767% em 1985, e uma economia decrescente, com taxas de crescimento do PIB negativas em todos os anos do seu governo (Mesa *et al*, 2003, p. 741-746). Quando o governo seguinte propôs um pacote de medidas para enfrentar a crise econômica, a resposta da população em geral foi uma aceitação silenciosa. O decreto teve efeito imediato de controlar a hiperinflação³⁰ e satisfez os setores urbanos informais e o campesinato, que eram particularmente afetados com a falta de estabilidade nos preços (Whitehead, 1991, p. 579).

²⁹ Mesmo no seu pior momento histórico, os mineiros protagonizaram uma forma de mobilização que seria repetida em diversas outras manifestações em anos de neoliberalismo: as marchas massivas e reivindicativas até La Paz, que utilizavam o sacrifício como estratégia mobilizadora da opinião pública.

³⁰ Em 1986, a taxa anual de inflação baixou para 66% e em 1987 alcançou 11% (Mesa F. *et al*, 2003, p. 746).

A derrota da COB imposta pelo Decreto 21060 marca um novo período da história boliviana. Sob a orientação neoliberal, as conquistas de período anterior foram pouco a pouco retiradas, principalmente aquelas referentes à reivindicação de soberania econômica. A “capitalização” das empresas estatais, nome dado pelo governo à política de privatização, era uma das principais características dos governos do período entre 1985 e 2005.

Este período também foi marcado pela estabilidade institucional e por governos de coalizão entre os três principais partidos: o MNR, *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) e *Acción Democrática Nacionalista* (ADN). Nenhum candidato à presidência entre 1985 e 2005 conseguiu a maioria absoluta dos votos e as definições sobre o Executivo tiveram que ser realizadas no Congresso. Contudo, o período político, chamado de “democracia pactuada”, carecia das estruturas de mediação entre o Estado e sociedade que eram típicas do Estado pós-1952. Com a derrota da COB em 1985 e a fragmentação das organizações populares, sequer ocorre uma polarização equivalente àquela que havia entre militares e COB durante as ditaduras. Garcia Linera *et al* identificam neste momento uma espécie de superdimensionamento da direita:

Desmantelada a base material da esquerda sindical (COB), e em meio à derrota política da esquerda partidária (UDP), o pensamento conservador e de direita, discursivamente apresentado como renovador e progressista, ocupou monopolicamente o cenário das representações legítimas do mundo. (...) Neste caso, o centro político, entendido como a equidistância entre posições confrontadas, não era o centro do espaço político, mas sim o centro do pólo político neoliberal, no qual a disputa se dava entre posições mais ortodoxas (gonismo), mais ‘sociais’ (MIR) ou mais institucionalistas (ADN) para implementar o neoliberalismo. Portanto, pode-se falar que, nestes momentos, o campo político se caracterizará por um tipo de unipolaridade multipartidária de direita (Garcia Linera *et al*, 2008, p. 13).

A situação fragmentada das organizações populares bolivianas, que tinham como grande referência a COB, refletia também a própria realidade dos mineiros. Com a demissão em massa, chamada pelo governo de *relocalización*, ex-mineiros se espalharam por todo o território boliviano, indo para o campo e para as periferias das grandes cidades, onde conformaram as massas de trabalhadores informais.

Os mineiros levaram consigo suas formas de mobilização, participação política e o seu radical conteúdo popular, sendo que as políticas privatistas do neoliberalismo criaram um cenário ideal para a recuperação da reivindicação por soberania econômica por meio da renacionalização dos recursos naturais. A elite “antipátria” era agora encarnada pelos tecnocratas que ocupavam as pastas ministeriais, sensíveis aos informes do FMI e indiferentes com relação às demandas da população boliviana.

Não é casual que o caráter “antineoliberal” tenha marcado praticamente todas as grandes mobilizações entre 2000 a 2005. A denúncia das políticas neoliberais contava com plenas condições para se expandir: os mineiros *relocalizados* readaptavam sua experiência e pautas históricas aos mais diversos tipos de movimentos urbanos ou rurais. Gestada em meio à Guerra do Gás de 2003, a agenda de outubro será a mais completa recriação deste tempo social do operariado mineiro, pois pedirá a nacionalização dos recursos naturais, a industrialização do país e a renúncia do presidente Sánchez de Lozada, personificação desta elite “antipátria” boliviana.

O tempo do campesinato

O tempo camponês é, dos quatro que estamos analisando, aquele que se expressou de maneira mais organizada, massiva e diversificada nas mobilizações de 2000 a 2005, atingindo quase a totalidade do território nacional. Ele esteve presente quando o incipiente movimento sem-terra, atuante nas terras baixas bolivianas, anunciou durante a Guerra do Gás ocupações de terras (Hylton/Thomson, 2005, p. 54), levantando em meio às lutas a antiga bandeira da revolução agrária. A perspectiva camponesa também foi visível nos bloqueios cocaleiros, que em 2000 e 2002 lutavam contra a política de “coca zero”, chamada pelos cocaleiros de “camponês zero”, dos governos de Bánzer e de Quiroga. Também apareceu na mobilização dos *regantes*³¹ na Guerra da Água, setor camponês do vale cochabambino que possuía acesso à irrigação e que foi especialmente afetado pela privatização da água. Por fim, as demandas camponesas eram o centro da pauta de reivindicação da CSUTCB em 2000, aquela que mobilizou a reconstrução do cerco indígena à cidade de La Paz: a revisão da lei de terras (Lei Inra, de 1996), o estabelecimento de mercados camponeses e a doação de tratores para a mecanização do campo.

No início do século XXI, as demandas por reforma agrária e desenvolvimento rural remontam mais uma vez à Revolução de 1952. Até 1952, as fazendas crioulas, predominantes unidades de produção agrária, dependiam centralmente da mão-de-obra servil camponesa, sistema chamado de *pongueaje*. Apesar de ter sido proibido por um decreto em 1945, o trabalho servil só foi realmente extinto na Revolução de 1952. E tal eliminação foi possível somente com a reforma agrária, que redistribuiu entre os colonos – trabalhadores em regime

³¹ Os *regantes* são um setor do campesinato cochabambino especialmente ocupado na distribuição da água para as comunidades rurais e para a irrigação. Podem estar ligados aos sindicatos camponeses ou podem ser estruturas comunitárias de controle de água independentes. Organizam-se no nível departamental na Fedecor - Federação Departamental de Regantes de Cochabamba (García Linera *et al*, 2008, p. 646-647).

de servidão – as terras das suas respectivas fazendas. Os camponeses se inseriram no processo revolucionário com estas reivindicações e a partir delas - e da sua efetivação, já que a reforma agrária termina somente na década de 1960 - se constituíram enquanto setor crucial da política boliviana.

Ao mesmo tempo, a identidade camponesa era mais facilmente aceita pela ideologia nacionalista vigente do que a identidade indígena. Em uma sociedade extremamente racista e que via o índio como uma raça inferior, o projeto crioulo de “pátria ‘decente’” das lideranças nacionalistas da Revolução de 1952 transforma o movimento índio em camponês e permite “converter as massas rurais em receptoras passivas das novas propostas civilizadoras do *movimientismo*” (Rivera Cusicanqui, 2003, p. 109)³².

Mas as influências também vieram do operariado das minas, e os camponeses logo denominaram as suas recém-reestabelecidas comunidades de sindicatos agrários, que contava com um corpo de direção executiva, assembleias e mandatos. Contudo, tratava-se de um órgão de gestão territorial também, com funções administrativas, judiciais e legislativas. Ou seja, do ponto de vista do seu funcionamento, não se distanciava muito da antiga comunidade indígena autônoma. Debora Yasher coloca isso da seguinte maneira:

Como parte deste projeto corporativista, os Estados da América Latina incorporam aos índios. Eles procuraram descartar categorias étnicas (que apoiavam tentativas remanescentes de construção nacional) e reconstruir os índios como camponeses nacionais. Os Estados fizeram isso por meio de reformas agrárias que “emanciparam” os índios de formas de controle de trabalho repressivas e/ou exploradoras (portanto, oferecendo-lhes um prospecto de cidadania autônoma), ocasionalmente distribuíram terras e crédito (portanto, ampliando direitos sociais), e os incorporaram através de associações camponesas (organizando-as, desta forma, em linhas corporativistas) (...). O corporativismo, por fim, criou um dualismo dinâmico, com identidades que mudavam de acordo com o cenário: para o Estado, os índios assumiram a identidade de camponeses, no interior da comunidade, os camponeses assumem sua identidade como índios (Yasher, 1999, p. 81-84).

O sindicalismo agrário, então, passou a ser muitas vezes entendido como a face “corporativa” das comunidades rurais indígenas. Tal face corporativa camponesa iria se tornar nas ditaduras militares de Barrientos e Bánzer nas décadas de 1960 e 1970, após os governos pós-revolucionários do MNR, a principal aliada social do Estado. Para garantir a continuidade da reforma agrária, as organizações camponesas se aliaram às ditaduras no chamado Pacto Militar-Camponês.

³² “Movimientismo” faz referência ao MNR.

Assim, o “campesinato” é entendido muitas vezes como uma forma de ser indígena que guarda uma relação clientelista com o Estado. Fausto Reinaga aponta esta mágoa com relação à denominação de camponês:

Nós, índios, não somos ‘camponeses’ da categoria do Gal. Barrientos Cantinflas e seus parasitas. Não somos ‘camponeses’ que integram a sociedade do *cholage* branco-mestiço. Não. Isso não somos. (...) Nós somos índios, filhos de Pachakútej, Tupaj Amaru, Tomás Katari, Tupaj Katari, Pablo Atusparia, Zárate Willka. Somos deste trigo e deste pão (Reinaga, 1970, p. 20).

Mas, com o esgotamento do Pacto Militar-Camponês³³, o movimento camponês, por meio da própria CSUTCB, assume em conjunto com o movimento operário as lutas pela democratização do país e contra as medidas econômicas “estabilizadoras” com alto custo social. No mesmo ano da sua fundação, em 1979, ocorre o seu “batismo de fogo”, quando promoveu um bloqueio geral de estradas que deixou as cidades isoladas durante uma semana em resposta a um duro pacote econômico do governo provisório de Lída Gueiler (Regalsky, 2007, p. 49). Contudo, diferentemente do que ocorreu no seu passado nacionalista, o movimento camponês agora não mais escondia o seu caráter étnico, mas sim o levantava como bandeira, até o ponto em que se confundia com o movimento indígena.

Mas foi o setor cocaleiro, localizado no norte tropical do departamento de Cochabamba (centro do país), que dinamizou profundamente o campesinato boliviano. A região, considerada pela Lei 1008 de 1988 como zona de cultivo “excedente” (em contraposição ao cultivo “tradicional”) da folha de coca e que, portanto, deveria ser erradicado, sofria com a forte intervenção norte-americana no país. A partir desta lei, a Bolívia militarizou o trópico de Cochabamba, multiplicando detenções arbitrárias e violações que iam da tortura ao abuso sexual. Levantando a bandeira da economia camponesa, dos direitos humanos e da soberania nacional (contra a intervenção norte-americana no país), o movimento cocaleiro resistia à política de erradicação forçada da coca com a organização de bloqueios e comitês de autodefesa.

³³ O fim do Pacto Militar-Camponês é marcado pelo chamado “Massacre do Vale”, de 1974. Em janeiro deste ano, o governo militar de Banzer aplicou um pacote de políticas econômicas que aumentava consideravelmente o preço artigos de primeira necessidade. Em oposição à medida, setores camponeses dos vales de Cochabamba (curiosamente, regiões mais protagonistas do pacto com os militares) se juntaram às manifestações da capital departamental organizando bloqueios nas estradas. Apesar dos camponeses esperarem uma negociação com o governo, seus bloqueios foram dispersados com uma violenta operação militar, que deixou ao menos 80 mortos, segundo informes de organizações de direitos humanos (Rivera, 2003, p.156-158).

O campesinato boliviano, em especial o setor cocaleiro, é entendido por muitos como herdeiro do operariado mineiro. Filemón Escóbar, que foi assessor político da COB nos anos 1980 e do movimento cocaleiro nos anos 1990, foi um dos que mais fez esta aproximação:

Ao finalizar o século XX, e ao morrer a mina Siglo XX, onde se escreveram as páginas mais gloriosas do proletariado mineiro da era do Estanho, onde se forjaram os líderes sindicais e políticos; os povos originários dão a volta na história e ingressam ao século XXI com novos projetos de civilização. Como foi possível este salto histórico? Depois do abandono dos mineiros da sua fonte de trabalho, uma maioria deles retornou aos seus *ayllus*, outros voltaram a suas terras que lhes havia dotado a reforma agrária. O proletariado havia se inserido, preferencialmente, na área rural e, em particular, no trópico de Cochabamba (Escobar, 2008, p. 141).

Contudo, mais importante que o paralelo demográfico³⁴, Escóbar também traça um paralelo político entre o bloco parlamentar mineiro previsto pela Tese de Pulacayo de 1946 e o instrumento político surgido em meio aos congressos camponeses que mais tarde se conformará como o partido Movimento ao Socialismo – Instrumento Político pela Soberania dos Povos (MAS-IPSP). Ele relata que nos seminários de formação política feitos no Chapare que antecederam a fundação do partido, um dos principais pontos debatidos era a importância de votar “em nós mesmos”. Em 1985, logo após o fracasso do governo da UDP, o voto popular se dividiu: os mineiros votaram majoritariamente no ex-ditador Banzer (ADN), os camponeses votaram majoritariamente em Paz Estenssoro (MNR), e os setores empobrecidos urbanos e trabalhadores fabris votaram no MIR. “Podemos afirmar, com uma posição radicalmente autocrítica, que o neoliberalismo domina o país durante mais de 15 anos com nosso próprio voto” (Escóbar: 2008, p. 190-191).

A ideia de fazer um instrumento político se consolidou na década de 1990 entre o setor cocaleiro, que levou a proposta em 1995 para um congresso unificado da CSUTCB, da Cidob, da Federação Nacional de Mulheres Camponesas da Bolívia – Bartolina Sisa (FNMCB-BS) e da Confederação Sindical de Colonos da Bolívia (CSCB). Após alguns anos tentando se legalizar como partido, o instrumento político ganha a sigla “MAS” de uma ex-

³⁴ A centralidade do argumento migratório pós-1985 pode ser questionada pelo fato da crise do preço do estanho praticamente ter coincidido com a crise do preço da coca, que baixou também radicalmente em 1986, tornando o Chapare uma região pouco atrativa para a migração. É possível especular que, se há um setor considerável de ex-mineiros no Chapare, muito provavelmente estas migrações ocorreram em um período anterior a 1985/86. Sobre isso fala Eduardo Córdova: “Há alguns que dizem que os 21 mil mineiros que foram despedidos foram produzir coca. Mas isso não é verdade. Alguns foram. Muitos foram e não ficaram, voltaram às cidades ou a outros lugares. Mas, dos que foram, não ficaram muitos. Em um trabalho que vi dos anos 1990, a proporção de ex-mineiros entre os camponeses cocaleiros era ao redor de 4% a 5%. Em uma federação de cocaleiros que eu estudei, era ao redor de 5%. Em um trabalho que se fez em 2002 em outra zona, era 2,5%”. Entrevista realizada em 06/11/2007.

liderança falangista um pouco antes das eleições municipais de 1999³⁵. A partir do seu reconhecimento legal, MAS-IPSP se tornará em menos de sete anos a força majoritária da política boliviana, alcançando 53,74% dos votos nas eleições presidenciais de 2005.

Muito da sua ascensão meteórica deve-se ao marco institucional implementado a partir da Lei de Participação Popular (LPP) e a Lei de Descentralização (LD), promulgadas pelo primeiro governo Sánchez de Lozada em 1994. Como vimos anteriormente, o período da “democracia pactuada” era marcado pela ausência de estruturas de mediação entre o Estado e a sociedade, resultado em grande parte do enfraquecimento da COB. Com o propósito de reestabelecer estes canais, mas buscando evitar o padrão anterior de mediação por meio das grandes organizações sindicais nacionais (como a COB e a CSUTCB), o governo propôs uma radical mudança no ordenamento político espacial do país.

A LD previa a municipalização de todo o território nacional ao incorporar as regiões rurais nos municípios, além de aumentar consideravelmente a transferência de verbas para estes. Já a LPP previa a institucionalização dos sindicatos agrários como Organizações Territoriais de Base (OTBs), e mecanismos de controle social, como as OTBs participando do planejamento local. Tais leis modificaram radicalmente a relação da população rural boliviana com o Estado e a política institucional: o número de candidatos camponeses participando das eleições se tornou muito maior, assim como a participação das comunidades camponesas na política local.

Possivelmente, o governo de Sánchez de Lozada queria reestabelecer uma base de apoio aos governos no campo, reeditando algo parecido com o Pacto Militar-Camponês, mas com bases mais institucionalizadas. Contudo, as estruturas partidárias do MNR, que possibilitaram o corporativismo das décadas anteriores, já não mais existiam como tal. Foi o MAS-IPSP quem ocupou a posição de partido representante dos interesses camponeses e catapultou suas lideranças cocaleiras e camponesas para dentro de prefeituras e câmaras municipais.

Portanto, criadas no interior da “democracia pactuada”, as leis serviram para destruir as suas bases, gestando novas formas de política institucional e afetando a representatividade dos partidos tradicionais, cuja organização era fortemente vinculada à estrutura centralizada nacional do país. Ao final, as leis acabaram por fortalecer o MAS-IPSP nestas experiências

³⁵ O Movimento ao Socialismo Unzaguista (MAS-U), fundado em 1987, era presidido por David Áñez Pedraza, ex-liderança da Falange Socialista Boliviana, partido de extrema direita. Apesar de terem conseguido substituir o “Unzaguista” por “Instrumento Político pela Soberania dos Povos” (MAS-IPSP), a aceitação da sigla de um partido ligado à direita não foi fácil (Komadina *et al*, 2007, p. 21-22).

de governos locais, partido que iria canalizar eleitoralmente toda a insatisfação com o período político até então vigente.

Mas, se o fim do Pacto Militar-Camponês fez com que o campesinato recuperasse a sua autonomia política ao ponto de criar um partido próprio, o neoliberalismo significou um desastre do ponto de vista econômico para esta população. Ainda que no início as políticas de estabilização de Paz Estenssoro tenham sido bem recebidas no campo, dados do *Centro de Estudios del Desarrollo Laboral y Agrario* (Cedla) apontam que, entre 1985 e 1998, os preços de produtos agropecuários andinos caíram 60% e os das terras baixas, 30%. O valor bruto da produção camponesa também diminuiu: 49% nas terras altas e 45% nas terras baixas (Garcia Linera *et al*, 2008, p. 545).

Além disso, a demanda por reforma agrária também cresceu, já que a divisão de terras entre os camponeses foi realizada somente nas regiões altiplânicas e de vales. A imensa região do leste boliviano, em especial o departamento de Santa Cruz, foi reservada pelo modelo nacionalista para o desenvolvimento de uma economia agrária de exportação, sustentada por créditos rurais e ampla doação de terras e consequente criação de latifúndios. Entre 1953 e 1992, anos em que o decreto da reforma agrária de 1953 esteve em vigor, 97% das terras no departamento de Santa Cruz estavam concentradas em grandes propriedades (acima de 500 hectares) e somente 3% em pequenas e médias (Cejis/FSUTC-AT-SC, 2006, p. 49). Tal situação multiplicava os conflitos agrários no leste do país, nos quais se contrapunham os latifúndios e a crescente demanda por delimitação de Terras Comunitárias de Origem (TCOs) de povos indígenas e a redistribuição de terras sem função econômica e social para comunidades camponesas. A reformulação da Lei Inra³⁶, marco regulatório tanto das TCOs quanto da função econômico-social da terra, foi uma pauta constante nas mobilizações entre 2000 e 2005³⁷.

Portanto, o período neoliberal afeta o campesinato com o cerceamento dos recursos que mantêm a atividade camponesa viável: a privatização da água, recurso escasso em boa

³⁶ Lei Inra ou Lei SNRA, Lei 1715 de 1996, fornecia o marco legal para Serviço Nacional de Reforma Agrária e para o Instituto Nacional de Reforma Agrária. A lei estabelecia um limite de dez anos para regularizar a posse da terra na Bolívia. Ela era questionada pelos setores camponeses principalmente por não estabelecer definições rigorosas da função econômico-social da terra (o pagamento de impostos já garantia o cumprimento desta função e impedia a desapropriação, por exemplo). O processo de regularização também era muito questionado, porque grandes proprietários que possuíam condições de pagar trâmites e advogados se adiantavam na posse de territórios em disputa com comunidades camponesas e indígenas, que em teoria deveriam ser assistidas pelo Estado. Havia também muitas denúncias de corrupção de funcionários do Inra, que estariam favorecendo grandes grupos rurais em detrimento de pequenos produtores e comunidades. Ver sobre o assunto: CEJIS / FSUTC-AT-SC (2006).

³⁷ A reformulação da Lei Inra estava na pauta durante os bloqueios setembro de 2000, de julho de 2001, de janeiro de 2003 e da Marcha pela Assembléia Constituinte de maio de 2002.

parte do território boliviano que é tradicionalmente administrado pelas comunidades camponesas; a ampliação do modelo latifundiário de monocultivo exportador nas terras férteis do oriente; a falta generalizada de garantia de direitos sociais (educação e saúde) no campo, que leva à crescente corrente migratória para as cidades; e a falta de créditos e políticas de incentivo, o que torna a atividade camponesa inviável frente à queda de preço dos produtos agrícolas.

Mas reduzir o tempo camponês à economia rural seria um equívoco. Como vimos, o campesinato saiu do Pacto Militar Camponês com um ímpeto político revigorado, tentando escapar o padrão clientelista que marcou a sua atuação histórica até aquele momento. Após a fase katarista, mais étnica, os anos 1990 marcaram uma busca pela construção de um instrumento político antineoliberal, que respondesse aos anseios não só da população rural afetada pelas políticas dos governos, quanto de outros setores populares bolivianos. Assim, o MAS-IPSP consegue congrega pautas políticas originadas de um período anterior, que eram ligadas principalmente ao operariado mineiro, como o pedido de nacionalização dos recursos naturais e de soberania econômica.

Sua principal liderança, Evo Morales, irá durante as “guerras” de 2000 a 2005 denunciar constantemente o caráter entreguista dos governos. Em meio à Guerra pela Coca (2002), Morales teve seu mandato de deputado cassado e entrou em greve de fome para denunciar as torturas e as prisões arbitrárias dos cocaleiros. Nesta ocasião, identificou um crescimento dos movimentos “que se fortalecem frente à antipátria, frente aos que vendem o país, cresce a consciência contra os partidos de um modelo político que agoniza”. Sobre os deputados que votaram sua cassação, disse que competiam para “demonstrar qual era mais anti-Evo e assim ter boa imagem frente aos EUA... se esquecem de ter uma boa imagem frente ao povo”³⁸.

No início deste século, o tempo do campesinato boliviano se levanta, não somente conjugando-se com outros tempos, mas também conjugando as suas diversas pautas internas: reforma agrária no Oriente, desenvolvimento rural, fim da erradicação forçada da coca, etc. Sua presença em todo o território nacional – dos colonizadores de Santa Cruz aos camponeses do altiplano – bloqueando estradas, marchando para as cidades, somado ao poder de convocatória da sua principal organização, a CSUTCB, dotam este movimento de um poder imenso. Como notado anteriormente, o tempo camponês se mistura a todo o momento com o indígena, mas aqui se tentou defini-lo a partir das demandas econômicas que surgem,

³⁸ Narconews, 31/01/2002 <<http://www.narconews.com/hungerstrike1es.html>>.

majoritariamente, da reforma agrária de 1953, e a partir da sua reorganização política, que torna o seu partido o grande representante eleitoral das mais diversas reivindicações que surgiram no período.

O tempo indígena

Em 2000, a cidade de La Paz reviveu um antigo mito. A cidade foi cercada por indígenas do campo e da cidade, que ameaçavam inundar parte dela, soltando diques com as águas do degelo das montanhas. Os alimentos vinham por via aérea, todas as estradas que ligavam a cidade ao resto país estavam completamente bloqueadas (Garcia Linera *et al*, 2008, p. 123). O sítio de La Paz foi uma explosiva recriação das lutas anticoloniais de Katari, que em 1781 cercou a cidade comandando 40 mil indígenas, ameaçou inundá-la com a liberação dos diques e causou pavor e fome à elite colonial que habitava a cidade.

Mas a expressão da chamada “memória longa”, dos antigos e não resolvidos conflitos coloniais, das contradições diacrônicas, não se resumiu ao cerco de La Paz. Em abril de 2000, a Coordenadora da Água pedia que a gestão do recurso respeitasse formas comunitárias e tradicionais, unindo movimentos urbanos, indígenas e camponeses. Em 2002, centenas de indígenas das terras baixas e do altiplano boliviano marcharam em direção à La Paz pedindo uma Assembleia Constituinte que pudesse refundar o país com base em marcos institucionais mais representativos das suas formas de organização política. Todos estes movimentos apontavam para a inadequação da estrutura política e estatal com relação à realidade dos povos indígenas, fazendo com que a antiga dicotomia entre colonizados e colonizadores fosse mantida até os dias atuais. Trata-se, segundo Hylton e Thompson, de uma “inabilidade da revolução de 1952 de resolver a contradição central da formação social republicana – a dominação cultural, política e econômica de uma maioria indígena por uma elite minoritária mestiça e crioula”. (Hylton/Thomson, 2005, p. 44-45).

Contudo, é necessário matizar a forma de objetivação desta “memória longa”. Ainda que as formas organizativas indígenas tenham mantido certas características próprias pré-coloniais durante todo o período republicano, o tempo indígena foi resgatado como memória revolucionária a partir da década de 1970, com o movimento katarista. Inicialmente impulsionado por círculos intelectuais migrantes aimarás na cidade de La Paz, o movimento katarista recupera a tradição indigenista boliviana e resgata especificamente a simbologia em torno da rebelião indígena empreendida Tupac Katari. A relação deste grupo com marxismo é complexa, já que durante o período em que a COB foi a principal expressão da esquerda

boliviana, os setores indígenas e camponeses foram tratados como setores subordinados³⁹. Assim, durante as décadas posteriores a revolução de 1952, o indigenismo e o marxismo que são encontrados juntos em Marof se separam.

Em 1973, o movimento katarista lança o Manifesto de Tiwanaku, assinado por centros culturais urbanos e associações acadêmicas camponesas⁴⁰, que reconhece os ganhos da Revolução de 1952 para a população indígena camponesa, em especial com a reforma agrária, mas denuncia o paternalismo do período nacionalista, herança do colonialismo e da dominação étnica e cultural⁴¹.

Mas o katarismo não se reduziu a uma corrente intelectual. Na medida em que o Pacto Militar-Camponês se esgotava e os massacres aos camponeses indígenas feitos pelas ditaduras militares se multiplicavam durante a década de 1970, o katarismo ganhava influência decisiva no sindicalismo camponês. Seu principal feito foi a fundação da CSUTCB em 1979, que, sob a direção de Genaro Flores, se consolidava como uma entidade autônoma camponesa massiva, selando o fim definitivo do pacto e marcando de forma mais profunda as relações entre demandas étnicas e culturais e demandas econômicas do campesinato.

O katarismo era, portanto, uma mistura do tempo camponês com o tempo indígena, pois, apesar de resgatar fortemente o conteúdo étnico das lutas coloniais, apostava no sindicato agrário como “espaço potencial para a realização de uma imagem possível de sociedade, na qual teria que se plasmar uma aspiração de convivência como ‘unidade na diversidade’” (Rivera, 1993, p. 49). Assim, o katarismo teria na memória de 1952 também uma forte referência, incorporando nas suas reivindicações tanto demandas por igualdade e cidadania quanto por sua identidade étnica diferenciada. Rivera questiona a opção do katarismo em estabelecer o sindicato como modalidade única de organização, o que o faria se

³⁹ Em 1983, a tese política da CSUTCB, expressou claramente esta mágoa com as formulações dogmáticas da esquerda: “(...) Estamos unidos porque compartilhamos as mesmas condições de vida e trabalho. Contudo, há aqueles que nos definem como “pequeno-burgueses” porque somos donos de nossas parcelas de terras, e, portanto, estabelecem diferenças de classe entre nós: dividem-nos entre proprietários e despossuídos, entre camponeses e jornaleros. Também há aqueles que nos definem como uma classe em processo de desaparecimento, chamada a engrossar as fileiras do proletariado. Não estamos de acordo com estas posições (...). Em consequência, nós, os camponeses, não nos consideramos uma classe marginal nem decadente, que irá desaparecer. Continuamos sendo a maioria da população do país. Nem somos pequeno-burgueses por possuir parcelas de terras, pois a terra é para nós principalmente uma condição de produção e uma herança de nossos antepassados, antes que um meio de produção” (apud Rivera, 2003, p. 197-198).

⁴⁰ O Manifesto Tiwanaku é assinado por: Centro Camponês Tupac Katari, Centro Mink’a, Associação Nacional de Professores Camponeses, Associação de Estudantes Camponeses da Bolívia e Centro Cultural Puma (Rivera Cusicanqui, 2003, p. 154)

⁴¹ O manifesto se inicia com uma frase de Inca Yapanqui: “Um povo que oprime a outro não pode ser livre”. Segue: “Nós camponeses quéchuas e aimarás, assim como os de outras culturas autóctones do país, dizemos o mesmo. Sentimo-nos economicamente explorados e cultural e politicamente oprimidos. Na Bolívia não houve uma integração de culturas, mas sim uma superposição e dominação, sendo que coube a nós o estrato mais baixo e explorado desta pirâmide” (Rivera Cusicanqui, 2003, p. 154).

afastar de outros movimentos indígenas que não possuísem a mesma trajetória camponesa, como os indígenas do oriente ou os indígenas do Norte de Potosí. O que tais setores identificaram como a experiência clientelista camponesa sindical os levou a rejeitar a forma do sindicato agrário e, portanto, a se afastar da CSUTCB (ibidem, p. 50).

Ao rearticular as demandas pelo reconhecimento da pluralidade étnica do país, projetando um ordenamento político estatal que priorizasse o respeito pela diversidade, o katarismo respondia ao projeto homogeneizador do nacionalismo de 1952. Em 1983, a tese política da CSUTCB reivindicava:

(...) estamos convencidos que não aceitaremos qualquer reducionismo classista que nos converta somente em “camponeses”. Tampouco aceitamos nem aceitaremos qualquer reducionismo etnicista que converta a nossa luta a uma confrontação de “índios” contra “brancos”. Somos herdeiros de grandes civilizações. Também somos herdeiros de uma permanente luta contra qualquer forma de exploração e opressão. Queremos ser livres em uma sociedade sem exploração nem opressão organizada em um Estado plurinacional que desenvolve nossas culturas e autênticas formas de governo próprio (apud por Rivera, 2003, p. 196).

Esta foi uma das primeiras vezes que a reivindicação plurinacional apareceu no repertório político boliviano e ela explicita uma específica visão de “bom governo” indígena, para além de uma resposta à falência do projeto homogeneizador. Tal visão remete ao período colonial da vigência das Leis das Índias, que se estende do século XVII até meados do século XVIII, quando as reformas borbônicas começaram a ser aplicadas. Este período é marcado pela existência de um pacto colonial que permitia a existência de “duas repúblicas” subordinadas à Coroa espanhola, uma crioula e outra indígena. Assim, era permitido à população indígena manter suas formas de governo e autonomia política, desde que fornecessem à Coroa mão-de-obra para as minas de prata. Rivera destaca que esta experiência teria marcado uma “complexa visão” indígena de seu próprio território, já que este não seria um “espaço inerte onde se traça uma linha do mapa”, mas sim uma “jurisdição” ou “âmbito de exercício do próprio governo” (Rivera, 1993, p. 39).⁴²

O katarismo, contudo, se enfraqueceu visivelmente na década de 1980, em conjunto com os demais movimentos sociais populares que também estavam em crise. Após a

⁴² Com as reformas borbônicas do século XVIII, contra as quais se dirigiam as revoltas indígenas de Tupac Amaru e Tupac Katari, e, sobretudo, com a modificação nas leis sobre propriedade agrária durante o período republicano (a partir de meados do século XIX), tais formas de jurisdição indígena foram quase que praticamente extintas. De maneira geral, as comunidades indígenas do altiplano foram reincorporadas às fazendas do período republicano como mão-de-obra servil, situação que duraria até a Reforma Agrária de 1953. Contudo, é importante destacar que as antigas titulações coloniais foram usadas pelas comunidades indígenas durante o período republicano para combater o avanço das fazendas crioulas (Rivera, 1993, p. 40).

liderança katarista inicial na CSUTCB, a entidade passou a ter uma direção mais afastada das demandas étnicas durante os anos 1990.

Porém, o marco dos 500 da conquista espanhola levou a uma nova rearticulação do movimento indígena, com a convocatória da Assembleia das Nacionalidades em 1992. Ela é pensada, segundo Pablo Regalsky, para responder a uma luta de recuperação das territorialidades indígenas, para pensar sua forma de gestão, entendendo que este fórum era que iria solucionar o “problema do poder” e a necessidade de representação destas comunidades (Regalsky, 2007, p. 54). Mas o movimento não tem grandes consequências e a história do movimento indígena durante o restante da década de 1990 acaba sendo marcada por estratégias mais institucionalizadas e de pacto com a ordem neoliberal vigente, em oposição às linhas tomadas pelos setores mais organizados do campesinato, como os cocaleiros.

Um exemplo deste processo foi o fato de Victor Hugo Cárdenas, ex-liderança katarista, ter sido vice-presidente no primeiro mandato de Sánchez de Lozada, de 1993 a 1997, marcado pelas privatizações de empresas estatais. Apesar da convivência com o neoliberalismo, Cárdenas impulsionou uma reforma constitucional que reconhecia oficialmente a multietnicidade e a pluriculturalidade do país, assim como a personalidade jurídica das comunidades indígenas e sindicatos agrários camponeses⁴³. Contudo, as conquistas vindas de cima tinham um sabor amargo graças à sua combinação com o neoliberalismo.

Os movimentos indígenas começaram a identificar, paulatinamente, que o reordenamento institucional da década de 1990 subordinava medidas inclusivas a uma ordem política “superior”, na qual predominavam as instituições liberais republicanas. Por exemplo,

⁴³ As principais modificações foram realizadas no Artigo 1º, que continha a definição do Estado e tipo de governo e no Artigo 171, que antes continha o reconhecimento das organizações camponesas e passou a ser um artigo amplo sobre direitos de comunidades indígenas e camponesas. Originalmente (1967), as redações eram: “Art. 1. Forma de Estado e de Governo. Bolívia, livre, independente, soberana, constituída em República unitária, adota para seu governo a forma democrática representativa” e “ Art. 171. Organizações camponesas. O Estado reconhece e garante a existência das organizações sindicais camponesas”. Em 1994, a redação passou a ser: “Art. 1. Tipo de Estado e Forma de Governo. Bolívia, livre, independente, soberana, multiétnica e pluricultural, adota para seu governo a forma democrática representativa, fundada na união e na solidariedade de todos os bolivianos” e “Art. 171. Reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. I. São reconhecidos, respeitados e protegidos no marco da lei os direitos sociais, econômicos e culturais dos povos indígenas que habitam o território nacional, especialmente os relativos a suas terras comunitárias de origem, garantindo o uso e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais, a sua identidade, valores, línguas, costumes e instituições. II. O Estado reconhece a pessoa jurídica das comunidades indígenas e camponesas e das associações e sindicatos camponeses. III. As autoridades naturais das comunidades indígenas e camponesas poderão exercer funções de administração e aplicação de normas próprias como solução alternativa de conflitos, em conformidade com seus costumes e procedimentos, sempre que não seja contrárias a esta Constituição e às leis. A lei compatibilizará estas funções com as atribuições dos Poderes do Estado”.

o sistema de justiça indígena, reconhecido pela reforma constitucional (Art. 171), tinha um alcance limitado, pois a interpretação jurídica corrente era de que ele só deveria ser aplicado em ocorrências sem gravidade e dentro do território indígena entendido de forma estreita, sem respeitar formas de territorialidades mais amplas⁴⁴. O reconhecimento das Terras Comunitárias de Origem, outra conquista da década de 1990, também emperrava em trâmites burocráticos.

O modelo econômico de intensa exploração de recursos naturais via empresas privadas multinacionais também afetava os povos indígenas, já que boa parte das áreas de exploração estava em seus territórios e criavam dinâmicas ambientais e sociais que os prejudicavam. Assim, a efetivação dos territórios indígenas e a reconstituição das suas formas de exercício de poder específicas eram extremamente limitadas e os movimentos indígenas voltaram a se reorganizar no final da década de 1990 com base nestas pautas, questionando o anterior acordo com o neoliberalismo.

Um dos principais setores a se reorganizar foi o altiplano *paceño*, que guardava ainda uma viva memória dos tempos de articulação intensa entre pautas étnicas e camponesas surgidas nos anos 1970 com o katarismo. Esta região, em especial a província de Omasuyus (norte de La Paz), terá como grande liderança do período entre 2000 a 2005 Felipe Quispe, que ocupou a secretaria geral da CSUTCB entre 1998 e 2002. Tal movimento, contudo, resgata do katarismo uma matriz mais indigenista, que demandava a reconstituição do Qullasuyo⁴⁵ com ações políticas radicais, que muitas vezes não reconheciam o Estado boliviano.

Foi nesta província que surgiu o “Quartel Indígena de Q’alachaka” durante os bloqueios de setembro de 2000 e julho de 2001⁴⁶. Segundo Garcia Linera, o quartel era conformado por comunidades indígenas em “estado de militarização” (Garcia Linera *et al*, 2008, p. 126). Durante as “guerras” neoliberais, o quartel cumpriu basicamente a função de organizar os bloqueios na região, mas em setembro de 2003 se enfrentou diretamente com o exército. Eugenio Rojas, liderança da região, definiu o conflito de Warisata, que causou os

⁴⁴ Como no caso dos povos nômades, dos indígenas que vivem em outras localidades, mas que se reconhecem como parte de uma determinada comunidade, ou de atentados ocorridos contra indígenas fora da sua comunidade. Para mais detalhes sobre o debate em torno da justiça comunitária, ver Red Participación y Justicia (2006).

⁴⁵ Qullasuyu é uma das quatro jurisdições que faziam parte do antigo território inca, o Tawantinsuyu, e que cobria uma boa parte do que é hoje o território boliviano.

⁴⁶ Uma ponte de pedra, *q’alachaka* em aimará, era o principal ponto de bloqueio da região e ficava antes da entrada da cidade de Achacachi. Ali, em uma montanha que antecede à ponte, os bloqueadores se reuniam, delineavam táticas e se preparavam para o enfrentamento. O espaço de planejamento, de organização e de ação aos poucos foi sendo denominado Quartel Indígena de Q’alachaka.

cinco primeiros mortos da Guerra do Gás, como um enfrentamento entre o “Exército Indígena de Omasuyus” e o “exército liberal de Sánchez de Lozada” (Rojas, 2006, p. 63). Simbolicamente, o quartel de Q’alachaka foi considerado um genuíno herdeiro dos exércitos liderados por Katari no final do século XVIII e por Zárate Willka no final do século XIX.

Alguns autores irão identificar neste movimento, e em todo o setor camponês indígena de Omasuyus, um nacionalismo indígena aimará. O bloqueio isolado que o setor promoveu em 2001 seria o primeiro a levantar “demandas predominantemente nacional-indígenas, como a soberania territorial, o autogoverno indígena, a substituição dos repertórios simbólicos do Estado, que são considerados coloniais, pelos repertórios indígenas” (Garcia Linera *et al*, 2008, p. 126). Tal discurso indianista radical já existia nas formulações de Fausto Reinaga, mas é a primeira vez que ele se torna massivo.

Assim como Reinaga, as lideranças deste movimento constantemente irão fazer referência ao conflito entre duas Bolívias, entre duas nações, como caracteriza Eugenio Rojas: “uma Bolívia do poder econômico e do poder político e outra Bolívia que não tem o que comer”⁴⁷. Outro exemplo é a declaração que Quispe fez durante as negociações que sucederam o bloqueio de 2001, após ser agredido por policiais. “Fui humilhado, sou o Mallku, presidente do Qullasuyo, que veio falar com o presidente dos *q’aras*⁴⁸, o presidente da Bolívia”⁴⁹. Mas a caracterização de Rojas também deixa transparecer que esta divisão é igualmente socioeconômica, criando uma ideia de duas nações sobrepostas e, portanto, não simplesmente separáveis territorialmente.

Outro setor que se reorganizou no final da década de 1990 foram os indígenas do altiplano sul, dos departamentos de Oruro e Potosí. Eles fundaram em 1997 o Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qullasuyo (Conamaq), que, diferentemente do setor *paceño*, desvinculava a identidade indígena da camponesa. Outra diferença eram as formas de ação coletiva adotadas: o Conamaq tinha como estratégia o diálogo com o Estado e realizava suas reivindicações por meio de marchas e ações simbólicas, partindo da defesa dos direitos locais dos *ayllus*; enquanto a CSUTCB de Quispe utilizava meios radicais de interpelação do Estado e “apontavam para a tomada do poder estatal” (Garcia Linera *et al*, 2008, p. 337).

Efetivamente, a grande ação do Conamaq durante as “guerras” antineoliberais foi a participação na Marcha pela Assembléia Constituinte em maio e junho de 2002, iniciada por indígenas das terras baixas, mas incorporada pelo conselho. A Assembléia Constituinte era

⁴⁷ Eugenio Rojas, entrevistas concedidas em 13/04/2008 e 20/04/2008.

⁴⁸ Mallku significa condor em aimará e denomina uma importante liderança indígena. Felipe Quispe era conhecido como El Mallku. *Q’ara* significa estrangeiro, branco, em aimará.

⁴⁹ El Deber, 28/07/2001.

vista como uma forma de “estabelecer um novo poder originário sustentado nas nacionalidades reconstituídas” do antigo território do Qullasuyo (Romero, 2005, p. 216). Portanto ela tinha função estratégica no interior do projeto político deste setor, e apontava para as antigas formas de “bom governo” indígena recuperadas pelo conceito de “plurinacionalidade” katarista.

A marcha também reivindicava um decreto que regulamentava do direito de consulta, previsto pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho⁵⁰. Tal ponto era de especial interesse para os *ayllus* do sul andino, pois muitos eram historicamente afetados pela extração de minérios.

Por fim, os indígenas das terras baixas são o terceiro elemento a compor o que aqui foi genericamente chamado de “tempo indígena”. Sua contribuição nas “guerras” do início do século XXI se restringiu à organização da marcha pela constituinte em 2002. A pauta relativa à constituinte, contudo, será incorporada nas demais reivindicações e tomará importância central na agenda que será construída para resolver as contradições impostas pelo período.

A inserção destes indígenas no panorama político boliviano também é recente, data de 1990, quando foi organizada a primeira marcha do oriente em direção a La Paz, que pedia reconhecimento territorial e cultural, além de denunciar os abusos de madeireiros, latifundiários, etc., que invadiam os seus territórios, os ameaçavam e os recrutavam como mão-de-obra escrava. As reformas constitucionais de meados desta década responderam em parte as demandas deste setor, que era o principal interessado no estabelecimento das terras comunitárias de origem, já que no ocidente os territórios indígenas estavam mais consolidados.

Se comparado com o Conamaq, a demanda por assembleia constituinte para o setor indígena do oriente era mais tática do que estratégica (Romero, 2005). Segundo Marisol Solano, presidente de uma das principais organizações indígenas do oriente no momento da marcha, a constituinte era relacionado com as constantes frustrações com o cumprimento da legislação que outorgava direitos aos indígenas:

⁵⁰ O direito de consulta é um dos pontos mais polêmicos da Convenção 169 da OIT, sobre povos indígenas e tribais, adotada em 27/06/1989. Seu Artigo 6º dispõe: “1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; (...)”. De maneira geral, a convenção informa um novo ciclo de direitos indígenas e norteia reformas constitucionais que desenvolvem os conceitos de “nações multiétnicas” e “Estado pluricultural”. Tal ciclo abarcou os seguintes países: Colômbia (1991), México (1992), Paraguai (1992), Peru (1993), Bolívia (1994), Argentina (1994), Equador (1996 e 1998) e Venezuela (1999) (Yrigoyen Fajardo, 2009, p. 26).

“Para nós, o nome [da marcha] era fundamental, porque já havíamos participado em uma lei [Lei Inra] que não foi cumprida pela sobreposição de outras leis, decretos supremos e resoluções sem a nossa consulta, por isso pedimos para refundar o país através da Assembléia Constituinte. Então, dissemos que a nova Bolívia reflita um país multiétnico e pluricultural.”⁵¹

Por outro lado, também o pedido de regulamentação do direito de consulta tinha importância fundamental para os indígenas do Oriente, pois eles eram imensamente afetados pela extração de derivados de petróleo ocorrida em toda a extensão das terras baixas bolivianas. Do ponto de vista prático, o direito de consulta representa um nó entre os interesses do Estado (entendido como povo boliviano de maneira geral ou oligarquia crioula) e os interesses dos povos indígenas. Os conflitos relacionados a ele continuam até hoje, com quase um ano de vigência da Nova Constituição Política do Estado.

A mobilização de três setores indígenas – o altiplano *paceño*, o altiplano sul e as terras baixas – com formas de atuação e interesses claramente distintos durante as “guerras” do início do século XXI na Bolívia indica a complexidade da chamada “memória longa”. Não necessariamente tal memória resgata os momentos intensos de enfrentamento colonial, nos quais se reivindicava uma autonomia indígena radical, como a revolta de Tupac Katari no final do século XVIII. Tal memória também pode resgatar pactos com o Estado, como pacto colonial das “duas repúblicas” que reconhecia certa autonomia indígena em troca da mão de obra que serviria às minas de prata. De qualquer maneira, tal memória foi reconstruída como uma resposta ao projeto homogeneizador nacionalista a partir de 1970 com o movimento katarista. Após um relativo enfraquecimento nos anos 1980 e 1990, ela voltou com muita força simbólica e organizativa nestes três setores analisados. As formas de expressão da contradição diacrônica colonial são variadas e têm projetos distintos, mas todas respondam de certa maneira ao conflito entre territorialidades indígenas e um aparato estatal externo.

O tempo urbano-popular

Cochabamba e La Paz foram os dois principais cenários das “guerras” antineoliberais. Na primeira, ocorreu a Guerra da Água, mobilização massiva que inaugura esta nova fase dos setores populares bolivianos e que infligiu as primeiras derrotas significativas à ordem neoliberal. Na segunda cidade, ocorreu a principal batalha, a Guerra do Gás, que impôs um retrocesso definitivo aos governos neoliberais, obrigando Sánchez de Lozada a renunciar.

⁵¹ Marisol Solano citada por Romero Bonifaz (2005, p. 252). A Lei Inra, aprovada em 1996, estabelecia o direito destes povos a Terras Comunitárias de Origem (TCO), mas os trâmites para titular estas terras sempre emperravam.

Ainda que tenham tomado parte nestas mobilizações camponesas, mineiros e indígenas, elas não teriam tido sucesso se não fosse a particular adesão massiva de setores urbano-populares, organizados por entidades territoriais nas periferias destas grandes cidades. Trata-se de um movimento que, ao ser formado por migrantes, em uma conjuntura histórica única, em um território limítrofe entre campo e cidade, é herdeiro do todos os tempos bolivianos.

De certa forma, esta temporalidade engloba o que Toranzo (2009) defende por “mestiço” quando dá exemplos de experiências de sincretismos culturais típicos do território urbano (o indígena que compra dólares na *Alasitas*). Mas, a categoria “mestiço” também implica categorizações fenotípicas e está ligada a uma experiência histórica de “concertação cultural” (alguns diriam “aculturação”) e não de conflito. Estes setores urbanos não se levantaram contra o governo neoliberal como “mestiços”. Alguns se diziam “classe média”, outros “trabalhadores”, “indígenas” ou “vizinhos”. É certo que tampouco se identificavam como “urbano-populares”. A denominação desta temporalidade é relativamente precária, mas se explica dada a relativa novidade deste movimento e às suas múltiplas identidades.

Mas tais setores efetivamente podem ser considerados como correspondendo a um novo ator na sociedade boliviana, que surgiu a partir de crescimento das grandes cidades durante segunda metade do século XX. Se a Bolívia de 1950 era um país majoritariamente rural, 66,1% da população vivia no campo, em 2001 esta proporção se inverteu, com 62,42% da população vivendo na zona urbana. O ponto de inflexão foi justamente a década de 1980, período de intensas modificações estruturais no país (Mesa *et al*, 2003, p. 850).

A migração em direção às grandes cidades não vinha somente do campo, mas também das minas. No período entre 1976 e 2001, o número de habitantes da Bolívia passou de 4,6 milhões para 8,3 milhões. Em contrapartida, La Paz (junto com a sua cidade irmã El Alto) passou no mesmo período de 635 mil a 1,4 milhão de habitantes; Cochabamba, de 204 mil a 752 mil; e Santa Cruz de la Sierra, exemplo mais impressionante, de 254 mil a 1,1 milhão (ibidem, p. 847-848). Este aumento populacional se concentrou majoritariamente nas periferias destas cidades, criando bairros ou cidades populares: El Alto, zona sul de Cochabamba, e Plan 3000 em Santa Cruz.

Segundo Regalsky, a política neoliberal traz a “descapitalização do Estado gerada pelas políticas de desnacionalização das minas, do petróleo e das empresas nacionalizadas em geral, que abasteciam o orçamento nacional e empregavam a mão-de-obra na Bolívia pós-1952” (Regalsky, 2007, p. 73). Garcia Linera, seguindo um raciocínio parecido, afirma: “há 15 anos a Bolívia está atravessando um processo crescente de desassalariamento social, na medida em que o Estado, que era o principal empregador do país e irradiador de processos de

industrialização e emprego estável, abandonou esta função modernizante”. Assim, a informalidade aumentou ainda mais, crescendo de 58% a 68% neste período, e se notou uma grande tendência de precarização dos postos de trabalho (instabilidade, contratos temporários, subcontratação) e ao desemprego (Linera *et al*, 2008, p. 545). As zonas periféricas dos grandes centros urbanos são expressões desta mão-de-obra sobrando, mergulhada na informalidade e cuja existência foi estimulada pelas reformas estruturais.

As periferias das grandes cidades são também territórios limítrofes entre campo e cidade. São as portas de entrada e saída, suas periferias são constituídas por propriedades semi-rurais, com pequenas plantações de subsistência e criação de animais, em seus centros se concentram mercados camponeses. Ali, camponeses vendem seus produtos e educam seus filhos, estabelecendo uma dupla moradia.

Nestes locais, apareceu nas duas últimas décadas um tipo de movimento urbano popular singular, fortemente ancorado na economia informal, na pequena indústria artesanal, no setor de transportes e serviços e no comércio de produtos agrícolas. Contudo, tal movimento possui relação intensa com as comunidades indígenas e camponesas, seja por sua origem migratória, seja porque ainda mantêm atividades econômicas fora da cidade.

A relação com o campo pode ser percebida também pela sua forma de organização, que é mais fortemente marcada pela lógica territorial, de coordenação por zonas de vizinhança ou por áreas de comércio (mercados), do que pela lógica sindical. Assim, as juntas vicinais, para além de organizar os moradores e as suas reivindicações, também são instrumentos de gestão territorial. Isso torna este movimento capaz de um grande poder de convocatória e mobilização de massas. Mesmo setores do operariado urbano mais tradicionais, como os trabalhadores da indústria do vestuário, por exemplo, se rearticulam para criar mecanismos de ação coletiva em conjunto com as novas organizações.

Consequência indireta das mudanças econômicas implementadas no país a partir da década de 1980, este setor irá se levantar de forma contundente contra o próprio neoliberalismo. Diferentemente do operariado mineiro e do campesinato, que têm na nacionalização das minas e na reforma agrária momentos fundacionais, o setor popular informal das periferias guarda com relação ao Estado somente um sentimento de despojo. Se recupera as bandeiras de outros “tempos”, o faz de maneira radical, sem qualquer reivindicação de um passado glorioso, mas sim com o objetivo de impor uma derrota a um adversário do presente.

A luta pelo controle público e popular dos recursos naturais foi a característica mais relevante da participação destes movimentos nas grandes mobilizações do período. Na Guerra

da Água, a luta se traduzia na defesa dos manejos tradicionais dos recursos, que não os tratavam como mercadorias, mas sim bens de necessidade vital e que, portanto, não poderiam ser controlados por empresas privadas estrangeiras. Os setores populares se organizaram em torno de consignas em defesa da vida e em repúdio a um governo abusivo, inerte às reivindicações populares por justiça⁵². Tal defesa do manejo tradicional e comunitário dos recursos naturais parece fazer coro a formas de organizações sociais indígenas, mas que é reincorporada na área urbana com um discurso mais universalizante, como a forma de administração de recursos democrática e coerente com as necessidades vitais locais, da comunidade.

A Guerra do Gás, contudo, traz uma dinâmica diferente de reivindicação do controle público dos recursos. O gás, recurso natural com significado menos vital do que a água, representava um futuro de desenvolvimento e industrialização que era negado pelas políticas dos governos neoliberais. Assim, a luta pela nacionalização e pela industrialização do gás se conectava a uma reivindicação de modernização e melhoria das condições de vida da população. Ainda que as mobilizações de outubro de 2003 tenham sido mais violentas e radicais que as de abril de 2000, a agenda de outubro dotava implicitamente o Estado com um papel central e reivindicava uma soberania econômica nacional mais do que local. Assim, resgatava, nessa referência, o tempo do operariado mineiro, que se caracterizava por este tipo de pedido de soberania.

É certo que nestas “guerras” o setor urbano-popular não foi o único ator importante. Nossa análise parte da ideia de que elas se conformaram mais como momentos de cruzamento de tempos sociais distintos, o que as tornou particularmente radicais. Contudo, este setor tem dupla conformação: por um lado, possui uma acumulação própria no interior das grandes cidades, com formas de trabalho e ocupação específicas; por outro, é marcado por uma heterogeneidade imensa, graças à sua origem migrante, fazendo com que ele seja em si um espaço para o cruzamento destes tempos. Assim, ele é o ator que massifica as mobilizações no interior das grandes cidades.

Do ponto de vista organizativo, este setor aposta em formas novas de coordenar sua política, que o diferenciam tanto de indígenas, quanto camponeses ou operários mineiros. As

⁵² A privatização da Semapa (empresa de abastecimento de água de Cochabamba) feita pelo governo de Bánzer no final de 1999 era particularmente desajustada à realidade do departamento, que tinha a grande maioria da sua gestão de água no campo realizada pelas comunidades camponesas e, mesmo nas cidades, 11% das casas com água potável eram abastecidas por sistemas comunitários e de bairro e não pela empresa (Garcia Linera *et al*, 2008, p. 626). Tais sistemas do campo e da cidade haviam sido construídos com aportes comunitários. Além disso, poucos meses após a privatização, as contas de água chegaram a subir 200%, ainda que o aumento formal tenha sido 35% (Vargas / Kruse, 2000, p. 11).

juntas vicinais, como já comentamos, guardam relação com a organização por territorialidade vigente no campo, mas em um contexto urbano no qual a ocupação laboral dos seus membros é diversificada. A organização da mobilização durante as guerras priorizou, portanto, formas de articulação territoriais e flexíveis na sua convocatória: a população em conjunto estava convidada a participar das mobilizações que tomavam as ruas e faziam barricadas. As mobilizações privilegiavam o controle territorial das zonas urbanas, como o centro de Cochabamba ou El Alto, e havia um ímpeto forte para o enfrentamento com as forças repressivas do Estado.

As assembleias locais e os *cabildos* (assembleias multitudinárias que reúnem todos os setores mobilizados, como os realizados durante a Guerra da Água) eram os espaços privilegiados de tomada de decisão. Ao comentar os acontecimentos em Cochabamba, Gutiérrez *et al* enfatizam uma forma de democracia que seria inovadora e amplamente participativa, baseada no conceito de *multitud*⁵³:

Diferentemente da democracia sindical de anos atrás, que é a experiência mais próxima do exercício de democracia direta, não só é o dirigente máximo quem, com o respaldo dos trabalhadores, fala em nome de todos para tomar decisões sobre as quais, com a passagem dos dias, renderá contas em assembleias por centro de trabalho. Hoje, a *multitud* reunida delibera diretamente; propõe, rechaça, modifica e aprova. Os dirigentes só transmitem. Uma vez mais, o poder de decisão é reapropriado pelas estruturas sociais que, em seu ato de radical insurgência política, derrogam o hábito delegativo do poder estatal para fazer eles mesmos (Gutiérrez *et al*, 2007, p. 180).

A argumentação de Gutiérrez *et al*, contudo, esbarra em dois elementos importantes. O primeiro é que a democracia sindical tem em sua bagagem histórica também momentos em que as assembleias, e não as direções, são entendidas como o sujeito privilegiado da decisão política. Os meses logo após a revolução de 1952 foram um exemplo disso. O segundo é que Gutiérrez guarda uma visão um tanto simplista da relação entre direção e *multitud*, como se as vontades coletivas surgissem e fossem respaldadas sem a mediação de figuras reconhecidas (com a confiança política destes setores) que as sintetizassem e representassem.

É possível pensar, portanto, que, ao invés de se caracterizarem por formas absolutamente novas de pensar a democracia e a representação, o novo setor urbano-popular

⁵³ Influenciados por Michael Hardt e Toni Negri, Gutiérrez *et al* definem *multitud* como um conceito equivalente a “multidão”, mas que, diferentemente da *muchedumbre*, que também em português equivale a “multidão”, é uma “forma de interunificação prática, deliberativa e discursiva de variadas estruturas de organização local, de bairro, laboral ou amistosa em torno a objetivos comuns que afetam a todos e por meio de formas de aglutinamento flexíveis multicêntricas e semi-institucionalizadas”. Já a *muchedumbre*, seria “uma fusão de indivíduos a margem de qualquer filiação sanguínea, parental, laboral, com baixo nível de permanência que não seja a indignação individual amontoada” (Gutiérrez, 2007, p. 168).

reedita memórias coletivas de enfrentamento e autodeterminação já presentes em outras experiências históricas bolivianas. Como espécie de conjugação de tempos em si, ele carrega consigo ímpetos comunitaristas, que fazem referência a uma soberania local, imediatamente ligada às necessidades vitais, e ímpetos “nacionalistas”, que fazem referência a uma soberania nacional, ligada às necessidades de modernização e melhoria das condições de vida, com garantia de direitos sociais (educação, saúde, moradia) e desenvolvimento das suas fontes de sobrevivência econômica (pequena indústria, comércio, infraestrutura, etc.).

Este capítulo é dedicado à apresentação de quatro “tempos sociais” que poderiam ser identificados no período das “guerras” antineoliberais da Bolívia. O uso de tais temporalidades responde a uma limitação percebida ao se conceber identidades coletivas na Bolívia. O nacionalismo, como vimos no primeiro capítulo, depende necessariamente de formas de identificação coletivas para existir, mas mesmo a forma aparentemente mais “étnica” destas (o indigenismo) não se encaixa muito bem na categoria de etnicidade. Assim, estas identidades coletivas – que levam a demandas diferentes com relação ao Estado e ao resto da população boliviana – são mais bem compreendidas no registro das temporalidades que acabo de apresentar.

Para cada uma destas temporalidades apresentadas, a experiência do período neoliberal teve significados distintos. Para operários, significou a morte do pouco “capitalismo de Estado” que havia na Bolívia, o fim simbólico da sua grande expressão organizativa durante o século XX, a COB. Para camponeses, significou a deterioração do preço dos seus produtos e o avanço de políticas que afetavam a economia agrária; mas, politicamente, também significou a subordinação ao imperialismo norte-americano com relação às políticas antidrogas. Para indígenas, deixou os seus territórios ainda mais vulneráveis a forças externas agressivas (madeireiras, petroleiras, privatização da água, latifundiários); mas também representou um aparato estatal externo invasivo, incapaz de compreender e incorporar territorialidade indígena. Foi a população urbana pobre, indígena e vinculada ao setor informal a que cresceu com a crise que afetou todas temporalidades, e que passou a viver em cidades que não contavam com serviços públicos capazes de atender às suas demandas mínimas vitais (educação, saúde, moradia, emprego).

Tais temporalidades demandavam tarefas políticas distintas, que podem ser resumidas em duas posturas centrais, com tendências opostas em relação ao Estado. A primeira exige

que o Estado cumpra determinadas tarefas para o desenvolvimento: nacionalização dos recursos naturais, reforma agrária, saúde, educação, trabalho, crédito rural, etc. A segunda exige que o Estado dote os cidadãos de mais autonomia política, sejam eles indígenas, moradores de bairros periféricos ou ambos. As demandas por mais representatividade indígena nas instituições estatais, por controle local dos recursos (água ou gás) e por Assembleia Constituinte se encaixariam nesta última perspectiva.

Capítulo 3 – Nação *versus* Estado

As temporalidades bolivianas brevemente apresentadas no último capítulo podem dar a impressão de que o que se convencionou chamar de “sociedade boliviana” seria um conjunto de acumulações sociais paralelas, que têm alguma relação umas com as outras e que eventualmente se cruzam em determinados momentos históricos. Assim, este conjunto de “tempos” sociais dificilmente poderia ser chamado de uma sociedade nacional, articulada no território boliviano como um todo.

Ocorre que nas mobilizações, apesar de haver a expressão de todas estas temporalidades distintas, há uma ideia unificadora de sociedade nacional, assim como há a ideia de um adversário da nação. Neste capítulo, pretendo desenvolver a forma como estes projetos sociais distintos formam uma certa coletividade integrada, que se manifestou com suficiente unidade para derrubar os dois governos e impor uma agenda popular renovada para a sociedade boliviana. Os setores sociais bolivianos se unificaram em um projeto difuso, mas tinham um adversário bem delineado a ser enfrentado. Na busca por criar um projeto hegemônico e coordenar um novo bloco histórico das forças de esquerda do país, eles souberam se utilizar da contradição existente entre bloco de poder e interesses do povo, mencionada por Stuart Hall em uma análise de um fenômeno bastante diferente (1979), o *thatcherismo*, como abordaremos mais a frente.

Aqui, abordo tal contradição como um enfrentamento entre Estado neoliberal (“bloco do poder”) e nação (“interesses do povo”). Antes de analisar os distintos projetos que entram na arena de disputa durante o período analisado, creio ser necessário apresentar duas perspectivas teóricas que iluminam a minha análise. A primeira são as considerações de Antonio Gramsci sobre hegemonia, pois interpreto as irrupções de movimentos durante o período como uma crise da “hegemonia”⁵⁴ neoliberal, acompanhada pela ascensão de um novo bloco histórico.

A segunda perspectiva é um desdobramento da primeira, pois se trata da formulação de Zavaleta Mercado sobre a crise como um fenômeno nacionalizador. Para o sociólogo, a crise política (a irrupção de diversas temporalidades sociais, contradições diacrônicas) é um fenômeno que faz com que tais temporalidades se cruzem no presente (sincronicamente) e compartilhem de experiências comuns. Tal fenômeno cria a possibilidade de construção de

⁵⁴ Pode-se questionar a caracterização do tênue poder ideológico da ordem neoliberal boliviana como hegemonia. Deixo entre aspas o termo mais para caracterizar o momento da crise de hegemonia vivida no período, no sentido de crise das bases ideológicas para a legitimação do Estado boliviano e do seu sistema político.

projetos unificados e, neste sentido, a formulação de Zavaleta, amplamente inspirada por Gramsci, lhe é complementar, pois diz respeito às formas em que um bloco histórico pode ser construído, às condições para sua formação especialmente dadas as características específicas da Bolívia.

Após apresentar tais perspectivas teóricas, irei resumir brevemente os dois projetos em disputa. Não pretendo me estender muito aqui, já que no capítulo anterior já explicitarei o conteúdo das diferentes “temporalidades sociais” bolivianas que emergem no período. As experiências históricas relacionadas ao que desenvolvo aqui estão lá. Portanto, ao analisar o conflito entre estes dois projetos que ao final se colocam – naquele momento, emanando ou do Estado ou da sociedade – me centrarei nos elementos internos unificadores e na forma em que um se define com relação ao seu opositor.

Hegemonia, bloco histórico e crise

O uso das categorias gramscianas de hegemonia, bloco histórico e crise são relevantes neste trabalho para analisar as formas históricas de disputa de poder presentes na sociedade boliviana, que necessariamente implicam na maneira em que projetos coletivos – como diferentes expressões de nacionalismo, por exemplo – conseguem alcançar certo predomínio político.

Pelo menos desde o nacionalismo revolucionário de Carlos Montenegro, que afirma que a oligarquia “oprima” o Estado (Montenegro, 2008, p. 196), o Estado boliviano vem sendo identificado como fraco, carente de recursos econômicos, de instituições públicas sólidas e de legitimidade perante a sociedade. Zavaleta Mercado considerava “aparente” ou “fantasmal” esta qualidade do Estado:

Sua mais grave distorção é sem dúvida a espacial. O espaço é um dado central do passado, mas também contém o que um país aspira ser; em si mesmo, contém o princípio da esperança. Agora bem, pelo sentido da sua concepção de território, o qual não aspirava integrar nacionalmente, mas sim organizá-lo em torno dos requerimentos da mineração (cânon perecível como seu fetiche) e desde logo em negação franca com os supostos espaciais da memória da sociedade, era sem dúvida um Estado incapaz de seu próprio objeto. Por outro lado, no que concerne à sua concepção do âmbito humano de validade que era na sua origem oligárquica, isso significa excludente, baseada na lógica da separação entre cidadãos e *pongos* [servos indígenas] ou interditos, era, portanto, um Estado que se destinava a si mesmo a uma existência aparente ou fantasmal (Zavaleta, 2008, p. 155).

Ao afirmar que o Estado era “incapaz de seu próprio objeto”, Zavaleta pinta uma imagem de um Estado boliviano tão profundamente subordinado aos interesses corporativos

da sua oligarquia que chegava ao ponto de quase anular racionalmente a sua existência. Se olharmos esta situação de forma invertida, da oligarquia para o Estado – em termos marxistas, da classe dominante para o aparato de dominação – veremos, portanto, a dificuldade desta classe de governar com base em requisitos mínimos de universalidade exigidos ideologicamente pelo Estado nacional. Ou seja, em termos gramscianos, esta é uma classe sem capacidade hegemônica.

Um dos significados de hegemonia, para Gramsci, é aquele em que uma classe percebe que seus interesses, se entendidos de forma não imediata, extrapolam o meramente corporativo e, desta forma, grupos subordinados podem percebê-los como sendo próprios. Assim, as questões – agora já no âmbito político, e não corporativo – são colocadas em um “plano ‘universal’”. Este movimento não significa que o Estado deixa de ser um “organismo próprio de um grupo”, mas o seu desenvolvimento é apresentado como uma “força motriz de uma expansão universal”, como um “desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’” (Gramsci, 1968, p. 50). A “universalidade” citada por Gramsci não se refere a um projeto genuinamente universal (no sentido de que os interesses do grupo dominante se anulariam frente aos interesses gerais, universais), mas sim a um projeto que se traveste de universalidade, ganha linguagem universal, avança em subjetividade e, por isso, implica em ceder parcialmente aos interesses dos outros grupos.

É desta capacidade, de se travestir de universalidade para criar um poder político que não só se sustenta pela coerção, que carecem historicamente as classes dominantes bolivianas. Isso não significa que elas não tenham tentado formular, ao menos discursivamente, visões de coletividade que superavam uma mera visão econômico-corporativa. Mas não basta formular uma ideia particular travestida de universalidade, é necessário também que esta ideia seja “digerível” pelos grupos subordinados para que a hegemonia exista.

Neste sentido, entra o debate em torno do que seria um nacionalismo boliviano, as ideias em torno do ser coletivo nacional. A diferenciação já notada anteriormente por Smith com relação ao “estatismo imposto de cima” e o “nacionalismo” (que apresenta uma reconstrução de um passado mítico, de um sujeito coletivo étnico - Smith, 1986, p. 214) é importante também, porque diz respeito à capacidade de se criar representações unificadoras do sujeito nacional, que servem para respaldar e dotar de legitimidade o Estado. O projeto social-darwinista do início do século XX – representado pela obra de Alcides Arguedas na Bolívia – não era restrito à lógica econômico-corporativa da classe dominante e se mostrava uma tendência intelectual bastante difundida e em voga no resto do mundo. Aplicado à

Bolívia, contudo, ele chegava a conclusões catastróficas que não podiam ser “metabolizadas como próprias” (Zavaleta, 2008, p. 149) por uma sociedade civil composta por uma maioria indígena esmagadora. Esta postura impossibilitava qualquer sentimento de solidariedade, ou de simpatia intersubjetiva, que inviabilizava tanto uma hegemonia (entendida como soma de coerção e consentimento) mais longa e efetiva do grupo dominante quanto a criação de qualquer tipo de projeto nacional (ibidem, p.149-157).

Na obra do próprio Gramsci, a análise do *Risorgimento* traz um panorama geral sobre o que o autor concebe como caminhos para se estabelecer uma direção intelectual e moral, formar um bloco histórico e, a partir daí, criar uma hegemonia. Gramsci analisa a falência do Partido da Ação (PA), grupo mais progressista dentre aqueles que lutavam pela unificação italiana, em alcançar cada um destes objetivos. Uma das tarefas primordiais deste grupo seria a de conquistar para a sua luta política o campesinato, que era “quase todo povo de então” (Gramsci, 2002 – v.5, p. 39). Assim, do ponto de vista econômico, o PA teria que promover a reforma agrária, uma “exigência fortemente sentida” (ibidem, p. 39), e do ponto de vista cultural, teria que superar a “tradição retórica da literatura italiana”, que só atingia um extrato limitado da população e era “maculada pelo cosmopolitismo vaticano”. O PA não se preocupou com nenhum destes pontos, não conseguindo se consolidar como um bloco histórico, capaz de promover uma reforma intelectual e moral ao livrar o campesinato da sua lógica tradicional econômico-corporativa. Tal tarefa teria sido realizada, por exemplo, pelos jacobinos na Revolução Francesa.

É importante aqui definir brevemente o que Gramsci entende por bloco histórico. Ele tem a função histórica específica de unir as esferas da estrutura e da superestrutura, da natureza e do espírito (Gramsci, 1968, p. 12). Ao criticar o “economismo”, que acreditaria que os fenômenos estruturais iriam automaticamente se refletir na superestrutura, Gramsci atenta que tais fenômenos podem aparecer tardiamente ou mesmo não aparecer nas manifestações ideológicas, em razão da resistência dos elementos ideológicos tradicionais. Assim, seria necessária a formação de um bloco histórico consciente, que entenda a contradição entre as posições ideológicas da massa e a sua situação econômica e se disponha a superá-la. Neste sentido, ele seria o elemento ativo que unifica ambas as esferas. Por outro lado, a concepção de bloco histórico implica em uma unificação de elementos progressistas contra o poder tradicional. Tal unificação é feita com base em um projeto comum, um compromisso, entre estas forças, já que não faria sentido a unificação destas forças com base na coerção (ibidem, p. 40). Elas formariam assim um necessário “bloco histórico econômico-político novo, homogêneo, sem contradições internas” (ibidem, p. 40). Assim, o PA teria

falhado em entender tanto a realidade econômica específica do campesinato italiano, que exigia uma reforma agrária, quanto a urgência em se superar, na esfera da cultura, os vícios tradicionais do cosmopolitismo italiano. Nunca esteve tão longe, portanto, de se conformar como um bloco histórico consciente.

Contudo, se é verdade a premissa defendida por Walter L. Adamson de que a hegemonia sempre cresce de um bloco histórico (1980, p. 177) e se a hegemonia é uma categoria que pode ser pensada tanto para a supremacia de forças conservadoras quanto para a de forças progressistas, é possível também pensar a existência de blocos históricos que não tenham a função emancipadora apontada acima. Tais blocos históricos, contudo, se ateriam minimamente às questões apontadas por Gramsci na conceitualização da hegemonia: para atrair outros grupos sociais, seria necessário prescindir dos seus interesses econômico-corporativos imediatos e criar “um equilíbrio de compromisso” com os grupos subordinados (Gramsci, 1968, p. 33).

Retomando a análise do caso boliviano, a ausência de uma ordem hegemônica burguesa vem logicamente acompanhada da dificuldade das classes dominantes em criar blocos históricos estáveis. Esta situação, somada ao que Zavaleta Mercado chama de “insólita capacidade” da classe dominante de se ratificar como tal em diversas fases da história boliviana, leva a uma constante de crises orgânicas, chamadas por Gramsci também de “crises de hegemonia” ou “crises do Estado em seu conjunto” (Gramsci, 1968, p. 54-55). Ou seja, a relativa fraqueza da classe dominante boliviana não determinou, até o presente, uma derrota definitiva desta, mas sim um caminho institucional estatal cheio de percalços e crises dramáticas.

Não é casual que a tradição política boliviana não mencione o Estado boliviano, mas sim o “Estado republicano”, o “Superestado mineiro”, o “Estado de 1952”, o “Estado neoliberal”, o “Estado plurinacional”. O “Estado” nunca apareceu para esta tradição como um ente desprovido das características do grupo que o dominava, como uma estrutura burocrática impessoal, separado da sociedade civil. Assim, cada mudança significativa de bloco de poder implicou em uma crise política, em uma explosão das contradições diacrônicas da formação econômico-social boliviana, implicou em um novo momento constitutivo. O Estado de 1952 é inaugurado pela Revolução Nacional, o neoliberalismo é inaugurado pelo Decreto 21060 que marca dramaticamente os setores populares bolivianos – marca também, como defende Garcia Linera (2000) a mudança da condição operária no país –, o “Estado plurinacional” é precedido pela onda de revoltas antineoliberais que acabamos de analisar. Tal sequência dramática de “Estados bolivianos” marca historicamente, em outras palavras, a incapacidade

tanto das classes dominantes quanto das classes populares (como em 1952), de se fazerem hegemônicas.

A crise como fenômeno unificador

Frente às contínuas “crises de Estado” vividas pela sociedade boliviana graças à ausência de capacidade hegemônica das suas classes, é possível especular se esta situação não seria decorrente da fragmentação desta sociedade. Se, por um lado, a luta política boliviana está marcada pela contestação dramática da autoridade, seus atores políticos são, por outro lado, sujeitos coletivos muito diversos, que refletem diferentes problemáticas constitutivas (como a indígena, a operária, a camponesa, etc.). Na análise das temporalidades sociais no capítulo anterior, é perceptível a ausência de um sujeito coletivo nacional bem delineado.

Estaria a sociedade boliviana condenada à incapacidade de construir projetos nacionais, blocos históricos e ideias “universalizáveis” de potencial hegemônico? A experiência histórica parece nos mostrar que não. Os setores sociais que promoveram a Revolução de 1952 podem ser considerados um bloco histórico no sentido gramsciano, mesmo sabendo que a revolução foi incapaz de estabelecer uma ordem hegemônica durável. Eles maneжaram ideias universalizantes (nacionalização das minas, reforma agrária), reuniram os principais setores populares em suas fileiras (operários, camponeses, classe média empobrecida) e se mostraram como uma “nova direção moral e intelectual” da sociedade, ainda que durante um período de tempo curto. Mesmo termos como “campesinato” e “mestiçagem”, defendidos e promovidos por esta revolução e que foram mais tarde rechaçados pelo movimento indígena, atingiram certo grau de hegemonia na sociedade boliviana em seu momento.

Apesar de toda a fragmentação, projetos coletivos bolivianos foram tecidos durante todo o século XX e se estenderam nas manifestações antineoliberais do século XXI também. Durante estas “guerras”, foram criadas plataformas comuns de ação entre sujeitos variados, eles se organizaram diversas vezes em frentes de luta e formularam a chamada “agenda de outubro”, que reunia suas principais reivindicações.

Como é possível entender teoricamente a construção desta plataforma, a partir de temporalidades tão distintas? Como é possível, frente a tal panorama, que projetos nacionais sejam forjados? Creio que a formulação de Zavaleta Mercado sobre a crise como fenômeno catalisador de unificação política pode ajudar a responder a esta pergunta.

O sociólogo boliviano investe na ideia de formação econômico-social para explicar a característica *abigarrada* desta sociedade. As “densidades temporais” fariam referência a formas econômicas distintas, que se sobreporiam de maneira “não muito combinada”, e a regiões geográficas diferentes, criando uma ideia de país centrífugo e sem pontos de unificação. Até aqui, Zavaleta não se diferencia muito dos autores apresentados anteriormente, sua percepção de “temporalidades distintas” é parecida com a das contradições diacrônicas de Ernst Bloch recuperadas por Silvia Rivera, que apresentamos no capítulo anterior.

Contudo, o sociólogo enfatiza que os momentos de crise seriam “nacionalizadores”, nos quais “um único tempo comum” tem capacidade de alterar estas formas (Zavaleta Mercado, 2009, p. 214-216). A crise, que seria intrinsecamente política, teria um caráter unificador porque marca uma vivência comum entre todas estas temporalidades. Ele utiliza o princípio de intersubjetividade de Jürgen Habermas para explicar o fenômeno:

Os tempos diversos se alteram com a (...) irrupção [da crise]. Tu pertences a um modo de produção e eu a outro, mas nem tu nem eu somos os mesmos depois da batalha de Nanawa; Nanawa⁵⁵ é o que há de comum entre tu e eu. Tal é o princípio da intersubjetividade (Zavaleta Mercado, 2009, p. 216).

A visão de Zavaleta sobre a função nacionalizadora da crise se diferencia da perspectiva de Rivera, porque esta identifica no espaço nacional mais um instrumento de opressão utilizado no embate entre invasores e invadidos. Rivera não apresenta perspectivas de unificação, já que esta estaria necessariamente identificada com um Estado nacional homogeneizador mestiço e crioulo. O embate entre colonizadores e colonizados, enquanto ainda vigente, impediria a conformação de qualquer tipo de totalidade nacional.

É importante, contudo, matizar a ideia de “função nacionalizadora” de Zavaleta Mercado. A nação emerge como arena política necessária, no sentido em que explica as acumulações históricas de uma sociedade que se não fossem por estes momentos de crise não poderia ser caracterizada como tal. Zavaleta denomina esta unificação como uma “unidade patética do diverso” (ibidem, p. 216). As crises políticas são momentos fundacionais, e as estruturas populares de rebelião que emergem a partir destas não se referenciam em formas de pertencimento ao Estado. Aqui é importante retomar o conceito de Zavaleta sobre a democracia como autodeterminação das massas. “Massa” aqui é entendida de maneira particular:

⁵⁵ Nanawa foi uma das mais importantes batalhas da Guerra do Chaco (1932-1935).

A denominação de massa se dirige de fato à qualidade de massa (à maneira do que Marx dizia da ‘força de massa’ como força produtiva) e não a uma mera agregação. Portanto, por massa se terá uma espécie de polarização. A massa é a **sociedade civil em ação, ou seja, um estado patético, sentimental e épico da unificação**. Mas, que parte da sociedade? Um marxista dirá imediatamente que tem suas razões para escolher a autodeterminação do proletariado no seio da autodeterminação da massa. Isso vale, contudo, para certas sociedades, já proletárias, e para certos proletariados. O que interessa é que inclusive um **número não muito grande de homens**, com sentido da concentração e algum grau temeridade tática, pode expressar tendências que estão escondidas no “sono” da sua sociedade. (...) Este é o verdadeiro *pathos* da história, e sem dúvida não é algo que esteja vinculado de maneira exclusiva ao capitalismo. A autodeterminação da massa, para dizer-lo de maneira mais enfática, é o único fator que pode selar a definição do momento de fluidez da superestrutura (Zavaleta, 2009, p. 138-139. Destaques nossos).

O ato da autodeterminação das massas não pode ser, contudo, um “ato legal”. É necessariamente um “ato revolucionário”, localizado na esfera da tática. Mesmo que “seu pronunciamento” esteja “composto por atos conscientes”, a autodeterminação sempre contará com um grau importante de “espontaneidade e criatividade de massa” (ibidem, p. 139). Portanto, tal unificação referenciada no espaço nacional não possui como função a legitimação do Estado.

É possível perceber as proximidades e as diferenças entre o conceito zavaletiano de “autodeterminação das massas” com o conceito gramsciano de “bloco histórico”. Ambos emergem da sociedade civil, ambos têm papel estratégico na luta superestrutural, ambos contam com um grupo de “intelectuais” que ativamente promovem a consciência de classe. Contudo, a formulação de Zavaleta, ao enfatizar a importância que a espontaneidade e a criatividade têm neste momento, reflete preocupações diferentes das de Gramsci. É possível pensar que isso se deve em parte à realidade das rebeliões populares bolivianas, espontâneas, criativas, mas que não faziam parte de uma ação dirigida e coordenada por um partido político revolucionário.

Mas Zavaleta reconhece que o momento de autodeterminação das massas não é em si um momento progressivo, já que a sociedade civil participa dele “com tudo o que é”, inclusive com suas “tradições não-democráticas”, com seus “prejuízos” irracionais. A forma de exploração deste momento, que Zavaleta também chama de momento constitutivo, está na esfera da luta política (ibidem, p. 142-143).

A partir das formulações de Zavaleta, é possível pensar a crise de hegemonia ocorrida entre 2000 e 2005 como um momento constitutivo nacional, de autodeterminação das massas. São estes momentos que permitem a emergência de novos “blocos históricos”, ainda que

dotados de mais espontaneidade que a conceitualização gramsciana. As diversas expressões da sociedade boliviana se cruzam em uma unidade patética, épica e sentimental. Não se trata somente da criação de plataformas unificadas com reivindicações específicas dos grupos, mas sim de uma vivência conjunta de experiências e traumas ocorridos durante as manifestações. A não venda do gás por portos chilenos, a saída soberana ao Oceano Pacífico, a nacionalização das minas, a defesa dos hidrocarbonetos, a reforma agrária, a autonomia jurisdicional indígena: todas estas não eram somente questões econômicas, de interesse específico de cada um dos setores sociais envolvidos. Eram pautas e temas que tinham significado dramático, faziam referência a histórias vividas e compartilhadas em conjunto durante momentos de crises políticas e orgânicas anteriores.

O neoliberalismo, em especial, aparece como um adversário comum a todos estes setores não somente porque os prejudica igualmente no âmbito econômico, mas também porque de certa maneira reencarna adversários antigos.

Até o momento, contudo, ignoramos como se articulou a outra parte da sociedade boliviana, aquela que durante a crise se expressou por meio do Estado. O setor que era identificado como neoliberal também desenvolveu um projeto próprio de nação, com o qual se muniu para disputar sua legitimidade política perante a sociedade em convulsão. Vejamos a seguir, mais detalhadamente, como os dois projetos se enfrentaram.

Projetos em disputa

Em um artigo publicado em 1979, Stuart Hall analisa as especificidades da recente ascensão do “thatcherismo”, ideologia neoliberal inglesa que recém havia conquistado uma hegemonia política no país. Hall argumenta que o fenômeno da “guinada à direita” estava sendo tratado com simplificações: para muitos setores da esquerda, ele seria somente uma expressão atenuada do fascismo ou um mero reflexo da crise econômica. Para Hall, tais reduções não ajudavam a caracterizá-lo nas suas especificidades, dotando a esquerda também de poucos elementos para combatê-lo (Hall, 1979, p. 14).

O teórico identifica nas contradições do próprio trabalhismo inglês fatores centrais que permitiram a ascensão da hegemonia neoliberal. A socialdemocracia exercia a direção do chamado “Estado de Bem-Estar Social” e, ao assumir o poder, mudou radicalmente a forma de entender a sua relação de representação com a classe trabalhadora. Tal representação, que era de baixo para cima, classe-para-partido, passou a ser de cima para baixo, governo-para-

povo. A retórica dos “interesses nacionais” seria um símbolo desta mudança (ibidem, p. 16-17).

Como oposição, o *thatcherismo* conseguiu investir nesta contradição entre bloco de poder e interesses populares. Potencializou a insatisfação sentida pela população com um aparato estatal que era cada vez menos visto como um promotor de bem-estar, e cada vez mais visto como uma grande imposição burocrática, aliada do capital monopolista (ibidem, p. 18). Seu “populismo” era baseado nestas experiências reais, mas também foi capaz de criar um “demônio-popular” que popularizou os princípios da filosofia monetarista: o “rapinador” do Estado de Bem-Estar (*welfare “scavenger”*) (ibidem, p. 17).

Um dos autores que desenvolve a ideia da contradição entre o bloco do poder e o “povo” é Ernesto Laclau, em uma análise sobre a ascensão do fascismo. Neste momento histórico, as forças socialistas teriam falhado em identificar a crise do bloco de poder e teriam também falhado em entender e compor a forma de “ruptura” desta contradição: o jacobinismo, uma “interpelação popular-democrática” na qual o povo “já não se apresenta (...) com demandas isoladas, nem como alternativa organizada dentro do sistema, mas como uma alternativa política ao próprio sistema”. Tal contradição teria sido aproveitada pelo fascismo (Laclau, 1978, p. 121).

De certa maneira, o recente processo político boliviano se apresenta como um fenômeno parecido, mas com os sinais trocados. Ali, foi a direita que abriu os caminhos que possibilitaram o surgimento de um novo bloco histórico popular, explicitando contradições e permitindo a recuperação de antigos traumas bolivianos.

É verdade que investir na contradição entre bloco do poder e povo é tarefa de qualquer oposição política, e é tarefa de qualquer governo não deixar que esta contradição chegue às suas últimas consequências. Laclau cita como a principal forma de impedir que esta contradição se amplie o chamado transformismo, cuja expressão mais corriqueira seria o clientelismo, fenômeno no qual “os elementos popular-democráticos” estariam presentes, mas suas demandas apareceriam apenas de forma “individualizada” (ibidem, p. 121). É importante, portanto, analisar brevemente quais foram as estratégias de manutenção do então bloco de poder boliviano durante o período das revoltas anti-neoliberais. Tal bloco atuou principalmente por meio das estruturas estatais, recorrendo a poucas, mas significativas, vozes da sociedade civil (como o Comitê Cívico Pró-Santa Cruz, mais adiante falaremos sobre ele). Para os representantes do Estado, o adversário que estavam enfrentando era uma espécie de mistura entre “narco-cocaleiros” e “sindicalistas violentos”, representantes de um setor minoritário da população. No contexto da Guerra do Gás, Gonzalo Sánchez de Lozada

denunciava que os grupos mobilizados tinham como objetivo estabelecer uma “ditadura narco-sindicalista”, que ameaçavam a estabilidade democrática e a “unidade nacional”⁵⁶. Essa perspectiva é uma expressão máxima da postura de todos os governos que enfrentaram as mobilizações do período, de Hugo Bánzer a Carlos Mesa.

A ideia do sindicalismo violento que causa a divisão do país é um elemento central desta fórmula. A “divisão” do país é tratada de maneira difusa pelos porta-vozes governamentais: não se sabe se fazem referência a uma divisão étnica - querendo combater com isso uma linha mais indigenista, que deixaria o governo isolado como uma elite étnica e culturalmente distinta da população – ou se fazem referência a uma divisão de classe – opondo-se a uma linha mais sindical urbana e camponesa, que isolaria o governo como uma elite econômica. O mais provável é que a “divisão” pensada por estes governos era uma espécie de guarda-chuva no qual caberiam as expressões que deslegitimavam a elite política, que não a viam como representativa.

Contudo, ao condenar o “sindicalismo”, a elite neoliberal parecia esquecer que uma grande maioria da sociedade boliviana se organiza por meio de estruturas de organização política que podem ter caráter territorial ou mais puramente sindical. Tal “sindicalismo” tem um potencial de convocatória que atinge a maior parte da população rural e parte considerável da urbana - aquela organizada em zonas periféricas como El Alto, em sindicatos fortes tradicionais como o de professores, mineiros, trabalhadores da indústria têxtil, transportistas, ou em setores sociais particularmente engajados, como estudantes universitários e secundaristas.

De maneira geral, o projeto defendido por esta elite reivindicava um ideal de nação moderna que contivesse como padrão uma relação do cidadão com o Estado, que não fosse ameaçada por subgrupos que questionassem a ideia homogeneidade subentendida. Mas este ideal era impossível de ser realizado na Bolívia, principalmente porque a contraparte da homogeneização cultural, a garantia de inclusão na comunidade nacional a partir do compartilhamento de direitos em situação de igualdade, existia de forma muito parcial. Os direitos que o Estado oferecia, mesmo após 1952, eram todos mediados por estruturas corporativas e clientelistas, muito distantes de um ideal inclusivo universalista. O Estado boliviano não deixou de ser “aparente” em nenhum momento e esta característica se tornou mais acentuada nos anos neoliberais, nos quais o pouco de “capitalismo de estado” que

⁵⁶ El País, 17 de outubro de 2003.

existia (como as empresas estatais, que empregavam parte considerável dos trabalhadores bolivianos) foi liquidado.

No questionamento a este sindicalismo ficava implícita também uma noção específica de democracia, cuja essência seria o “respeito ao veredicto das urnas para a eleição dos governantes”, como define Sánchez de Lozada em sua carta de renúncia. A ação política legítima da sociedade dentro desta ordem democrática, portanto, seria quase que restrita ao voto. Portanto, não caberia à população pedir modificações na política econômica (decisões técnicas de governo) e muito menos a renúncia do presidente⁵⁷. Nesta lógica, tais reivindicações só poderiam representar tentativas de “golpe de Estado” por parte de lideranças violentas e antidemocráticas⁵⁸.

Mas tal bloco do poder não esteve sempre completamente isolado na sociedade civil. Como vimos, por meio da “democracia pactuada”, este bloco conseguiu governar o país durante duas décadas. Efetivamente, paralelamente às medidas impopulares neoliberais, houve políticas que garantiam certa presença popular no governo, ainda que de forma subordinada. O governo neoliberal que mais atuou no sentido de diluir a contradição bloco do poder / povo foi o de Sánchez de Lozada em seu primeiro mandato (1993-1997). Tendo como vice-presidente o katarista Victor Hugo Cárdenas, Sánchez de Lozada empreendeu a reforma constitucional de 1994, que, como vimos, reconheceu o caráter multiétnico boliviano e algumas instituições indígenas de autogoverno. Além disso, a Lei Inra de 1996 reconheceu as Terras Comunitárias de Origem (TCOs), e sua reforma educacional promoveu a educação bilíngue no país. Do ponto de vista institucional, a LPP e a LD promoveram uma descentralização do Estado com maior financiamento e autonomia dos municípios, fortalecendo expressões políticas locais e camponesas. Inclusive a impopular medida de privatização das empresas estatais, promovida por este mandato e chamada de “capitalização”, foi acompanhada por uma bonificação anual a maiores de 65 anos de U\$ 250, financiada pelas verbas arrecadadas pela própria privatização. O Bono Sol (*Bono Solidariedad*) foi uma das medidas mais populares de Sánchez de Losada, pois até o

⁵⁷ Outro trecho da carta de renúncia de Sánchez de Lozada: “Apresento a minha renúncia para a consideração do honorável Congresso Nacional com a íntima convicção de que ela não tem mais sentido, porque não se pode retirar um presidente eleito democraticamente por mecanismos de pressão e violência que estão à margem da lei e este é um precedente funesto para a democracia boliviana e continental”.

⁵⁸ “Não se preocupam com o gás, nem por onde vai sair. Usam-no. Grande parte do país, especialmente a parte mais beneficiada pelos hidrocarbonetos, não quer saber esta gente, que quer chegar ao poder forçando um golpe de Estado”, disse Sánchez de Lozada em uma entrevista publicada no mesmo dia da sua renúncia. *El País*, 17/10/2003.

momento a Bolívia não contava com nenhum tipo de aposentadoria a idosos que não tinham trabalhado no mercado formal, camponeses, donas de casa etc.

Já nas eleições de 2002, Sánchez de Lozada alcançou uma mísera maioria de 22,5% (frente aos 20,9% de Evo Morales, MAS-IPSP, e os 20,8% de Manfred Reyes Villa, *Nueva Fuerza Republicana*). Seu lema foi o combate à crise econômica e a promessa de criação de novos empregos, propagando um discurso de medo contra os outros candidatos novatos e afirmando que as coisas “sim podem ficar piores”. “Não é o momento de mudanças radicais, nem de experimentos irresponsáveis” dizia uma das suas propagandas eleitorais⁵⁹. Eleito com tão pouco apoio e com base em propaganda negativa direcionada aos outros candidatos, seu governo não contou com nenhuma trégua por parte dos setores sociais, que desde a Guerra da Água vinham se mobilizando de forma cada vez mais contundente.

Durante os conflitos de 2000 a 2005, o único movimento de viés popular que parecia apoiar o bloco do poder eram os movimentos cívicos autonomistas, em particular o do departamento de Santa Cruz. O principal porta-voz deste movimento era o Comitê Cívico Pró-Santa Cruz, fortemente ancorado no setor empresarial, tanto da agropecuária quanto da indústria. No dia 1º outubro de 2003, enquanto as manifestações populares contra o governo de Sánchez de Lozada se intensificavam, questionando o projeto de exportação do gás via portos chilenos, o Comitê Cívico Pró-Santa Cruz lançou um “manifesto” pedindo a refundação do país a partir das autonomias regionais.

Para além deste ponto central, o documento propunha uma vida nacional baseada em “consensos”, uma economia mista (“não dogmática, na qual coexista a empresa pública, privada, social e mista”) e respeito à “segurança jurídica”. Reiterando seu orgulho por ser uma “nação mestiça”, o manifesto se colocava contra a corrupção, o “neocolonialismo”, a “delinquência” e o “narcotráfico e a coca”⁶⁰. Como veremos a seguir, aqui já estava delineada

⁵⁹ O documentário *Crise é o nosso negócio* (2005), de Rachel Boynton, ilustra muito bem a campanha eleitoral de Sánchez de Lozada, que foi assessorada por uma equipe de marqueteiros americanos. O documentário tem como “problemática de fundo” as falhas na “importação” da lógica da democracia americana. Ele foi lançado em 2007 em DVD no Brasil, na Coleção Vídeo Filmes.

⁶⁰ O documento era composto por 14 pontos: “1. Acreditamos no sistema democrático em que se buscam os consensos necessários para guiar a vida da República; 2. Acreditamos nas autonomias regionais para forjar nossos próprios destinos, que é a base fundamental de um Estado moderno; 3. Acreditamos na economia não dogmática, na qual coexista a empresa pública, privada, social e mista; 4. Acreditamos nos valores da liberdade, igualdade e fraternidade como base da felicidade que é a função de todo Estado; 5. Acreditamos no respeito aos direitos humanos, na vigência plena de um Estado de direito e da segurança jurídica, como única forma de convivência civilizada; 6. Declaramos a saúde e a educação como os pilares primordiais nos quais se funda o progresso da República; 7. Respeitamos os recursos naturais, o meio ambiente e o seu uso sustentável; 8. Acreditamos na sociedade baseada no trabalho. Estamos convencidos de que a produção agropecuária e florestal tem que ser a base de nosso sistema produtivo; 9. Acreditamos em uma relação digna, baseada na justiça e no respeito a nossa soberania. Não ao neocolonialismo; 10. Acreditamos na ética e na moral como valores supremos da sociedade; 11. Acreditamos a luta contra a corrupção deve ser uma política de Estado; 12.

uma plataforma geral da oposição de Evo Morales, durante o governo que se iniciaria em 2005.

Apesar de demonstrar que na disputa entre manifestantes e governo estava do lado de Sánchez de Lozada – rechaço à coca (como sinônimo de cocaína), insistência na construção de um “consenso” nacional pacífico (resposta às manifestações de rua que pipocavam no país) – o Comitê Cívico também já apontava algumas diferenças com o núcleo central do poder. As principais delas são as autonomias departamentais, que foram rechaçadas publicamente por Sánchez de Lozada alguns dias depois⁶¹, e um apelo regionalista que aponta a uma nação “mestiça” (em contraposição às reivindicações indígenas de plurinacionalidade que já começavam a aparecer). A estratégia do Comitê Cívico de Santa Cruz era se solidarizar com os outros departamentos orientais (Beni, Pando e Tarija), “em defesa da exportação do gás e dos royalties dos hidrocarbonetos”⁶². Soma-se a esta agenda econômica regional uma agenda cultural regional, que defende o “homem” do Oriente boliviano. Uma ideia mítica do *camba*⁶³ mestiço, moderno, aberto e pacífico se contrapunha a uma ideia de um *colla*⁶⁴ fechado, revoltado, anacrônico. Rubén Costas afirmava uma missão quase civilizatória do oriente boliviano: “Creio que chegou o momento de orientalizar o país e isso eu digo com muita humildade. Os bolivianos esperam que Santa Cruz cumpra este papel”⁶⁵.

A manifestação pública do setor empresarial cívico *cruceño* seria mais um indício da fragilidade e do isolamento do governo. Esta posição fica razoavelmente clara em 2003, em meio a crise de outubro, quando Costas diz que as ações do Comitê Cívico responderiam a “uma falta de autoridade, de coerência e um excesso de manuseio político para resolver os problemas do país”⁶⁶. A demarcação territorial da meia-lua também expressava uma preocupação econômica clara, a continuação do modelo de exportação do gás (questionado pelas manifestações populares), que já não podia mais ser defendido com efetividade pelo governo central.

Durante o governo de Carlos Mesa, o Comitê Cívico conseguiu emplacar a reivindicação de eleição direta para os *prefectos* (chefes do executivo departamental que eram indicados pelo presidente) e de referendo popular sobre as autonomias regionais. A partir daí,

Acreditamos na luta contra o narcotráfico e a coca; 13. Acreditamos na necessidade de enfrentar com firmeza a delinquência; 14. Somos orgulhosos de uma nação mestiça, de nossos valores, franqueza, lealdade e hospitalidade.”. El Deber, 2 de outubro de 2003.

⁶¹ “Goni a los cívicos: nada de autonomía, eso destruye”, El Deber, 10 de outubro de 2003.

⁶² “Comité presenta una agenda nacional y llama al referéndum”. El Deber, 23 de junho de 2004.

⁶³ Nome utilizado para denominar o indígena do Oriente, que trabalhava como peão nas fazendas coloniais.

⁶⁴ Nome utilizado para denominar o indígena do Ocidente, normalmente de ascendência aimará ou quechua.

⁶⁵ “Las instituciones cruceñas proponen refundar el país”, El Deber, 2 de outubro de 2003.

⁶⁶ “Las instituciones cruceñas proponen refundar el país”, El Deber, 2 de outubro de 2003.

criou uma nova estratégia de mobilização popular, os chamados *cabildos* departamentais. Convocados pelo comitê, o primeiro grande *cabildo* reuniu 50 mil pessoas em junho de 2004⁶⁷ e o segundo reuniu 350 mil em janeiro de 2005⁶⁸. Funcionavam como grandes comícios públicos e contavam com a participação de grupos musicais, personalidades locais, etc. Seu impacto visual era considerável, com a grande massa de participantes levando as cores do departamento: branco e verde. Nas eleições de 2005, que elegeram Evo Morales presidente, os *prefectos* foram eleitos diretamente e Rubén Costas ganhou as eleições em Santa Cruz. Em julho de 2006, foi realizado o referendo das autonomias departamentais. Quatro dias antes, o *cabildo* do Comitê Cívico reuniu meio milhão de pessoas em Santa Cruz. A autonomia departamental ganhou com 72% em Santa Cruz, 76% em Beni, 63% em Tarija e 56% em Pando. Nos demais departamentos do país, a autonomia perdeu, deixando a votação nacional com 44% a favor e 56% contra a autonomia departamental⁶⁹.

Em síntese, entre 2000 a 2005, o bloco de poder boliviano não conseguiu repetir fórmulas de incorporação de setores sociais descontentes. Sua interpretação dos problemas bolivianos, calcada em uma crítica ao “sindicalismo violento” e no combate aos “narcotraficantes” carecia de respaldo na população em geral. Por outro lado, o movimento cívico conseguiu angariar em parte da Bolívia apoio popular com base em um “orgulho *camba*” de matizes racistas e uma antiga rivalidade entre oriente e ocidente. Nestas regiões, o discurso de denúncia contra o “sindicalismo violento” e contra a “cocaína e a coca” se amalgamava em um discurso regionalista, que opunha uma coletividade “moderna e mestiça” a uma coletividade “retrógrada e indígena”.

No geral, contudo, a emergência desta força regional só existiu graças ao enfraquecimento contínuo do núcleo de poder central, cuja atuação foi se tornando cada vez mais isolada com relação às reivindicações que emanavam da sociedade, cada vez mais abstrata nas suas defesas da “unidade nacional”. O ápice da sua crise ocorreu em outubro de 2003, quando a face coercitiva do Estado foi percebida de forma imediata pela maior parte da população. Aqui não se trata somente de apontar os números, os 60 mortos das jornadas de outubro⁷⁰, mas sim de afirmar que havia um entendimento generalizado da maioria da

⁶⁷ El Deber, 23 de junho de 2004.

⁶⁸ El Deber, 29 de junho de 2006.

⁶⁹ El Deber, 29 de junho a 3 de julho de 2006.

⁷⁰ O Estado brasileiro pode ser muito mais violento sem causar grandes alvoroços na população, desde que reafirme que a sua política de extermínio é voltada para “bandidos” (basta lembrar o massacre de 400 jovens ocorrido em maio de 2006 na cidade de São Paulo).

população de que o Estado estava massacrando as pessoas nas ruas, tornando inegociável a exigência de mudança no bloco do poder.

Se pensarmos na insistência de Smith em diferenciar os “estatismos” impostos de cima e os nacionalismos por meio de ideias de coletividades que fazem referência a experiências históricas e mitologias comuns, o movimento cívico regionalista pareceu ter algum sucesso. O movimento reconstruiu uma identidade *camba*, retomou heróis como Andrés Ibáñez, que reivindicava o federalismo e um socialismo utópico desde a perspectiva da Santa Cruz pobre e despovoada da virada do século XIX para o XX. Se não fossem por estes elementos, o movimento não teria alcançado o seu apelo popular, mesmo se considerarmos que um razoável número de pessoas que participavam dos *cabildos* eram coagidos por seus empregadores⁷¹.

Já o núcleo central do poder sediado em La Paz demonstrou menos capacidade de direção. Alegando que a decisão em exportar o gás natural para os Estados Unidos via portos chilenos era “técnica”, o governo insistiu nesta opção até momentos antes dos eventos mais dramáticos de outubro. Sobre este caso, é interessante resgatar o depoimento sobre os acontecimentos de 2003 de Jeremy Rosner, assessor americano de Sánchez de Lozada para assuntos de opinião pública:

Havia um profundo sentimento de que o patrimônio do país estava sendo dilapidado de novo. Além dos 500 anos de história, desde a época da prata e dos conquistadores espanhóis, havia o papel de Goni [Gonzalo Sánchez de Lozada], o fato de eles encararem as privatizações do primeiro mandato como parte daquilo, tal como a guerra de 1879 contra o Chile, quando eles perderam o seu litoral. Eu sabia destas coisas, não ignorava a história. Mas, ao ouvir isso das pessoas, aprende-se sobre a dinâmica da paixão por trás do fato. **Não são os fatos que aprendemos, é a textura das paixões políticas**, a textura da tristeza que existe em relação ao que lhes foi roubado⁷².

Foi essa “textura das paixões políticas” que era incompreensível para o governo de Sánchez de Lozada. Não por ignorar o fato de que estas coisas importavam para o povo boliviano, mas porque havia uma crença absoluta de que não cabia ao povo questionar as políticas do governo em momentos não eleitorais. Sánchez de Lozada afirmou inúmeras vezes que promover referendos era uma irresponsabilidade política, “não se pode pedir ao

⁷¹ Chama atenção uma pequena enquête feita pelo jornal El Deber (jornal com posição editorial favorável à reivindicação autonomista) no primeiro grande *cabildo* convocado pelo comitê, em 22 de junho de 2004. Um quarto das 44 pessoas entrevistadas não sabia o que significava “autonomia” e não sabiam o motivo da sua presença ali, alegando que “lhes disseram no trabalho que participassem”. El Deber, 23 de junho de 2004. É curioso notar que os três primeiros grandes *cabildos* do comitê cívico foram realizados em dias de semana (22/06/2004, 28/01/2005 e 28/06/2006).

⁷² Jeremy Rosner, em entrevista feita no documentário *Crise é o nosso negócio* (1h14’30’’ a 1h15’28’’), de Rachel Boynton.

povo que decida sobre uma coisa tão complexa, tecnológica, econômica”⁷³. Sob estes princípios, o bloco de poder preferiu ver o seu governo ruir a negociar certos pontos.

Mas, se a estratégia geral do bloco de poder em diminuir as suas contradições com os interesses populares falhou, quais foram as medidas e ações exitosas da oposição a este bloco de poder que ajudaram a aguçar tais contradições? A tese de Zavaleta Mercado da crise como nacionalizadora é importante, pois aponta para a possibilidade de se criar blocos históricos com base em uma unidade patética, épica e sentimental, que possuem, contudo, uma formação social muito mais diversa do que seria dedutível das análises gramscianas.

Durante as manifestações, houve algumas iniciativas de unificação de pautas e lutas, com maior ou menor grau de adesão. O Estado Maior do Povo (mobilizações de janeiro de 2003), a Coordenadora da Água (janeiro a abril de 2000) e a Coordenadora do Gás (outubro de 2003) foram iniciativas deste tipo que, ainda que representassem mais fortemente um ou outro setor, contavam com a adesão formal e simbólica de diversos movimentos. O MAS-IPSP, apesar de ter sido no período a canalização da mobilização em termos eleitorais, não se conformava como um partido ou uma esfera política de síntese destes diferentes movimentos. A pauta genérica de nacionalização e industrialização dos recursos naturais, reforma agrária e assembleia constituinte foi muito mais uma plataforma gerada nos momentos de luta do que um programa de antemão já estabelecido por uma organização política.

Do ponto de vista da definição do que seria o ente coletivo prioritário de soberania política, as posições dos diferentes setores envolvidos variavam muito. O tempo indígena de longa duração do Conamaq e dos indígenas do Oriente parece querer re-estabelecer “nações originárias”, unidades políticas indígenas com elevado grau de soberania, mas que não se descolariam de um Estado multi ou plurinacional que coordenaria em nível mais elevado estas identidades nacionais específicas. O projeto, contudo, tem raízes também no katarismo, que reivindicava já nos anos 1970 “a necessidade de adotar uma forma estatal que expressasse organicamente o caráter plurinacional e multiétnico de uma sociedade como a boliviana” (Rivera, 1993, p. 28). Neste projeto há uma disjunção entre o Estado e a nação, ou seja, as fronteiras étnicas e culturais nacionais não coincidem com as do Estado. Diferentemente da nação analisada no contexto da modernidade (objeto de estudo de Nairn,

⁷³ Declaração feita a um jornalista durante a campanha de 2002. Em *Crise é o nosso negócio* (33’33’’).

Gellner e, inclusive, Smith), que necessita de uma referência estatal moderna para se concretizar, a nação indígena é entendida neste caso como organização cultural, territorial e política sub-estatal e, portanto, deslocada desta referência. Trata-se de um mecanismo de oposição às tendências homogeneizadoras do Estado-nação moderno, que acabou por adotar a denominação de nação porque possuía ímpeto político (apesar deste não ser propriamente estatal⁷⁴) e não somente cultural e porque, efetivamente, no momento da Conquista os diferentes grupos indígenas foram chamados de nações. Como afirmam Xavier Albó e Franz Barrios (2007), tal identificação só impede um sentido de pertencimento a um Estado-nação se este for entendido de maneira exclusiva e homogênea.

O tempo indígena, contudo, apresenta outros matizes no entendimento da nação. A tradição indigenista, por exemplo, considera que há uma superposição de duas nações, uma nação branca, crioula e opressora, que se convencionou chamar de Bolívia, e a nação indígena e oprimida. Tem-se a ideia de duas nações sobrepostas e que ocupam locais sociais distintos. Não se questiona aqui particularmente a homogeneização cultural de um Estado nacional, mas sim a imposição de um domínio externo a uma maioria indígena. Neste sentido, a luta teria como objetivo a conformação de um Estado-nação indígena⁷⁵. Esta perspectiva era especificamente visível nas mobilizações do altiplano *paceño* e se articulava com estratégias de confrontação do Estado radicais, que reivindicavam a reconstituição de uma pátria índia mítica.

Por fim, movimentos urbano-populares, camponeses e operários possuíam uma identificação nacional boliviana marcada pelas lutas anti-imperialistas por soberania nacional do período da Revolução de 1952. Contudo, estes setores passaram a se afastar da postura nacionalista homogeneizadora das décadas anteriores, que obrigava ao índio adotar a identidade camponesa, e se focaram prioritariamente em um nacionalismo definido frente aos interesses externos às tarefas modernizadoras do Estado boliviano: garantia de direitos sociais (saúde, educação, previdência), industrialização, controle estatal da economia, etc. As demandas variadas retomam a problemática de Marof que abordamos no início deste trabalho: os dois elementos centrais que precisam ser fortalecidos no país são o Estado e os

⁷⁴ Como argumenta Luis Tapia (2007, p. 52).

⁷⁵ Fausto Reinaga é um expoente desta perspectiva: “O *cholaje* de 145 anos não criou nem unidade territorial, nem unidade econômica, nem unidade linguística, nem unidade religiosa, nem unidade psicológica, nem unidade histórica, nem unidade cultural. Bolívia é uma ‘nação abstrata’. Seu Estado é um simples ‘comitê que administra os interesses do imperialismo das feras loiras do Ocidente’. O índio como unidade racial, unidade histórica, unidade religiosa, unidade linguística, unidade econômica é o Ser Nacional. Seu passado e seu presente são fatores de coesão. Seu porvir lhe coloca somente um problema: o da sua liberação” (Reinaga, 1970, p. 168-169).

índios, por isso a consigna “minas ao Estado e terras ao povo” ainda era vigente quase oitenta anos após a publicação da sua obra.

Isso nos leva, contudo a uma problemática relativa ao sujeito deste bloco histórico que se levanta contra o Estado de então. É possível pensar em um setor dirigente, em uma linha mais próxima às preocupações de Gramsci ao refletir sobre o bloco histórico? Efetivamente, houve várias direções, dependendo do momento político. Mesmo a ocupação do governo pelo MAS-IPSP não nos permite chegar à conclusão de que este seria o partido dirigente do bloco histórico, primeiro porque o MAS-IPSP não se constitui como um partido revolucionário nos moldes pensados por Gramsci e segundo porque, no momento em que ocupa o governo, já estaria preocupado com as tarefas estatais (de uma perspectiva interior ao Estado) e enfrentando as contradições inerentes destas. Mas houve unificação, e com unificação não se quer dizer somente uma agenda comum (mero elencar de pautas), mas sim um processo de criação de estratégias de luta compartilhadas, identificação de uma coletividade popular em estado de rebelião (a *massa* de Zavaleta Mercado). Mas se não há um sujeito dirigente definido, como é possível pensar nesta unificação?

Obviamente, há muita tensão entre as duas grandes pautas surgidas no período, uma mais ligada a um autonomismo indígena e outra mais ligada a um fortalecimento do Estado para realização de tarefas do desenvolvimento. Mas, se destas pautas não é possível identificar um sujeito comum (apenas uma coletividade rebelde, unificada de forma “patética, sentimental e épica”), é possível pelo menos identificar um adversário comum, o que é visto como a “elite crioula antipátria”. Tal adversário, ao ser caracterizado como o sujeito da opressão dos índios (disso dependiam seus interesses internos de “casta”) e do Estado (vendendo-o aos interesses externos e paralisando-o das suas tarefas nacionais, com exceção da tarefa coercitiva), era suficiente para unificar todas as temporalidades. De certa maneira, a imagem bem definida e contundente de um adversário “compensava” uma coletividade dispersa e era suficiente para fazer irromper violentamente as contradições entre “bloco de poder” e “interesses populares”.

É curioso notar que todas as coletividades nacionais propostas pelo bloco histórico popular podem ser articuladas em torno da ideia de classe-nação, abordada por Gellner. Ou seja, elas seriam resultado de uma composição estatal não inclusiva, que imporia a um grupo definido étnica e culturalmente uma condição socioeconômica desvantajosa. Mesmo no caso das coletividades mais “estatistas” (que apontam para tarefas estatais de desenvolvimento e antiimperialistas), é possível identificar uma percepção do bloco do poder como um grupo com interesses tão divergentes que não poderia ser incluído na comunidade nacional

reivindicada pelos setores mobilizados. No modelo de Gellner, a resposta natural a esta situação é o separatismo que norteou os nacionalismos do leste europeu na fragmentação dos territórios imperiais. Mas, no caso boliviano, nenhuma das possíveis respostas apresentadas nas mobilizações – que variaram em torno da mudança de governo, refundação do Estado via assembléia constituinte e revolução índia – cogitou o separatismo como solução.

De maneira geral, as contradições entre estas visões são múltiplas e estão longe de serem resolvidas. O interessante aqui é notar que nestas três formas de identificação coletiva nacional está ausente a elite política então dominante, por isso a sua caracterização enquanto classe-nação, catalisador político em uma situação de intensa polarização social causada pelos impedimentos culturais e sociais sofridos por este ator e impostos pela elite política que domina o Estado. A classe-nação, quando se forma, é radical exatamente porque exclui esta elite política estatal (no caso boliviano, a elite neoliberal) e impõe soluções que alteram profundamente o panorama político: separatismos, revoluções ou, no mínimo, reformas “refundacionais” (como a que foi adotada neste caso).

A intensa percepção popular da subordinação internacional desta elite “antipátria” é visível tanto nas pautas gerais que se desenvolveram (nacionalização dos recursos, não à ALCA, etc.) quanto em episódios específicos, que se foram entendidos como típicos desta elite. Um acontecimento emblemático foi a campanha contra Evo Morales da Embaixada Norte-Americana durante as eleições de 2002. Ela ameaçou pôr fim em projetos de auxílio entre os dois países caso Morales, dirigente que estaria claramente ligado ao narcotráfico, saísse vitorioso no pleito⁷⁶. A intromissão da embaixada durante as eleições foi entendida como claro favorecimento aos candidatos mais “próximos” da política norte-americana. Outro episódio muito marcante foi o *impuestazo* de fevereiro de 2003, no qual as ações do governo eram claramente pautadas pelo FMI. Mesmo após a convulsão social que deixou mais de 30 mortos, o governo não se permitiu agir com autonomia e enviou seu ministro da pasta econômica para negociar mudanças com o fundo. Neste sentido, esta elite política era vista como mero fantoche, e as mobilizações se dirigiam contra ela, mas mais fortemente contra os interesses externos que ela encarnava. Assim, não foi difícil excluir esta elite de um

⁷⁶ Manuel Rocha, então embaixador norte-americano, declarou em uma coletiva de imprensa: “Quero recordar ao eleitorado boliviano que, se elege aos que querem que a Bolívia volte a ser um exportador de cocaína, este resultado colocará em perigo o futuro da ajuda dos Estados Unidos a Bolívia”. Segundo ele, “uma Bolívia dirigida por gente que se beneficiou do narcotráfico não pode esperar que os mercados dos Estados Unidos se mantenham abertos para exportações tradicionais como têxteis e o gás natural”. Los Tiempos, 27/06/2002. Evo Morales já havia declarado anteriormente que queria fazer os seus debates presidenciais com o embaixador dos EUA, e não com os outros candidatos, já que seria ele quem efetivamente governaria o país. El Deber, 14/06/2002.

imaginário comum de sujeito nacional, já que ela era claramente um agente local que não teria qualquer função de contribuir para a coletividade.

Contudo, este agente local controlava o Estado e, portanto, o seu aparato coercitivo. O discurso que vinha das mobilizações também denunciava de maneira radical a intensa violência com a qual estas elites enfrentaram os setores mobilizados. “Eu não vou olhar nos olhos de vocês, porque seus olhos estão manchados do sangue indígena (...). Isso me dói como Mallku Maior. Eu não sou um *pongo* [servo] político. Isso me dói porque vocês, inquilinos, se apropriaram da nossa terra” disse Felipe Quispe durante os bloqueios de caminhos em setembro e outubro de 2000 (apud Garcia Linera *et al*, 2008, p. 123). Como foi notado anteriormente, não eram os números das mortes em si que foram definitivos para que a população se colocasse contra quem estava no poder, tais mortes podem parecer “justificáveis” se o Estado consegue convencer a população de que elas foram “necessárias” para a manutenção da ordem. Mas o aparato coercitivo do Estado passou a ser entendido cada vez mais como um aparato contra a população e não favorável à ordem e, portanto, à população (consenso que sustenta a coerção estatal).

O movimento cívico autonomista foi entendido pelos setores mobilizados como continuidade da elite crioula “antipátria”, pois seria promovido pela oligarquia *lojiera*⁷⁷, uma expressão deste poder patrimonial boliviano, que se reestruturava ao verificar que o bloco de poder tradicional perdia terreno. A questão dos recursos naturais era particularmente importante, porque se sabia que um dos grandes motivos unificadores da meia-lua era um controle departamental dos hidrocarbonetos. No altiplano e nos vales, os setores populares rejeitavam esta apropriação local dos recursos, argumentando inclusive que foram eles (e não os oligarcas *cruceños*) que lutaram na Guerra do Chaco em defesa destes recursos e deste território⁷⁸.

Mas se o discurso funcionava no Ocidente boliviano, e amalgamava a imagem do o movimento cívico *cruceño* à do bloco de poder neoliberal, as coisas pareciam ligeiramente diferentes nos departamentos da meia lua. De fato, o bloco de poder representado pelos governos de Hugo Bánzer, Tuto Quiroga, Sánchez de Lozada e Carlos Mesa⁷⁹ não contava com apoio popular massivo e de rua que tinha o movimento cívico. Sánchez de Lozada não queria se “misturar” com o povo, era visto como um tecnocrata estrangeiro e oligarca. Já

⁷⁷ Referência às lojas maçônicas das quais as principais figuras públicas do movimento cívico fariam parte.

⁷⁸ O documento apresentado pelo Movimento Originário Popular na Assembleia Constituinte sintetiza esta perspectiva: “(...) guerra do chaco, na qual participaram nossos avós e não os que se apropriaram agora dos hidrocarbonetos (...)” (MOP, 2007, p. 7).

⁷⁹ Caracterização passível de discussão. Preciso investigar melhor governo de Mesa.

Rubén Costas era o grande animador de *cabildos* populares, autor da palavra de ordem *Autonomía, carajo!*, que pipocavam em todas as grandes manifestações pró-autonômicas.

Não se pode dizer que os apoiadores do MAS-IPSP e dos setores que compunham as mobilizações nacionais estavam absolutamente isolados nas regiões da meia lua (dependendo das votações, mobilizavam de 30% a 40% dos votos), mas era um setor que para se expressar tinha que se enfrentar fisicamente com o movimento autonomista. Suas marchas e manifestações públicas não raramente se dispersavam devido ao enfrentamento com os setores “cívicos”.

Assim, a caracterização das elites bolivianas como “senhorial-oligárquicas” não é exatamente precisa para os movimentos cívicos do oriente boliviano, já que ela não pressupõe apoio popular. Tais movimentos teriam mais proximidade com a tradição militar autoritária boliviana que foi em muitos momentos bastante popular, mesmo na segunda metade do século XX (basta lembrar do pacto-militar camponês). Esta inadequação de caracterização pode explicar também o fracasso em fragilizar o apoio popular a estes movimentos cívicos por parte dos outros setores sociais mobilizados.

Com exceção da dificuldade em se contrapor ao movimento cívico autonomista no Oriente, o bloco histórico composto pelos setores sociais em luta de 2000 a 2005 foi muito exitoso em resgatar experiências históricas de forte significado dramático, que fizessem emergir paixões políticas. Um exemplo é a própria questão do litoral; a abertura desta antiga ferida realinhou os governos neoliberais com as elites políticas oligárquicas do passado, que foram entendidas como as responsáveis históricas pelas perdas territoriais pela sua ganância em se enriquecer em detrimento dos interesses nacionais. Outro exemplo é a Guerra do Chaco que, se não serviu para ampliar o movimento no Oriente, serviu para unificar os setores sociais do Ocidente em oposição ao movimento cívico.

De certa maneira, o nacionalismo que emergia desta identificação coletiva atacava o Estado, porque este era identificado intrinsecamente com a elite inimiga. A experiência colonial que importava uma estrutura de repressão estatal externa às comunidades indígenas da região nunca foi completamente superada. Um exemplo disso ocorre quando Quispe convoca Bánzer para falar “de presidente para presidente”, o presidente dos *q’aras* e o presidente do Qullasuyo. Exageros à parte, Quispe faz referência aqui a uma estrutura estatal que não foi totalmente reconhecida, seja porque os braços do Estado (sistemas de justiça, de educação, de saúde) não chegaram a uma razoável parcela da população boliviana, seja porque o preconceito étnico e racial era fortemente percebido nas zonas onde o Estado era

mais “forte”, como nas cidades. Trata-se, como foi colocado anteriormente, de um Estado em permanente crise, que não é identificado de forma separada do grupo que ocupa.

Resumidamente, os setores sociais que conformaram um bloco histórico no período de 2000 a 2005 conseguiram se unificar frente ao bloco de poder graças à identificação deste como um adversário comum a todos os movimentos em luta. De forma geral, conseguiu-se traçar uma linha de continuidade entre a antiga “elite senhorial oligárquica” e a nova “elite tecnocrata neoliberal”. Ambas teriam demonstrado historicamente seu repúdio aos interesses nacionais e à maioria indígena da população boliviana. Mesmo a dificuldade em lidar com o movimento cívico é apenas parcial, dado que este movimento não tem capacidade em disputar a política nacionalmente, dado que sua força está localizada no seu regionalismo e na forma como pode se diferenciar do resto do país. Fora dos departamentos da meia-lua, a consigna de “orientalizar a Bolívia” não possui qualquer apelo.

O próximo período, contudo, será marcado pela redefinição das bases de legitimidade deste Estado, que pela primeira vez tem no governo uma articulação majoritariamente popular e indígena. A contradição entre bloco de poder e povo muda radicalmente, já que agora os pólos desta disputa estão ocupados por atores diferentes. A pluralidade de projetos e pautas que foi vislumbrada neste momento de ação direta e mobilização intensa terá oportunidade de ser decantada em projetos mais unificados ou em antagonismos mais claros, pois os atores políticos estarão obrigados a explicitar seus projetos para a refundação do Estado boliviano em uma linguagem universal.

Capítulo 4 – A formação do Estado Plurinacional

No capítulo anterior, acompanhei o processo de formação de um bloco histórico popular diferenciado, que não se unificou graças a uma direção coerente, mas sim graças à existência de um contra projeto comum, que encarnava antipatias de todas as “temporalidades” analisadas. Também foram identificadas algumas especificidades do Estado boliviano, que, graças a pouca capacidade hegemônica das suas classes, estaria sempre vulnerável a crises de legitimidade profundas, crises de hegemonia. O momento vivido no início deste século foi mais uma destas crises.

A eleição de Evo Morales em 2005, contudo, muda o panorama desta disputa. Diferentemente de outros períodos de crise, como a que estourou na Revolução 1952, a saída encontrada neste caso não rompeu a ordem institucional, mas desembocou em uma troca de governo eleitoral (ainda que o adiamento das eleições tenha sido resultado de muita pressão popular) e em uma Assembleia Constituinte. Algumas tarefas colocadas pela agenda de outubro foram parcialmente realizadas pelo governo de Evo Morales sem necessidade de qualquer novo dispositivo constitucional. O decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos foi anunciado em maio de 2006; a Lei de Recondução Comunitária, que especificava com mais rigor o que se considerava a função econômica e social da terra (uma das maiores críticas feitas à Lei Inra), foi aprovada no final de 2006; a *Drug Enforcement Agency* (DEA, agência norte-americana de combate às drogas) foi expulsa do Chapare em novembro 2008. De forma análoga a 1952, a questão dos recursos naturais e a questão agrária se constituíram em pontos centrais da agenda de governo. Contudo, por não ter sucedido uma quebra institucional, o governo do MAS-IPSP teve que lidar com problemas não enfrentados em 1952 ao aplicar sua agenda, como um Congresso desfavorável.

Mas a grande novidade da resposta contemporânea à crise do Estado boliviano foi a Assembleia Constituinte. Os pontos da agenda de outubro equivalentes às reivindicações camponesas, operárias e urbano-populares foram de certa maneira respondidos por políticas governamentais que independiam da constituinte. Esta, portanto, tinha como tarefa central atender às demandas indígenas de representação e poder político, que exigiam um redesenho profundo das instituições bolivianas. Sua tarefa secundária era constitucionalizar e aprofundar as políticas já parcialmente efetivadas pelo governo, que respondiam a uma demanda mais ligada às tarefas estatais e anti-imperialistas.

Neste capítulo, pretendo analisar a forma como: 1) o antigo bloco do poder, agora cumprindo o papel de oposição, apresenta seus argumentos na tentativa de disputar o terreno

ideológico com a nova maioria política e 2) o novo bloco histórico popular tenta resolver as suas contradições internas e propor uma nova estrutura de Estado, mais adequada aos seus projetos políticos. Uma das diferenças qualitativas com relação ao período anterior é que agora este bloco popular terá que encontrar fórmulas consensuais entre seus componentes que se aproximem mais a um exercício de hegemonia. A constituinte exige uma linguagem universalista, com pretensões necessariamente hegemônicas, e se afasta da forma reivindicativa e corporativa que marcava os períodos de mobilização social antineoliberal.

Outra das diferenças qualitativas é a mudança das posições com relação ao poder. Novas críticas (típicas de uma oposição política) surgirão por parte do bloco da direita e novas soluções (típicas de uma situação política) serão propostas por parte do bloco da esquerda.

O núcleo da análise da constituinte será feito com base nos documentos apresentados por 16 forças políticas que participaram da Assembleia Constituinte, ocorrida entre 2006 e 2007. Estes documentos foram apresentados em fevereiro e março de 2007 e inauguravam o trabalho da Comissão Visão de País, primeira e mais importante das 21 comissões em que se dividiu a constituinte. Pela importância do tema tratado, a apresentação foi feita em plenária, envolveu a totalidade dos constituintes e foi objeto de cobertura midiática.

Mas a análise não será feita somente a partir do conteúdo destes documentos. Para aprofundar alguns pontos apresentados por estes, recorri a entrevistas realizadas com atores do processo constituinte e a artigos publicados por estes em jornais ou periódicos acadêmicos. Isso ocorreu quando os documentos eram muito superficiais ou esquemáticos em pontos julgados centrais para a análise do processo constituinte, como entendimentos sobre nação, plurinacionalidade, autonomias indígenas, etc.

Neste capítulo, faço uma pequena introdução sobre a conjuntura da constituinte e abordo os documentos e as posições apresentadas tanto pelas agrupações partidárias da oposição, bloco da direita crítico ao “processo de mudança” encabeçado pelo governo de Evo Morales, quanto pelas agrupações da situação, bloco da esquerda favorável a este processo, que foi impulsionado pela agenda dos setores sociais montada no período anterior.

Panorama geral da Assembleia Constituinte

A constituinte boliviana iniciada em meados de 2006 se originou da Lei Especial 3364 de Convocatória da Assembléia Constituinte, aprovada pelo Congresso em 6 de março de 2006. A lei de convocatória, formulada em acordo com o Senado desfavorável, estabelecia

que o novo texto constitucional deveria ser aprovado por 2/3 dos constituintes presentes e por um referendo. Ao estabelecer uma maioria qualificada tão rígida, a lei exigia que a situação negociasse amplamente com a oposição para aprovar o seu projeto de nova constituição.

Junto com a lei de convocatória da constituinte, o congresso emitiu também uma lei de convocatória para um Referendo Nacional para as Autonomias Departamentais, demanda dos movimentos cívicos do leste boliviano que cresceu, como vimos, no final do governo de Sánchez de Lozada e durante o de Carlos Mesa. O referendo seria vinculante com relação à Assembleia Constituinte, que teria a obrigação de constitucionalizar a escolha dos departamentos que optassem por autonomia. Assim, os bolivianos foram às urnas em julho de 2006 para definir a questão da autonomia departamental (o “sim” perdeu nacionalmente, mas ganhou nos departamentos da meia-lua) e para eleger deputados constituintes.

Os resultados da eleição dos constituintes foram parecidos com a proporção já estabelecida nas eleições de 2005. Dos 255 constituintes, o MAS-IPSP possuía 137, e o *Poder Democrático y Social* (Podemos), principal partido da nova oposição daquele momento, possuía 60. O quadro abaixo expõe a divisão dos constituintes por forças políticas.

Constituintes por forças políticas

Força política	Sigla	No. de Constituintes	Porcentagem dos assentos
Alianza Andrés Ibáñez	AAI	1	0,4%
Alianza Social	AS	6	2,4%
Alianza Social Patriótica	ASP	2	0,8%
Autonomía para Bolivia	APB	3	1,2%
Concertación Nacional (Patria Insurgente)	CN-PI	5	2%
Movimiento al Socialismo	MAS-IPSP	137	53,7%
Movimiento Ayra	Ayra	2	0,8%
Movimiento Bolivia Libre	MBL	8	3,1%
Movimiento Ciudadano San Felipe de Austria	MCSFA	1	0,4%
Movimiento de Izquierda Revolucionaria Nueva Mayoría	MIR-NM	1	0,4%
Movimiento Nacionalista Revolucionario	MNR	8	3,1%
Movimiento Nacionalista Revolucionario – A3 (Santa Cruz)	MNR-A3	2	0,8%
Movimiento Nacionalista Revolucionario – Frente Revolucionario de Izquierda	MNR-FRI	8	3,1%
Movimiento Originario Popular	MOP	3	1,2%

Poder Democrático y Social	Podemos	60	23,5%
Unidad Nacional	UN	8	3,1%
Total		255	100%

Fonte: Albó, 2008.

De forma geral, podemos classificar oito destas agrupações como favoráveis ao processo de “mudança”: *Alianza Social* (AS), *Alianza Social Patriótica* (ASP), *Movimiento Ayra* (Ayra), *Concertación Nacional – Patria Insurgente* (CN-PI)⁸⁰, MAS-IPSP, *Movimiento Bolivia Libre* (MBL), *Movimiento Ciudadano San Felipe de Austria* (MCSFA) e *Movimiento Originario Popular* (MOP). Muitas destas siglas não representavam movimentos orgânicos e sim meras formações políticas permitidas pela lei eleitoral que foram usadas para ampliar a representação do próprio MAS-IPSP na constituinte. Estes grupos conformavam 64% das cadeiras, com 164 constituintes.

Outros oito agrupações se alinhavam mais claramente com a oposição: *Alianza Andrés Ibáñez* (AAI), *Autonomías para Bolivia* (APB), MNR, *Movimiento Nacionalista Revolucionário - A3* (MNR-A3), *Movimiento Nacionalista Revolucionario - Frente Revolucionario de Izquierda* (MNR-FRI), *Movimiento de Izquierda Revolucionaria - Nueva Mayoría* (MIR-NM), Podemos e *Unidad Nacional* (UN). A oposição possuía 36% dos assentos, com 91 constituintes.

Ressalvas e esclarecimentos sobre a análise

Algumas ressalvas são importantes com relação aos documentos em si. Primeiro, havia muita diversidade de tamanho, registros linguísticos, formatos etc. Por vezes, erros de pontuação e ou de gramática dificultaram o entendimento do texto. Alguns documentos não estavam completos e outros eram apresentações de slides; alguns eram simples respostas a propostas já colocadas, outros apresentavam considerações bastante específicas. Neste sentido, somente descartei três documentos da análise: o documento do MIR-NM e o documento consensual da UN, pois estavam muito incompletos (a falta de páginas prejudicava o entendimento das propostas), e o documento do Ayra de Fridolino Duran Paxi, que era uma apresentação de slides muito esquemática, da qual era difícil deduzir formulações mais completas sobre sua “visão de país”.

⁸⁰ O grupo político marxista indigenista *Patria Insurgente* usou a sigla da *Concertación Nacional* para eleger constituintes para a assembleia.

Um número considerável destes documentos era formado por contribuições individuais de constituintes. Quando os constituintes possuíam posições muito diferentes e que caracterizavam visões de país razoavelmente distintas, julguei suas contribuições como uma unidade de análise, não o conjunto do documento do grupo político. Isso ocorreu no caso da UN (cujo documento principal estava incompleto e os demais documentos, contribuições individuais, foram denominadas UN-Pol Achá e UN-Lazarte⁸¹) da ASP (separada em ASP-Vargas e ASP-Tapia) e do Ayra (separada em Ayra-Conamaq e Ayra-Duran, sendo que este último documento foi descartado pelos motivos apontados acima).

Por analisar cada documento ou posição apresentada como uma unidade de análise, a dimensão da representatividade de cada um deles não é problematizada. Um documento como o do MAS-IPSP, que corresponde a 137 dos constituintes (53,7%), tem obviamente maior importância que um documento como o de Pol Achá (UN), que representa somente um constituinte (0,4%). Contudo, o que se quer verificar aqui é justamente a pluralidade de posições colocadas, sendo que documentos de agrupações pequenas podem representar dimensões não muito explícitas dos documentos das agrupações maiores. Por não estarem depurados por acordos e consensos internos, eles abordam temáticas e posições mais polêmicas, que estariam sub-representadas na constituinte se tais agrupações não pudessem se expressar em pé de igualdade com as maiores.

Documentos analisados por posição política e representatividade na constituinte

Sigla	Posição política	No. de Constituintes	Porcentagem dos assentos
AAI	oposição	1	0,4%
APB	oposição	3	1,2%
MNR	oposição	8	3,1%
MNR-A3	oposição	2	0,8%
MNR-FRI	oposição	8	3,1%
Podemos	oposição	60	23,5%
UN-Lazarte	oposição	1	0,4%
UN-Pol Achá	oposição	1	0,4%
AS	situação	6	2,4%
ASP-Vargas	situação	1	0,4%

⁸¹Lazarte e Pol-Achá não compunham organicamente a UN, mas sim foram convidados pelo presidente do partido, Samuel Doria Medina, para participar da agrupação durante a constituinte. A apresentação separada de documentos de visão de país fez parte, provavelmente, de um acordo político que estabelecia a autonomia que estes constituintes teriam na assembleia. Em março de 2007, Lazarte se afastou da UN e passou a assumir uma proposta mais próxima ao Podemos.

ASP-Tapia	situação	1	0,4%
MBL	situação	8	3,1%
MCSFA	situação	1	0,4%
CN-PI	situação	5	2%
MAS-IPSP	situação	137	53,7%
Ayra-Conamaq	situação	1	0,4%
MOP	situação	3	1,2%
Total		247	96,5%

Cinco pontos nortearam a análise das posições políticas das agrupações:

1. *Reconstrução do passado*. Inspirada pelas sugestões de Smith e de Gramsci acerca da importância da reconstrução de mitos históricos na disputa de hegemonia e na construção da imagem da nação, esta categoria aborda de maneira mais sistemática a forma em que tais agrupações apelam às experiências dramáticas do passado, atualizando o sentimento da permanência das contradições diacrônicas na sociedade boliviana. Quais são os fatos históricos relevantes para explicar a situação política atual boliviana? Quais desafios o passado impôs que ainda precisam ser superados? Neste sentido, tentei identificar quatro momentos da história boliviana que marcam estas interpretações: colônia, república, Revolução de 1952 e período neoliberal recente.

2. *Sujeito de soberania*. A abordagem do sujeito da soberania nos leva às concepções que estas agrupações têm sobre a coletividade nacional e, indiretamente, às suas concepções de nação boliviana. As decisões políticas devem estar localizadas em que esfera? Quem são os sujeitos destas decisões? A ideia de nação está mais apegada ao Estado ou ao povo? Neste sentido, a ideia do “adversário unificador” ajuda a identificar quais são os sujeitos que são excluídos desta coletividade, os opostos conceituais (internos ou externos) contra os quais tal coletividade é definida.

3. *Projeto de novo Estado*. Aqui se pretende analisar as fórmulas conceituais com as quais se quer batizar o novo Estado boliviano. Cada adjetivo que acompanha este Estado (“plurinacional”, “social”, “unitário”, “autônômico” ou “comunitário”) traz uma imensa carga normativa por parte dos autores que os propunha. Trata-se aqui de um exercício de reinvenção conceitual, que tenta dar respostas às tensões internas inerentes aos blocos que disputam o processo. Aqui se analisam também as tarefas que são colocadas ao Estado, o significado do seu fortalecimento ou enfraquecimento.

4. *Autonomia indígena*. Como foi apontado, a pauta da constituinte surgiu de uma demanda especificamente indígena relativa à sua representatividade no arranjo institucional boliviano. Esta demanda não se resumia ao debate sobre a quantidade de cadeiras que deputados indígenas teriam no Legislativo. A “questão do poder” indígena implicava necessariamente uma reivindicação de autonomia cultural, social e política frente ao Estado boliviano, ainda que esta autonomia fosse passível de negociação. Com este ponto, pretendo abordar as linhas de demarcação que são apresentadas pelos atores constitucionais entre Estado e autonomia indígena. Tais linhas foram objeto de disputa na constituinte e continuam polêmicas atualmente.

5. *Política econômica*. Se o debate acerca das autonomias mede a disputa sobre as linhas de demarcação entre Estado e autonomias indígenas, o debate sobre a política econômica também representa uma tensão entre Estado e sociedade civil, mas as tarefas que são dadas ao Estado em cada caso são qualitativamente diferentes. A proposta de política econômica pode fortalecer tanto um empresariado nacional e estrangeiro (proposta da direita), como pode fortalecer as esferas populares e comunitárias de poder ou o próprio Estado (propostas presentes na esquerda). De qualquer maneira, trata-se de medir as linhas de demarcação entre o Estado e estes setores.

Tais pontos já estavam presentes, ainda que de maneira não sistemática, na análise do capítulo anterior sobre a disputa de projetos entre bloco de poder neoliberal e setores populares mobilizados. Mas as formas de unificação ali eram relacionadas a um momento de luta completamente distinto, em que a grande meta era atacar o governo neoliberal. Ou seja, a identificação de um adversário comum bastava para dotar de coerência o bloco histórico que se formava. Aqui, a meta é construir um Estado que resolva (ou pelo menos rearranje de maneira minimamente estável) as contradições entre a nova maioria, o que é um objetivo muito mais difícil. Neste sentido, faz-se necessário perscrutar estes documentos e a forma em que se negociou fórmulas consensuais que apontavam para soluções às tarefas que o novo bloco histórico havia se colocado.

Oposição

A oposição, conformada pelas agrupações que se colocaram críticas ao “processo de mudança” do governo de Evo Morales, se encontrava em uma situação particularmente difícil durante a constituinte. Como oposição política, sua tarefa consistia em atacar o novo bloco de poder e criar identificações políticas entre ela e os interesses populares. Ou seja, precisava

tornar as suas pautas políticas pautas que pudessem ser interpretadas como sendo da totalidade da população em oposição ao governo. Considerando o passado recente desta oposição, que estava identificada com o bloco de poder anterior e com o período neoliberal, alvo de muito rechaço popular, tal tarefa era extremamente difícil. Sua situação numérica também era desfavorável, já que contava com apenas 36% dos constituintes, apenas alguns constituintes a mais do que o terço necessário para travar a constituinte (que deliberava por 2/3).

No geral, as posições políticas emanadas deste bloco opositor durante a constituinte apresentam certo consenso entre si. Elas enfatizam a importância de se combater o centralismo do Estado boliviano, de se desenvolver autonomias departamentais e de alcançar uma constituição que seja um acordo político amplo, no qual estejam representados todos os setores da sociedade boliviana. As diferenças aparecem na forma em que estes partidos reconstroem (ou não) os momentos históricos do país ou nos registros em que apresentam as suas ideias. O documento de Jorge Lazarte, por exemplo, é um texto com um tom muito mais acadêmico que os demais⁸².

A análise dos documentos da oposição nos é interessante porque eles ajudam a analisar duas questões: 1) a capacidade de luta hegemônica destes setores em um momento em que já não são o “bloco de poder” e podem atuar com menor compromisso com a estabilidade política; isso os deixa livre para apoiar demandas que demonstrem insatisfação com a atuação do Estado; e 2) as linhas de continuidade que pode haver entre algumas destas agrupações e as agrupações da situação.

1. Reconstrução do passado

No geral, os documentos da oposição foram marcados por uma significativa ausência de referências ao passado. As únicas exceções foram a AAI, com uma visão histórica particular da região de Santa Cruz, e o MNR, cuja sistematização dos momentos históricos do país se assemelhou à dos partidos da situação, mas que deu interpretações bastante diferentes a esses momentos.

Podemos, APB, UN-Pol Achá e MNR-FRI adotam estratégias propositivas que evitam fazer qualquer tipo de referência direta ao passado. A apresentação da APB deixa claro este posicionamento mais “pragmático”, enfatizando que a função dos assembleístas era

⁸² Jorge Lazarte tem uma trajetória profissional acadêmica. É cientista político, professor da Universidade Católica da Bolívia.

propor “soluções”, e que deveriam ter uma abordagem “para além dos diferentes períodos históricos que, de uma ou outra maneira, transformaram positivamente ou negativamente Nosso País”. Além disso, falar da “memória histórica” seria uma “perda de tempo”, já que os expositores anteriores já haviam abordado o tema (APB, 2007, p. 1).

Dos que mencionam eventos e ou políticas do passado, são feitas duas menções positivas (MNR e MNR-A3) e negativas (UN-Lazarte e AAI) ao período neoliberal. Duas menções positivas ao período nacionalista ou à revolução de 1952 (MNR e AAI) e uma menção positiva (MNR) e outra menção negativa (AAI) à Independência. MNR é o único partido a incluir na sua apresentação uma análise do período colonial.

Com relação ao período neoliberal, MNR e MNR-A3 são os grupos que mais perto chegam de avaliações positivas. O primeiro comenta sobre o importante papel de estabilização que teria cumprido o Decreto 21060 de 1985, que abriu o país para os mercados externos, facilitou o investimento estrangeiro e arrumou as contas públicas, e a política de “capitalização” de meados da década de 1990 que seriam muito próximas à política de nacionalização de Evo Morales, já que igualmente previam uma espécie de parceria público-privada:

O processo de capitalização consistiu na associação do Estado com investidores privados estrangeiros, na qual o Estado contribui com suas empresas e o investidor com o capital, criando assim uma empresa na qual o investido tinha 50% das ações, o controle da sua administração e a obrigação de investir o total da capitalização no desenvolvimento da própria empresa. (...) Os fundamentos do decreto nacionalizador [de maio de 2006, promulgado por Evo Morales] descansam na continuidade do processo de capitalização, mudando unicamente a forma dos contratos, mas que, ao final, continua sendo uma empresa com participação transnacional, o que evidentemente é bom para todos de todos os pontos de vista porque, como já havíamos mencionado anteriormente, este processo de capitalização fez com que a Bolívia pudesse obter maiores ingressos, produtos dos impostos destas empresas, assim como da sua exploração (MNR, 2007, p. 39).

Autor direto das duas políticas consideradas marcos do neoliberalismo do país (o Decreto 21060 de 1985 e a “capitalização” das empresas estatais da década de 1990), é compreensível que o MNR defenda seu legado histórico, inclusive insistindo nas proximidades que a sua política tem com o novo governo. MNR-A3, por sua vez, tem posição parecida ao defender as políticas históricas do MNR, principalmente as do período recente, tratando de diferenciá-las da caracterização de “entreguistas”:

(...) é minha responsabilidade aqui reivindicar as conquistas do MNR, como partido histórico, a participação popular, a aliança de classes, a aliança das regiões, o SUMI [Seguro Universal

Materno Infantil], o Bono Sol, a reforma agrária, a reforma educativa, a capitalização, não a venda de recursos, como querem convencer as pessoas (MNR-A3, 2007, p. 40).

Avaliações críticas com relação ao período político anterior são feitas pelos documentos de Jorge Lazarte (UN) e da AAI. O primeiro critica o modelo econômico “privatista” adotado a partir 1985, que “não assegurou o crescimento e, pelo contrário, debilitou o aparato produtivo nacional sem produzir eficiência empresarial” (UN-Lazarte, 2007, p. 4). A AAI, que contava somente com um constituinte, o ex-senador de Santa Cruz, Hormando Vaca Diez, criticou somente o segundo período de reformas estruturais no país:

“[O neoliberalismo começa] no primeiro período de Sánchez de Lozada, período 93-97, aí sim a política de Reagan, de dona Thatcher, assumida religiosamente pelos organismos internacionais e beatamente pelos tecnocratas bolivianos, produz a desarticulação e o desmantelamento do Estado, esse Estado que estamos tratando agora de reconstruir, porque depois das conseqüências vistas, nos demos conta de que é mentira que o mercado por si só resolve os problemas da economia, do emprego e da distribuição” (AAI, 2007, p. 9-10).

O primeiro período identificado com o neoliberalismo, do decreto 21060 de 1985, é poupado das críticas da AAI, porque Paz Estenssoro teria somente arquitetado uma política de choque para conter a superinflação (ibidem, p. 9). O documento de Vaca Diez é interessante porque, além de ser um dos poucos a reconstruir eventos do passado, o faz a partir de uma perspectiva do que seria uma luta histórica do departamento de Santa Cruz contra o centralismo e pelo reconhecimento nacional.

Sua abordagem da vida republicana da Bolívia reconstrói como principal problema do país a tendência política centralista herdada da economia de enclave colonial, que teriam como conseqüências as perdas territoriais:

Nascemos como país com 2.800.000 km², hoje nos vemos reduzidos a 1.098.000 km² e as pessoas se perguntam, por quê? E são várias as respostas, mas há uma que é central: porque a Bolívia na etapa republicana continuou o modelo colonial de exploração do enclave mineiro e buscando um porto no Pacífico para transportar o mineral. Vivemos com a cara voltada para o Pacífico e de costas para a Bolívia profunda. Porque o mundo da oligarquia mineira, do enclave mineiro da economia, era o mundo da mina e de uma pequena área de impacto e o que importava era como chegar ao porto com os minerais e o saldo da Bolívia excluída, como excluídos foram nossos indígenas e camponeses (AAI, 2007, p. 1).

Assim, a região de Santa Cruz, assim como povos indígenas e camponeses, iria ficar afastada das decisões políticas durante esta primeira etapa da República. Sua situação melhoraria no período nacionalista após a Guerra do Chaco, com o Plano Bohan da década de 1940, que impulsionou medidas governamentais de desenvolvimento do agronegócio na

região⁸³. Com esta nova perspectiva econômica, teria sido estabelecida uma “marcha ao oriente”, na qual se construiu estradas ligando o ocidente com o oriente do país e se fomentou a agroindústria em Santa Cruz (ibidem, p. 9). O documento traça um forte paralelismo entre o que seria a exclusão regional de Santa Cruz e o que seria a exclusão indígena:

O constante (...) de Santa Cruz foi brigar para ser incluída na Bolívia e no seu dinamismo, o constante foi brigar para que fôssemos tomados em conta, para que não nos esquecessem, para que não nos excluíssem, como excluídos se sentem, legitimamente, os povos originários (ibidem, p. 21).

É interessante pensar nesta perspectiva histórica regionalista. Nela, os *cruceños* são identificados como povos oprimidos (assim como os indígenas), mas que sua reivindicação não implica de maneira nenhuma na separação do país (assim como os indígenas). A AAI retrata os traumas mais profundos da sociedade boliviana, como a perda territorial, e os relaciona diretamente com a injustiça histórica sofrida pelos departamentos orientais. Apesar de não ter um apelo diretamente nacional, é a visão trazida pela oposição que mais dialoga com a história boliviana, pois consegue atualizar opressões sofridas no passado com demandas imediatas da constituinte (autonomia departamental), operação não realizada pelo MNR, por exemplo. Não à toa, o regionalismo foi o único movimento com adesão popular que a oposição boliviana consegue fomentar, como identificamos no capítulo anterior.

Como legítimo herdeiro das decisões tomadas pelas elites políticas em boa parte dos últimos cinquenta anos da vida política boliviana, o MNR apresenta uma perspectiva completamente diferente de reconstrução da história. Como notei anteriormente, ele é o único grupo da oposição que faz uma análise do período colonial, resgatando suas formulações teóricas da década de 1940 e 1950 e reafirmando de maneira contundente a tese de que a colônia é uma experiência central para impulsionar o desenvolvimento capitalista dos países europeus e marca a dependência da América Espanhola:

A chegada dos espanhóis na América não somente constituiu o primeiro processo de ‘globalização’ da história, mas marca o início da inter-relação entre as sociedades que habitavam o continente e a sociedade europeia em expansão, de cujo interagir se estabeleceram vínculos de ordem econômica, social, cultural e política, cujas consequências em grande medida subsistem na atualidade. Esta relação possibilitou o desenvolvimento do capitalismo na Europa e foi a origem da dependência e do subdesenvolvimento da América Latina (MNR, 2007, p. 65).

⁸³ O plano foi feito por uma missão norte-americana presidida por Marvin Bohan. Ele recomendava a diversificação econômica do país, muito dependente do estanho, com base no desenvolvimento da agroindústria intensiva nas zonas orientais. Com base no plano, o governo boliviano criou em 1942 a *Corporación Boliviana de Fomento* para a agroindústria, fundou um banco agrícola e iniciou, em 1943, a construção de uma estrada que ligava Santa Cruz a Cochabamba (Mesa *et al*, 2003, p. 603).

Tal dependência era consequência da política de exploração de recursos naturais, em sua maioria os metais preciosos. O denominado “saqueio colonial” era acompanhado por um regime político que privilegiava espanhóis nascidos na península ibérica, que gerou:

(...) contradições entre colonizadores espanhóis e o resto da população, que enfrentavam em muitos casos conflitos sangrentos com setores distintos, como foram, por exemplo, as **sublevações indígenas** do final do Século XVIII, ou as lutas de espanhóis com **crioulos**, cujo exemplo mais notável foram os enfrentamentos entre ‘*vicuñas* e *vascongados*’ ocorridos em Potosi, assim como os enfrentamentos entre **artesãos e camadas médias** contra o poder colonial (ibidem, p. 3. Destaques nossos).⁸⁴

O MNR relata a experiência histórica de maneira a identificar um bloco social, formado por indígenas, mestiços, camadas médias, artesãos e elite crioula, que era oprimido pelo poder colonial da Coroa. Ainda que reconheça em uma passagem o “extermínio das massas indígenas em trabalhos forçados nas minas” (MNR, 2007, p.2), a grande contradição colonial assinalada não era entre índios e brancos, mas sim entre espanhóis peninsulares (exploradores) e todo o restante da sociedade colonial (explorada).

Desta forma, o MNR avalia a Independência como um verdadeiro processo de emancipação. Seus heróis, “Bolívar e San Martín”, “cruzavam cordilheiras encabeçando exércitos de crioulos, mestiços e mulatos imbuídos do espírito independentista, de democracia, de justiça e de igualdade” (ibidem, p. 5). O documento da agrupação lembra em muitos momentos a obra de Carlos Montenegro, que também tinha uma visão muito favorável aos “heróis da independência”. Todos os capítulos de *Nacionalismo y Coloniaje* se iniciam com uma citação de Bolívar, sendo que o último, que prevê a “ressurreição do sentimento bolivianista”, traz a frase “que meu nome não vá perecer junto com esta pátria” (Montenegro, 2008, p. 239). Pois é justamente esta a primeira frase do documento do MNR sobre sua visão de país⁸⁵.

Mas as elites governantes que sucederam Bolívar e Sucre no poder⁸⁶ não seriam dotadas de espírito modernizante, e explorariam os recursos naturais bolivianos (prata e estanho) sem deixar para o país as suas riquezas, “os interesses da oligarquia mineira estavam

⁸⁴ A Guerra entre *vicuñas* e *vascongados* ocorreu entre 1622 e 1625 em Potosi. Foi um conflito entre o grupo de bascos (*vascongados*), que tinham determinados privilégios econômicos e políticos na ordem colonial da cidade e de crioulos e espanhóis de outras regiões (*vicuñas*).

⁸⁵ O documento segue com epígrafes que já não são de Bolívar, mas sim de figuras do nacionalismo revolucionário (Carlos Montenegro, Victor Paz Estenssoro), e termina com uma epígrafe de Guillermo Richter, deputado do MNR na constituinte: “O MNR é um partido que analisa e estuda dialeticamente a realidade nacional e atua em função dela para transformá-la” (MNR, 2007, p. 11).

⁸⁶ Bolívar foi presidente da Bolívia em 1825, de agosto a dezembro. Seu curto governo foi sucedido pelo do marechal Antonio José de Sucre, também herói da independência de origem venezuelana, que governou o país até 1828.

acima da pátria” (MNR, 2007, p. 5). Elas careceriam de projeto nacional unificador, o que teria feito com que o país voltasse à sua época de “feitoria” colonial. Neste ponto, o MNR reforça a tese regionalista de que os governos republicanos voltaram suas costas ao interior do país (ibidem, p. 6).

Já a revolução de 1952 representaria para o MNR a concretização de um projeto nacionalista nascido durante a Guerra do Chaco (1932-1935), consequência de contradições exacerbadas por um “sistema de privilégios seculares” (ibidem, p. 8). Ela teria como consequência a unificação territorial nacional, do ocidente com o oriente, a diversificação da economia do país, a incorporação das massas indígenas na vida política, com o voto universal e a reforma agrária (que os livrou do regime de servidão). Mais do que isso, a revolução de 1952 e o cogoverno estabelecido entre MNR e COB seriam a concretização do programa de aliança de classes proposto pelo MNR, que via como contradição central da sociedade boliviana a existente entre nação e imperialismo (“forças que bloqueavam o seu desenvolvimento por meio de relações de dependência”), e não entre burguesia e proletariado, como propunham os partidos marxistas (ibidem, p. 6-9).

Após terminar de analisar o período nacionalista e as ditaduras militares, o MNR explica que as políticas de 1985 de estabilização econômica teriam sido táticas para restabelecer a “funcionalidade da institucionalidade do regime democrático” (ibidem, p. 10). Assim, o partido se caracterizaria pela adoção de um “método dialético”, que permitiria entender a relação entre a tática e a estratégia para buscar uma espécie de liberação do povo boliviano. Medidas mais claras realizadas pelo MNR que visaram a liberação seriam: as leis de participação popular e de descentralização, a reforma educativa e a reforma constitucional (que declara a Bolívia pluriétnica e multicultural), o Bono Sol, a Lei Inra (que institucionaliza as terras comunitárias indígenas), etc.

Neste sentido, o MNR deixa claro e reivindica, na sua exposição, os seus laços históricos com o passado do país. Sua análise da colônia, da independência e da Revolução de 1952 reverbera teses desenvolvimentistas que serão mais tarde reapresentadas nos documentos do bloco oficialista, como a luta contra o imperialismo e contra uma elite econômica e política sem projeto nacional, ou como a necessidade de se industrializar o país e diversificar a economia. Contudo, discorda radicalmente da aplicação destas teses nacionalistas para a análise do período neoliberal e não enxerga como “imperialistas” as forças externas que atuaram no país nestas décadas, mas sim como parcerias justas que ajudavam o desenvolvimento do país (como se pôde observar na sua caracterização do processo de “capitalização”).

De maneira geral, dois pontos chamam a atenção com relação à forma como a oposição lida com os eventos do passado. A primeira é a falta de apelo popular da ideologia neoliberal, mesmo se analisados os discursos dos próprios partidos que promoveram políticas neoliberais. O MNR não defende os elementos mais difusos do que seria uma popularização da “filosofia monetarista”, como o culto ao indivíduo *self-made*, o rechaço aos funcionários públicos que “mamam nas tetas do Estado”, a uma estrutura estatal ossificada e burocratizada que precisa ser modernizada, etc. (Hall, 1979).

Ou seja, diferentemente da Inglaterra de Thatcher, houve inexistência de uma “hegemonia” neoliberal. Este fenômeno se expressa na forma como o MNR analisa o passado: sua visão reflete uma tradição anti-imperialista e desenvolvimentista, muito distante da visão conservadora inglesa. Mesmo com relação ao balanço do período neoliberal a ênfase do MNR recai no nas políticas sociais que efetivaram (Bono Sol, Lei Inra, etc.) e não na “desburocratização” do aparato estatal (ainda que este elemento esteja presente). A relativa fraqueza da ideologia neoliberal na Bolívia pode estar ligada a elementos que já apontamos, como a fraqueza das elites políticas e econômicas do país, mas também pode estar especificamente ligada à inexistência de um Estado que garanta políticas sociais, que tenha amplas competências, o que torna o discurso do Estado sufocante, cobrador de impostos excessivos, bastante deslocado.

Um segundo ponto, mais importante, diz respeito à quase completa ausência de referências sistemáticas ao passado. Estas agrupações eram conscientes que seus opositores “colocavam a culpa” das grandes mazelas históricas do país em suas costas e acabaram por construir mais uma estratégia de desqualificação do discurso oponente do que de reconstrução dos fatos do passado de modo que estes lhes parecessem mais favoráveis (com a importante exceção da AAI).

Mesmo o MNR recorre ao passado mais como forma de resgatar sua importância histórica e justificar as suas opções políticas recentes, do que como forma de procurar respostas para o presente. Sua proposta de visão de país guarda pouco do MNR histórico nacionalista e anti-imperialista e muito do novo MNR “dialético”. O partido rechaça qualquer ideia de dívida histórica:

Com preocupação vejo que muitos querem passar a conta a todos os bolivianos de 500 ou 181 anos. Quem vos fala não deve absolutamente nada ao passado, (...) então é injusto dizer: vocês já tiveram sua oportunidade, fora, agora é nossa vez. Não senhor. Isso é exclusão, isso é dominação, isso é privilégio e isso é censurável e detestável na democracia (MNR, 2007, p. 20).

Neste sentido, a análise de desigualdades que se arrastam no tempo teria pouco a oferecer. A oposição interpreta as reivindicações históricas do bloco popular com uma espécie de “cantilena” ideológica, que não ofereceria “razões argumentadas”, mas somente “afirmações repetidas sobre o ‘neocolonialismo’, o ‘neoliberalismo’, as ‘discriminações’, os 500 anos de exploração” (Lazarte, 2009, p. 80).

Gamal Serhan, constituinte do Podemos, acredita que esta referência ao passado por parte do bloco da situação tem a ver com o que ele considera uma característica “caudilhista” do governo de Evo Morales. “Um dos grandes problemas que temos com os caudilhismos é que pensam que eles são os divisores de água da história. Tudo o que ocorreu antes deles não serve, estava mal feito, e tudo o que ocorreu depois deles é uma grande maravilha”⁸⁷.

Sem entrar no mérito sobre se a oposição deveria ou não ser responsabilizada historicamente pelas mazelas sofridas pelos povos indígenas e pelos setores populares nas últimas décadas (ou séculos), fato é que este setor não teve condições de criar pontes de diálogo com o setor que o culpava. Ao negar a validade de um balanço do passado de forma categórica, ele não consegue estabelecer um patamar comum de negociação que lhes traria, possivelmente, mais vantagens no processo constituinte⁸⁸.

2. Sujeito da soberania

Feitas estas considerações sobre a forma como as agrupações oposicionistas interpretam a história do país, passemos a uma análise focada no seu entendimento acerca do que seriam os sujeitos de soberania no país.

No geral, tal sujeito é em um primeiro momento identificado com um “povo boliviano” que inclui a todos os setores da sociedade; ele seria diverso, mas prezaria acima de tudo a sua unidade. O MNR apresenta uma tese que defenderia a “aliança de classes” no país, ainda que a enfatize na interpretação de certos momentos históricos, como no contexto da revolução de 1952 (MNR, 2007, p. 6). Porém, na análise da situação política atual, explicita o

⁸⁷ Gamal Serhan, entrevista realizada em 3 de setembro de 2010.

⁸⁸ Acredito que o programa do primeiro governo de Sánchez de Lozada (1993-1997) seria uma forma de reconhecer certa coerência e legitimidade nas reivindicações dos setores populares e incorporar isso em políticas de Estado, ainda que secundárias. Mesmo reconhecendo que a pobreza na Bolívia tem cara índia, Gamal Serhan julga este fato quase como uma fatalidade conjuntural, que de maneira nenhuma mereceria uma ação estatal que também tivesse ênfase étnica: “Os setores mais pobres deste país têm fundamentalmente ou traços indígenas, ou traços de índios ou traços de mulher. Então, é como um coquetel Molotov. Primeiro somos iguais, olhamos a nossa pele e somos iguais. Além disso, estamos igualmente estrepados, precisamos colocar a culpa em alguém. A quem vamos culpar? (...) Temos que colocar a culpa nos diferentes, nos brancos”. Entrevista realizada em 3 de setembro de 2010.

que seria uma atualização desta tese: “queremos um país em que todos aceitem que são bolivianos, que nossa riqueza (...) é a nossa diversidade, que dependemos uns dos outros para viver em uma simbiose que beneficie a todos (...)” (ibidem, p. 30). Há aqui uma diferença entre “aliança de classe” e “simbiose” entre as classes. A primeira foi formulada em um contexto anti-imperialista, no qual a aliança de classes aparecia como uma forma de se criar um sujeito coletivo soberano ativo (contraposto ao sujeito histórico marxista, o proletariado) que seria capaz de efetivar as tarefas de desenvolvimento nacional. Já a segunda aponta para uma coletividade passiva, na qual a soberania reside, mas que é acima de tudo delegada aos atores políticos. A ênfase, aqui, está na necessidade de que os bolivianos se entendam como iguais acima das suas divisões étnicas e sociais. Isto é, este é um discurso que está voltado para impedir a ação “facciosa” interna, não para fomentar qualquer ação voltada para o desenvolvimento nacional, entendido em oposição ao imperialismo.

De forma análoga, a APB lista a necessidade de que “as classes sociais estejam em conformidade” na sociedade boliviana (APB, 2007, p. 9). Mas, provavelmente porque o termo “classes” remeta muito fortemente à tradição marxista, a grande maioria dos grupos políticos da oposição se refere a este fenômeno enfatizando a necessidade de um “pacto social” (UN-Pol Achá, Podemos, APB), de uma “Bolívia unida e íntegra” (MNR-FRI) ou de um “nós” como relação de pertencimento a uma comunidade política (UN-Lazarte). Estas perspectivas enfatizam a necessidade de se criar condições para uma convivência pacífica entre bolivianos, de se concertar interesses e de se reafirmar uma comunidade nacional que compartilhe uma visão de futuro (UN-Lazarte, 2007, p. 11).

Neste sentido, a concepção de constituição que os setores oposicionistas possuem é a de uma Constituição de consenso, na qual a identidade indígena e a identidade de “oprimidos” não podem ser majoritárias, porque seriam necessariamente excludentes. Ao identificar a linha ideológica do setor majoritário da constituinte como “étnico-indigenista” e “andino-centrista”, ou seja, como uma agressão contra os que não se incluem como parte das “nações originárias”, a oposição sugere que um consenso com base na formulação plurinacional era nitidamente inviável (Lazarte, 2009, p. 82-85). Um processo constituinte “consensual” na questão simbólica, portanto, passaria necessariamente por afirmar uma “identidade nacional neutra”⁸⁹, não indígena, ponto que não era negociável para a situação

⁸⁹ Esta visão fica bastante clara com a afirmação de Jorge Lazarte: “Os excessos etnicistas da Nova Constituição Política de Estado, que segundo seus partidários ‘inclui’ os que sempre foram ‘excluídos’, termina excluindo ‘constitucionalmente’ a aproximadamente 40% da população que segundo o censo de 2001 não se reconhece em nenhuma das ‘nações originárias’. Neste sentido, pelo menos, a Constituição Política de Estado anterior era mais democrática, integradora e não discriminante” (Lazarte, 2009, p. 22).

(lembramos que a constituinte foi uma pauta surgida justamente para afirmar esta identidade, as outras tarefas do período anterior foram contempladas de certa maneira já pela troca de governo).

A ideia da nação era, portanto, uma ideia de coletividade que ressaltava a união dos bolivianos frente a uma postura sectária dos setores populares (exemplificada pela ideia da plurinacionalidade). Essa é a ideia que está por trás do nome “Bolívia: uma nação” dado ao documento do Podemos. Como argumentou Serhan:

(...) Você precisa manter um vínculo que faça com que todos se reconheçam iguais. Regionalmente, há uma forte carga na Bolívia, eu sou *cochala* [de Cochabamba], você é *camba*, você é *tarijeño* [de Tarija]. Por isso, na nossa perspectiva, sociologicamente, societalmente, o tema da nação é fundamental. E o plurinacional só consegue reconhecer o diverso, resalta o que nos separa, não resalta o que une. Para que se organiza um Estado? Para ressaltar o que une, não para ressaltar o que separa. Esta era a tarefa importante para a gente, era nossa oportunidade de concluir a construção da nação boliviana, de reafirmar a nação boliviana.⁹⁰

De forma geral, a ideia de nação da oposição estava intimamente relacionada com a ideia do Estado, já que este seria o legítimo sujeito executor da soberania. O Podemos estabelece como uma das principais características da soberania política a “capacidade suprema de ação e decisão sem nenhum tipo de submissão”. Segundo a sigla, ainda que a soberania radique no povo, ela é “delegada aos seus representantes nos distintos poderes do Estado” (Podemos, 2007, p. 8). MNR-A3 possui uma visão parecida e é mais explícito ao especificar que o exercício da soberania está delegado aos três poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judicial) e que “nenhuma pessoa que se possa atribuir a soberania do povo comete o delito de sedição” (MNR-A3, 2007, p. 9).

Esta perspectiva é respaldada por considerações feitas por Jorge Lazarte (UN). O constituinte define o problema da sociedade boliviana como um excessivo apego à ideia de legitimidade e um insuficiente apego à ideia de legalidade. Neste sentido, a ideia da representação política, essencial para aqueles que ligam o exercício da soberania política exclusivamente ao Estado, seria pouco desenvolvida no país:

“Na Bolívia, não existe a ideia moderna de representação, mas sim a ideia de **mandato**. O mandato significa simplesmente ter um mandatário ao qual se diz o que deve fazer, e que não pode tomar decisões se não depois de ter consultado as suas ‘bases’. O eleito é somente uma correia de transmissão de decisões pré-existentes sobre as quais não tem nenhum poder de produzir compromissos nem de decidir. Nestas condições, é difícil que o sistema representativo possa funcionar. É um problema que vem do passado e que une muito fortemente com a autorepresentação e a fazer funcionar a política sem mediações. **Cada**

⁹⁰ Gamal Serhan, entrevista realizada em 3 de setembro de 2010.

grupo social acredita ser o povo e ali onde está o ‘representado’ está também o ‘representante’, como diria Rousseau. Como se sabe, o povo só existe quando vota, fora disso só existe no imaginário social e é facilmente manipulável segundo os interesses em jogo” (UN-Lazarte, 2007, p. 3).

As ideias apresentadas por Lazarte trazem um arcabouço teórico mais consistente para interpretar as posições por vezes dispersas e ambíguas apresentadas pelas agrupações da oposição. Tendo em vista o cenário das revoltas antineoliberais que antecederam a constituinte, aqui o que se quer rechaçar é a “força das massas” de uma sociedade civil considerada “pouco democrática”, que exige o cumprimento da lei por meios não legais, que é “pouco tolerante, mas muito participacionista” e que é guiada pelo “‘privatismo’ dos seus interesses”, “propensa a invadir o campo político” (ibidem, p. 5).

Também a reivindicação de um Estado capaz, frente a uma sociedade civil pouco disposta a respeitar a legalidade que este impõe, tem como consequência lógica a aposta por uma elite política renovada. Pois, se o Estado é aquele que deve executar a soberania, sua agência precisa se plasmar em determinados atores políticos, aqueles que ocupam cargos no Estado, os verdadeiros sujeitos executores da soberania. Mas a crise do Estado ocorrida entre 2000 e 2005 deixou tais atores completamente isolados e deslegitimados. Assim, a constituição e o novo pacto social seriam oportunidades para pensar formas de reabilitação dos operadores do Estado. Lazarte é categórico ao afirmar que muitos dos problemas bolivianos não foram decorrentes da estrutura institucional do Estado, mas sim da forma de atuação dos que estavam no Estado: “não foi a democracia que falhou na Bolívia, mas sim os que governaram em seu nome e se aproveitaram dela” (ibidem, p. 7). Serhan também parece concordar com essa tese, ao dizer que “a mudança que se necessitava na Bolívia não era das instituições, mas sim da atitude das pessoas”⁹¹.

Se a “nação” ou a “pátria” foram termos utilizados pelos setores populares para lutar contra o bloco de poder no período anterior, aqui eles são utilizados para reivindicar uma unificação frente à dispersão e ao conflito colocado intrinsecamente no projeto da situação (ao opor setores oprimidos e opressores). Sendo a nação um termo de mediação entre a sociedade e o Estado, é possível pensar que os setores da oposição identificavam na força normativa do termo o fortalecimento da autoridade do Estado, da ordem, da legalidade. Ou seja, na disjuntiva entre Estado e nação, a categoria ativa de sujeito de soberania pende para o

⁹¹ Gamal Serhan, entrevista realizada em 3 de setembro de 2010.

Estado (e para as elites políticas que o gestionam); pois uma “nação ativa” sem a ideia do Estado seria uma sociedade nacional ativa⁹², ideia que estes setores combatem.

3. Projeto de novo Estado

Como não poderia deixar de ser, o projeto de novo Estado dos grupos da oposição é um Estado que, por ser considerado o executor supremo da soberania, precisa ser fortalecido, assim como os laços nacionais e a identidade boliviana. Por outro lado, suas análises também apontam críticas ao Estado boliviano não somente por ele ser desacreditado (e por isso tão frágil perante a “força das massas”), mas também porque seria “centralista” e seu sistema de representação política estaria baseado somente em partidos, não permitindo uma expressão política mais ampliada da sociedade. Duas medidas, portanto, são levantadas como resposta ao diagnóstico do “centralismo autoritário”: a revisão da democracia representativa e a implantação das autonomias departamentais.

Ao identificar o monopólio da representação pelos partidos, a primeira reivindicação exige a incorporação de agrupações cívicas (comitês cívicos, câmaras de comércio e indústria, associações sindicais, etc.) como mediadoras habilitadas no sistema democrático. A APB é uma das organizações que mais fortemente respalda esta proposta, chegando a denominar o atual sistema político como uma “ditadura de partidos” (APB, 2007, p. 3). Com um argumento de tons corporativos, o grupo defende que as organizações e instituições sociais - como “o Comitê Cívico de Santa Cruz, a Confederação de Empresários Privados, a CSUTCB, a COB, os povos originários e suas organizações naturais” - teriam maior representatividade que os partidos políticos. O fato destes grupos não terem “voz nem voto” na democracia representativa boliviana seria a causa da crise desta (ibidem, p. 4). O MNR também identifica uma limitação na representação via partidos, concordando com a tese de que os comitês cívicos têm maior capacidade de convocatória que estes e que não reconhecer isso seria uma demonstração de “miopia e cegueira” e, neste caso, não se poderia falar de “democracia verdadeira” (MNR, 2007, p. 19).

A reivindicação de criação de um Estado com autonomias departamentais é, contudo, mais abrangente e é abraçada por todos os partidos da oposição, com maior ou menor ênfase. Mesmo Lazarte, que critica a formulação de “unidade na diversidade” pelo seu “diferencialismo” e por não produzir necessariamente unidade (UN-Lazarte, 2007, p. 10),

⁹² Esta situação estaria próxima ao ideal do MNR na época da Revolução Nacionalista de 1952.

admite que a reivindicação autonômica seria “democrática” (ibidem, p. 12). Assim, as autonomias departamentais seriam defendidas tanto em um nível histórico-cultural, que aponta as desigualdades sofridas pela região (como o faz a AAI de Vaca Díez), quanto em um nível normativo, que enfatiza que as autonomias apontariam para uma descentralização no poder e caminhariam para um aperfeiçoamento da democracia (como o faz o MNR-A3, 2007, p. 4).

O curioso é que há uma aparente contradição entre a identificação de um Estado centralista e autoritário, que no governo do MAS-IPSP ainda se combinaria com um “populismo conservador e antidemocrático” e um “estatismo econômico” (MNR-A3, 2007, p. 2), e a caracterização de uma autoridade estatal enfraquecida, que exige reforçar os laços de identidade nacional. O primeiro fenômeno teria força centrípeta, o segundo, centrífuga.

Uma forma de interpretar esta contradição é pela demarcação das diferenças entre a autoridade estatal (que seria a esfera da legalidade identificada por Lazarte) e a presença estatal nas diversas esferas da vida social (nas políticas públicas, na economia etc.). Na categoria “fortalecer o Estado”, entrariam tanto fortalecer sua autoridade quanto fortalecer a sua presença, mas estas ações responderiam a problemáticas diferentes, ainda que relacionadas. Desta forma, é possível enxergar coerência na proposta de fortalecer a autoridade estatal, que estaria fragilizada frente a uma sociedade com pouco apego à legalidade, e de criticar certo “estatismo” do MAS-IPSP, que estaria identificado com uma ação estatal autoritária em esferas que deveriam ser deixados mais sob a responsabilidade da sociedade (como a economia).

Outra forma de interpretar esta aparente contradição é pela contextualização da trajetória histórica dos grupos que a propõem. Como operadores majoritários do Estado no período anterior, eles sofreram com o questionamento da sua autoridade durante as mobilizações antineoliberais. Assim, identificam a necessidade de fortalecer os operadores do Estado, os executores da soberania. Mas os atuais operadores majoritários do Estado já não são mais eles, ainda que eles ocupem algumas esferas do Estado (Executivos departamentais e municipais, assentos no Legislativo e cargos no Judiciário). Paralelamente, estes atores também estão fortemente ligados a algumas organizações da sociedade civil, como os comitês cívicos, as câmaras de comércio e indústria, as federações de empresários, etc. Assim, estes partidos se vêm na atualidade reféns de uma estrutura estatal que eles mesmos alimentaram e que pouco privilegiava estas outras esferas do Estado ou da sociedade civil que agora ocupam. A estratégia política encontrada foi fortalecer estas outras esferas, mas o diagnóstico da fraqueza do Estado que haviam feito no passado se mantém. Portanto, a

aparente contradição também seria um reflexo da relação conflituosa entre a interpretação que estes grupos políticos fazem do seu passado recente (em que revoltas populares impossibilitaram a estabilidade de seus governos) e seu interesse político imediato, que reflete os caminhos encontrados para a manutenção e ampliação do seu poder político.

Por último, seu projeto de Estado é marcadamente “unitário”, porque se contrapõe a um divisionismo identificado nas propostas de plurinacionalidade, que exacerbaria a identidade indígena e causaria a fragmentação do país. Tal aspecto será trabalhado no próximo item.

Assim, tais partidos construíram esta perspectiva de um Estado unitário, com autonomias e descentralizado a partir da projeção de um tipo de situação política que queriam evitar. Seus projetos combatiam: a supremacia do indigenismo (MNR); o populismo conservador antidemocrático e anárquico (MNR-A3); o socialismo retrógrado e estatista (APB, MNR-A3); o centralismo (MNR-A3, MNR, APB, Podemos); e uma sociedade carente de confiança e identidade nacional (UN-Lazarte, Podemos), na qual o que é chamado de corporativismo domine (Podemos, AAI e UN-Lazarte).

4. Autonomias indígenas

O debate sobre o caráter plurinacional da Bolívia também perpassa a maioria das contribuições dos grupos da oposição. Somente dois grupos (MNR e MNR-FRI) definem o Estado boliviano como “multinacional”, graças à existência das nações originárias. Os demais partidos utilizam o termo “nação” ou “nacionalidade” se referindo somente à nação boliviana. A denominação “Bolívia: uma nação” da apresentação do Podemos faz uma crítica indireta às concepções de plurinacionalidade. A UN (tanto o documento de Lazarte quanto o de Pol Achá) demonstra explícita preocupação com os termos “territórios” e “nações” indígenas, pois pressuporiam soberania e direito à secessão. A maioria dos partidos (Podemos, UN, MNR-A3) caracteriza o Estado boliviano como dotado de pluralidade étnica e cultural, mantendo a mesma caracterização adotada a partir da reforma constitucional de 1994.

Aqui, mais uma vez, o combate a um estatismo autoritário (que exige descentralização política) se choca com a denúncia de forças políticas parciais, corporativas, definidas pela etnia ou pela classe, que impedem uma identidade nacional forte e a construção de um projeto coletivo. Neste sentido, há uma crítica do projeto do bloco oficialista em dois patamares. Para Lazarte, a “nova estrutura de poder de base étnica” (Lazarte, 2009, p. 89) teria, por um lado,

uma justificação simbólica e constitucional baseada nas “nações originárias” e, por outro, buscaria na prática a “consolidação de uma nova elite de poder” (ibidem, p. 91), a instalação de uma “nova hegemonia” (entendida de maneira negativa, como dominação).

Lazarte identifica uma diferença profunda entre o reconhecimento de uma sociedade multicultural, que ele defende, e o estabelecimento de um Estado plurinacional, que representaria esta estratégia de conquista e controle de poder por via étnica. Ele acredita que mesmo teóricos que propuseram a existência de “Estados plurinacionais”, como Will Kymlicka, se referiam muito mais a uma estrutura societal plural de um determinado país (como Espanha ou Inglaterra) do que à sua estrutura estatal propriamente dita (entendendo o Estado como um conjunto de instituições). E, ainda quando estes Estados estruturam esta pluralidade em suas instituições, acabam por optar por uma estrutura estatal “federal” e com “base cidadã” e não “étnica” (Lazarte, 2009, p. 93). Assim, para Lazarte, a proposta plurinacional boliviana ultrapassaria a garantia de direitos indígenas e apontaria a diferenciação étnica como base de funcionamento do Estado mesmo. O “salto da sociedade multicultural ao Estado plurinacional” causaria um amálgama entre sociedade e Estado, que seria próprio dos processos totalitários, pois o social estatizado seria um “recurso permanente de poder” (ibidem, p. 90).

Neste sentido, não há muitas polêmicas nas propostas de visão de país do MNR, MNR-FRI, AAI e Podemos com relação à incorporação de direitos indígenas já consolidados internacionalmente (livre-determinação, auto-gestão, territorialidade, etc). AAI e Podemos enfatizam, contudo, que recursos naturais do subsolo ou não-renováveis são de inteira responsabilidade do Estado, mesmo que sejam encontrados em territórios indígenas (Podemos, 2007, p. 73 e AAI, 2007, p. 18). Podemos, MNR e MNR-FR incluem a possibilidade de autonomias indígenas no âmbito municipal, e AAI a estende a todos os âmbitos, desde que seja estabelecida por meio de um referendo.

A APB não cita em nenhum momento a necessidade de se garantir ou ampliar os direitos indígenas. Mas é o MNR-A3 o mais radical nas suas considerações sobre direitos indígenas: mesmo a posse comunitária de terras, inaugurada oficialmente a partir da implantação das TCOs em 1996 (com a Lei Inra), deveria ser abolida (MNR-A3, 2007, p. 14).

De maneira geral, contudo, há o reconhecimento de direitos indígenas como direitos de minorias, desde que estes não “se imponham” ao resto da população. Assim, garantir que indígenas tenham seu sistema de autoridade e de justiça, como a anterior constituição previa, é completamente diferente de ter uma forma de eleição diferenciada de representantes de

povos indígenas para o Legislativo (com a criação das circunscrições especiais indígenas), como a constituição aprovada em 2009 estabelece, por exemplo. Direitos indígenas entendidos como “minorias” eram aceitos desde que não alterassem significativamente a ordem do que seria uma maioria “mestiça”. Para a oposição, era impossível entender a identidade plurinacional como uma identidade “guarda-chuva” do conjunto da população, por isso ela seria necessariamente excludente e contrária ao princípio de cidadania.

Esta visão faz parte de uma perspectiva mais ampla de progresso e modernidade que está em tensão com a ideia de autonomias indígenas. Para Serhan, por exemplo, as autonomias indígenas só responderiam à problemática dos povos indígenas do Ocidente boliviano, e que a tendência natural do processo é que estas reivindicações, de caráter mais simbólico, acabem desaparecendo e que estes povos optem por uma forma de gestão territorial mais “moderna”, como a autonomia municipal:

Você acredita que um povo, deixa ver... aqui muito perto temos os *yuquis*, com 212 pessoas. Você acredita que eles estão interessados em se autogovernar, quando não têm o que comer? (...) Em dez ou quinze anos, (...) a autonomia indígena vai desaparecer e terminará sendo subsumida pela autonomia municipal. Eu acredito que, a longo prazo, os próprios povos indígenas se darão conta de que a autonomia municipal é muito mais efetiva que a autonomia indígena. A autonomia indígena é mais um símbolo que hoje necessitavam indicar (...).⁹³

Portanto, há uma visão majoritária na oposição de que os direitos indígenas, ainda que precisem ser garantidos, são direitos em vias de extinção. Não faz sentido ordenar um Estado com base ampla nestes direitos, porque o processo “natural” seria que estas identidades antigas sejam substituídas por formas mais “modernas” de relação com o Estado e com as suas instituições (cidadania, territorialidades, não identidades culturais ou étnicas). Assim, a reafirmação destas identidades da forma como ela é feita teria muito mais relação com uma luta pelo poder vazia de conteúdo substantivo (“mentirosa”, “símbolo”) do que uma proposição legítima de reordenamento estatal. Pensando na metáfora das linhas de demarcação entre o Estado e as autonomias indígenas, é como se a esfera da autonomia indígena devesse ser garantida (já que internacionalmente respaldada), mas minimizada e enfraquecida por representar um anacronismo, só recuperado pela sua força simbólica.

5. Política econômica

⁹³ Gamal Serhan, entrevista realizada em 3 de setembro de 2010.

A maioria das agrupações da oposição propõe uma política econômica “mista”, que seria de mercado, de Estado e social. Segundo esta proposta, o Estado teria responsabilidade em três áreas: na propriedade e controle de recursos naturais estratégicos, na promoção de políticas públicas sociais (saúde, educação, previdência etc.), e na regulação da área econômica, o que garantiria condições adequadas para o investimento e para a “dinamização da economia” (MNR, 2007, p. 14). A intervenção estatal da economia deve ocorrer quando “o mercado não é suficiente para solucionar seus desequilíbrios”, assim o Estado deve aparecer “como ente regulador e de fomento, através de apoios técnicos e financeiros” (Podemos, 2007, p. 19). Ou seja, a intervenção teria majoritariamente um caráter positivo para as empresas privadas. Outra forma de intervenção seria um sistema tributário mais rigoroso que no período neoliberal anterior, mas que “não abuse se apropriando irresponsavelmente do excedente econômico gerado pela empresa nacional ou estrangeira” (AAI, 2007, p. 10).

De forma geral, estes grupos dizem rechaçar uma economia completamente de mercado, porque este não resolveria os problemas de desigualdade social no país (AAI, p. 10; MNR-FRI, p. 9). Mas eles também rejeitam, de maneira mais detalhada e enfática, o chamado “estatismo”, que seria caracterizado por uma situação na qual o Estado estaria “metido em todas as áreas de produção” (AAI, 2007, p. 10), pela necessidade de submeter “grande parte das atividades econômicas” a “propriedade e controle do Estado” (MNR, 2007, p. 13). O grande receio apontado pelos setores da oposição frente ao modelo estatista é a garantia da segurança jurídica das empresas privadas. A necessidade de se garantir a segurança jurídica para investimentos estrangeiros e nacionais para se gerar crescimento econômico é mencionada enfaticamente pelo MNR - que acredita que o tema mereça “hierarquia de preceito constitucional” (MNR, 2007, p. 14) - pelo MNR-A3, pelo Podemos e pela APB.

Do ponto de vista dos recursos naturais, as diversas agrupações da oposição parecem concordar que, apesar do Estado deter a propriedade dos recursos naturais bolivianos não renováveis, sua exploração deve ser feita preferencialmente por meio de acordos e parcerias público-privadas (MNR, MNR-FRI, AAI, Podemos). Este modelo faria o Estado boliviano se beneficiar de tecnologias estrangeiras no manejo dos seus recursos, o que geraria um lucro maior que seria revertido à sociedade boliviana por meio de impostos. Neste sentido, não se critica a gestão de hidrocarbonetos do governo de Evo Morales em si, pois seria uma parceria entre o Estado boliviano, que tem os recursos naturais, e o capital estrangeiro, que tem o

capital para investir e a tecnologia para explorar⁹⁴. O que se criticaria no governo de Evo Morales seria a forma abrupta com a qual se nacionalizou os recursos, prejudicando a “segurança jurídica” do empresariado nacional e estrangeiro no país. De qualquer maneira, a retórica da parceria público-privada se afasta da retórica dos próprios setores próximos ao governo, que defendem uma política econômica mais desenvolvimentista, no sentido de apontar para a não dependência dos capitais estrangeiros para extrair os recursos naturais.

De maneira geral, a fórmula apresentada pela oposição é a de um Estado que, no âmbito da política econômica, é pouco ativo. Apesar de reconhecer as tarefas de bem-estar que este Estado deve cumprir, não há nenhuma indicação de como aumentar consideravelmente os recursos do Estado para fazê-lo. Tampouco a reivindicação por tarefas de bem-estar devem ser tão “radicais” a ponto de ameaçar a segurança jurídica das empresas ou criando um sistema tributário tão “rigoroso” que se aproprie “irresponsavelmente do excedente econômico gerado” pelas empresas estrangeiras. Apesar de retoricamente apoiarem a industrialização do país, também há poucos indicativos de como esta deve ser feita, principalmente no que diz respeito à industrialização dos recursos naturais, já que a parceria com empresas estrangeiras parece um modelo já bastante satisfatório que não precisaria ser modificado.

Situação

As agrupações que aqui genericamente chamo de “situação” também representam um campo ideológico mais de esquerda que os de oposição, sendo sua postura geral apoiar o “processo de mudança” iniciado a partir do governo de Evo Morales.

Para facilitar a análise, separei três principais projetos políticos que se expressam no interior destes documentos: “indigenismo”, “nacionalismo” e “marxismo”⁹⁵. De maneira geral, estes projetos mantêm linhas de continuidade com as “temporalidades” sociais abordadas no Capítulo 2 e que conformaram o bloco histórico popular apresentado no

⁹⁴ Como consta no documento do MNR: “Os fundamentos do decreto nacionalizador [de maio de 2006, promulgado por Evo Morales] descansam na continuidade do processo de capitalização, mudando unicamente a forma dos contratos, mas que, ao final, continua sendo uma empresa com participação transnacional, o que evidentemente é bom para todos de todos os pontos de vista porque, como já havíamos mencionado anteriormente, este processo de capitalização fez com que a Bolívia pudesse obter maiores ingressos, produtos dos impostos destas empresas, assim como da sua exploração” (MNR, 2007, p. 39).

⁹⁵ Mantenho estes três termos entre aspas neste capítulo porque não se trata de um indigenismo, de um nacionalismo ou de um marxismo “puros”, mas sim se trata de projetos com linhas mais “indigenistas”, “nacionalistas” ou “marxistas” apresentados no contexto da constituinte boliviana. Portanto, todas as vezes que estes projetos são colocados com artigos definidos, eles são citados em aspas, para deixar claro de que se trata de um fenômeno específico.

Capítulo 3. Contudo, como foi esclarecido anteriormente, o momento constituinte exigiu dos atores políticos bolivianos a adoção de linguagens universalistas, que tivessem pretensões de hegemonia. Estes documentos, portanto, não apresentam uma linguagem de reivindicação corporativa, mas tentam abordar os grandes problemas do país com projetos mais universalistas. Assim, os três projetos gerais que identifiquei – “indigenismo”, “nacionalismo” e “marxismo” - são expressões mais “universalistas” das temporalidades anteriores. Contudo, como também foi observado anteriormente, a própria assembleia constituinte era uma resposta a uma demanda especificamente indígena de reconhecimento. Portanto, a maioria das agrupações da situação assume uma identificação muito forte com o “indigenismo”.

O primeiro projeto seria o de um indigenismo mais puro, uma postura política que parte das nações originárias, que são identificadas como o sujeito de soberania. Este projeto tem relação com a temporalidade indígena, mas não apresenta explicitamente o que anteriormente (no capítulo 2 e 3) identificamos como o setor indígena do altiplano *paceño*, que possuía uma visão radical de contraposição de nação indígena e nação boliviana. Isso ocorre porque este setor se apresentou nas mobilizações de 2000 a 2005 com uma interpelação radical do Estado boliviano, que visava uma transformação radical das suas bases por meio do questionamento da sua institucionalidade, inclusive com a criação de um “exército” indígena. Assim, a resolução institucional via Assembleia Constituinte da questão do “poder indígena” deixa esta expressão radical do indigenismo um tanto isolada. Logo, veremos que os que mais defendem uma perspectiva “indigenista” na constituinte são os setores do Altiplano sul e das terras baixas, que foram justamente os setores que compuseram a marcha de 2002 pela Assembleia Constituinte. O indigenismo da constituinte, portanto, irá apresentar uma ideia de uma autonomia indígena radical, que vê no Estado boliviano um ente com o qual se pode “pactar” uma convivência mútua entre esta autonomia e o restante da sociedade boliviana. Trata-se de uma tentativa de reeditar a ideia do “bom governo” inspirado no pacto colonial, no qual se exige o respeito às formas de governo e territorialidades próprias dos povos indígenas. Assim, a postura deste projeto com relação ao Estado boliviano é tática e pragmática, este aparece como uma exterioridade com a qual é necessário estabelecer pactos para uma convivência harmoniosa. Contudo, não se reconhece uma coletividade boliviana (seja pelo “povo” ou pelo “Estado”) como uma esfera de identidade acima da identidade indígena. De maneira geral, pode-se ver o documento do Ayra-Conamaq como uma expressão quase integral deste projeto, mas o documento do MAS-IPSP, em determinados momentos, também apresenta muitos elementos dele (provavelmente porque a

sigla incorpora em suas fileiras muitos deputados indígenas), assim como o documento da CN-Pátria Insurgente e MOP.

O segundo projeto identificado é o de um nacionalismo boliviano mais tradicional e ele tem ampla relação com as temporalidades camponesa, operária e urbano-popular apresentadas anteriormente. De forma geral, este nacionalismo defende tarefas de desenvolvimento nacional como a industrialização do país, a nacionalização dos recursos naturais, a garantia de direitos de saúde, educação, previdência etc. Aqui, identifica-se muito fortemente a ideia de um sujeito nacional boliviano que demanda do seu Estado uma maior proximidade, que sirva aos interesses populares. Este projeto também é fortemente anti-imperialista e seu principal adversário unificador é a ideia da “antipátria”, que materializa os interesses que surgem do exterior ou do interior da nação que prejudicam a totalidade do povo boliviano. Pode-se dizer, portanto, que este projeto representa certa continuidade com o nacionalismo de 1952, anteriormente representado pelo MNR. Contudo, este projeto também é aquele que mais fortemente apresenta as preocupações com a estabilidade do governo. Portanto, acaba também abordando aspectos relativos ao fortalecimento da autoridade estatal, e não somente da ação estatal (via tarefas de desenvolvimento), que não estavam presentes nas “guerras” antineoliberais. Este projeto nacionalista pode ser amplamente identificado no documento do MAS-IPSP, mas também nos documentos do MOP, ASP-Tapia, ASP-Vargas e MBL. Estes dois últimos grupos representam características nacionalistas mais “puras”, apesar de terem sensibilidades com relação aos povos indígenas. Deste grupo, o MBL possui uma preocupação especificamente institucional, seu grande problema é efetivamente a reunificação entre o Estado e a sociedade boliviana.

O terceiro projeto apresenta um acento mais marxista e ele tem relação com as temporalidades operária, urbano-popular e indígena em suas vertentes mais radicais. Tal perspectiva vê o Estado boliviano como tático e questiona duramente a perspectiva do MAS-IPSP de conformar um governo “de todos”, já que a constituição de um Estado com estas características impediria avançar para a superação do capitalismo. O grande adversário deste grupo seria a classe dominante, que pode se expressar de maneira étnica ou como “antipátria”, mas se expressa principalmente de maneira econômica. Com relação a esta, não é possível estabelecer acordos. Neste sentido, o grande sujeito de soberania para este projeto seria um sujeito nacional parcial, o proletariado urbano e rural. Em uma perspectiva mais ortodoxa, este projeto questiona duramente a situação por não defender o fim da propriedade privada e a expulsão das transnacionais do país; mas em uma perspectiva que incorpora certo indigenismo, este marxismo defende a maximização de um projeto de poder popular por meio

do fortalecimento das coletividades autogovernadas camponesas, indígenas ou mesmo urbanas. Representam este projeto marxista a CN-Pátria Insurgente (com enfoque também indigenista), e MCSFA e AS (mais ortodoxos).

É muito importante ressaltar que esta separação de projetos foi feita com a intenção de facilitar a análise e a identificação de tendências no interior deste bloco que, à primeira vista, parece contar com propostas muito parecidas. A grande maioria das agrupações expressa mais de um destes projetos, o que demonstra de certa maneira o quanto estas perspectivas estão entrelaçadas. De maneira geral, há uma preponderância dos dois primeiros projetos, de certo nacionalismo indigenista, que faz com que a grande maioria convirja para a proposição de um Estado Plurinacional como forma de “descolonizar o país”, mas que deve efetivar diversas tarefas de bem-estar e desenvolvimento. Assim, o projeto “marxista” mais puro é minoritário e ganha pouco respaldo nos documentos gerais da situação durante a Assembleia Constituinte.

Isso ocorreu provavelmente porque o principal processo de síntese das diversas forças políticas que compunham a situação não ocorreu no interior da constituinte mesma, mas de forma paralela e sem incluir de maneira orgânica movimentos urbano-populares ou sindicais operários. Desde 2004, as principais organizações indígenas e camponesas do país (Conamaq, Cidob, CSUTCB, FNMCB-BS, CSCB) começaram a se preparar para o processo constituinte e conformaram o chamado Pacto de Unidade. Elas passaram a se reunir com frequência a partir da convocatória da constituinte em março de 2006⁹⁶ e sua proposta de texto constitucional de maio de 2007 efetivamente anunciou os principais artigos que definiam o Estado boliviano na futura constituição. Aproximadamente metade dos constituintes do MAS-IPSP eram ativos ou estavam comprometidos com as organizações que compunham o Pacto de Unidade⁹⁷.

⁹⁶ O processo é relatado com detalhes por Adolfo Mendoza, atual senador pelo MAS-IPSP que foi assessor do Pacto de Unidade durante a constituinte. Ele explica que o Pacto de Unidade nasce formalmente a partir de um encontro social ocorrido em Santa Cruz em 2004, que formula um documento chamado “Por um Pacto de Unidade”. Apesar de este encontro ter contado com a participação de “bairros populares, organizações não-governamentais, um conjunto de atores urbano e rurais”, as organizações que cumpriram com o mandato do pacto foram CSUTCB, Cidob, FNMCB-BS, CSCB e Conamaq. “O mandato expresso era construir propostas para a Assembleia Constituinte. Todas estas propostas foram formalmente sistematizadas entre março e junho de 2006 (...). A metodologia aplicada foi a de fazer uma matriz na qual em uma coluna estavam as coincidências e em outra coluna estavam os elementos problemáticos. Então, tudo o que era coincidente entrava diretamente na proposta e se discutia o que era problemático. Houve várias reuniões em Vinto, em Cochabamba e em Santa Cruz antes do início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, entre março e julho de 2006. E aí é quando sai o documento final de propostas do Pacto de Unidade para a Assembleia Constituinte”. Entrevista realizada em 4 de setembro de 2010.

⁹⁷ Segundo Juan Carlos Pinto, em entrevista realizada em 29 de abril de 2011.

Para Adolfo Mendoza, que foi assessor do Pacto de Unidade durante o processo constituinte e que é atualmente senador pelo MAS-IPSP, o pacto se conformou como um “movimento social por uma assembleia constituinte” e foi a verdadeira força dirigente da constituinte. Segundo ele, muitas das discussões que foram realizadas nas comissões da constituinte não surgiram dos constituintes e das forças políticas que estes representavam, mas de demandas que estavam sendo discutidas organicamente no interior do Pacto de Unidade. Um dos exemplos que Mendoza apresenta sobre este processo foi a ideia de conformação das 21 comissões da constituinte, que teria sido formulada pelo pacto como uma “maneira de conseguir os dois terços, mas ao mesmo tempo era uma maneira de contemplar absolutamente todas as propostas do Pacto de Unidade de maneira específica”. Esta proposta teria sido assumida posteriormente pelo MAS-IPSP e depois pela constituinte como um todo. Assim, a definição da existência de uma comissão denominada “visão de país” foi algo que teria surgido do interior do Pacto de Unidade⁹⁸.

Raul Prada, constituinte do MAS-IPSP que foi membro da comissão Visão de País, confirma a ideia de que a atuação da bancada da situação na comissão sempre foi guiada pelo documento do Pacto de Unidade, mas que havia certa expectativa em se aprofundar os debates durante a constituinte. Contudo, o clima de tensão no interior da comissão não permitiu um debate aprofundado com base nas novas contribuições trazidas pelos constituintes e “a decisão que se toma – já não podíamos escrever um documento que expressasse o que estávamos colocando – [foi que] o melhor que podíamos fazer era defender os 11 primeiros artigos do documento do Pacto de Unidade. E fizemos isso, os onze primeiros artigos que estão na constituição vêm do documento do pacto”⁹⁹.

De certa maneira, o documento do Pacto de Unidade representou um consenso geral das forças da situação, que não estava presente em nenhum dos documentos de nenhuma destas agrupações políticas. Juan Carlos Pinto, que foi durante o período final da constituinte o diretor da *Representación Presidencial para la Asamblea Constituyente* (Repac)¹⁰⁰, acredita que o Pacto de Unidade acabou representando o “eixo estratégico” que os assembleístas próximos ao governo acabavam seguindo não tanto por terem total conhecimento dele, mas

⁹⁸ Adolfo Mendoza, entrevista realizada em 4 de setembro de 2010.

⁹⁹ Raul Prada, entrevista realizada em 25 de agosto de 2010.

¹⁰⁰ A Repac foi instituída pela presidência no primeiro mês do governo de Evo Morales. Segundo Pinto, ela foi inicialmente pensada como um organismo de “Estado”, que tinha como missão preparar as discussões para a Assembleia Constituinte por meio de fóruns, oficinas e seminários organizados nos nove departamentos bolivianos. Durante a assembleia, contudo, e com as dificuldades em se identificar um organismo “neutro de Estado” dentro da forte polarização que vivia o país, a Repac acabou sendo identificada como um organismo mais de “governo”. Ao final, acabou fornecendo apoio técnico para a Assembleia Constituinte, produzindo os jornais e informes que os constituintes levavam para as suas regiões. Entrevista em 21 de agosto de 2010.

porque era um “referencial forte” em uma situação de ausência de outros projetos mais “universalistas” e de muito apego aos mandatos locais:

O Pacto de Unidade era um eixo. Mas, para além do eixo, havia um mandato local, que era mais importante que o pacto. (...) O pacto foi um esforço importante, de alguns níveis de direção que tinham maior consciência desta visão em longo prazo. (...) Não era um documento assumido e pelo qual se lutou. Mas, (...) era um referencial forte, mais do que coincidências ideológicas. Ainda que todos, digamos, no fundo coincidiam. Mas mais concreta era a demanda da ‘minha comunidade, minha zona, minha circunscrição, aí vou lutar por isso’. Então, encontrar uma ideia de país demorou muitos meses.¹⁰¹

Assim, ele identifica o primeiro momento da constituinte como um momento caótico de discussões em várias esferas, uma “etapa de reconhecimento” da maioria enquanto tal, os constituintes traziam um mandato de base muito forte e representavam uma imensa pluralidade. O elemento unificador destes constituintes era o governo de Evo, “sem elaborar muita teoria, (...) os que estão a favor e os que estão contra Evo”¹⁰².

Os documentos apresentados pelas agrupações políticas favoráveis ao “processo de mudança” durante a constituinte têm uma relação dinâmica com a formulação do Pacto de Unidade. Por serem de fevereiro e março de 2007, eles antecedem o documento final de proposta constitucional do pacto, finalizado somente em maio, e, portanto, não apresentam algumas das sínteses políticas que se havia conseguido naquele momento. Assim, internamente ao que seria o setor camponês e indígena, tais documentos apresentam posições mais “puras” e menos decantadas dentro do processo de construção do consenso do Pacto. Por outro lado, têm a vantagem de trazer uma perspectiva muito relevante que está ausente do pacto: a perspectiva urbana, que se traduz tanto no projeto nacionalista quanto no projeto marxista elencados anteriormente. Esta pequena apresentação do papel político do Pacto de Unidade nos serve, contudo, para entender o movimento geral de formação de acordos entre setores com projetos tão distintos dentro da Assembleia Constituinte.

1. Reconstrução do passado

Como foi argumentado anteriormente, a reconstrução e a rerepresentação de eventos passados são centrais na disputa por hegemonia e no estabelecimento de uma certa imagem da nação em uma determinada sociedade. Neste sentido, a primeira grande diferença que se

¹⁰¹ Juan Carlos Pinto, entrevista realizada em 21 de agosto de 2010.

¹⁰² Juan Carlos Pinto, entrevista realizada em 21 de agosto de 2010.

percebe em relação aos partidos da oposição é a relação que os grupos da esquerda estabelecem com a história. Dos oito grupos, nenhum deixa de fazer algum tipo de balanço histórico, e sua avaliação geral é majoritariamente negativa tanto da colônia, quanto da Independência, da Revolução de 1952 e do período neoliberal. Isso significa que estes grupos adotam a tese de que há uma continuidade histórica entre todos estes períodos, refletindo uma perspectiva “descolonizadora”. Como vimos, esta interpretação da Bolívia, que tem como grande expoente Rivera Cusicanqui (1993), identifica a centralidade da contradição colonial entre explorador branco e explorado índio na sociedade boliviana de hoje.

Como não poderia deixar de ser, portanto, a colônia com seu aspecto social e político – o do genocídio dos índios – é o tema mais abordado, somente o MBL não se refere especificamente a este período e a este fenômeno. O regime imposto aos índios pelos espanhóis foi categorizado como: “império do terror” (MAS-IPSP), “genocídio” (CN, ASP-Vargas), “a noite escura” (Ayra-Conamaq), “começo da nossa desgraça” (MOP) e “extermínio (...) da população indígena” (AS, 2007, p. 39). Humberto Tapia, da ASP, saúda a participação na assembleia constituinte de “irmãos indígenas que por séculos foram humilhados e massacrados em sua própria casa” (ASP-Tapia, 2007, p.1) e MCSFA reconhece a importância de se identificar estes últimos 500 anos de opressão (MCSFA, 2007, p. 12).

A referência às lutas anticoloniais de Tupac Katari e Tupac Amaru também foram frequentes, sendo feitas por MAS-IPSP, CN, Ayra (Conamaq), MOP e ASP (Tapia). São estes os setores que possuem um perfil mais indígena, ou seja, que se identificaram como representantes de comunidades e povos indígenas, ainda que também se digam representantes de outros setores (camponeses, classes médias, trabalhadores, etc.).

Uma maioria dos partidos da situação fez um retrato do aspecto econômico da colônia, o “saqueio de recursos naturais” (MAS-IPSP, 2007, p. 3; CN, 2007, p. 3; MOP, 2007, p. 4; AS, 2007, p. 39). Trata-se de uma concepção ampla de colonialismo, que mistura aspectos econômicos com sociais, que identifica o saqueio com a exploração violenta do trabalho dos povos indígenas. Ela só está ausente dos documentos do Ayra-Conamaq, do MBL e do MCSFA. Diferentemente do MNR, que faz uma análise do período colonial muito mais focada nos seus aspectos econômicos – ela seria “a origem da dependência e do subdesenvolvimento da América Latina” (MNR, 2007, p. 2) – os partidos da situação percebem o regime econômico colonial intrinsecamente ligado com o sofrimento histórico dos povos indígenas.

O período republicano, iniciado a partir da Independência, é visto como um período político de continuidade. Contudo, algumas agrupações afirmam que a Independência em si

não teria sido de toda crioula e que os índios e as classes populares teriam participado dela, sendo despojados de poder político no regime republicano que se instalou (Ayra-Conamaq, MOP, ASP-Tapia, AS). Ou seja, a Guerra da Independência faz parte da narrativa de sofrimentos impostos pelos espanhóis. Mas a república teria sido, sem lugar a dúvida, um período de opressão, uma “troca de amos” (MOP, 2007, p. 5). Coerente com a sua perspectiva mais institucional, o MBL começa a sua reconstrução histórica ao abordar a República, período em que o Estado boliviano é fundado separado da sociedade (MBL, 2007, p. 3).

Uma maioria dos grupos ligados aos povos originários (MAS-IPSP, MOP, Ayra-Conamaq e CN) incluem em seus documentos críticas diretas a Simón Bolívar, que no seu curto período como presidente do país decretou uma série de decretos que aboliam a propriedade comunitária e as autoridades indígenas. Tal abordagem do patrono da nação é diametralmente oposta ao do MNR, que inicia suas considerações sobre a história do país com uma epígrafe de Bolívar - “Que meu nome não pereça junto com esta pátria” (MNR, 2007, p. 2) – e que o retrata como um herói “imbuído de espírito independentista, de democracia, de justiça e de igualdade” (MNR, 2007, p. 5).

Ainda que um pouco mais mediada, a avaliação da Revolução de 1952 também é negativa. O único grupo que tem uma postura favorável à revolução é o MOP, que cita as suas conquistas – reforma agrária, reforma educativa, nacionalização das minas e voto universal – como conquistas do povo organizado e mobilizado (MOP, 2007, p. 7). Os demais grupos que se manifestam sobre o evento denunciam ou o caráter limitado das transformações que impôs, ou o seu caráter uniformizante e monocultural que prejudicou os povos indígenas.

Do ponto de vista econômico, o MAS-IPSP reclama da incapacidade da revolução de industrializar o país, ainda que tenha nacionalizado as minas e tenha adotado um modelo de capitalismo de Estado: o país continuou seu papel de exportador de produtos primários no mercado mundial (MAS-IPSP, 2007, p. 5). Assim, foi possível a rearticulação de uma nova oligarquia criada a partir do Estado (ibidem, p. 30). Numa linha mais marxista, o MCSFA questiona o capitalismo de Estado inaugurado a partir de 1952, reafirmando que este modelo não deveria ser retomado na assembleia constituinte, e nem seria do interesse dos setores populares, já que o “capitalismo de Estado”, justamente por ainda ser capitalismo, teria gerado mais “exploração” (MCSFA, 2007, p. 15-16).

Mesmo as medidas “democratizantes” como a reforma agrária e o sufrágio universal mereceram críticas do campo da esquerda. MAS-IPSP, CN e AS criticaram a reforma agrária

porque, ao mesmo tempo em que oferecia terras aos índios, condicionava-o ao rompimento dos vínculos comunitários e impunha uma identidade camponesa alheia à realidade originária. CN denuncia nesta imposição identitária um “claro objetivo homogeneizador classista” da Revolução de 1952 (CN, 2007, p. 46). Já o sufrágio universal é denunciado como fraude, já que corresponderia a um tipo de democracia demagógica, com o aparato estatal sendo controlado por uma burguesia oligárquica (AS, 2007, p. 16). OMAS-IPSP reconhece o avanço democrático do voto universal, mas este não teria resolvido “a participação efetiva dos sujeitos sociais coletivos: povos indígenas, classes sociais, regiões nas definições estatais (...)” (MAS-IPSP, 2007, p. 30).

Já com relação ao neoliberalismo, as críticas levantadas coincidiam na análise de que o fenômeno representava uma reedição de situações passadas. Para David Vargas (ASP), o neoliberalismo boliviano se trata, na realidade, de um neocolonialismo, com a exportação das riquezas naturais sem que elas sejam industrializadas no país (ASP-Vargas, 2007, p.2). O MAS-IPSP liga o contexto neoliberal a uma neo-oligarquia – criada às sombras das ditaduras militares – que se subordina ao capital transnacional e cujas escolhas levaram a uma reafirmação do modelo primário exportador, no qual a participação estatal na renda dos recursos naturais era mínima (MAS-IPSP, 2007, p. 7-9, p. 31).

Em resumo, o campo da esquerda presente na constituinte formula uma narrativa bastante coerente do passado boliviano, que aponta para uma agenda que “refunde” completamente o Estado e que possa resolver as contradições antigas da sociedade boliviana. O período colonial é apontado como a grande fonte das contradições do país, sendo os demais períodos meras reedições deste. Neste sentido, elementos que em outros contextos nacionais latino-americanos poderiam ser julgados progressistas – como o projeto liberal bolivariano ou a revolução nacionalista do século XX – são condenados pelo seu caráter “neo-colonizante”. O neoliberalismo seria somente a “cereja do bolo” desta narrativa de contínua opressão colonial, ao fenômeno não é abordado na sua especificidade. A reconstrução histórica feita por estes documentos é um dos elementos mais consensuais do campo favorável ao governo, ela demonstra, portanto, uma razoável coesão nos repertórios de interpretação dos problemas bolivianos apresentados por estes setores.

2. Sujeito da soberania

De maneira ampla, o sujeito coletivo da soberania identificado pelos grupos que apoiam o governo é formado pelos setores sociais que protagonizaram as manifestações

antineliberais entre 2000 e 2005, pois são estes os que impulsionaram o “processo de mudança”. Contudo, é na análise dos sujeitos de soberania propostos por estas agrupações que fica mais claro a distinção proposta anteriormente entre posições mais “indigenistas”, “nacionalistas” e “marxistas”. Cada um destes projetos irá “ler” estas mobilizações de maneira diferente, atribuindo soberania a diferentes sujeitos coletivos.

Para o primeiro projeto, que tem como objetivo político a reconstituição territorial dos povos indígenas “ancestrais”, o sujeito principal da soberania seriam as nações originárias. Apesar de reconhecer a importância da luta conjunta dos “movimentos sociais e povos indígenas originários para defender a terra e os recursos naturais” (Ayra-Conamaq, 2007, p. 7), o documento do Conamaq se coloca de forma contundente como porta-voz dos povos indígenas:

Nós, os filhos e filhas dos territórios milenares do Qullasuyu e dos territórios das grandes nações guarani, chiquitana, moxos, que ancestralmente ocupamos o território hoje chamado Bolívia, proclamamos a vigência e o exercício pleno de nossos direitos como nações originárias e povos indígenas (...) (Ayra-Conamaq, p. 11).

Conamaq prevê formas integrar os interesses das nações originárias com os que não as compõem, como a aplicação do princípio da interculturalidade¹⁰³, mas não define um sujeito nacional coletivo e muito menos de fala em seu nome. Sua relação com a totalidade do povo ou com o Estado boliviano é de acordo político, como se fosse uma entidade paralela. Conamaq percebia a Assembleia Constituinte como “novo pacto social” que necessariamente teria que garantir a “restituição do governo originário” e seus direitos, assim como a “reconstituição territorial do Qllasuyu”, já que o Estado boliviano vigente nunca teria levado em conta as nações indígenas para definir a sua configuração (ibidem, p. 12). A ideia do “pacto” tem convergência com o que entende Pedro Nuny, que acompanhou o processo constituinte como representante da Cidob¹⁰⁴:

A constituição estabelece que é um Estado plurinacional boliviano. Nós, os mojeños, somos parte deste Estado, estamos comprometidos, **pactuamos** ser parte deste Estado. (...) Nós originários legítimos desta terra **aceitamos esta modalidade** porque temos que pôr um nome a esta nova nação para nós, que se perfila em uma **convivência harmônica** e única dentro do território nacional.¹⁰⁵

¹⁰³ Interculturalidade é definida como “Promovendo, respeitando e assumindo a identidade, os valores e os princípios dos ‘outros’. Conscientizando de que vivemos em um território comum e que, apesar de nossas diferenças, devemos buscar a equidade e complementaridade de ações com o objetivo de melhorar nossa qualidade de vida (construir unidade na diversidade)” (Ayra-Conamaq, 2007, p. 10).

¹⁰⁴ Atualmente é deputado na Assembleia Plurinacional por uma circunscrição indígena especial em Beni. É representante do povo indígena *mojeño*, que se concentra nos departamentos de Santa Cruz e Beni.

¹⁰⁵ Pedro Nuny, entrevista realizada em 18 de agosto de 2010.

Neste sentido, Nuny defende que a ideia de que os povos indígenas são “pré-existent” ao Estado boliviano, são os “legítimos donos do país”¹⁰⁶. Mas, como podemos ver, sua visão é absolutamente pragmática e não enxerga qualquer alternativa fora deste todo mais geral boliviano. Ainda assim, a ideia de nação boliviana é exterior a estes setores, que identificam “Bolívia” nos casos mais extremos como um nome opressor, que significa a imposição de uma territorialidade alheia que precisa ser superada¹⁰⁷, e, nos casos menos extremos, como uma identidade paralela, que é exterior à indígena, mas que ainda assim subsiste nas suas memórias e vivências. Como coloca Nuny:

Os povos indígenas também lutaram pela República nos distintos eventos bélicos de defesa de nosso território boliviano. Provavelmente sejam os que mais vidas sacrificaram (...) Por isso é que nos sentimos bolivianos também, este é o nosso **outro nome**, outro termo em que nós nos reconhecemos.¹⁰⁸

Portanto, trata-se de identidades que são paralelas. A “nação boliviana” aparece como uma figura reconhecida, da qual eventualmente se pode fazer parte, mas não exatamente como indígena (os indígenas são pré-existent a ela), mas como indivíduos que participaram dos mesmos eventos históricos.

A expressão do que seria um projeto mais nacionalista não aparece de forma “pura”, mas misturada com a fórmula indígena. Na realidade, ao invés de considerar somente os povos e nações originários como sujeitos de soberania, identifica-se um elemento extra, popular e nacional, que faz com que esta coletividade possa ser ampliada para algo equivalente ao “povo boliviano”. Esta ampliação traz, portanto, uma mudança qualitativa.

O MAS-IPSP é o principal grupo que faz este movimento. Seu documento é intitulado “Visão de país a partir das nações indígenas e originárias, dos movimentos sociais organizados e da sociedade civil” (MAS-IPSP, 2007, p. 1). O novo Estado que surgirá da assembleia constituinte precisaria, segundo esta agrupação, contar com o protagonismo de

¹⁰⁶ Pedro Nuny, entrevista realizada em 18 de agosto de 2010.

¹⁰⁷ Este debate fez parte da Comissão Visão de País, na qual chegou a ser proposto por parte da CN-PI um redesenho territorial completo da Bolívia, como relata Raul Prada: “Nós dizíamos que se tem que existir um Estado Plurinacional, tem que existir um novo ordenamento territorial. Que significa isso? Significa romper com a herança da geografia política colonial, que havia pensado um ordenamento territorial precisamente para controlar os *ayllus*, para romper as *markas* e os *suyos* (...). A herança republicana de conformar departamentos e províncias forma parte desta herança colonial. Então, se não rompemos a administração do espaço, não criamos outro ordenamento territorial, não podemos falar de Estado Plurinacional e tampouco de autonomias (...). E isso obviamente era apoiado por Conamaq, (...), porque tinha uma luta muito clara, que era a reconstituição dos *suyus*, ou seja, a reterritorialização das comunidades. [A proposta] não era apoiada pelos companheiros do MAS, porque era um tema muito delicado, envolvia os seus departamentos, as suas províncias, seus cantões (...)”. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2010.

¹⁰⁸ Pedro Nuny, entrevista realizada em 18 de agosto de 2010.

“38 povos, nações e nacionalidades de terras altas e baixas (...), junto aos homens e mulheres mestiços e brancos patriotas” (ibidem, p. 2). Assim, o MAS-IPSP constrói um sujeito coletivo que pode ser entendido como o povo boliviano como um todo, um sujeito nacional, mas restringe a categoria de “brancos e mestiços” aos patriotas, o que deixa implícito que aqueles considerados “não-patriotas” não deveriam ser protagonistas no país.

O MOP se apresenta de maneira muito parecida e se define como “um projeto político das nações originárias, dos setores populares do campo e das cidades, cumprindo o mandato do povo e em representação destes na Assembléia Constituinte” (MOP, 2007, p. 2). Seu documento traz um uma “relação de fatos como provas da nossa acusação contra os autores dos delitos sofridos por nossos povos”, por “mais de cinco séculos de dominação e opressão” (ibidem, p. 2). Neste sentido, o MOP também representa certa coletividade nacional, mas uma que exclui terminantemente os autores da opressão perpetrada durante estes cinco séculos contra os povos indígenas.

O documento de Tapia, da ASP, faz igualmente referência a um sujeito coletivo boliviano que se coloca contra uma “antipátria”. Após dedicar a sua contribuição aos lutadores das guerras antineoliberais (*ponchos rojos*, sem-terra, cocaleiros etc.), ao presidente Evo Morales, ao vice-presidente “irmão anti-imperialista, combatente revolucionário” Álvaro García Linera, aos heróis do passado, ele declara que:

“(...) Agora é o momento de (...) sermos protagonistas das mudanças revolucionárias que vão ser implementadas na nova Constituição Política do Estado, na qual todos nós, livres em nossos atos como Assembleístas Soberanos, somos e seremos responsáveis pelo futuro da Pátria, que esta não caia em uma **mão maçônica, antipátria e divisionista**, porque todos queremos uma pátria unida. (...) o **conjunto de povos e nações** marcham para a construção de uma nova sociedade que represente nossas mais profundas aspirações, que satisfaça nossas necessidades que nos dignifique e encha as gerações atuais e futuras de valores e princípios de justiça, equidade, igualdade e liberdade. Refundar Bolívia significa delinear a nova sociedade, a mesma que deverá ser construída por **todos**. Esta é a primeira vez que o **povo** definirá em que tipo de sociedade quer viver” (ASP-Tapia, 2007, p. 1. Destaques nossos).

Para Tapia, os sujeitos históricos são construídos com base nos povos e nações oprimidas e eles compõem a verdadeira pátria, a totalidade do povo, que no momento histórico da assembleia constituinte se enfrenta com uma “antipátria”, que só quer dividir o país.

Com uma linha mais institucional, o MBL identifica uma dicotomia central na situação política da assembleia constituinte: aqueles que querem modificar o Estado e aqueles que querem conservá-lo. Do lado dos que querem modificar o Estado está o povo, que assumiu o Poder Executivo nas eleições de 2005 e agora assume a maioria no Poder

Constituinte (MBL, 2007, p. 8). Tal feito seria absolutamente importante, porque em toda a vida institucional boliviana, 181 anos, o Estado foi distante da sociedade. Assim, o “processo de mudança” traz o Estado para perto da sociedade pela primeira vez na história.

O documento da ASP de Vargas difere dos demais por propor uma espécie de postura humanista, no qual os seres humanos deveriam ser vistos como iguais: “ensinaram-nos a ver as diferenças, ele é branco, ele é negro, ele é rico, e ele, pobre, e nos esquecemos que em essência somos todos iguais”. O regionalismo, a corrupção, a injustiça e a discriminação seriam consequências da acentuação destas diferenças; sendo os “partidos neocoloniais que governaram o país desde a sua fundação” os perpetuadores de tais males (ASP-Vargas, 2007, p. 4). Portanto, Vargas se coloca dentro desta esfera política que ataca um adversário “neocolonial” comum, mas que enfatiza a totalidade do povo boliviano sem se utilizar de categorias que o dividiriam como as diferenças econômicas, étnicas ou regionais.

O adversário comum identificado como “antipátria” é o que define de forma geral este projeto mais nacionalista na constituinte. Ele remete imediatamente a um ideal de pátria boliviana ausente nas perspectivas mais indigenistas. Esta ideia de “nação inconclusa” remete aos ideais nacionalistas de 1952, que pretendia superar os ressábios coloniais a partir da reafirmação da nação “real”. Macário Tola, que foi constituinte de La Paz pelo MAS-IPSP, identifica esta expectativa no projeto constitucional:

Até agora não houve nação boliviana. Inclusive o Estado de 1952 não era um verdadeiro Estado, porque o Estado incorpora a sociedade, mas o Estado que nasceu em 52 exclui a sociedade. (...) Quando dizemos que em 1826 nasceu a república na Bolívia, essa república não inclui a ninguém, somente às elites que concentram o poder, o poder político, econômico e social. Quem era de uma determinada linhagem tinha direito a mandar matar, escravizar. Posteriormente, (...) nasce o Estado de 52, o Estado benfeitor, rompendo as estruturas coloniais. Esse era o objetivo, mas não ocorre assim.¹⁰⁹

Para Tola, o termo “nação boliviana” seria caracterizado pelo fato de não excluir a ninguém, em contraposição ao “povo”, que para ele faria referência a somente um setor social. Portanto, a nação não exclui, mas exige que se “acabe com a colônia”. Assim, a partir da nova constituição política, o Estado incorporaria a sociedade pela primeira vez em toda a história republicana, pois representaria todos os setores desta.

Já para perspectiva mais “marxista” apresentada na constituinte, o sujeito da soberania é popular e tem definição econômica. Ele é, portanto, mais “estrito” do que o sujeito nacional apontado pelo projeto nacionalista. O “povo boliviano” não é definido somente pelo

¹⁰⁹ Macario Tola, entrevista realizada em 23 de agosto de 2010.

seu “patriotismo”, mas também pela posição ocupada na esfera da produção. Assim, os opressores do povo boliviano também são as elites econômicas, e não somente aquelas “antipatrióticas”.

Em uma linha que mistura o indigenismo com o marxismo, a CN-PI incorpora elementos socialistas na sua análise ao se definir como agrupação que também luta contra o capitalismo, para além do imperialismo e do colonialismo. Seu sujeito coletivo inclui a classe trabalhadora e sua unificação tem potencial libertador:

“Nós estamos conscientes de que o sujeito da nossa história é diverso. Em primeiro lugar, são os povos e as nações originárias, donos ancestrais destes territórios. Depois, são os trabalhadores, a **classe trabalhadora**. Mas também são os setores médios e progressistas. Cada um destes sujeitos coletivos tem sua própria ideologia e convergem em um só projeto de liberação, porque todos foram vítimas da exploração, da dominação e da discriminação **colonialista, capitalista e imperialista**. Somente haverá um processo genuíno de liberação e descolonização quando estas forças converjam em **uma só energia**. (...) Agora temos a certeza de que este povo diverso, ou melhor dito, esta fusão de povos e nações oprimidas são uma só, indivisível e indestrutível” (CN-PI, 2007, p. 3. Destaques nossos).

Também com inclinação marxista, o MCSFA defende que “o Estado tem que ser conduzido pelos pobres, pelos camponeses, pelos indígenas, pelos originários, pela classe popular” (MCSFA, 2007, p. 8). O grupo acredita que as ações do Estado devem seguir os interesses de uma maioria, contrapondo-os aos da classe dominante.

De forma equivalente à CN-PI e MCSFA, a AS indica em muitos momentos um sujeito histórico genericamente composto pelas classes populares oprimidas e exploradas: trabalhadores do campo e da cidade, operários e indígenas (AS, 2007, p. 2). O objetivo histórico da ação destes atores seria a liberação do sistema capitalista (ibidem, p. 1) e eles combateriam diretamente na Bolívia os interesses dos “oligarcas e burgueses” (como a propriedade privada), e da “direita neoliberal vende-pátria” (ibidem, p. 1-3).

As agrupações políticas da situação se posicionam de maneira ambígua quando relacionam os seus sujeitos de soberania com o Estado. O mesmo fenômeno verificado com os partidos da direita, cuja análise dos problemas do Estado boliviano era duplamente marcada pelas experiências do passado e do presente, ocorre também com os da esquerda.

Por um lado, o sujeito coletivo identificado é o sujeito que se posicionou contra o Estado no passado, durante as mobilizações antineoliberais. Ele seria formado por um povo boliviano idealizado, que teria toda a legitimidade de questionar o Estado, identificado com o colonialismo e com o “republicanismo” (entendido como continuação do colonialismo). Tal antiestatismo se torna mais enfático nas posturas mais indigenistas ou socialistas. Conamaq,

ao priorizar acima de tudo a reconstituição das nações originárias, vê no Estado boliviano uma exterioridade, um ente com o qual se negocia sua soberania. As posições socialistas mais radicais, como a MCSFA e AS, rejeitam completamente a ideia de um Estado que comporte todos os setores da sociedade boliviana e que, portanto, seja governado por um pacto social de consenso¹¹⁰.

Neste sentido, a administração do Estado precisaria estar toda nas mãos das forças populares, que o dirigiriam a uma transição socialista. Mas estas forças populares seriam as detentoras supremas da soberania, e isso fica claro quando o MCSFA propõe, por exemplo, que o direito à insurreição seja constitucionalizado, “quando [o povo] observa que seus governos não estão administrando o Estado em função dos trabalhadores e dos pobres” (MCSFA, 2007, p. 10). Desta forma, as memórias das mobilizações recentes contra os governos neoliberais determinam certo ideal de soberania popular.

Por outro lado, a perspectiva mais “nacionalista” se inclina mais para a ideia de uma constituição de consenso. Ainda que o documento do MAS-IPSP não explicita isso claramente, o MCSFA cita indiretamente seu apelo por consenso (ibidem, p. 17) e AAI diz concordar com esta visão: “(...) tenho que coincidir com Roman Loayza [constituente do MAS-IPSP, que apresentou parte do documento sobre visão de país] de que não devemos brigar entre bolivianos e que a nova Constituição Política do Estado deve expressar todos os bolivianos” (AAI, 2007, p. 12). Os apelos do MAS-IPSP podem ser entendidos se levarmos em conta de que este era o partido que representava o governo e que carregava a responsabilidade pela conclusão da Assembleia Constituinte. Eram apelos, portanto, voltados para a conjuntura imediata e que já não viam a governabilidade como algo irrelevante para viabilizar o seu projeto.

Neste caso, o ideal de soberania popular foi deslocado para dentro da esfera do Estado, que passa a ser entendido pelo MAS-IPSP como um grande representante de todas as

¹¹⁰ MCSFA: “(...) ontem estávamos escutando de algum companheiro que ‘esta Assembleia tem que ser uma Assembleia de confraternidade, de concertação. Nesta Assembleia, todos têm que estar’. (...) Eu gostaria de perguntar aos empresários que estão na Assembleia Constituinte a respeito de seus ingressos. Em quantas vezes superam os ingressos do trabalhador, o salário básico? (...) quinhentas vezes, mil vezes? (...) Como um líder social vai pedir a aliança entre os exploradores e os explorados? Isso é absurdo!” (MCSFA, 2007, p. 17). AS: “Dentro do campo da esquerda, alguns políticos vêm seguindo a direita neoliberal vende-pátria, fazendo com que os trabalhadores e o povo oprimido acreditem que dentro do âmbito do capitalismo vigente (...) serão transformadas as bases estruturais do nosso país. Os mais radicalóides dessa esquerda propõem a Refundação do Estado sob a consigna da reforma total da constituição para um novo pacto social-constitucional, implementando (...) conceitos como o estado plurinacional, revolução democrático-cultural, democracia inclusiva para todos, capitalismo andino-amazônico (...), definitivamente são concepções retrógradas, conservadoras, elitistas, reformistas, de uma pseudo esquerda que no final co-legislará e co-governará com a direita” (AS, 2007, p. 2).

forças sociais¹¹¹. Assim, a agrupação política, já representando o bloco do poder, começa a reivindicar um fortalecimento da autoridade estatal em si, da ideia de que o Estado condensa todos os interesses sociais e que seria, portanto, um sujeito de soberania. O MAS-IPSP passa a recuperar um discurso que antes era próprio dos grupos de direita, causando conflitos dentro do campo político que o apoia, mas que não compõe diretamente o governo.

3. *Projeto de novo Estado*

A maioria das agrupações que conformam a situação é favorável à proposta de criação de “Estado plurinacional” (AS, ASP-Tapia, CN-PI, MAS-IPSP, MBL, MCSFA, MOP¹¹²). Como nos pode adiantar a análise das reconstruções históricas feita por estas agrupações, a ideia da “plurinacionalidade” é formulada como uma resposta ao diagnóstico de que se vive em um Estado colonial e monocultural, daí a necessidade de se romper com relações de dominação baseadas na etnia (colonialismo) e de se institucionalizar a diversidade cultural do país. Contudo, para além deste diagnóstico geral, a expressão “Estado plurinacional” ganha diferentes conteúdos e adjetivos complementares (“comunitário”, “unitário”, “social”) dependendo do projeto político da agrupação que a define.

Na perspectiva mais indigenista, a plurinacionalidade está ligada à reconstituição das nações indígenas bolivianas. Esta visão está implícita no documento do Conamaq, que propõe a formação de um “novo Estado Plurinacional de Qullasuyu Bolívia” (Ayra-Conamaq, 2007, p. 12). Trata-se da restituição dos territórios das nações originárias, seu direito à livre-determinação, jurisdição, gestão territorial, política etc. Esta dimensão estaria muito ligada à ideia de autonomia indígena.

Por outro lado, Gabino Apata, dirigente do Conamaq, defende que, para que haja plurinacionalidade de verdade, a perspectiva dos povos indígenas deve ter participação efetiva na estrutura institucional do Estado boliviano: “a visão, os povos indígenas originários

¹¹¹ Em uma entrevista publicada em 2007, Álvaro García Linera, já vice-presidente da Bolívia defende que o governo do MAS-IPSP seria “o primeiro governo que, em séculos, se preocupa com a construção de um Estado no sentido weberiano e hegeliano do termo, como representação da vontade e dos interesses gerais da sociedade” (García Linera apud Svampa; Stefanoni, 2007, p. 154). Em sua leitura, partidos e vanguardas não substituem o potencial universalista da sociedade, mas o Estado apresenta uma “marca [*huella*] objetivada” desta universalidade (ibidem, p. 164).

¹¹² MBL e CN-PI comentam sobre a característica “multinacional” da Bolívia (CN-PI, 2007, p.73; MBL, 2007, p. 14). A AS menciona diversas vezes a existência das nacionalidades indígenas e a necessidade de incorporá-las no sistema institucional, mas atenta que a fórmula “Estado plurinacional” pode ser uma forma de “dissimular” um “co-governo” com a direita por não apontar por uma transição socialista clara (AS, 2007, p. 2). O documento da ASP de Vargas é o único que se coloca contra a ideia de plurinacionalidade, por dotar as nacionalidades indígenas do direito de “se separar” (ASP-Vargas, 2007, p. 5).

têm que impactar, é isso que eles esperam”¹¹³. Um exemplo do que seria esta “visão” seriam os direitos do meio ambiente, da “mãe-terra”. Também dirigente do Conamaq, Rafael Quispe, durante um seminário em agosto de 2010, reclamou que o governo não estaria implementando o “Estado Plurinacional” porque não estaria respeitando os direitos da “mãe terra” (toda a política econômica da Bolívia continuava se baseando na indústria de extrativista) e dos povos indígenas (em especial com relação ao direito de consulta previsto pela Convenção 169 da OIT).

Assim, a plurinacionalidade estaria fortemente relacionada ao aspecto comunitário e participativo do Estado, que conteria certas tensões, já que desloca o sujeito da soberania da estrutura formal do Estado para as estruturas comunitárias e sociais de poder. Ou seja, o governo da “mudança” precisa agir sempre consultando e pactuando com os setores sociais que lutaram pela “mudança”.

Esta visão de plurinacionalidade como uma descentralização específica, que favorece esferas comunitárias, pode ser vista no documento da CN-PI, que defende a construção de “micro poderes”, “formas de poder local que podem ser denominadas também de governos locais, autogovernos originários, governos comunais, poder popular, estruturas de autoridades originárias, etc.” (ibidem, 2007, p. 66). Isso permitiria uma liberação que seria ao mesmo tempo “classista e nacional” (ibidem, p. 5), sendo que “nacional” faria referência às nações originárias. Esta proposta estaria ligada a uma reestruturação territorial radical, proposta pela CN-PI na Comissão Visão de País, que extingiria os departamentos e restituiria os territórios indígenas originais¹¹⁴.

A AS também têm uma perspectiva parecida comunitarista e de reconstrução das instituições indígenas originárias (seu documento se intitula “Por uma pátria comunitária e socialista”), mas seu enfoque é mais marxista. A agrupação propõe a criação de um “Estado Social em transição ao Socialismo, com os operários, os camponeses e setores populares; só esta aliança de vanguarda e força física belicosa permitirá construir um texto constitucional progressista, avançado e revolucionário” (AS, 2007, p. 3). Assim, a ideia de plurinacionalidade aparece no seu documento, mas não tem a mesma centralidade no seu projeto como no projeto mais indigenista.

Também a visão de “Estado plurinacional” que emana do projeto mais nacionalista é rica em significados e não se associa somente à questão indígena. A formulação plurinacional deste projeto condensa a necessidade de se pensar uma totalidade estatal que possa responder

¹¹³ Gabino Apata, entrevista realizada em 23 de agosto de 2010.

¹¹⁴ Ver depoimento de Raul Prada sobre esta proposta na Nota 110.

aos “abismos estruturais que foram o obstáculo da integração” (MAS-IPSP, 2007, p. 34). Assim, “a sutura destes abismos estruturais que estão separando a sociedade boliviana passa, portanto, pela articulação das duas dimensões do conflito: a dimensão multicultural ou multinacional da realidade, e a dimensão multi-institucional ou multicivilizatória do regime político” (Garcia Linera apud ibidem, p. 34). Isso explicaria o caráter do Estado, que deve ser plurinacional e descentralizado, porém unitário. Portanto, para este grupo, a plurinacionalidade teria também um apelo unificador.

A caracterização de Adolfo Mendoza sobre a plurinacionalidade nos ajuda a entender a ampliação que se faz do conceito neste eixo menos “indigenista”. Para o ex-assessor do Pacto de Unidade, a “plurinacionalidade” representa principalmente a ideia de que o “nacional é plural”, como contraposição a uma ideia homogênea da nação. Assim, “o nacional plural” não se esgotaria “no indígena”, esta seria uma compreensão “reduzida”. A pluralidade incluiria outras formas de identificação política, para além da comunidade indígena, como a identidade regional ou departamental. Neste sentido, tanto as autonomias indígenas quanto as municipais, regionais e departamentais comporiam a organização territorial desta pluralidade. Para Mendoza, a nova normatividade “plurinacional” trouxe para a Bolívia um “novo pluralismo político”, que já não é representado pela estrutura partidária anterior, mas sim pelas tensões (sociais, regionais e étnicas) entre os próprios setores que apoiam o governo e “no interior do próprio MAS-IPSP”.¹¹⁵

Esta concepção de plurinacionalidade está relacionada à proposta de criação de um de quarto poder no Estado boliviano: o Poder Social. Segundo a maioria das agrupações que o propuseram, este poder seria composto por representantes dos movimentos sociais e povos e nações indígenas (eleitos por voto direto ou por usos e costumes) e que fiscalizariam as ações dos demais poderes, de maneira independente (MAS-IPSP, 2007, p. 36; MOP, 2007, p. 15; ASP, 2007, p. 4; MBL, 2007, p. 26). O poder social representa uma demanda radical pela incorporação dos setores mobilizados durante as “guerras neoliberais” na estrutura do Estado, sem com isso subordinar estes movimentos à lógica estatal. Na realidade, esta visão traz uma desconfiança com relação ao Estado e pretende subordiná-lo à lógica dos movimentos sociais, em especial à iniciativa já consolidada do Pacto de Unidade. É diferente, contudo, das perspectivas mais indigenistas porque tenta expressar uma soberania que emana de um “povo boliviano”, portanto expressa uma totalidade nacional, e não uma soberania que emana das nações originárias, como propõem as visões indigenistas mais radicais.

¹¹⁵ Adolfo Mendoza, entrevista no dia 4 de setembro de 2010.

O projeto mais “nacionalista” do MAS-IPSP também enfatiza a necessidade de se ter um “Estado social”, dimensão normativa do Estado não priorizada pelos setores mais “indigenistas” ou comunitaristas, mas que compõe algumas propostas mais socialistas, como a da AS. O adjetivo “social” é adicionado pelo MAS-IPSP à formulação do Pacto de Unidade, que previa um “Estado unitário plurinacional comunitário”¹¹⁶, e traz uma preocupação específica relacionada às tarefas estatais de promoção de bem-estar e de “repartição equitativa de todos os recursos existentes e dos benefícios” (MAS-IPSP, 2007, p. 34). Isso pode ser explicado por uma feição mais “urbana” do MAS-IPSP em comparação com o Pacto de Unidade, que traria a necessidade de abordar direitos sociais (previdência social, trabalho, segurança pública, etc.) que ganham maior relevância nas cidades que no campo. Mas também podemos vislumbrar a proposta de inclusão do “social” na caracterização do Estado como uma ênfase nas tarefas sociais do Estado, que deveria desta forma (via serviços) se aproximar mais da população. Neste sentido, tal agenda também estaria muito presente nos setores camponeses e indígenas, que elencam uma série de tarefas estatais no sentido de desenvolver a economia camponesa, apoiar a sua produtividade, garantir a soberania alimentar do país, assim como garantir direitos relativos à educação, saúde, previdência social, trabalho etc. no próprio documento do Pacto de Unidade de 2007.

Portanto, esta perspectiva que enfatiza as tarefas de desenvolvimento do novo Estado não pretende dissolver seu poder pelas estruturas políticas da sociedade civil, como a perspectiva do “plurinacional” como “reconstituição das nações originárias” ou como poder social, mas sim prevê um Estado mais unificado (ainda que na sua pluralidade) e mais atuante. O Estado se aproximaria da sociedade não tanto pela via política da participação e da co-determinação de políticas públicas, mas sim pela via social dos serviços de bem-estar.

Outro aspecto enfatizado na caracterização do Estado pela maioria das agrupações que apoiam o governo é a necessidade de se ter um “Estado Unitário” e “descentralizado”. De maneira geral, esta afirmação surge para contrapor o projeto “divisionista” das elites

¹¹⁶ Na proposta apresentada em agosto de 2006, no início da constituinte, o Pacto de Unidade definia o Estado boliviano como “unitário plurinacional, pluriétnico, pluricultural, intercultural y plurilíngue, descentralizado em autonomias territoriais originárias e camponesas, em autonomias interculturais urbanas e em autonomias regionais” e definia a Bolívia como um país “independente, soberano, livre, participativo, social, comunitário e democrático” (Pacto de Unidad, 2006, p. 5). Já na proposta apresentada em maio de 2007, a definição do Estado era de “Estado Unitário Plurinacional Comunitário, livre, independente, soberano, democrático e social, que reconhece o pluralismo jurídico, político, cultural e lingüístico; descentralizado e com autonomias territoriais” (Pacto de Unidad, 2007, p. 1). A proposta do MAS-IPSP se diferencia por dotar o “social” da mesma importância de características centrais, como a plurinacionalidade. Isso pode ser visto na redação final da constituição (aprovada em referendo em 2009), que no seu Artigo 1º diz: “Bolívia se constitui em um Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com autonomias. Bolívia se funda na pluralidade e no pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e lingüístico, dentro do processo integrador do país”.

regionais bolivianas, que com seus projetos de autonomia estariam buscando a fragmentação do país mais uma vez. Tal fenômeno já teria ocorrido no passado com as perdas territoriais. O centralismo, na interpretação destes grupos, seria, portanto, uma característica ligada exatamente a esta carência de visão total e nacional do território. Ele não se oporia ao regionalismo, mas seria complementar a este:

“Dentro dos aspectos negativos do centralismo político, podemos apontar: crescimento e desenvolvimento desigual das regiões; postergação das aspirações regionais da maior parte do componente nacional; fator de dispersão e causa da perda e desmembramento territorial, por não ter tido a capacidade de assentar soberania nos confins do território nacional; planejamento centralizado e interpretação equivocada da realidade nacional; uso inadequado e irracional de recursos econômicos e financeiros, favorecendo somente alguns setores da população; exploração irracional dos recursos naturais renováveis e não renováveis; desenvolvimento desigual, o que trouxe como efeito o regionalismo departamental” (MAS-IPSP, 2007, p. 36).

O centralismo, portanto, é mais identificado com a imagem de um Estado incompetente, incapaz de planejar suas ações e defender o seu território, do que com um Estado centralizado e forte. Ele é mais identificado como causa de demarcações regionais profundas do que como causa de diluição das regiões. Portanto, o problema que a esquerda identifica no centralismo é ligeiramente diferente daquele identificado pela direita, que se focava principalmente na injustiça histórica cometida contra os departamentos orientais, em especial Santa Cruz. A identificação desta injustiça histórica seria, para o MAS-IPSP um apelo vindo de uma elite carente de projeto nacional responsável tanto pelo centralismo como pelo regionalismo¹¹⁷. Idealmente, a imagem que o MAS-IPSP traz para combater o centralismo seria um Estado que valorizasse todas as regiões com igual peso, que as desenvolvesse economicamente de forma equitativa, sem privilegiar a capital, mas tampouco sem privilegiar outras regiões. O caráter diverso do seu projeto estatal se daria no âmbito dos povos indígenas, não no das regiões.

Contudo, poucas são as agrupações da esquerda que se colocam contra a linha do MAS-IPSP de respeitar o referendo autônomo feito no ano anterior, 2006, no qual a opção pela autonomia departamental ganhou nos departamentos da meia lua (Pando, Beni, Santa Cruz e Tarija). Somente a CN-PI e o Conamaq manifestaram críticas ao referendo e a forma como ele foi realizado. Mas, ainda que a autonomia departamental seja

¹¹⁷ O documento do MAS-IPSP deixa claro que o projeto representado pelo regionalismo de Santa Cruz é protagonizado por elites que assumem “a defesa dos interesses transnacionais, especialmente das empresas petrolíferas e exacerbam os sentimentos regionalistas, fundamentalmente contra o ‘Estado andino-cêntrico’ e atitudes racistas, sobretudo contra os indígenas migrantes das terras altas” (MAS-IPSP, 2007, p. 26).

majoritariamente reconhecida, nenhum dos partidos de esquerda define o seu projeto de Estado como “autônômico”, como o fazem os da direita.

4. Autonomias indígenas

Assim como a ideia de um “Estado plurinacional” é uma fórmula consensual, mas com múltiplos significados entre as agrupações de esquerda, a defesa das “autonomias indígenas” é muito presente em todos estes documentos, mas também contém definições distintas.

Antes de trabalhar especificamente o conteúdo que estas agrupações dão às autonomias indígenas, farei uma pequena apresentação sobre como o conceito é pensado em conjunto com a plurinacionalidade e em contraposição ao status “multicultural” que a Bolívia possuía até aquele momento. Para isso, sairei brevemente do debate da Assembleia Constituinte e recorrerei a formulações teóricas sobre o tema recolhidas em entrevistas com intelectuais ou em artigos que circularam no mundo acadêmico boliviano antes da constituinte.

A formulação teórica que diferencia o multiculturalismo do plurinacionalismo tem muita similaridade com aquela que defende a recomposição das nações indígenas. Para muitos dos formuladores intelectuais da esquerda boliviana contemporânea, o multiculturalismo deveria ser superado porque ele manejava uma lógica que se restringia ao reconhecimento dos povos indígenas como “minorias”. Ou seja, o multiculturalismo seria uma espécie de “racismo amável”, porque “toleraria” a diferença, mas não questionaria a sua “identidade dominante”. Mas a ideia de plurinacionalidade romperia com isso, porque ela não “incluiria” os indígenas no “velho Estado”, mas sim visaria “construir um novo Estado”¹¹⁸. Assim, o “pluralismo emancipador” assumiria uma transformação institucional, daria “poder” às nações indígenas, as incorporaria tanto na “tomada de decisões” quanto na “gestão”¹¹⁹.

Algumas perspectivas viam no plurinacionalismo um multiculturalismo aplicado às suas últimas consequências (Garcia Linera, 2003; Tapia, 2007). Assim, a ordem constitucional pós-1994 seria criticada pela sua carência de multiculturalismo e não pelas deficiências inerentes à perspectiva multicultural. De qualquer forma, as críticas feitas ao *status quo* político boliviano tinham conteúdo parecido, principalmente com relação à forma restrita na qual a pluralidade era entendida:

¹¹⁸ Essa é a posição defendida por Adolfo Mendoza em entrevista realizada em 4 de setembro de 2010.

¹¹⁹ Raul Prada, em entrevista em 25 de agosto de 2010.

Houve algumas pessoas vinculadas à aplicação da participação popular que trabalharam o tema da multiculturalidade do país; contudo, este reconhecimento (...) foi reduzido ao âmbito municipalista, o que comprime a dimensão das identidades culturais e, o pior, mutila os direitos dessas identidades ao âmbito restrito das competências municipalistas, quando o que a existência destas identidades culturais põe em jogo é a redistribuição da totalidade do poder político (Garcia Linera, 2003, p. 172).

A ideia de “nação indígena” seguiria este mesmo impulso, porque ela diria respeito a um questionamento do *status quo* constitucional de 1994, que definia os indígenas somente como “povos”. Ramiro Molina, antropólogo que foi Ministro de Assuntos Camponeses nesta época (1993-1996), acredita que se passou a adotar o termo “nações indígenas” a partir de 2000 como uma posição política explícita de se questionar um “Estado monista”, homogêneo culturalmente. Seria uma posição muito mais política, reivindicada no contexto de uma luta simbólico-ideológica que se estava vislumbrando, do que uma definição mais propriamente acadêmica¹²⁰.

No contexto da constituinte, é possível perceber linhas de continuidade nas definições sobre nação, plurinacionalidade e autonomias indígenas. Dentro da perspectiva mais indigenista, a ideia de autonomias indígenas é ligada a uma concepção de nação indígena que se bastaria do ponto de vista civilizatório (ou seja, não necessitaria dos conhecimentos “ocidentais” para o seu próprio desenvolvimento). O documento do Conamaq reforça esta visão, reiterando que as nações originárias seriam herdeiras de “conhecimento, ciência e tecnologia ancestral” (Ayra-Conamaq, 2007, p. 3). Mas estas nações indígenas não são equivalentes a um Estado nacional. As 16 nações do Qullasuyu propostas pelo Conamaq (ibidem, p.2) teriam mais proximidade com o conceito de “suyu”, que seria uma unidade territorial menor em um Estado:

Nação é como um departamento, tem seu governo, tem seus usos e costumes, o respeito à natureza, toda a cosmovisão, como fazer, como exercer suas autoridades correspondentes. Isso é a nação.¹²¹

Nas terras baixas, contudo, se identificou a noção de povos e nações indígenas com as línguas faladas¹²², mas que igualmente exigiria respeito a formas de governo, cosmovisões, usos e costumes, etc. Dentro desta perspectiva, as autonomias indígenas seriam o

¹²⁰ Ramiro Molina, entrevista realizada em 18 de agosto de 2010.

¹²¹ Gabino Apata, entrevista realizada em 23 de agosto de 2010.

¹²² Por isso a ideia generalizada de que a Bolívia teria 36 nações originárias. A Nova Constituição Política do Estado nomeia 36 línguas indígenas originárias, sendo o quechua e o aimará parte delas. Contudo, setores indígenas das terras altas, como o Conamaq, contestam a versão de que os que falam quechua ou aimará constituiriam comunidades nacionais. O conselho identifica 16 nacionalidades nas terras altas.

ordenamento institucional permitido a estas nações dentro do Estado boliviano. Apesar de serem consensuais dentro das agrupações da esquerda, há diferença na forma como as suas capacidades são definidas.

O projeto mais “indigenista” tende a apresentar as autonomias indígenas, portanto, como uma forma de reconstrução do passado indígena, exigindo que o Estado boliviano lhes permita este projeto, lhes reconheça a sua anterioridade, seus “direitos ancestrais”. Para Gabino Apata, quando se pensa nas autonomias indígenas, é necessário resgatar como eram as sociedades indígenas no passado (“sua natureza, sua identidade, seu idioma, sua política”)¹²³. Assim, autonomias indígenas parecem um primeiro passo para a sua reconstrução territorial em longo prazo, como destaca Pedro Nuny:

Quem acreditava que o território dos guaranis era desde Santa Cruz atual até o Paraguai? Tudo isso é o seu território, mas agora há departamentos que dividem isso, está Santa Cruz, está Chuquisaca e está Tarija. Assim, cada um dos povos indígenas estamos nesta busca, de **consolidar a pátria grande**, sobretudo os povos que habitam estes países que realmente sejam os autênticos donos. Mas **respeitamos as regras do jogo político**, a democracia, que de alguma maneira também estamos envolvidos. Mas eu creio que esta é uma luta que vai demorar muito tempo. Mas o que conseguimos até agora, as TCOs [Terras Comunitárias de Origem] que hoje a constituição reconhece como território, é justamente esta busca de consolidação de estes direitos proprietários coletivos dos povos indígenas.¹²⁴

Esta proposta de autonomia reafirma capacidades amplas das populações indígenas frente ao Estado. O maior ponto de tensão é justamente com relação ao direito de consulta dos povos indígenas, que é reivindicado quando o Estado pretende fazer atividades no território indígena (estradas, obras de infraestrutura, extração de recursos naturais não renováveis, gás, petróleo, etc.). A proposta mais radical de autonomia indígena previa que estes povos indígenas teriam poder de definição sobre estes recursos naturais, podendo inclusive vetar atividades do Estado no seu território. A formulação do Conamaq sobre isso seria a de que a concepção de “território” indígena incluiria os direitos sobre os “recursos do subsolo”, em contraposição à concepção de “terra”, que restringiria estes direitos aos “recursos do solo” (Ayra-Conamaq, 2007, p. 11). Portanto, ao compreender a necessidade de se elevar o status das “terras indígenas” (marco constitucional anterior) para “territórios indígenas”, a constituinte deveria reconhecer o direito das nações originárias a estes recursos.

Este debate esteve no interior dos debates do Pacto de Unidade, quando se discutiu se o pacto defenderia o “direito de veto” das comunidades indígenas ou somente o direito de

¹²³ Gabino Apata, entrevista em 23 de agosto de 2010.

¹²⁴ Pedro Nuny, entrevista em 18 de agosto de 2010.

“consulta”, como prevê a Convenção 169 da OIT¹²⁵. O pacto acabou por adotar em maio de 2007 uma formulação que previa uma espécie de “veto” mais atenuado:

A gestão, administração e tomada de decisões sobre os recursos naturais não renováveis por parte do Estado Unitário Plurinacional que se encontrem nos territórios e nas terras das nações e povos indígenas originários camponeses, afrodescendentes e das comunidades interculturais ou em áreas suscetíveis de impacto em seu habitat e suas áreas de influência, somente poderão ser feitas com o **consentimento prévio vinculante** dos povos. (Pacto de Unidad, 2007, p. 21).

De forma muito parecida com esta formulação, o MAS-IPSP prevê um direito de consulta ampliado para um procedimento de consenso do Estado com “nações e povos originários e camponeses antes de estabelecer qualquer contrato de serviços para as operações de hidrocarbonetos, mineiras e de bioprospecção” (MAS-IPSP, 2007, p. 47).

Tal posicionamento do MAS-IPSP é surpreendente por vir de um partido que estava naquele momento à frente do Estado e que, portanto, teria também como preocupação a sua garantia de governabilidade, principalmente em relação à política de recursos naturais não renováveis. Sua posição pode ser explicada, contudo, pela grande presença de constituintes ligados ao Pacto de Unidad na sua bancada.

A posição, contudo, estava longe de ser consensual no interior do MAS-IPSP. Alguns setores, principalmente urbanos, não viam esta possibilidade de autonomia indígena tão ampliada sem preocupações. Como afirma Macário Tola:

Por exemplo, [os setores rurais propunham que] os recursos naturais, se estão em uma nacionalidade aimará, em um povo determinado, este povo teria o direito à exploração e ao benefício dos recursos naturais. Por exemplo, o gás está no Chaco, e o Chaco como “dono” queria se encarregar da exploração, da comercialização e do desfrute. Somente o Chaco, não chegava nenhuma gota ao Estado boliviano e ao resto do povo boliviano. É um tema muito complicado. (...) Tínhamos que propor um tema que não criava briga, e isso era que os bolivianos seríamos os proprietários dos recursos naturais e que o Estado é o que faz a cadeia produtiva, mas com participação do setor [indígena], com benefícios ao setor.¹²⁶

Neste caso, Tola daria muito mais ênfase no papel do Estado em definir as políticas relativas aos recursos naturais, sendo que os povos indígenas teriam sua “participação” e “benefícios” garantidos, mas não seu direito ao veto ou a um “consentimento prévio

¹²⁵ A sistematização de encontros do Pacto de Unidad ocorridos em Vinto em maio de 2006 indica como “pergunta para o debate” o seguinte: “Frente às empresas de exploração de recursos naturais não renováveis, deve-se exercer o direito de consulta dos povos indígenas (Convênio 169 da OIT) e/ou o direito a veto (direito a que o povo indígena, em última instância, rechace a empresa por afetar a vida da comunidade?” (Pacto de Unidad, 2006, p. 16).

¹²⁶ Macario Tola, entrevista realizada em 23 de agosto de 2010.

vinculante”. Esta seria, portanto, uma posição “nacionalista” menos indigenista e radical do que as posições da maioria dos setores indígenas.

Com relação aos demais documentos apresentados pelas agrupações de esquerda, nenhum entra muito na polêmica com relação às delimitações dos poderes da autonomia indígena frente ao Estado. O MOP defende genericamente a constitucionalização dos direitos presentes na Convenção 169 da OIT (MOP, 2007, p. 20) e a CN-PI, ao defender o fortalecimento de “micro-poderes” comunais, enfatiza que estes abrangem não somente a esfera cultural e política, mas também a esfera econômica e de administração de recursos (CN, 2007, p. 71). Os outros documentos reconhecem de forma mais genérica a importância de se reafirmar a existência das nações originárias e a importância de garantir seus direitos.

A única exceção, dentro destas agrupações, é o documento de Vargas, da ASP, que questiona o conceito de plurinacionalidade e, portanto, de nações e autonomias indígenas, pois isso lhes daria o direito de se separar do território boliviano (ASP-Vargas, 2007, p. 5).

Assim, de maneira geral, é possível identificar duas concepções de autonomia indígena, uma mais radical “indigenista”, que se afirma perante o Estado boliviano e exige que este “pactue” com ela para que algumas tarefas estatais sejam realizadas, e outra mais “nacionalista”, que garante prevê o direito de consulta (internacionalmente respaldado), mas não prevê uma “palavra final” indígena em seus territórios. Uma visão que seria de um nacionalismo mais radical, como a apresentada por ASP-Vargas, e que acredita que as autonomias indígenas são “separatistas” é amplamente minoritária na esquerda (ainda que majoritária na direita).

5. Política econômica

Desde o ponto de vista de um projeto mais indigenista, a política econômica proposta para a Bolívia prevê o “respeito à Mãe Natureza, meio ambiente, reciprocidade, redistribuição, complementaridade, rotação e dualidade”, em conformidade com o modelo de desenvolvimento dos povos originários (Ayra-Conamaq, 2007, p. 7). Neste sentido, o exercício da territorialidade originária implicaria no desenvolvimento destas concepções próprias de economia e a não subordinação às prioridades econômicas colocadas por entes externos a estas territorialidades.

Raul Prada, que além de constituinte, foi Vice-Ministro de Planificação Estratégica do Estado durante 2010, esclarece o que seria esta política “econômica comunitária”, na qual o Estado teria um papel de “promotor” e “articulador”:

A ideia é apresentar o Estado como articulador e orientador da economia social e comunitária e das empresas públicas para que crie as condições de um processo produtivo, para que mude (...) o modelo primário exportador por um modelo produtivo. Estamos pensando o modelo produtivo não como um paradigma industrial, (...) mas como um paradigma produtivo no sentido mais amplo da palavra. Producente de outras relações sociais, de outros sujeitos sociais, e que se encaminhe fortemente à soberania alimentar. E pensar também em uma revolução tecnológica, mas que também articule a tecnologia tradicional. Estas complexidades têm que ser percorridas na transição, mas elas apontam a outras complexidades que estão no modelo econômico, que é o modelo ecológico. Todas estas tensões que percorrem estas contradições precisam ser resolvidas no processo. É um caminhar claro, a partir de uma transição clara que se encaminha às organizações comunitárias, (...) ao “viver bem”, no qual se respeite os direitos da mãe terra. Sabemos que é um processo.¹²⁷

Ainda que dentro do marco do governo do MAS-IPSP, Raul Prada defende neste momento uma proposta econômica muito parecida com o que faz o projeto mais indigenista, que pretende adaptar a política econômica às suas pautas de reconstituição política e cultural, afastando-se do que seria uma posição mais nacionalista de desenvolvimento industrial.

Em uma linha intermediária entre o indigenismo da Conamaq e o marxismo mais ortodoxo, a CN-PI defende um regime econômico no qual os recursos naturais sejam de “propriedade social”, mas manejados sob a lógica da cosmovisão andina de unidade entre “aka pacha [o mundo ao nosso redor], manka pacha [o mundo do subsolo, dos alimentos] e alaj pacha [o mundo de cima, do sol e das estrelas]”¹²⁸. Além disso, a “propriedade social” dos meios de produção deve ser promovida e todas as formas de propriedade estarão condicionadas ao interesse comum (CN-PI, 2007, p. 73).

Do lado mais marxista, MCSFA se posiciona radicalmente contrário à garantia constitucional de propriedade privada dos meios de produção (MSCFA, 2007, p. 18-19) e AS também critica o Estado atual por garantir a propriedade privada (p. 504-505).

O MAS-IPSP, como era de se esperar pela sua composição heterogênea, se apresenta de forma dúbia ao definir a sua política econômica no seu documento de visão de país. Por um lado, defende uma pauta mais indigenista ao afirmar que a política econômica do novo Estado deve se guiar pelos princípios de “justiça social, democratização, proteção do meio ambiente, produtividade, solidariedade, reciprocidade, equidade, intercâmbio justo, respeito aos direitos e garantia dos cidadãos e dos povos, nacionalidades e comunidades indígenas e camponesas” (MAS, 2007, p. 50-51).

¹²⁷ Esta declaração foi dada quando perguntado sobre as atividades que se estavam desenvolvendo no Vice-Ministério. Raul Prada, entrevista realizada em 25 de agosto de 2010.

¹²⁸ A definição para os termos *aka pacha*, *manka pacha* e *alaj pacha* foram consultadas em “Centro Cultural Autóctono Sartañani Wasuru Qhanampi - VI Seminário Interno”. Disponível em: <<http://pirwa.blogspot.com/2010/03/centro-cutlural-autoctono-sartanani.html>> (acesso em 12 de março de 2011).

Contudo, logo em seguida afirma que o modelo econômico do país tem como dever propiciar a “a defesa da independência nacional e do desenvolvimento integral e sustentável do país mediante a proteção dos recursos naturais e humanos, o controle público do excedente econômico, a industrialização, a geração de fontes de trabalho (...)” (ibidem, p. 51). Aqui, há aparentemente duas agendas, uma mais ligada às demandas mais indigenistas e outra mais ligada às demandas mais desenvolvimentistas e nacionalistas, nas quais se demonstra mais claramente a postura do MAS-IPSP como partido de governo.

Esta última agenda, contudo, pode ser diferenciada em duas tendências. A primeira seria a política de “recuperação do excedente econômico”. Ela responde a um diagnóstico de que o Estado boliviano antes possuía uma posição submissa às empresas transnacionais, e as deixava levar grande parte dos lucros relativos à extração dos recursos naturais não-renováveis, sem deixar nada aos bolivianos. Sob a consigna de que se quer “sócios, não patrões”¹²⁹, o MAS-IPSP desenvolve uma ideia de economia que seria não subordinada, mas que atuaria em parceria com o capital estrangeiro. Neste sentido, não seria uma política favorável à completa “nacionalização” dos recursos naturais em um sentido estreito, já que reconhece importância no capital estrangeiro e formas que a Bolívia pode se beneficiar deste internamente. É desta postura econômica que alguns partidos da oposição (MNR, AAI) dizem se aproximar.

Por outro lado, o MAS-IPSP também defende a “industrialização” do país, o que nos remete diretamente às reivindicações da Agenda de Outubro, que exigia a “nacionalização e industrialização dos recursos naturais”. Nessa perspectiva também aparece uma postura nacionalista mais radical, que exige uma substituição do capital estrangeiro no país por capital nacional, que exige que o Estado tome as rédeas das tarefas de desenvolvimento no país.

De certa maneira, a queda de braço que houve dentro do governo sobre a nacionalização dos hidrocarbonetos entre 2006 e 2007 resume a disputa entre estes dois projetos. Pressionado pela segunda agenda, o governo do MAS-IPSP promulga o decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos em maio de 2006, que exige que 82% da renda petroleira seja do Estado boliviano, e que os restantes 18% fossem pagos às transnacionais como “pagamento de serviços”¹³⁰. Tal divisão seria apenas temporária e o decreto visava um

¹²⁹ Tal consigna data pelo menos das eleições presidenciais de Evo Morales em 2005, e foi repetida em visitas de Morales (já como chefe de Estado) ao Brasil e à Espanha, países cujas transnacionais (Petrobrás, Repsol) atuam na extração do gás boliviano.

¹³⁰ O Decreto de Nacionalização afirma o seguinte: “Durante o período de transição, para os campos cuja produção certificada média de gás natural do ano de 2005 tenha sido superior aos 100 milhões de pés cúbicos

controle total do Estado da política de hidrocarbonetos. Contudo, já em 2007, sob forte pressão das transnacionais e de seus respectivos governos (como a Petrobrás e o governo brasileiro), negocia-se uma divisão de 50% e 50%, retornando à proposta do MAS-IPSP de se ter “sócios”, que, portanto, devem operar com certa vantagem também.

De maneira geral, do ponto de vista econômico, as posições defendidas pelas agrupações que compõem a situação estão presentes dentro do próprio MAS-IPSP, com exceção da posição mais radical marxista de retirada do direito à propriedade privada da constituição. Por um lado, há uma proposta mais “indigenista” que defende que o Estado promova a economia comunitária indígena, incorporando tarefas de bem-estar específicas (como a garantia da soberania alimentar). Por outro lado, há uma proposta mais “nacionalista” que enxerga maior agência do Estado, que deve controlar a economia nacional e garantir políticas de bem-estar (vistas de maneira mais específica, como trabalho, saúde, educação, previdência, etc.). Tal proposta tem versões mais radicais (nacionalização completa e industrialização) e menos radicais (associação com capital internacional).

Considerações sobre “visões de país”

Neste capítulo, analisei os documentos apresentados sobre “Visão de País” na constituinte boliviana e complementei esta análise com posições apresentadas por alguns atores políticos que participaram do processo. Estas posições foram analisadas com o intuito de entender como estas forças políticas concebiam sujeitos coletivos de soberania e que instrumentos elas apresentavam para disputar estas ideias na sociedade. Para isso, se analisou outras esferas para além destes sujeitos (o passado, o Estado, a autonomia indígena e a economia), buscando compreender a reconstrução, o alcance e as implicações destes projetos de nação de maneira mais global.

A análise da reconstrução histórica traz elementos importantes para entender como direita e esquerda se colocam no debate. Esta análise foi inspirada por Smith, que destaca a importância da reconstrução de mitos históricos, e por Gramsci, que aplica este arsenal ideológico à disputa de hegemonia. No caso da constituinte, tal necessidade se atualiza no sentido de que os partidos precisam apresentar propostas que se relacionam com as experiências históricas coletivas.

diários, o valor da produção se distribuirá da seguinte forma: 82% para o Estado (18% de *royalties* e participações, 32% de Imposto Direto de Hidrocarbonetos e 32% através de uma participação adicional para a YPFB), e 18% para as companhias (que cobre os custos de operação, amortização de investimentos e utilidades)” (Art. 4).

Neste sentido, o grupo da oposição se enfrentou com os mesmos problemas do passado recente, quando ocupava o Executivo nacional. Mais uma vez, demonstrou incapacidade de apresentar momentos do passado que dialogassem com as suas proposições atuais, o que reflete as suas dificuldades em construir hegemonia. Mesmo o MNR, partido que trouxe uma interpretação da história do país, o fez sem atualizar as suas teses principais do passado. Seu legado histórico anti-imperialista foi completamente tomado pelos partidos da esquerda. A única exceção significativa foi a AAI, partido minoritário que conseguiu com a sua reconstrução do passado dar voz ao único movimento popular dirigido pela oposição: o regionalismo de Santa Cruz. Assim, a direita se viu durante a constituinte incapaz de estabelecer patamares comuns de negociação com a esquerda, incapaz de reconhecer como “legítimas” algumas das reivindicações mais simples da esquerda (como a identificação do caráter étnico da estratificação social boliviana).

Por outro lado, a esquerda foi exitosa na reconstrução dos seus mitos passados para dar consistência histórica aos seus sujeitos de soberania. A exemplo da mobilização de outubro de 2003, na qual a questão do litoral foi recuperada e sugeriu uma aproximação dos governos neoliberais com as elites políticas oligárquicas do passado, agora estes grupos reconstruíram a experiência colonial para justificar uma refundação do Estado boliviano com base em uma dívida histórica com os povos indígenas. Apesar das suas diferenças internas, a situação consegue formular uma narrativa que torna suas reivindicações relativamente coerentes, tanto com relação aos povos indígenas, quanto com relação ao fortalecimento do Estado.

Com relação ao sujeito nacional, a tese da direita trabalha com elementos mais convincentes do que trabalhou no período neoliberal, quando Sánchez de Lozada argumentava, em um momento desesperado, que a essência da democracia se limitava ao “respeito ao veredicto das urnas para a eleição de governantes”. Durante a constituinte, este bloco apresenta uma idealização do que seria o povo boliviano unido, “em simbiose”, com um pacto social que prevê a união não conflituosa entre as classes, etnias e regiões.

A mudança da relação das agrupações de direita com o governo (passaram de situação para oposição) indica também algumas modificações de posição. Por um lado, passou-se a questionar mais o chamado centralismo político, demandando as autonomias departamentais. Por outro, há uma aceitação mais generalizada de estruturas de representação, subgrupos, que vão para além da relação direta do cidadão com o Estado, chegando a apresentar em alguns momentos tons corporativistas. Lembremos que este setor, no governo, questionava o caráter “político” das organizações da sociedade civil boliviana, como os sindicatos. Na constituinte,

a estrutura política de tais subgrupos já é aceita e reivindicada, ainda que se enfatize como grandes exemplos destes os comitês cívicos e não os sindicatos.

A noção de sujeito de soberania conforma um elemento de tensão central dentro da esquerda. O projeto mais indigenista reivindica uma soberania “ancestral” de povos e nações indígenas, definidas em oposição a um Estado monocultural e ocidental, que historicamente exigiu sua diluição. Neste caso, a noção de “nacionalidade” boliviana pode no máximo ser compreendida como um fenômeno paralelo. O projeto mais nacionalista reivindica uma espécie de “povo boliviano”, definido em oposição à “antipátria”, aceitando uma espécie de sujeito nacional “patriota” que pode ser estendido à totalidade da população, sem um necessário recorte étnico ou de classe. A expressão mais radical desta perspectiva seria a conformação de um quarto poder social, conformado por representantes de nações indígenas e de organizações sociais, que tivessem o poder de fiscalizar o Estado, no sentido de garantir que o povo não perca o seu caráter soberano (MAS-IPSP, 2007, p. 36). Já o projeto mais marxista defende que o recorte de classe seria imprescindível.

De qualquer maneira, é curioso que tenha sido a direita a que tenha defendido a manutenção do conceito de “nação boliviana” na Constituição, sendo que os setores mais “nacionalistas” estavam no bloco da esquerda. O silêncio da esquerda sobre a “nação boliviana” e a sua utilização de conceitos como “patriotas” e “antipátria” indicam a tentativa de se construir uma identidade boliviana não-homogeneizante, que se vê culturalmente diversa, mas também deixa uma importante ferramenta simbólica nas mãos da oposição. Esta questão ainda está em aberto, mas até o momento a direita boliviana não conseguiu fazer uso de todas as potencialidades deste conceito.

Do ponto de vista das recomendações feitas para a reformulação do Estado, um dos aspectos mais interessantes encontrados é o de que a direita e a esquerda parecem coincidir no diagnóstico de que o Estado precisa ser fortalecido e carece de identidade nacional unificadora, mas é necessário respeitar a diversidade do país, reiterando a palavra de ordem “unidade na diversidade”. Para a esquerda, contudo, a unidade parece fazer referência a uma estatalidade relativa à presença do Estado na vida social (maior atuação na economia, por exemplo), e a unidade da direita parece mais próxima à ideia de um Estado dotado de autoridade, que a sociedade respeite. Contudo, é possível que esta ideia de autoridade estatal esteja mudando na medida em que o MAS-IPSP se consolida como “bloco do poder” em oposição aos “interesses populares”. Já a diversidade boliviana para a esquerda tem relação prioritária com os povos indígenas, e para a direita, com as regiões do país.

Os múltiplos significados que ganha o termo “Estado plurinacional” dentro da esquerda é algo que merece nossa reflexão. Ainda que ele tenha sido inspirado por outras experiências internacionais de Estados com nações sub-estatais (Canadá, Espanha, Suíça, etc.), ele ganha um significado completamente novo no contexto boliviano. As múltiplas interpretações sobre ele indicam uma nova disputa sobre os principais princípios normativos que devem reger o novo Estado boliviano. A plurinacionalidade se restringe à questão indígena? Ela inclui os conflitos regionais? Ela unifica ou divide o país? Ela inclui as tarefas sociais do Estado? A direita conseguirá disputar o conceito a favor seu próprio projeto mais “liberal”, como conseguiu fazer com o multiculturalismo durante a década de 1990? As respostas para esta questão provavelmente marcarão a luta política nos próximos anos na Bolívia.

Com relação às autonomias indígenas, as posturas da esquerda e da direita não poderiam ser mais antagônicas. Se, para a primeira, as autonomias indígenas apontam para o futuro – relações renovadas com relação ao meio ambiente, à sociabilidade, às ideias de poder político, à economia etc. – para a direita, elas representam uma força “anacrônica” da Bolívia, que tende a ser superada. Assim, no equilíbrio entre autonomias e Estado, a direita garante às autonomias o que foi reconhecido no âmbito internacional com relação aos direitos indígenas e uma parte considerável da esquerda pretende ampliar significativamente este marco. Contudo, as posturas no interior da própria esquerda variam em intensidade e os marcos adotados para as autonomias indígenas na nova constituição acabaram sendo os internacionais.

A política econômica proposta pela oposição revela uma concepção de que a parceria entre o capital transnacional e o Estado é a melhor forma de se explorar os setores estratégicos do país. Tal parceria, contudo, reduz o papel do Estado ao de regulador e cobrador de impostos deste capital. Mas tal perspectiva não difere muito do demonstrado na prática pela política de “nacionalização” do governo de Evo Morales, que consistiu em cobrar impostos de forma mais rigorosa. De maneira equivalente ao que ocorreu com as autonomias indígenas, dentre todos os projetos econômicos apresentados pela esquerda, o que prevalece (ainda que as iniciativas governamentais mais preocupadas com a economia comunitária e com a industrialização existam) é aquele que menos se diferencia do projeto da direita.

O fim do processo constituinte

Durante a apresentação dos documentos sobre visão de país, em fevereiro e março de 2007, uma pauta secundária tomou a constituinte de assalto: constituintes e associações cívicas de Sucre – local onde a assembleia ocorria – começaram a se organizar para reivindicar que a cidade fosse considerada a “capital plena” do país¹³¹. Em novembro deste mesmo ano, os conflitos se intensificaram a ponto de inviabilizar o processo de votação dos informes das comissões, que foram trabalhados durante o ano. Assim, um primeiro texto constitucional foi aprovado *en grande* em uma sessão realizada no Liceo Militar, com a proteção do Exército, no dia 24 de novembro de 2007. Uma nova sessão foi convocada em Oruro em 8 de dezembro para aprovar o documento *en detalle*. Com exceção da UN¹³², nenhuma agrupação da oposição participou da sessão, alegando problemas na sua convocação. Mas a plenária ocorreu ainda assim e o documento foi aprovado por mais de 2/3 dos 164 constituintes presentes (dos 255 iniciais).

O texto constitucional aprovado em Oruro tinha forte influência do documento do Pacto de Unidade na definição do Estado boliviano e da sua estrutura, e previa algumas medidas consideradas mais radicais como a limitação da propriedade agrária a 5 ou 10 mil hectares (o marco anterior era o limite de 50 mil hectares), já que a definição não era consensual dentro da situação e o impasse podia ser levado à referendo.

A constituição em si também teria que passar por um referendo nacional, que dependia da convocatória do Congresso. Desfavorável, o Congresso somente aprovou o referendo quando o governo aceitou renegociar uma série de artigos da constituição com a oposição em outubro de 2008. Nestas negociações, das quais participaram representantes do Congresso e ex-constituintes (tanto do MAS-IPSP quanto do Podemos), foram modificados mais de 100 artigos. Na parte institucional, a oposição conseguiu que se fortalecesse a autonomia departamental frente às autonomias indígenas, municipais e regionais, favorecidas pelo projeto anterior. Também o artigo que delimitava a propriedade agrária foi atenuado, somente futuras propriedades agrárias seriam afetadas pelo dispositivo. Na parte simbólica, recuperou-se o conceito de “nação boliviana” e “república” em alguns artigos. A maior concessão do governo foi a eliminação do dispositivo constitucional que permitia uma reeleição presidencial, permitindo a Evo Morales se apresentar às eleições somente uma vez

¹³¹ A questão da capital boliviana remete a conflitos regionais históricos, que estouraram a Guerra Federal no final do século XIX. No momento da constituinte, Sucre era considerada capital boliviana, mas era sede somente do Poder Judicial. La Paz era sede do Executivo e do Legislativo.

¹³² Neste momento, Jorge Lazarte já não mais acompanhava as orientações da sua agrupação, não tendo também participado da votação final da constituição.

após a aprovação da constitucional (a constituição aprovada em Oruro permitia uma reeleição, o que viabilizava um possível governo de Morales até 2019).

Segundo Gamal Serhan, que participou das negociações, a opção que a oposição fez naquele momento foi a de “ceder em tudo o que era simbólico, mas resgatar tudo o que era institucional”. Para ele, a constituição aprovada em Oruro estava levando o país definitivamente à “guerra civil”¹³³, já a constituição de 2008 conseguiu restabelecer “parcialmente” o pacto político no país¹³⁴.

Muitos setores que apoiaram o “processo de mudança”, contudo, viram na negociação uma forma de reabilitar a direita. Juan Carlos Pinto acredita que a oposição do Congresso poliu “a perspectiva liberal” do documento: apesar de não conseguir retirar o seu “peso comunitário”, “conseguiu empatar muitas coisas”. Assim, a atual constituição acabou sendo um documento cheio de “contradições, de encontros, no qual o liberal, que deveria ser inicialmente ‘varrido’, terminou sobrevivendo e marcando as pautas”. Para ele, a luta da direita agora é disputar o projeto ideológico por dentro, porque internamente ao bloco do poder estariam convivendo estas “unidades liberais e comunitárias”, e estas perspectivas “mais liberais” podem se impor e “desarmar tudo o que tem sido o processo de transformação” que viveu o país.¹³⁵

Finalmente, a constituição pactuada com o Congresso foi à referendo nacional em 25 de janeiro de 2009, conquistando o apoio de 61% do eleitorado boliviano. Este apoio correspondeu, de maneira geral, à base social do governo, sendo que os principais partidos da oposição, mesmo tendo participado da negociação no Congresso, fizeram campanha contrária ao documento.

É importante sinalar os principais elementos que apresenta a Nova Constituição Política de Estado (NCPE) da Bolívia relacionados aos pontos estudados nos documentos de visão de país.

Do ponto de vista da perspectiva histórica, a NCPE inclui um preâmbulo simbólico que reitera a superação de um “Estado colonial, republicano e neoliberal” com a inauguração do novo Estado de forma coletiva. Este Estado é definido no primeiro artigo da NCPE:

Artigo 1. Bolívia se constitui em um Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com

¹³³ Serhan faz referência ao Massacre de Ando e o assalto às instituições em Santa Cruz que ocorreram em outubro de 2008. Ver mais detalhes.

¹³⁴ Gamal Serhan, entrevista realizada em 3 de setembro de 2010.

¹³⁵ Juan Carlos Pinto, entrevista realizada em 28 de agosto de 2010.

autonomias. Bolívia se funda na pluralidade e no pluralismo político, econômico, jurídico, cultural y linguístico, dentro do processo integrador do país.

A sequência de adjetivos que acompanha o Estado boliviano diz respeito às diversas negociações, levadas a cabo tanto dentro dos setores da situação (comunitário, plurinacional, social, etc.) quanto entre estes e a oposição (com autonomias, de direito etc.). De forma equivalente, a definição dos sujeitos de soberania também transparece esta negociação. São os dois artigos seguintes que se focam nesta questão:

Artigo 2. Dada a existência pré-colonial das nações e povos indígena originário camponeses e seu domínio ancestral sobre seus territórios, se garante sua livre determinação no marco da unidade do Estado, que consiste em seu direito à autonomia, ao autogoverno, a sua cultura, ao reconhecimento de suas instituições e à consolidação de suas entidades territoriais, conforme a esta Constituição e a lei.

Artigo 3. A nação boliviana está conformada pela totalidade das bolivianas e dos bolivianos, as nações e povos indígena originário camponeses, e as comunidades interculturais e afrobolivianas que em conjunto constituem o povo boliviano.

O terceiro artigo foi objeto de negociação no Congresso e continha inicialmente a categoria “povo boliviano” onde se lê hoje “nação boliviana”. O arranjo foi uma formulação que tem uma dupla definição, tornando o entendimento de nação e povo equivalentes. Assim, garante-se no campo simbólico um direito à autodeterminação das nações e povos originários desde que no marco da unidade e estabelece-se uma noção de nação boliviana marcada pela pluralidade.

Do ponto de vista das autonomias indígenas e das polêmicas com relação ao direito de consulta, a NCPE estabelece um marco que se limita ao direito de consulta da Convenção 169 da OIT e não menciona o direito ao veto ou a procedimentos de consenso com povos indígenas.

[As nações e povos indígenas originários campesinos têm direito] a serem consultados mediante procedimentos apropriados e, em particular, a través de suas instituições, cada vez que se prevejam medidas legislativas ou administrativas que lhes possam afetar. Neste marco, se respeitará e se garantirá o direito à consulta prévia obrigatória, realizada pelo Estado, de boa fé e concertada, a respeito da exploração dos recursos naturais não renováveis no território que habitam (Art. 30, II, 15).

A política econômica do Estado foi definida como plural, já que prevê as formas de organização econômicas “comunitária, estatal, privada e social cooperativa”, e estaria orientada a “melhorar a qualidade de vida e o viver bem de todas as bolivianas e bolivianos” (Art. 306). Com relação à polêmica em torno da política de hidrocarbonetos dentro do bloco da situação, a constituição prevê a possibilidade de se assinar contratos com empresas

“públicas, mistas ou privadas, bolivianas ou internacionais” que “realizem determinadas atividades na cadeia produtiva em troca de uma retribuição ou pagamento de seus serviços”, desde que estes contratos sejam aprovados pela Assembleia Legislativa Plurinacional (novo nome do Poder Legislativo) e que não representem “perdas” para o Estado boliviano (Art. 362).

De forma geral, ainda que o processo constituinte boliviano tenha recebido muitas críticas da oposição porque não teria buscado procedimentos de consenso e não teria respeitado algumas normas procedimentais, a NCPE se mostra como um documento bastante consensual do ponto de vista institucional. Ficaram de fora as formulações mais radicais de reforma do Estado, como garantir uma autonomia indígena com maior independência hierárquica das outras autonomias, uma reforma agrária que atingisse propriedades rurais imediatamente, ou a criar de um quarto “poder social” conformado por conselhos de organizações cidadãos ou indígenas que controlasse os demais poderes (como estava presente na proposta inicial do MAS-IPSP, 2007, p. 36). Por outro lado, a principal reivindicação da oposição, a de se garantir as autonomias departamentais bolivianas, foi contemplada e, inclusive, aprimorada nas negociações que houve no Congresso em 2008. Do ponto de vista simbólico, contudo, o documento respalda a mobilização dos setores populares bolivianos nos últimos dez anos, podendo ser no futuro um poderoso instrumento para futuras ações coletivas de contestação de políticas estatais.

Conclusões

[A social democracia] preferiu atribuir à classe operária o papel de salvar gerações futuras. Com isso, ela a privou das suas melhores forças. A classe operária desaprendeu nessa escola tanto o ódio como o espírito de sacrifício. Porque um e outro se alimentam da imagem de antepassados escravizados, e não dos descendentes liberados. Walter Benjamin (Na tese XII “Sobre o Conceito de História”)

Eu não vou olhar nos olhos de vocês, porque seus olhos estão manchados do sangue indígena (...). Isso me dói como Mallku Maior. Eu não sou um pongo político. Isso me dói porque vocês, inquilinos, se apropriaram da nossa terra. Felipe Quispe

Investiguei neste trabalho a formação de um “bloco popular” durante os períodos das revoltas antineoliberais e a assembleia constituinte. Este bloco, que sob certos critérios pode ser chamado de “bloco histórico” (ver debate *Capítulo 3*), cresceu e se unificou durante as mobilizações de 2000 a 2005 e, na constituinte, estabeleceu formalmente novos marcos normativos para o Estado boliviano, em especial a sua qualidade plurinacional. Minha ferramenta teórica, como expliquei na introdução, foi o nacionalismo. Ele não foi entendido de maneira estreita, ou como experiência histórica específica boliviana, mas sim como uma forma de compreender a dinâmica complexa entre história, conflito político e demanda por mudança institucional radical.

A partir desta análise, creio ser possível desenvolver três conclusões gerais. A primeira trata da especial articulação das demandas por estatalidade e autonomia dos setores populares na Bolívia; a segunda aborda as formas como o nacionalismo pode ser entendido em “tempos de plurinacionalidade” no país; a terceira, mais teórica, diz respeito a questões ainda abertas no campo da história, como a noção de progresso.

Um argumento central perpassou o desenrolar de todo este trabalho: o de que na Bolívia há uma especial relação entre as demandas por estatalidade e autonomia dos setores populares. Estes setores populares (que se encaixariam na concepção de “nacional-popular” boliviano de Zavaleta Mercado) se unificam quando estas duas dimensões convergem as suas lutas e isso ocorre somente em alguns momentos-chave da história do país. Mas este encontro não elimina a relação tensa e conflituosa entre estatalidade e autonomia, o que faz com que a desintegração trágica deste bloco unificado seja sempre uma ameaça iminente.

Seguindo o modelo de Nairn, a demanda por estatalidade pode ter suas raízes traçadas no desenvolvimento desigual do capitalismo. Na medida em que o capitalismo se espalha pelo mundo, ele gera mais sentimentos de “ausência de desenvolvimento” do que progresso efetivo. O nacionalismo, que surgiria nas periferias do mundo como resposta a estes sentimentos, teria como um dos seus principais objetivos a promoção de um “atalho” para o desenvolvimento, rompendo com os países centrais, mas mantendo as suas instituições, que são entendidas como centrais para a consolidação do Estado moderno (escola, poderes do Estado, forças armadas, etc.). Assim, este nacionalismo se definiria de maneira contraditória com relação a esta imagem do estrangeiro. Por ser anti-imperialista, contrário ao domínio econômico externo, combate inclusive o poder simbólico que as nações centrais exercem em seu país (os estrangeirismos, a importação de fórmulas ideológicas sem relação com a realidade nacional, etc.). Mas sua negação do estrangeiro e exaltação da natividade tem limites claros, pois esta dimensão precisa se apropriar das invenções estrangeiras para fugir do atraso.

No caso boliviano, a demanda pelo progresso pode ser identificada em diversos momentos da história recente. A principal reivindicação ligada a esta dimensão é a nacionalização dos recursos naturais. A crença é de que se trata de uma medida com potencial redentor: a partir dela, todas as outras tarefas de desenvolvimento (industrialização, políticas de bem-estar, políticas de financiamento agrário, obras de infraestrutura) poderiam ser efetivadas. A marcha para o progresso estaria ligada ao controle estatal da economia, já que o Estado aparece como o único executor possível deste programa. O sujeito coletivo de soberania que são identificados nesta dimensão é um povo boliviano patriótico, definido em oposição àqueles que atuam na sociedade boliviana para favorecer interesses estrangeiros (como permitir a atuação de forças militares norte-americanas em solo boliviano para combater camponeses cocaleiros ou promover a venda das empresas estatais às multinacionais).

Na constituinte, a demanda por progresso pode ser identificada na vertente mais “nacionalista” presente nas agrupações da situação. Ela demandava Estado boliviano uma postura anti-imperialista, intervencionista na economia (nacionalização e industrialização dos recursos naturais, políticas de desenvolvimento agrário com relação às comunidades camponesas, etc.) e garantidora de direitos sociais.

Por outro lado, movimentos populares bolivianos também se mobilizaram historicamente em nome de uma autonomia frente ao Estado. Esta visão implica em uma caracterização deste Estado como um ente externo e não representativo de seus interesses. O

nacionalismo que surge desta dimensão é, seguindo a formulação de Gellner, o único capaz de mudar a ordem política, o único capaz de criar polarização social na contemporaneidade. Esta polarização ocorre, segundo Gellner, quando as identidades de classe socioeconômicas se cruzam com identidades culturais e determinado grupo étnico (ou cultural, já que Gellner não diferencia muito estas duas esferas) é impedido de ascender socialmente ou de ascender ao poder graças às suas características culturais, conformando assim uma “classe-nação”. Assim, o ideal da sociedade industrializada moderna – que precisa de mobilidade social e homogeneidade cultural – não seria efetivado e se questiona a legitimidade da estrutura estatal vigente. A saída gellneriana a esta situação é a conformação de uma nação separada deste grupo étnico em questão (a Ruritânia).

Mas o debate boliviano frente à falta de representatividade do Estado nacional não levou ao caminho da separação (pelo menos, não de forma majoritária). Primeiro porque quando se reivindica a falta de representatividade do Estado não se fala em nome de grupos minoritários. Portanto, a separação territorial parece uma saída sem sentido. Segundo porque os setores sociais que conformariam a chamada “classe-nação” não estão restritos a um único território. Eles ocupam quase que a totalidade da área rural do altiplano boliviano e todas as periferias das grandes cidades, inclusive as do Oriente. Aqui, a mistura entre “nação” e “classe” possui muito mais deste segundo elemento do que o modelo de Gellner prevê e saídas de reajuste territorial não seriam suficientes, já que as territorialidades estão sobrepostas. A imagem que se resgata é a duas nações sobrepostas, “uma Bolívia do poder econômico e do poder político e outra Bolívia que não tem o que comer”, como disse Eugenio Rojas, liderança de Omasuyus.

As soluções encontradas frente a esta falta de representatividade do Estado foram pedidos de que este cedesse o seu poder. As decisões políticas deveriam, portanto, ser tomadas do ponto de vista local, seguindo as necessidades da comunidade em questão. A soma destas necessidades é o que se chamaria de interesse nacional. Esta perspectiva é o que está por trás das formulações mais radicais de autonomia indígena, que pressupõem controle local de recursos naturais não renováveis, mas também está por trás das reivindicações urbanas de controle democrático e comunitário da água, por exemplo. Os sujeitos de soberania que estas propostas enxergam também são uma espécie de povo boliviano, mas este é construído com base na esfera comunitária e em oposição ao poder político imposto de maneira externa aos seus interesses específicos (como a estrada que é construída em meio ao território indígena, como a extração de recursos naturais que acaba com o equilíbrio ambiental necessário para a manutenção de determinada forma de vida comunal ou como a

modificação na gestão da água cuja primeira consequência é o aumento das tarifas). Do ponto de vista institucional, o Estado deveria se subordinar a estas lógicas, que se consertariam em seu interior por meio de representação direta destas esferas locais. No fundo, esta é uma lógica que prevê a concentração do poder da soberania não no Estado, mas sim nestas esferas locais comunais. Esta perspectiva, portanto, não é somente dos movimentos indígenas e pode ser identificada em movimentos urbanos e de matriz socialista que reivindicam conselhos populares como forma de enfraquecer o poder estatal, que representaria sempre os interesses da classe dominante.

As duas dimensões – a da estatalidade para o desenvolvimento e a da autonomia para a libertação – se encontram em alguns momentos-chave da história boliviana. Tais momentos são marcados pela identificação de um adversário unificador que sintetiza dois elementos: o atraso frente ao desenvolvimento mundial (porque depende do atraso de toda a população para poder perseguir seus interesses particulares, porque está mais ligado aos interesses da Embaixada Norte-Americana do que aos interesses nacionais) e a injustiça do poder que é imposto de maneira alheia (porque não respeita as tradições comunitárias, porque desintegra formas de vida, porque não lhe importa o tipo de sofrimento que as suas “canetadas” vão causar). A figura deste adversário só aparece em sua plenitude quando ocupa o Estado, quando ele é ao mesmo tempo elite social e política. A elite “antipátria” só se expressa efetivamente quando controla o aparato estatal e pode submetê-lo aos interesses estrangeiros. Isso teria ocorrido plenamente durante as mobilizações antineoliberais, nas quais, ao se combater o governo, se combatia simultaneamente a multinacional estrangeira que lucra em detrimento do interesse boliviano e a lógica de gestão empresarial de recursos vitais, que atacava suas formas tradicionais de manejo e causava escassez e miséria.

Quando este adversário não ocupa mais o Estado, sua figura é quase que fantasmagórica. Ele anima tendências internas do bloco de poder opositor, barganha cargos, busca encontrar brechas para se recompor. O regionalismo foi um terreno fértil para a sua multiplicação, ainda que contraditório com a sua anterior ocupação do Estado. Mas este adversário sabe que o seu oponente tem tensões internas de difícil resolução e confia na explosão destas tensões. Afinal, não foi o que ocorreu em 1964, quando o golpe de um militar aclamado pelo campesinato boliviano acabou com o governo nacionalista iniciado em 1952?

E muitas tensões existem no interior do atual bloco de poder representado pelo governo de Evo Morales, em especial esta que é nosso objeto de análise: a que ocorre entre estatalidade e autonomia. Nesta dinâmica, tem muita influência outro elemento de reivindicação da estatalidade: a demanda por fortalecimento da autoridade do Estado. Ela está

ligada parcialmente às reivindicações de progresso e modernidade, mas não necessariamente as acompanha. Como vimos, esta reivindicação é desenvolvida somente depois que o MAS-IPSP assume o governo e já é visível na constituinte (com os apelos por “consenso” e estabilidade da constituinte). É de se esperar que quando demandas por autonomia se enfrentam com o Estado, este Estado defenderá na sociedade a visão de que se trataria de uma disputa entre setores particularistas e interesses gerais do povo boliviano, estes últimos representados pelo Estado. A coincidência necessária dos interesses do povo com a ação do Estado é algo que está no centro desta reivindicação por autoridade estatal.

Um exemplo recente da disputa entre autonomia e estatalidade foi a marcha dos indígenas das terras baixas de meados de 2010, que reivindicava, dentre outras demandas, uma maior representação indígena na Assembleia Plurinacional (congresso). As reivindicações ocorriam no contexto da aprovação da lei que regulamentava as autonomias no país e marcavam o dissenso destes movimentos com a proposta governamental de restringir as autonomias indígenas dentro das fronteiras departamentais e de promoção de referendos (e não o reconhecimento de usos e costumes tradicionais) para decidir sobre a adoção de autonomias indígenas plenas.

Os sinais preocupantes vieram, contudo, quando o governo passou a acusar os manifestantes de serem financiados por ONGs internacionais (coisa que em si não é grande novidade na Bolívia) e que, portanto, não responderiam aos interesses do restante da população boliviana, mas sim somente aos seus interesses setoriais. Em um fórum no qual participou Evo Morales, o movimento cocaleiro – um dos principais pilares de sustentação do governo – anunciou o seu repúdio à marcha porque esta responderia a e estaria financiada por “organismos estrangeiros e empresariais”¹³⁶.

Ao comentar o episódio, Alejandro Almaraz, que foi Vice-Ministro de Terras em 2007, lembra que o “fantasma” do processo de 1952 ronda perigosamente o atual processo político. Se, no passado, o governo do MNR convocou setores alinhados (camponeses dos vales de Cochabamba) para se enfrentar com os setores dissidentes (operariado mineiro), o governo de Evo Morales convoca cocaleiros (alinhados) para contrapor os indígenas do oriente (dissidentes)¹³⁷. Ambos apontariam no movimento dissidente a lógica particularista e estrangeira. Para Almaraz, uma das causas da emergência destes fantasmas passados seria o estancamento do processo de mudança depois da constituinte.

¹³⁶ “Evo Morales y cocaleiros bolivianos repudian marcha indígena”, 4 de julho de 2010, Prensa Latina (disponível em: <http://www.radiolaprimerisima.com/noticias/alba/79882>).

¹³⁷ Alejandro Almaraz, entrevista realizada em 3 de setembro de 2010.

Mas estes fantasmas do passado não são suficientes para determinar o futuro e ao “processo de mudança” não seguirá necessariamente uma recomposição dramática da direita boliviana. Essa era a esperança que jazia implícita nas declarações de Almaraz. Ainda assim, o desafio colocado ao novo “bloco histórico” boliviano é grande e o seu êxito a longo prazo depende da maneira como suas frações internas irão se expressar e se será possível construir um projeto futuro que se unifique para além da identificação de um adversário comum, um projeto hegemônico que esteja a serviço dos atores que promoveram o processo de mudança.

A identificação de que há uma tensão entre as demandas por estatalidade e autonomia dentro dos setores populares bolivianos responde de forma insuficiente à temática geral deste trabalho: o estudo do nacionalismo em tempos de plurinacionalidade na Bolívia. Isso porque, ainda que haja um paralelo forte entre a demanda comunitarista e a demanda pela reafirmação das identidades indígenas específicas, o nacionalismo identificou em diversos momentos da história recente boliviana o Estado como grande adversário. Ainda que a ideia da nação seja aquela que liga uma população habitante de um território específico ao Estado que governa este território, ela só o faz por meio da legitimidade. Ou seja, mesmo que se possa defender que todo nacionalismo tenha certo estatismo, poucos defenderão que o primeiro se limita ao segundo.

Posto isso, acredito que se pode identificar uma segunda dicotomia no recente processo político boliviano, aquela entre identidade nacional boliviana e identidades específicas das nações indígenas. Refletir sobre a complexa articulação entre estas identidades é, portanto, o que nos permite chegar a algumas conclusões preliminares sobre o nacionalismo em tempos de plurinacionalidade.

A questão que se levanta com relação a isso é se existe ou não uma tensão necessária entre o nacionalismo e os “tempos de plurinacionalidade”. Ou seja, o nacionalismo seria uma expressão anacrônica ou ainda teria vigência frente a este momento histórico atual boliviano? Creio que a minha resposta a esta questão está implícita em todo este trabalho: sim, se considerado de forma não “monocultural”, ele ainda teria vigência. Esta vigência se traduziu com o reiterado “patriotismo” presente nos debates do período.

Sem considerar este “patriotismo” boliviano como uma força progressista, a nação boliviana é concebida como um ente externo com o qual se pactua. Algumas das formulações sobre plurinacionalidade, principalmente aquelas que a enxergam como reconstituição das nações originárias, incorporam esta visão. Trata-se de um reconhecimento pragmático de que se vive em um determinado país e que a agenda da separação não está colocada. Ainda assim,

afirma-se que o sujeito da soberania são estas nações, não este país ou esta “nação fictícia”. No máximo, estas perspectivas concebem duas identidades paralelas (“boliviano” como segundo nome do indígena), mas que não se cruzam.

Mas, ao se entender o “patriotismo” como uma força progressista vigente, destaca-se a importância de um movimento que afirma determinada soberania nacional boliviana frente ao estrangeiro. Evitou-se fazer referência à “nação boliviana” porque esta era considerada uma categoria opressora e monocultural, mas, com a defesa da “pátria”, os setores mobilizados combateram o imperialismo, as empresas transnacionais, um Estado que seria pouco atuante para defender direitos dos seus cidadãos e muito atuante para garantir os interesses estrangeiros. Ou seja, estes setores perseguiram uma agenda nacionalista.

Portanto, se o nacionalismo é vigente na Bolívia, ele não pode ser concebido como instrumento de “homogeneização cultural”, como Gellner formula. Ele estaria muito mais relacionado a uma identidade coletiva política. Dentro da já consagrada diferenciação entre nacionalismos étnicos e territoriais, é possível pensar que o nacionalismo boliviano em tempos de plurinacionalidade tenha que ser necessariamente territorial, sendo que o aspecto étnico seria incorporado no âmbito das nações indígenas. Seguindo o argumento de Smith (1986), contudo, se poderia argumentar que ainda que haja processos mais étnicos ou mais territoriais, o nacionalismo sem etnicidade seria um mero estatismo. O argumento de Smith é importante, porque remete à necessidade de se diferenciar processos de criação de identidades impulsionados de cima para baixo e processos em que a identidade, mesmo que fomentada, tenha relação com a experiência concreta das populações em questão.

Frente a isso, o caso boliviano nos coloca outra questão teórica: é possível pensar um nacionalismo que se diferencie estatismo (não seja um processo de cima para baixo, artificial), mas que ao mesmo tempo não dependa da etnicidade? Pois, ainda que Smith teorize a etnicidade de forma ampla, ela ainda nos remete a uma identidade cultural de grupo que é excludente de outras identidades. Ou seja, ela ainda está no âmbito da monoculturalidade.

Acredito que, mais uma vez, alguns conceitos de Zavaleta Mercado podem nos ajudar a encontrar respostas. Zavaleta relaciona o “projeto nacional” a uma noção de homogeneidade distinta, que se diferencia da homogeneidade cultural. Para ele, a homogeneidade necessária ao nacional se define como uma “simpatia intersubjetiva” entre os membros de uma sociedade, que não estaria presente no “projeto racial-culturalista” típico das elites bolivianas (Zavaleta, 2008, p. 157).

Assim, o “nacional” estaria ligado às experiências que são comuns entre todos os membros desta sociedade, entre todas as identidades plurais que aparentemente não se cruzam. Zavaleta identifica esta vivência como o princípio da intersubjetividade de Habermas, “Nanawa é o que há de comum entre tu e eu” (Zavaleta, 2009, p. 216). Estas experiências comuns são chamadas de momentos constitutivos ou momentos de autodeterminação das massas. São eventos políticos (guerras, revoltas, revoluções, grandes mobilizações populares) que implicaram na modificação da estrutura da sociedade boliviana como um todo.

Esta forma de ver o nacionalismo não implica em um estatismo, mas também não implica na homogeneização cultural da população, muito menos em uma homogeneização com base em uma cultura alheia à maioria desta. Assim, do ponto de vista das teorias do nacionalismo, a experiência boliviana exige um entendimento do nacionalismo que perceba as experiências históricas menos como experiências culturais e étnicas e mais como experiências políticas, que marcam um sentido de comunidade nacional, ainda que diversa. Esta seria uma forma de enxergar a “unidade na diversidade” não como “soma” de diversidades, mas sim como síntese. Trata-se de pensar o “plurinacional” como uma expressão coletiva de um novo nacional que emana a partir das revoltas antineoliberais.

Aqui não se está defendendo que esta forma de entender o nacionalismo é a mais correta para se analisar a sociedade boliviana atual. As visões que contrapõem nacionalismo e plurinacionalidade em um esquema de permanente tensão têm muito valor explicativo, principalmente frente aos conflitos entre estatalidade e comunitarismo identificadas anteriormente e que estão pipocando no atual governo de Evo Morales. Mas estas perspectivas têm dificuldades em conceber os setores que se mobilizaram no período de 2000 a 2009 como fazendo parte de um movimento unificado. É como se os tempos sociais lutassem entre si e não se cruzassem em momentos constitutivos, como sugere a análise de Zavaleta.

Pensar o nacionalismo na Bolívia como um fenômeno que emana de momentos comuns de crise política nos permite conceber que os setores sociais mobilizados, os “oprimidos” da história, possam disputar o conteúdo da nacionalidade boliviana. Dentro desta visão, está implicada a possibilidade deste novo bloco histórico popular alcançar uma hegemonia política que opere seguindo os interesses dos setores que se mobilizaram nesta última década, e não de seus adversários.

Há uma outra problemática que marcou as primeiras reflexões deste trabalho. Trata-se da maneira como alguns teóricos do nacionalismo trabalham com a face “historicista” e “nativa” do nacionalismo, vendo nela uma fórmula necessariamente retrógrada. Eric Hobsbawm, apesar de saudar o nacionalismo latino-americano pela sua falta de etnicidade, preocupava-se seriamente com a região andina, que poderia ter seu *melting pot* ameaçado pelo fracionamento em “comunidades mutuamente hostis sobre a base da raça, da língua ou de qualquer outra coisa” (ibidem, p. 342). Mas esta não era uma preocupação somente de Hobsbawm, Nairn, com todo o seu cuidado em caracterizar o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, também via na face populista do nacionalismo um sinônimo de regressão perigosa, força inconsciente que deveria ser manejada com cuidado.

Mas a análise do indigenismo de Tristan Marof nos expôs a inadequação destas considerações para determinados casos históricos. E se o passado é pensado para abrir portas do futuro quando o presente representa a irracionalidade? Marof mesmo não trabalha esta questão de forma muito aprofundada em *La Justicia del Inca*. Suas considerações sobre o “comunismo andino” parecem ver neste somente uma fórmula para sustentar moralmente as tarefas de soberania nacional que deveriam ser efetivadas pelo Estado boliviano naquele momento, tarefas majoritariamente ligadas à necessidade de progresso. Contudo, mesmo sem problematizar a noção de progresso, Marof recorria ao indigenismo para pensar e motivar um futuro socialista, de solidariedade, sem desigualdade econômica, com bem-estar.

Este resgate do passado voltou a ser central para a sociedade boliviana a partir dos anos 1970, e o novo indigenismo katarista apela a ideais de “bom governo” inspirados na ordem política colonial, como as “duas repúblicas”. Esta seria a solução para um problema da Bolívia contemporânea: a falta de representatividade das suas instituições estatais. Assim, mesmo se pensarmos no que se concebe por um “indigenismo” contemporâneo, a referência ao passado não pode ser somente entendida como uma forma de se criar “comunidades mutuamente hostis”, em um processo que carece de racionalidade. A noção de etnicidade ou de grupos étnicos que subjaz na crítica que Hobsbawm e Nairn fazem ao lado negativo do nacionalismo é claramente insuficiente para entender este apelo ao passado.

Mesmo considerando que a ideia dos “tempos sociais” responde de certa maneira a este problema, acredito que são necessárias algumas outras considerações teóricas sobre o assunto. Nairn cita a figura do anjo da história de Benjamin para explicar a sua noção de progresso e de desenvolvimento desigual e combinado. Eles seriam a tempestade que arrasta o anjo da história e deixa escombros pelo caminho em que passa. Mas Benjamin, em outros trechos das suas teses “sobre o conceito de história”, reivindica este olhar emocionado para

passado como uma tarefa necessária, não uma fatalidade que precede a ação política dramática, como parece entender Nairn. O historiador, comprometido com a emancipação e com a luta de classes, precisa “escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 1994, p. 225), precisa contar a história “do ponto de vista dos vencidos, dos excluídos, dos párias” (Löwy, 2005, p. 79).

A memória dos vencidos, contudo, só tem sentido se atua como força para inspirar a luta no presente, como sugere a tese XII usada como epígrafe destas considerações finais. Neste sentido, tanto Nairn quanto Benjamin percebem neste apelo ao passado um “acumular de forças” e ambos se inspiraram na experiência fascista para formulá-lo. Contudo, Nairn vê somente o fascismo potencial deste olhar para o passado, enquanto Benjamin também percebe nele a única arma para se combater o fascismo. Em seus escritos autobiográficos, Benjamin comenta uma conversa tida com Brecht acerca dos crimes do regime nazista – a passagem é esclarecedora neste sentido: “Enquanto ele falava assim, senti agir sobre mim uma força suficiente para enfrentar a do fascismo, quero dizer uma força que tem raízes tão profundas na história quanto a força fascista” (apud Löwy, 2005, p. 111). Portanto, o apelo à história seria necessário para se enfrentar a barbárie do presente. E este apelo é sentimental, é carregado de ódio e de espírito de sacrifício porque estas seriam as armas possíveis para se romper com a ordem da classe dominante.

Ainda na tese XII, Benjamin cita Auguste Blanqui, cuja figura, que “abalara” o século XIX, teria sido varrida pela socialdemocracia preocupada somente com as “gerações futuras” (Benjamin, 1995, p. 228-229). Benjamin admirava a figura de Blanqui porque este não se dedicava às gerações futuras, ou à busca pelo progresso, mas sim respondia às injustiças do presente:

A atividade de conspirador profissional como foi Blanqui não supõe de maneira alguma a fé no progresso. Ela supõe, fundamentalmente, apenas a resolução de eliminar a injustiça presente. Essa resolução de, no último momento, arrancar a humanidade da catástrofe que a ameaça permanentemente, foi fundamental para Blanqui (...) (apud Löwy, 2005, p. 114-115).

Retornando ao caso boliviano, a passagem sobre Blanqui inspira um novo olhar sobre a dinâmica que apontamos no primeiro ponto destas conclusões. A tensão entre as demandas por estatalidade e autonomia dos setores populares pode ser vista como uma tensão entre reivindicar descendentes futuros e, portanto, uma ideia de progresso, e buscar forças nos antepassados escravizados e, portanto, em uma ideia de justiça.

Ainda que teóricos importantes como Tom Nairn e Benedict Anderson tenham se inspirado em Benjamin para formular suas teorias da nação e do nacionalismo, não consegui encontrar neles um modelo teórico que dê conta deste olhar emocionado e necessário para o passado. A formulação de Smith sobre a necessidade de se ter “mitos passados” para a existência do nacionalismo inspira a nossa análise, mas a noção de etnicidade é por vezes muito restritiva e implica em identidades mutuamente excludentes que não necessariamente emanam deste olhar. Assim como o socialismo que buscava respostas à crise do progresso vivida durante o drama nazista, o indigenismo boliviano se volta para as irracionalidades e as injustiças do presente. Um mundo à beira de crises ambientais seríssimas (escassez de água, aquecimento global, desastres nucleares, etc.) dá materialidade às suas preocupações e as teorias do nacionalismo, se esta ainda for uma categoria atual para a humanidade, precisam responder a uma renovada crise do progresso.

Referências

- ACTON, L.. “Nacionalidade”. In: BALAKRISHNAN, G. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. P. 23-43.
- ALBÓ, X. “El perfil de los constituyentes”. In: *Tinkazos*. Ano 11, no. 23-24. La Paz: PIEB, 2008. P. 49-63.
- _____. “The Long Memory of Ethnicity in Bolivia and Some Temporary Oscillations”. In: CRABTREE, J.; WHITEHEAD, L. *Unresolved tensions: Bolivia past and present*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008. P. 13-34.
- ALBÓ, X.; BARRIOS, F. *Por una Bolivia plurinacional y intercultural con autonomías*. Cuaderno de Futuro No. 22. La Paz: IDH/PNUD, 2007.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008
- ANDERSON, P. “The Antinomies of Antonio Gramsci”. In: *New Left Review*, I/100 (novembro/dezembro 1976). P. 5-78.
- ANDRADE, E. O. *A Revolução Boliviana*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- ARNADE, C. *La dramática insurgencia de Bolivia*. La Paz: Librería Editorial GUM, 2008.
- BALAKRISHNAN, G. “A imaginação nacional” In: BALAKRISHNAN, G. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. P. 209-225.
- BAUER, O. “A nação”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. P. 45-83.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BLOCH, E. “Efectos políticos del desarrollo desigual”. In: LENK, K. *El concepto de ideología*. Comentario crítico y selección sistemática de textos. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.
- CEJIS / FSUTC-AT-SC. *Situación y desafíos del movimiento campesino cruceño*. Santa Cruz, 2006.
- CORTE NACIONAL ELECTORAL. *Resultados elecciones generales y de prefectos 2005*. Disponível em: <http://www.cne.org.bo/centro_doc/separatas/sep_egp2005_resultados.pdf>. Consultado em 22/06/2011.

CRESPO, C. F. “Continuidad y ruptura: la ‘Guerra del Agua’ y los nuevos movimientos sociales en Bolivia”. In: *La “Guerra del Agua” en Cochabamba* (vários autores). Osal, 2000. P. 21-28.

CRABTREE, J.; WHITEHEAD, L. *Unresolved tensions: Bolivia past and present*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008.

DEBRAY, R. “Marxism and the National Question”. In: *New Left Review*, I/105 (setembro/outubro 1977). P. 25-41.

DUNKERLEY, J. *Rebelión en las venas, la lucha política en Bolivia 1952-1982*. La Paz: Plural, 2003.

ESCÓBAR, F. *De la revolución al Pachakuti. El aprendizaje recíproco entre blancos e indios*. La Paz: “Garza Azul” Impresores y Editores, 2008.

GARCIA LINERA, A. “Autonomías indígenas y Estado multicultural. Una lectura de la descentralización regional a partir de las identidades culturales”. In: *La descentralización que se viene*. La Paz: FES-ILDIS, 2003. P. 169-201.

GARCIA LINERA, A. (coord.); CHÁVEZ LEON, M.; COSTAS MONJE, P. *Los movimientos sociales en Bolivia*. La Paz: Plural, 2008.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere. V. 2 – Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; coedição: Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUTIÉRREZ, R.; GARCIA LINERA, A.; TAPIA, L. “La forma multitud de la política de las necesidades vitales”. In: GARCIA LINERA, A.; GUTIÉRREZ, R.; PRADA, R.; TAPIA, L. *El retorno de la Bolivia plebeya*. La Paz: Muela del Diablo, 2007.

HALL, S. “The great moving right show”. In: *Marxism Today*. January 1979. P. 14-20.

HOBSBAWM, E. “Nacionalismo y nacionalidad en América Latina”. In: SANDOVAL, P. (coord.). *Repensando la subalternidad: Miradas críticas desde/sobre América Latina*. Lima: IEP/Sephis, 2009. P. 327-343.

HYLTON, F.; THOMSON, S. “The Chequered Rainbow”. In: *New Left Review*, 35 (setembro/outubro de 2005). P. 40-64.

_____. *Revolutionary Horizons. Past and Present in Bolivian Politics*. Londres: Verso, 2007.

KLEIN, H. S. *Historia de Bolivia*. La Paz: Librería Editorial “G.U.M.”, 2008.

KOMADINA, J.; GEFROY, C. *El poder del movimiento político. Estrategia, tramas organizativas e identidad del MAS en Cochabamba*. La Paz: CESU; DICYT-UMSS; Fundación Pieb, 2007.

LACLAU, E. *Política e ideología na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LAZARTE, J. “Plurinacionalismo y multiculturalismo en la Asamblea Constituyente de Bolivia”. In: *Revista Internacional de Filosofía Política*, año 2009, no. 33. P. 71-107.

LYNCH, J. *Las revoluciones hispanoamericanas, 1808-1826*. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.

MAROF, T. *La Justicia del Inca*. Bruxelas: La Edición Latino Americana, 1926.

MESA FIGUEIROA, J.; GISBERT, T.; MESA GISBERT, C.. *Historia de Bolivia*. La Paz: Editorial Gisbert, 2003.

MONTENEGRO, C. *Nacionalismo y Coloniaje*. La Paz: Librería Editorial “G.U.M.”, 2008.

MORALES, J. A.; ESPEJO, J. “La minería y los hidrocarburos en Bolivia”. Documento de Trabajo 08/1994. Instituto de Investigaciones Socioeconómicas (IISEC). Disponible en: <<http://www.iisec.ucb.edu.bo/papers/1991-2000/iisec-dt-1994-08.pdf>>. Acceso: 22/06/2011.

NAIRN, T. *The break-up of Britain: crisis and neo-nationalism*. Common Ground, 2003.

PACTO DE UNIDAD (Asamblea Nacional de Organizaciones Indígenas, Originarias, Campesinas y de Colonizadores de Bolivia). *Propuesta para la Nueva Constitución Política del Estado: Por un Estado Plurinacional y la autodeterminación de los pueblos y naciones indígenas, originarias y campesinas*. Sucre, 6 agosto de 2006. Disponible como anexo en: <http://www.redunitas.org/PACTO_UNIDAD.pdf>. Acceso: 22/06/2011.

_____. *Propuesta consensuada del Pacto de Unidad. Constitución Política del Estado. Por un Estado Plurinacional Comunitario, Libre, Independiente, Soberano, Democrático y Social*. Sucre, 23 de maio de 2007. Disponible como anexo en: <http://www.redunitas.org/PACTO_UNIDAD.pdf>. Acceso: 22/06/2011.

RED PARTICIPACIÓN Y JUSTICIA. *Sistema de Justicia de los Pueblos Indígenas y Originarios y Asamblea Constituyente*. La Paz: Red Participación y Justicia, 2006.

Disponível em: <<http://www.participacionyjusticia.org/publicaciones/JCfinal.pdf>>. Acesso: 22/06/2011.

REINAGA, F. *Manifiesto del Partido Indio de Bolivia*. La Paz: Ediciones PIB, 1970.

REGALSKY, P. *Etnicidad y clase: El Estado boliviano y las estrategias andinas de manejo de su espacio*. La Paz: CEIDIS / CESU-UMSS / CENDA e Plural, 2003.

_____. “Bolívia na Encruzilhada”. In: Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas. No. 15, 1º semestre de 2007. São Paulo: Alameda, 2007.

RICUPERO, B. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.

RIVERA CUSICANQUI, S. “Liberal democracy and Ayllu Democracy in Bolivia: The Case of Northern Potosí”. In: Journal of Development Studies. Volume 26, issue 4, 1990. P. 97-121.

_____. “La raíz: colonizadores y colonizados”. In: ALBÓ, X.; BARRIOS, R. *Violencias Encubiertas en Bolivia* (vol. 1 – Cultura y Política). La Paz: Cipca / Aruwiyiri, 1993

_____. *Oprimidos pero no vencidos. Luchas del campesinado q'eshwa y aymara 1900-1980*. La Paz: Aruwiyiri, 2003.

ROJAS, E. “El Ejército Indígena Aymara entre 2000 y 2003”. In: GUTIÉRREZ, R.; ESCÁRZGA, F. (coordenadoras). *Movimiento indígena en América Latina: resistencia y proyecto alternativo*, Volumen II. Casa Juan Pablos / Centro Cultural / S. A. de C.V./ Centro de Estudios Andinos y Mesoamericanos / Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. 2006. P. 60-67.

ROMERO BONÍFAZ, C. *El proceso constituyente boliviano: el hito de la cuarta marcha de tierras bajas*. Santa Cruz de la Sierra: CEJIS, 2005.

SMITH, A. D. *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford: Blackwell Publishers, 1986.

_____. *Nationalism and modernism*. Routledge, 1998.

STALIN, J. “The nation”. In: Hutchinson, John; Smith, Anthony D. *Nationalism*. Oxford: Oxford University Press, 1994. P. 18-21.

STUART MILL, J. *Representative Government*. Kitchener: Bartoche Books, 2001. Disponível em: <<http://socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/mill/repgovt.pdf>>. Acesso em: 09/08/2010.

SVAMPA, M.; STEFANONI, P. “‘Evo simboliza el quiebre de un imaginario retringido de la subalternidad de los indígenas’. Entrevista con Álvaro García Linera, vicepresidente de Bolivia”. In: MONASTERIOS, K.; STEFANONI, P.; DO ALTO, H (editores). *Reinventando la nación en Bolivia. Movimientos sociales, Estado y poscolonialidad*. La Paz: Plural Editores; Clacso, 2007.

TAPIA, L. “Una reflexión sobre la idea de Estado plurinacional”. In: OSAL, ano VIII, nº 22, septiembre. Buenos Aires: Clacso, 2007.

TORANZO ROCA, C. “Let the mestizos stand-up and be counted”. In: CRABTREE, J.; WHITEHEAD, L. *Unresolved tensions: Bolivia past and present*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008. P. 35-50.

VARGAS, H.; KRUSE, T. “Las victorias de abril: una historia que aún no concluye”. In: *La “Guerra del Agua” en Cochabamba* (vários autores). Osal, 2000. P. 7-14.

WHITEHEAD, L. “Bolivia since 1930”. In: BETHELL, L. (org.). *The Cambridge History of Latin America. Volume 8. Latin America since 1930: Spanish South America*. Cambridge University Press, 1991.

YASHER, D. J. “Democracy, Indigenous Movements, and the Postliberal Challenge in Latin America”. In: *World Politics*, v. 52, no. 1, outubro de 1999. P. 76-104.

YRIGOYEN FAJARDO, R. Z. “Aos 20 anos do Convênio 169 da OIT: Balanço e desafios da implementação dos direitos dos Povos Indígenas na América Latina”. In: VERDUM, R. *Povos Indígenas: Constituições e Reformas Políticas na América Latina*. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009. P. 9-62.

ZAVALETA MERCADO, R. *El poder dual*. México DF: Siglo XXI Editores, 1979.

_____. *Clases y conocimiento social*. Cochabamba: Editorial “Los Amigos del Libro”, 1988.

_____. *Lo nacional-popular en Bolivia*. La Paz: Plural Editores, 2008.

_____. “Las masas en noviembre”. In: ZAVALETA MERCADO, R; TAPIA, L. (compilador). *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.

Documentos sobre “Visão de País” das agrupações políticas da constituinte

AAI (Alianza Andrés Ibáñez). “Visión de país”. Março de 2007.

APB (Autonomía para Bolivia). “La visión de un país autonómico. Agrupación ciudadana ‘Autonomía para Bolivia’”. Março de 2007.

AS (Alianza Social). “Por una patria comunitaria y socialista. Hacia una reforma constitucional revolucionaria exordio necesario para los oprimidos”. Março de 2007.

ASP-Tapia (Alianza Social Patriótica, documento apresentado por Humberto Tapia). “Visión de País. Propuesta de cambio revolucionario en democracia” Março de 2007.

ASP-Vargas (Alianza Social Patriótica, documento apresentado por David Vargas). “Exposición: Visión de País”. Março de 2007.

Ayra-Conamaq (Movimiento Ayra, documento apresentado por Evaristo Pairo, representando a proposta do Conamaq). “Propuesta ‘Visión de País’”. Março de 2007.

CN-PI (Concertación Nacional - Patria Insurgente). “Visión de país. Patria Insurgente Sol para Bolivia”. Março de 2007.

MAS-IPSP (Movimiento al Socialismo – Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos). “Visión de país desde las naciones indígenas y originarias y la sociedad civil”. Março de 2007.

MBL (Movimiento Bolivia Libre). “Visión de país. Propuesta a la Asamblea Constituyente”. Março de 2007.

MCSFA (Movimiento Ciudadano San Felipe de Austria). “Discurso “Visión de País”. Visión de país”. Documento apresentado à Assembleia Constituinte. Março de 2007.

MNR-A3 (Movimiento Nacionalista Revolucionario – A3, Santa Cruz). “Visión de país”. Março de 2007.

MNR-FRI. (Movimiento Nacionalista Revolucionario – Frente Revolucionario de Izquierda) “Principios y políticas para la Nueva Constitución Política del Estado”. Março de 2007.

MOP (Movimiento Originario Popular). “Visión de país”. Março de 2007.

Podemos (Poder Democrático y Social). “Bolivia – una nación”. Março de 2007.

UN-Lazarte (Unidad Nacional, documento apresentado por Jorge Lazarte). “Del país que tenemos al país que queremos: moderno y democrático. Cambiar nosotros mismos para cambiar el país”. Março de 2007.

UN-Pol Achá (Unidad Nacional, documento apresentado por Ricardo Pol Achá). “Propuestas – Unidad Nacional”. Março de 2007.

Jornais diários consultados

El Deber (Santa Cruz de La Sierra, Bolívia): <www.eldeber.bo>

El País (Madri, Espanha): <www.elpais.com>

La Razón (La Paz, Bolívia): <www.la-razon.com>

Los Tiempos (Cochabamba, Bolívia) – <www.lostiempos.com>

Documentos oficiais

Constituição Política da República de Bolívia (promulgada em 1967). Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Bolivia/bolivia1967.html>>. Acesso em 03/12/2010.

Constituição Política da República de Bolívia (de 1967, reformada em 1994 e em 2002). Disponível em: < <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Bolivia/consboliv2002.html> >. Acesso em: 03/12/2010.

Constituição Política do Estado (aprovada em dezembro de 2007).

Constituição Política do Estado de Bolívia (promulgada em 2009). Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.bo/download/constitucion.pdf>>. Acesso em: 15/12/2010.

Convenção 169 da OIT, sobre povos indígenas e tribais. Disponível em: <<http://www.institutoamp.com.br/oit169.htm>>. Acesso em: 15/12/2010.

Entrevistas citadas

Adolfo Mendoza. Foi assessor do Pacto de Unidade na Assembleia Constituinte. Hoje é senador pelo MAS-IPSP. Entrevista realizada em 04/09/2010.

Alejandro Almaraz. Foi Vice-Ministro de Terras do governo de Evo Morales até fevereiro de 2010. Entrevista realizada em 03/09/2010.

Eduardo Córdova. Sociólogo da Universidad Mayor de San Simón. Entrevista realizada em 06/11/2007.

Eugenio Rojas. Liderança camponesa dos bloqueios de 2000 a 2003 em Omasuyos. Foi prefeito de Achacachi e atualmente é senador pelo MAS-IPSP. Entrevistas concedidas em 13/04/2008 e 20/04/2008.

Gabino Apata. É *Arquiri Apu Mallku* (secretário executivo) do Conamaq, de J'acha Karanga (comunidade aymara perto da fronteira com o Chile). Entrevista realizada em 23/08/2010.

Gamal Serhan. Foi deputado constituinte pelo Podemos, se elegeu por Cochabamba. Entrevista realizada em 03/09/2010.

Juan Carlos Pinto. Foi durante o período final da constituinte diretor da *Representación Presidencial para la Asamblea Constituyente* (Repac). Atualmente coordena o projeto de publicação de um enciclopédia sobre a constituinte dentro da Vice-Presidencia. Entrevista realizada em 21/08/2010.

Luis Tapia. Fez parte do grupo Comuna, é professor na *Universidad Mayor de San Andrés*. Entrevista realizada em 01/09/2010.

Macario Tola. Foi deputado constituinte pelo MAS-IPSP. Ex-mineiro, se elegeu por El Alto. Entrevista realizada em 23/08/2010.

Pedro Nuny. É representante do povo *mojeño* de Beni. Foi vice-presidente da Cidob e é, atualmente, um dos sete deputados na Assembleia Legislativa Plurinacional que foram eleitos por circunscrições especiais indígenas. Entrevista realizada em 18/08/2010.

Ramiro Molina. Antropólogo, foi Ministro de Assuntos Indígenas da gestão de Gonzalo Sánchez de Losada (93-96). Atual diretor do Museu Nacional de Etnografia. Entrevista realizada em 18/08/2010.

Raul Prada. Demógrafo, fez parte do grupo de intelectuais Comuna (do qual também participaram Álvaro García Linera, Oscar Vega, Luis Tapia e Raquel Gutiérrez). Foi eleito pelo MAS-IPSP para ser deputado na Assembleia Constituinte. Em 2010, foi Vice-Ministro de Planificação Estratégica do Estado. Entrevista realizada em 25/08/2010.

Apêndices

Grandes mobilizações entre 2000 a 2005

Evento	Local e estratégias de luta	Reivindicações	Atores	Discurso do governo	Ações do governo	Mortos e feridos	Resultado
Guerra da Água – janeiro a março de 2000 Governo Bánzer	- Cochabamba (epicentro), Achacachi e Patacamaya; - Tomada simbólica da cidade de Cochabamba; criação da Coordenadora da Água.	- Reformulação Lei de Águas; - “Fora” Aguas del Tunari.	- Principal: Coordenadora da Água (trabalhadores fabris, cocaleiros, regantes, camponeses, <i>vecinos</i> , moradores da cidade em geral) - Secundários: Camponeses de Omasuyus, de Patacamaya e outras regiões.	- Conspiração do narcotráfico; - Desordem social prejudicial à democracia e à economia;	- Prisão das lideranças (22 no total); - Estado de sítio. (Ocasionalmente críticas da Igreja e base aliada)	- 6 mortos (1 jovem em Cochabamba, 3 soldados em Achacachi, 1 jovem em Achacachi, 1 camponês em Patacamaya); - 40 feridos.	Aceitação da pauta completa do movimento.
Bloqueios – setembro a outubro de 2000 Governo Bánzer	- Manifestações ocorreram em nível nacional, bloqueio geral de estradas. - Pontos mais organizados: Norte do Departamento de Cochabamba (Chapare), norte do departamento de Santa Cruz, Omasuyus, e cidade de La Paz	- Salarial (professores); - 70 pontos da CSUTCB (revogação da Lei Inra e do decreto 21060, tratores, etc.); - Não construção de quartéis no Chapare e um cato de coca; - Saída de Bánzer (só alguns setores da Coordenadora da Água).	Camponeses de Omasuyus, cocaleiros do Chapare, camponeses do norte de Santa Cruz, professores e estudantes.	- Conspiração do narcotráfico; - Respeito à Constituição Política do Estado; - Desordem social prejudicial à democracia e à economia.	- Exército enfrenta bloqueios.	- 10 mortos; - 156 feridos.	Aceitação parcial da pauta do movimento.
Quartel de Q’alachaka – julho de 2001 Governo Bánzer /Quiroga	Bloqueios nas províncias de La Paz: Omasuyus, Los Andes, Manco Cápac, Camacho e Franz Tamayo	- Pautas da Csutcb (70 pontos); - Auto-governo indígena, substituição de símbolos estatais, mudança de bandeira, hino e heróis nacionais (2000).	- Camponeses de Omasuyus (isolados em 2000); - Apoio simbólico de cocaleiros e Coordenadora da Água.	(não encontrei informações)	- Governo envia efetivo de 5 mil homens para se enfrentar com bloqueio (gera maior mobilização – 25 mil indígenas)	2 mortos	(não encontrei informações)
Guerra da Coca - janeiro e fevereiro	- Bloqueios no Trópico de	- Suspensão do Decreto 26415.	- Cocaleiros; - Apoio estudantes	- Sanguinários, mataram soldados	- Exército enfrenta manifestações e	11 mortos (3 soldados, 1 policial	Aceitação total da pauta.

de 2002 Governo Quiroga	Cochabamba (Chapare) – principal. Tomada de prédios públicos em Sacaba; - Greve de fome de Evo Morales.		de Cochabamba e setores camponeses do altiplano.	e policial.	marchas; - Prisão de 70 dirigentes; - Parlamento cassou o mandato de deputado de Evo Morales.	e 7 caponeses).	
Marcha pela Constituinte – maio a agosto de 2002 Governo Quiroga	- Marcha de Santa Cruz de La Sierra a La Paz, passando por Cochabamba; - Mobilização da comunidade internacional para sensibilização pela pauta.	- Assembléia Constituinte com participação não mediada por partidos políticos; - Contra pacote agrário; - Reformulação da Inra; - Decreto que regulamenta consulta (169 OIT).	- Bloco oriente (indígenas e camponeses das terras baixas); - Conamaq.	- Marcha tem interesse “político”.	- Ameaça militar, mas sem qualquer enfrentamento; - Negociações paralelas.		Aceitação parcial da pauta
Bloqueios - janeiro 2003 Governo Sánchez de Lozada	- Bloqueios no Trópico de Cochabamba; - Secundário: bloqueios em Chuquisaca. - Conformação do Estado Maior do Povo Boliviano (reúne Csutcb, cocaleiros e Coordenadora da Água).	- Fim da erradicação forçada da coca; - Não entrada na ALCA; - Problemas de dotação de terras (Lei Inra); - Projeto alternativo de exportação do gás aos EUA (não via Chile) - Saída de Gonzalo Sánchez de Lozada e vice (se não resolvem reivindicações são antipatrias e traidores da nação).	- Cocaleiros; - Apoio: COB, Csutcb, Coordenadora da Água.	- “Não negociar sob pressão (causou grande atraso na negociação); - Estado Maior do Povo como projeto para deslocar sistema democrático e instaurar um sistema “maniqueísta”.	- Violência no enfrentamento dos bloqueios; - Negociações paralelas com diferentes setores.	7 camponeses, 1 mineiro, 1 soldado	Diálogo interrompido pelas mobilizações de fevereiro.
Fevereiro negro – 2003 Governo Sánchez de Lozada	- Enfrentamentos entre polícia/população e exército em La Paz; - Paralisação da polícia em outras regiões. - Greves e atos de	- Fim do <i>impuestazo</i> ; - Fora Gonzalo Sánchez de Lozada, mudança de seu gabinete; - Pautas específicas (40% de aumento salarial para a	- Polícia nacional, que fez uma paralisação e se enfrentou com o Exército; - COB e Estado Maior do Povo chamam bloqueios e greves.	- <i>Impuestazo</i> é necessário para que país não naufrague na crise econômica, necessita sacrifício de todos.	-Exército se enfrenta com polícia; - Franco-atiradores (até hoje não há consenso sobre responsabilidade da existência de franco-atiradores);	- 33 mortos; - 173 feridos.	- Aceitação total da pauta imediata (fim do <i>impuestazo</i>); - Governo reformula gabinete para responder aos pedidos de renúncia do presidente.

	rua em Santa Cruz, La Paz e Cochabamba; - Bloqueios da estrada entre Cochabamba e Santa Cruz.	polícia, mais verbas para educação, saúde etc., reivindicações de janeiro).			- Frente à matança, governo cede rápido.		
Guerra do Gás – outubro 2003 Governo Sánchez de Lozada	- Paralisação e atos nas cidades; - Bloqueios de estradas (permanente no departamento de La Paz e freqüente em Cochabamba e Santa Cruz); - Marchas mineiras e camponesas até a sede do governo; - Construção de barricadas para impedir a entrada do exército em El Alto.	- Não à venda de gás por portos chilenos; - Nacionalização e industrialização dos hidrocarbonetos (fim do decreto que privatiza recursos naturais); - Fora Sánchez de Lozada	Juntas de vizinhos de El Alto, CSUTCB, COB, mineiros de Huanuni, cocaleiros, camponeses e colonizadores de Santa Cruz.	- “Pequena Bolívia” violenta e que quer dividir o país x maioria trabalhadora que apóia o governo; - Objetivo é golpe de Estado narco-sindical; - Atentado à democracia e à ordem constitucional; - Intervenção do exército para manter a segurança da população e evitar depredações.	Envia exército para se enfrentar com setores mobilizados de El Alto e com mineiros em marcha.	60 mortos civis.	Aceitação total da pauta (renúncia de Sánchez de Lozada).

Fonte: elaboração própria a partir de dados de Garcia Linera *et al* (2008), Crespo (2000), El País (9 a 12/04 e 14/09 a 07/10 de 2000), El Deber (14 a 24/09 de 2000), Agencia de Prensa Altea (04/10/2006).